



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Secretaria Municipal de Assistência Social,
Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
2021**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro – Secretária

Paula Andrea Pioltine Anseloni Nista – Secretária Adjunta

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – DOAS

Maria Aparecida Giani Oliva Modenesi Barbosa - Diretora

Patrícia de Faria Tasca - Apoio Técnico

Proteção Social Básica

Jailton Lima da Silveira - Coordenador

Natália Pereira Wolf – Apoio Técnico

Distrito de Assistência Social Norte – DAS Norte

Edna de Carvalho Lara – Coordenadora

Distrito de Assistência Social Sul – DAS Sul

Genésio Wiliam Mazolini – Coordenador

Distrito de Assistência Social Leste – DAS Leste

Maria José Tofoli – Coordenadora

Distrito de Assistência Social Sudoeste – DAS Sudoeste

Eliete Aparecida Bueno Sampaio – Coordenadora

Distrito de Assistência Social Noroeste – DAS Noroeste

Leila Sueli Dias - Coordenadora

Centros de Referência de Assistência Social – CRAS

Região Norte

CRAS Espaço Esperança

Ismênia Aparecida Santos Oki

CRAS Vila Reggio

Andreia da Silva Costa Barbosa

Região Sul

CRAS Campo Belo

Suelen Adriane Brambila Marques da Costa

CRAS Bandeiras

Região Leste

CRAS Recanto Anhumas

Elizabeth Maria Ximenes Lourenço

CRAS Flamboyant

Gisele Fialho Gervásio

Região Sudoeste

CRAS Campos Elíseos

Ana Lúcia Pereira

CRAS Novo Tempo

Agnaldo Bartho da Silva Neto

CRAS Nelson Mandela

Douglas Tobias Bueno

Região Noroeste

CRAS Satélite Íris

Maria Teresinha Pratis Mattos

CRAS Dandara dos Palmares (antigo CRAS São Luis)

Ruan Henrique de Almeida

CRAS Florence

Marlene Felipe Celiberto

CRAS Laudelina Campos Melo

Flávio Rodrigo da Silva

Coordenadoria Setorial de Parcerias da Proteção Social Básica

Giovanna Pusso Labbate - Coordenadora

Proteção Social Especial

Maria Angélica Bossolane Batista - Coordenadora

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Juliana Rodrigues de Sousa Fanelli – Coordenadora

Bruna Gonçalves Campos – Apoio Técnico

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS NORTE

Paula Westin - Coordenadora

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS LESTE

Alexandre Ceconello Marinho - Coordenador

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS NOROESTE

Marcia Maria Simões Camillo - Coordenadora

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS SUL

Andrea Ferreira Martins - Coordenadora

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS SUDOESTE

Fernando Cesar Silva Rodrigues - Coordenador

Proteção Social Especial – População em Situação de Rua

William Azevedo de Souza – Coordenador

Maria Ester Scalet Soeiro – Apoio Técnico

Bagageiro municipal

Daniel Mesquita Batista – Chefia de setor

**Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Criança e Adolescente, Jovens e Mulheres
Vítimas de Violência de Gênero**

Maria José Geremias – Coordenadora

Maria Rachel Nascimento e Vera Regina de Almeida – Apoios Técnicos

Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente – CMPCA

Fernanda de Oliveira Pereira – Chefia de Setor

SAPECA – Serviço de Acolhimento e Proteção Especial a Criança e ao Adolescente

Ana Carolina Pereira da Silva – Chefia de Setor

Casa Abrigo da Mulher SARA- M

Ana Cláudia Amaral Mendes – Chefia de Setor

Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Adulto e Idoso

Joelma Neves Cavalcanti – Apoio Técnico

Residência Inclusiva RENASCER

Cláudia Monica Russo – Chefia de Setor

Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergências

Abrigo emergencial Zilda Arns

Maria Ester Scalet Soeiro – Apoio Técnico

Apoio Sociojurídico

Ligia Costa Kaysel

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Gisleide Abreu Viana

Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social

Regina Célia Souza Machado - Coordenadora

Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle

Ivanir Aparecida Simionato - Coordenadora

Coordenadoria Setorial de Gestão de Convênios

Adriana Delgado Canneva de Souza – Coordenadora

Área de Repasses

Giovana Hagge Biglia

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – DSAN

Alexandre Polo do Valle – Diretor

Nutrição e Educação Alimentar e Nutricional

Educação Alimentar e Nutricional

Programa Municipal Banco de Alimentos

Gabriela Kaiser Fullin Castanho - Coordenadora

Programa NUTRIRCAMPINAS

Isabel Cristina da Silva

Projeto VIVA-LEITE

Sheila Michele Ralla

Central de Segurança Alimentar e Nutricional

Maria Claudia Trindade Costa

Apoio a Projetos Intersetoriais, Pesquisa e Produção para Autoconsumo - APIPA

Ações Intersetoriais

Pesquisa e Avaliação de Políticas Públicas na Área de Segurança Alimentar e Nutricional

Mariana de Souza Maia

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – DGAOF

Pedro Ângelo Costa - Diretor

Coordenadoria Setorial Administrativa

Thiago José Zanotti - Coordenador

Coordenadoria Setorial de Apoio aos Equipamentos Sociais

Nelinton Tadeu Christovam da Silva - Coordenador

Coordenadoria Setorial Financeira e Contábil

José Aparecido Rocha - Coordenador

Coordenadoria Setorial de Gestão de Pessoas

Renato Albuquerque - Coordenador

Coordenadoria Setorial Orçamentária

Délcio Candido da Silva - Coordenador

Setor da Casa dos Conselhos

Maria Elza de Araújo Souza

Setor de Apoio Administrativo ao Conselho Tutelar

Arlene Lopes

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS – DDH

Marnen Viccari Barbosa - Diretora

Coordenadoria da Juventude

Programa Juventude Conectada

Felipe Gonçalves da Silva – Coordenador

Centro de Referência da Juventude

André Gomes

Coordenadoria Setorial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial

Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida

Sérgio Max Almeida Prado - Coordenador

Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa

Jacqueline Damazio Armando - Gestora

Coordenadoria Setorial de Políticas para as Mulheres

Ceamo – Centro de Referência e Apoio à Mulher

SERAVI – Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor de Violência

Grazielle Coutinho Moreno - Coordenadora

Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa

Karla de Castro Borghi

Coordenadoria de Prevenção ao Uso de Drogas

Marilda das Graças Martins

Centro de Referência LGBT de Campinas

Valdirene Santos - Gestora

Programa Parceiros da Cidade: Mão Amiga

Márcia Pantaleão de Lima, Marcelo Alves de Oliveira Luiz, Sidnei Dominicheli – Gestores do Programa

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – DGPPCD

Paulo Renato Alves Guimarães - Diretor

Coordenadoria de Acessibilidade Arquitetônica

Roney Matsumura Pessoa - Coordenador

Coordenadoria de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência

Rodrigo César Giunji - Coordenador

SUMÁRIO

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –DOAS	11
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	47
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	89
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	93
CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
SERVIÇOS VINCULADOS AOS CREAS	117
COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	147
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	155
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – CRIANÇA E ADOLESCENTE, JOVENS E MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	189
CENTRO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CMPCA	197
SAPECA – SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO ESPECIAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	206
CASA ABRIGO DA MULHER SARA- M	212
GESTÃO DA ALTA COMPLEXIDADE E A REDE DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	217
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – ADULTO E IDOSO	226
RESIDÊNCIA INCLUSIVA RENASCER	229
SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS	232
APOIO SOCIOJURÍDICO	237
AVANÇOS e DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	238

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	241
COORDENADORIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CADASTRO SOCIAL - CTRCS	248
COORDENADORIA SETORIAL DE AVALIAÇÃO E CONTROLE - CSAC	257
COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS – CSGC	269
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL –DSAN	276
NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	277
PROGRAMA NUTRIRCAMPINAS	290
PROJETO VIVA-LEITE	294
PROGRAMA MUNICIPAL BANCO DE ALIMENTOS	298
CENTRAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	303
APOIO A PROJETOS INTERSETORIAIS, PESQUISA E PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO - APIPA	309
AÇÕES INTERSETORIAIS	312
PESQUISA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	317
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DGAOF	319
COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA (CSAD)	320
COORDENADORIA SETORIAL DE APOIO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS (CSAES)	322
COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA E CONTÁBIL (CSFC)	324
COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE PESSOAS (CSGP)	327
COORDENADORIA SETORIAL ORÇAMENTÁRIA (CSO)	331
SETOR DA CASA DOS CONSELHOS	333
SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO AO CONSELHO TUTELAR	334

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS – DDH	337
COORDENADORIA DA JUVENTUDE	338
COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	347
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA	352
SERVIÇO DE REFERÊNCIA AO IMIGRANTE, REFUGIADO E APÁTRIDA	356
COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	371
CEAMO – CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À MULHER	
SERAVI– SERVIÇO DE RESPONSABILIZAÇÃO E REEDUCAÇÃO AO AUTOR DE VIOLÊNCIA	378
COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA	380
COORDENADORIA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	383
CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT DE CAMPINAS	387
PROGRAMA PARCEIROS DA CIDADE: MÃO AMIGA	393
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – DGPPCD	397
COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	398
COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	401
CRPD - CENTRO DE REFERÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	407
CIL – CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	409

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DOAS

O Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) apresenta o Relatório Anual de Gestão de 2021 relativo às ações dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esse relatório é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com base no conjunto de ações, metas e indicadores, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano Municipal de Assistência Social.

Os instrumentos para planejamento e gestão da Assistência Social no âmbito do SUAS são o Plano Municipal de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social e os Relatórios de Gestão.

O Relatório, ora apresentado, está detalhado demonstrando a partir da sua leitura os instrumentos necessários a serem tratados. Esses instrumentos interligam-se sequencialmente, compondo um processo cíclico de planejamento para operacionalização integrada, solidária e sistêmica do SUAS.

Os instrumentos são desenvolvidos de forma contínua, articulada e integrada e devem ser alinhados e compatibilizados aos instrumentos de planejamento e orçamento de governo, Plano Plurianual de Ação Governamental, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. O planejamento do SUAS requer uma construção participativa, para ser utilizado como instrumento estratégico para a gestão, possibilitando o seu monitoramento e a avaliação das ações e serviços públicos de assistência social.

Destaca-se que a elaboração do Relatório Anual de Gestão, é uma demonstração do comprometimento da Administração Pública com a transparência e respeito ao usuário de assistência social. Visa aprimorar ações e gestão em assistência social, primando pela clareza e objetividade que devem nortear este instrumento. Para tanto se faz necessário que este relatório busque descrever as atividades realizadas em 2021 de forma particularizada, demonstrando a partir dos dados e leituras as convergências e divergências vividas neste último ano.

Este relatório demonstrará as atividades realizadas em 2021 tendo como objetivo trazer a caracterização e apresentação dos dados de cada serviço, a partir dos seus Desafios durante a execução das atividades, resultados alcançados e metas para o próximo ano.

Esse departamento atuou em 2021 na perspectiva da proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. As ações realizadas foram orientadas pelo Plano Municipal de Assistência Social de 2018-2021, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas, bem como no Plano de Ação Anual (SUAS WEB), que direciona a aplicação dos recursos de cofinanciamento do Fundo Nacional de Assistência Social, e no Plano de Ação referente aos recursos recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social. Da mesma forma, as ações prioritárias buscaram atender ao disposto no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, considerando as propostas aprovadas nas Conferências Municipais de Assistência Social.

O Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) é responsável pela gestão e operacionalização dos serviços socioassistenciais do município. Sua estrutura organizacional é feita por níveis de complexidade do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, definidos pelos seguintes tipos de proteções:

I - Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II - Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos;

III - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

IV - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- Abrigo institucional;

- Casa-Lar;

- Casa de Passagem;

- Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

IV - Serviços Complementares executados pelas OSCs parceiras, sendo esses;

a) SESF – Serviço Especializado de Proteção Social à Família;

b) Serviço Complementar para Atendimento a Pessoas com Deficiência;

c) Casa da Cidadania;

d) NOT – Núcleo de Oficina de Trabalho.

O SUAS nesse município organizou-se com 206 unidades públicas e privadas, sendo 112 unidades de Proteção Básica, 15 unidades de Média Complexidade, 50 unidades de Alta Complexidade, além dos 31 serviços complementares.

Tabela 1. Unidades da Administração Direta

UNIDADES DE PROTEÇÃO BÁSICA	21
UNIDADES DE PROTEÇÃO DA MÉDIA COMPLEXIDADE	08
UNIDADES DE PROTEÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE	06

Tabela 2. Serviços Executados pelas OSC

SERVIÇOS DA PROTEÇÃO BÁSICA	92
SERVIÇOS DA PROTEÇÃO DA MÉDIA COMPLEXIDADE	13
SERVIÇOS DA PROTEÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE	42

Tabela 3. Serviços Complementares Executados pelas OSCs

SERVIÇOS COMPLEMENTARES	31
-------------------------	----

Este Departamento (tabela I) conta com aproximadamente 426 funcionários, distribuídos em 35 unidades de administração direta, destas 21 da proteção social básica, 08 de proteção social especial de média complexidade e 06 de proteção social especial de alta complexidade. Contudo, a rede socioassistencial indireta é composta por 173 serviços executados pelas Organizações da Sociedade Civil -OSC.

Tabela 4. Quadro de Funcionários do DOAS

Categoria	Quantidade
Servidores Efetivos	317
Portaria	27
Agentes de Higienização	42
Vigilantes	40
TOTAL	426

Importante mencionar que ano de 2021, foi marcado pela transição da Administração Municipal, trazendo mudanças de gestão, bem como nesta Pasta e, ademais, na Diretoria deste Departamento.

Contudo, mantidos os desafios à gestão pública, decorrentes das variantes do COVID-19; ações que não estavam previstas foram realizadas pela rede socioassistencial. Por outro lado, ações previstas foram prejudicadas e ou adaptadas à realidade que se impôs neste período.

Foram necessárias adequação dos processos de trabalho, frequentes atualizações na organização dos atendimentos, bem como no manejo das frentes que se interpunham cotidianamente nas demandas do departamento.

Neste cenário, foram feitas orientações através das Notas Técnicas SMASDH 001/2021, 002/2021, 003/2021 e o Guia de Orientação para a Rede Socioassistencial para a Prevenção do COVID-19.

A Política Pública de Assistência Social foi considerada pelo Governo Federal serviço essencial na pandemia mediante edição de Decreto próprio, demandando que todos os serviços fossem mantidos abertos para o atendimento à população.

Entretanto, a vacinação não foi avaliada pelo governo estadual como prioridade aos trabalhadores, não sendo possível incluí-los nas outras políticas públicas eleitas como prioritárias. Porém a partir das tratativas da SMASDH- Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos junto a Secretária Municipal de Saúde, foi possível em abril/2021 iniciar a vacinação aos assistentes sociais e psicólogos e posteriormente todos os trabalhadores puderam ser vacinados como público prioritário.

A partir da nova gestão foi proposto um novo modelo de organograma no departamento tendo em vista a qualificação da operacionalização do SUAS em Campinas. A partir desse parâmetro foram criadas três Coordenadorias, sendo elas: a Coordenadoria Geral de Proteção Social Básica, Coordenadoria Geral da Proteção Social Especial e a Coordenadoria de Parcerias da Proteção Social Básica, conforme organograma abaixo:

Imagem 1 – Organograma do Departamento de Operações de Assistência Social



As Coordenadorias Gerais de Proteção Social Básica e Especial, foram criadas para assegurar maior qualificação nos processos de trabalho, bem como a Coordenadoria de Parcerias da Proteção Social Básica criada a partir da necessidade da gestão a rede executora dos Serviços de Fortalecimento de Convivência e Vínculo.

Com a instituição das Coordenadorias Gerais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, com funções específicas, o papel da assessoria/apoio técnico ficou voltado à gestão dos processos administrativos, principalmente em relação à organização da demanda, mapeamento dos

referenciamentos recebidos e encaminhamentos efetuados das solicitações de atendimentos e inclusão nos serviços do SUAS ofertados pelo município de Campinas- SP, bem como com representações institucionais em espaços direcionados pela direção. É preciso pontuar outra mudança ocorrida na Assessoria (técnica e administrativa) deste Departamento, que propiciou novo olhar aos processos de trabalho, adequando metodologia e método da feitura das tarefas, para melhor atender as demandas.

Apesar de todos os desafios trazidos pela pandemia, em abril, foi possível a implantação do CRAS Laudelina Campos de Melo na Região Noroeste e o Bagageiro próximo à Região Central para a População em Situação de Rua que foram de grande importância ao SUAS validando sua oferta aos usuários, bem como respondendo às demandas já apontadas pela população, assim como pelos instrumentos de gestão e conferência.

Outro avanço foi a oferta da Equipe Volante na Região Norte possibilitando que a Proteção Social Básica fosse levada para bairros cujo acesso à população local era prejudicada pela longa distância destes usuários até o serviço de referência.

No tocante aos Recursos Humanos, a partir da publicação da Lei Complementar nº 301, de 22 de abril de 2021, foi possível a regularização de oito Funções Gratificadas de Chefias de Setor, destinadas exclusivamente aos servidores municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, as quais foram direcionadas 6 (seis) chefias aos serviços de CRAS e 02 de CREAS, possibilitando a organização dos serviços a partir dos novos cargos.

Importante destacar que foram chamados durante o ano, 17 (dezessete) Assistentes Sociais e 08 (oito) Psicólogos para reposição de recursos humanos dos serviços.

Ainda no primeiro semestre de 2021 a Coordenadoria da Média Complexidade para População em Situação de Rua passou a atender na sua Coordenadoria a Alta Complexidade, passando a ser chamada por Coordenadoria de Média e Alta Complexidade para População em Situação de Rua.

No período de seis meses a Gestão Central do DOAS recebeu capacitação pelo Instituto Transforma de Consultoria em Formação de Equipe, com objetivo do fortalecimento do papel do gestor/coordenador e o trabalho em equipe. Essa experiência proporcionou aos gestores um processo importante para aproximação, autoconhecimento e aprendizado de ferramentas de gestão.

No segundo semestre, foi implementado o processo de Mentoria no departamento visando subsidiar os novos gestores. A experiência da Mentoria tem sido definida como uma troca interpessoal entre um colega mais experiente (mentor) e um colega menos experiente (mentorado)

na qual o mentor fornece suporte, direção e feedback relacionados aos planos de carreira e desenvolvimento pessoal.

Em julho foi realizado o primeiro encontro do “Projeto Assiste Campinas”, que contou com a presença de todos os gestores da SMASDH, com o objetivo de se construir um planejamento de forma compartilhada. Para cada departamento foi dada a incumbência de apresentar os desafios subdivididos em quatro modalidades: urgência, rotina, metas 2021 e metas 2022. O DOAS participou com 54 servidores.

O planejamento dessa ação proporcionou o exercício de compartilhamentos das demandas referente a cada proteção, trazendo unidade aos gestores, nada obstante a diversidade de cada proteção. Como diz Mandela” Sozinho você vai mais rápido, junto vamos mais longe”. Essa experiência foi importante para a reorganização de processos e fluxos internos.

No mês de agosto houve a realização da 14ª Conferência Municipal com o tema “Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”. Pela primeira vez na história, a Conferência Municipal de Assistência Social foi realizada de forma híbrida (presencial e virtual), para permitir aos participantes contar com segurança e distanciamento social diante da situação de pandemia de COVID-19.

Em setembro, foi iniciado processo conjunto com os Coordenadores, Chefias e Apoios com a Prof. Regina Miotto, com o objetivo de oferecer subsídios para o aprimoramento do trabalho de profissionais vinculados à proteção básica e especial da política de Assistência Social na atenção às famílias, visando maior integração entre os setores e maior resolutividade nas ações desenvolvidas.

A Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos realizou a Contagem da População em Situação de Rua em 2021, tendo sido identificado 932 pessoas em situação de rua. O objetivo da contagem é a construção de um perfil com informações sobre essa população, visando subsidiar o trabalho dos serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas.

Houve ainda uma ação em conjunto com a Área da Vigilância Socioassistencial que consistiu na construção do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS-2022/2025, cuja finalidade principal é o “Fortalecimento da Assistência Social.”

Em novembro, foram realizados os encontros regionais preparatórios para o PMAS – 2022/2025 com o objetivo da Apresentação do Estudo Socioterritorial abrindo a um Diálogo sobre os dados apresentados, ofertas e demandas do território, objetivos e ações do PMAS com os

presentes, após esse processo o Plano foi colocado em Consulta Pública e posteriormente encaminhado ao CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.

Em reunião com o Prefeito Dário Saadi, a Secretária da Pasta, Vandecleya Moro apresentou os departamentos da secretaria Segurança Alimentar, Pessoa com Deficiência, Direitos Humanos, Vigilância Socioassistencial, Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira e Assistência Social, na sequência cada diretor teve a oportunidade de demonstrar os avanços de 2021 e os desafios para 2022 do seu departamento.

Imagem 2 – Dados da Secretaria em Números – ano 2021



Este Relatório de Gestão encerra o quadriênio 2018-2021 do Plano Municipal de Assistência Social, sendo demonstrado conforme tabela abaixo todas as propostas relacionadas a este departamento como forma de transparência e prestação de contas.

Tabela 5 – PMAS 2018-2021 – Eixo 1

Eixo I – Proteção Social Básica						
Objetivo Nº	Objetivo PMAS	Ação Nº	Ação	Prazo	Executado? Sim ou Não (ou Parcialmente)	Justificativa
PSB1	Ampliar a cobertura de serviços da PSB	1	Construção de 5 unidades de CRAS nas cinco regiões administrativas	2019-2021	Sim, parcialmente	O período de execução deste PMAS foi marcado por processos de restrições orçamentárias, advindas ora de reformas administrativas, ora sobrepostas pela pandemia do Sars-Cov-2 (novo coronavírus). Neste cenário, foi possível a instalação do CRAS Laudelina de Campos Melo, que atende os bairros Conjunto Residencial Bassoli, Conjunto Residencial São Bento (I, II, III), Parque Floresta (I, II, III, IV), na região Noroeste, em 15 de abril de 2021. Com a implantação desta unidade, foi possível adequar o território do CRAS São Luís, que ficou com a seguinte área de abrangência: Pq. Campina Grande, Residencial São Luis, Conjunto Habitacional Itajaí (I, II, III, IV), Jardim Santa Clara, Residencial Campinas CDHU, Parque Valença (I, II). Ressaltamos que a SMASDH tem realizado estudos para ampliação das unidades públicas de referência (CRAS), para o próximo quadriênio (2022-2025).
		2	Implantação de 2 CRAS Itinerantes, com vistas a garantir o acesso e atendimento à população de áreas mais distantes, ou isoladas, do município	2019-2021	Não.	No período de execução deste PMAS não foi possível a instalação de dois CRAS itinerantes. O início das atividades ocorreu no segundo semestre de 2021 de equipe volante, para atendimento descentralizado na Região Norte, para atender a região San Martin/Takanos. A SMASDH conseguiu, por parcerias, uma van, já adaptada para o atendimento descentralizado (parceria com a SANASA).
		3	Ampliação das parcerias com as OSC's executoras dos SCFV, nos territórios sem cobertura do serviço	2019-2021	Não.	Não houve ampliação de metas de atendimento, mas ocorreram alterações quanto as entidades parceiras que executam o SCFV nos territórios.

		4	Implantação do serviço da PSB no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas nas cinco regiões administrativas, de acordo com a disponibilização de cofinanciamento federal	2019-2021	Não.	O serviço não foi viabilizado devido a falta de recurso do Governo Federal, porém mantém-se a discussão para a elaboração de estratégia para a implantação futura.
PSB2	Ampliar a inclusão dos beneficiários do BPC e PBF nos CRAS e do público prioritário nos SCFV	5	Desenvolvimento de ações descentralizadas de CRAS cujos micros territórios tenham maior incidência desse público	2018	Sim.	Os DAS/CRAS desenvolvem ações específicas junto às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), em interface com a Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social para operacionalização e desenvolvimento dos programas e benefícios nos territórios. Considerando que os benefícios assistenciais são medidas importantes na distribuição de renda e garantia de dignidade aos indivíduos e famílias com impossibilidades de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragilizam a manutenção da vida social do indivíduo e/ou família, intensas foram as atividades de busca ativa e orientações, principalmente nos anos de 2018 e 2019, para os beneficiários do BPC, tendo em vista a obrigatoriedade de inscrição ou atualização junto ao CadÚnico, definido na portaria Interministerial nº 05/2017. Cabe destacar que as mudanças graduais de procedimentos para requisição do BPC pelo INSS têm dificultado o acesso ao usuário e, em contrapartida, exigido cada vez mais das equipes técnicas a operacionalização do sistema e o acompanhamento do processo, uma vez que o usuário não dispõe de ferramentas e/ou habilidades para uso autônomo desse procedimento.
		6	Intensificação das ações de busca ativa	2018	Sim.	

		7	Execução de projetos de formação para os usuários na perspectiva da participação popular. Considerar ainda as orientações e resoluções específicas quanto à promoção da integração ao Mundo do Trabalho	2020-2021	Sim.	Nas Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social (2018 e 2019, respectivamente) ocorreu participação intensiva das equipes de DAS, CRAS e rede socioassistencial, em todos os momentos previstos no cronograma para organização e mobilização dos usuários e comunidade nas cinco regiões e a realização das conferências regionais propriamente ditas. Além disso, houve a participação dos trabalhadores e gestores nas comissões de organização da conferência que ocorreram durante os três meses que antecederam o evento. Os resultados nos territórios foram considerados bastante positivos no que diz respeito a participação e mobilização da comunidade e da rede, com algumas regiões apresentando um número significativo de usuários. Acrescentamos que as ações dos serviços da Proteção Social Básica são voltadas para a promoção da participação popular visando o fortalecimento do usuário no acesso e conhecimento a seus direitos.
PSB3	Melhorias das condições de infraestrutura dos serviços da PSB	8	Adequação dos espaços físicos existentes, conforme normativas vigentes	2019	Sim, parcialmente	Houve mudanças e reformas para melhorias e adequação do espaço, visando promover adequações e acessibilidade. Todavia, ainda há adequações necessárias apontadas pelos serviços.
		9	Revitalização, modernização e manutenção da infraestrutura física, de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos e de TI	2018-2021	Sim, parcialmente	Durante o exercício em questão foram realizadas manutenções como troca de piso, reformas em telhado e outros reparos, porém os serviços ainda seguem com demandas de tal ordem. No ano de 2019 foram disponibilizados computadores transferidos de outro setor para atualização dos equipamentos de TI. Em 2021, todos os CRAS, receberam equipamentos de headfones e webcam para o atendimentos das demandas pertinentes às adaptações de atendimento remoto advindas da pandemia. Contudo, acerca dos equipamentos e reformas, estes ainda não suprem o atendimento da demanda integralmente.

		10	Promoção de formação permanente para os trabalhadores da PSB	2018-2021	Sim.	Para os 120 trabalhadores das unidades públicas de PSB foram desenvolvidas duas ações: "O Trabalho Social com Famílias, no âmbito do PAIF e dos atendimentos dos DAS, com foco no eixo territorial como norteador de métodos de trabalho social no SUAS", iniciado em julho de 2018 e finalizada no primeiro semestre de 2019. Para o grupo de gestores (DAS e CRAS) efetivou-se a supervisão técnica, demanda esta bastante requisitada e necessária para o fortalecimento da gestão, especialmente, em tempos tão restritivos, os quais incidem diretamente na população atendida, e consequentemente nos processos de trabalho e de gestão.
		11	Construção de sedes para os CRAS e DAS já existentes (em funcionamento em sede locada)	2018-2021	Não.	Tal modalidade não fora contemplada no exercício em questão. Mantém-se a necessidade de tal prestação, sobretudo para o CRAS Flamboyant, que atualmente está sediado no DAS Leste, fora de seu território.
		12	Contratação de servidores através de concurso público e reposição para composição das equipes de PSB existentes e dos serviços a serem implantados	2018-2021	Sim, parcialmente.	Ocorreu chamamento de profissionais do concurso público para recomposição das equipes de trabalho devido a processos de aposentadoria, exoneração ou permuta com outras secretarias, porém insuficiente para a composição da equipe de referência dos CRAS e DAS. A SMASDH também realizou o processo de remanejamento interno por meio do SERCAIS, possibilitando aos trabalhadores interessados a mudança requerida, oxigenando e fortalecendo as equipes e o trabalho nos territórios. Realizou-se também o processo seletivo simplificado para contratação de agentes de ação social para atendimento no período de pandemia.

Tabela 6 – PMAS 2018-2021 – Eixo 2

Eixo II – Proteção Social Especial

Objetivo Nº	Objetivo PMAS	Ação Nº	Ação	Prazo	Executado? Sim ou Não (ou Parcialmente)	Justificativa
PSE1	Ampliar a cobertura de proteção integral às crianças, adolescentes, adultos, PCD e idosos	1	Ampliar o acolhimento familiar (família acolhedora) de crianças / adolescentes	2020-2021	Não	A equipe técnica de referência do acolhimento familiar foi recomposta o que possibilitará a ampliação de acolhimento familiar.
		2	Implantação de abrigo para jovens de 18 a 24 anos	2019-2020	Não	Identificamos a demanda e neste processo foram publicados dois editais de chamamento público para execução do serviço apontado e em ambos ocorreu deserto.

		3	Implantação de Casas de Cuidados para Crianças e Adolescentes, em parceria com a política de Saúde	2019-2021	Não	Várias tratativas foram realizadas entre a política de saúde e assistência social, inclusive com reserva de recurso do FMDCA. No entanto, as tratativas na perspectiva da implantação não se efetivaram ,e atualmente, não apresentamos demanda, com medida de proteção, que justifique a referida implantação.
		4	Ampliação de República para Jovens de 18 a 21 anos	2019-2021	Não	A ausência da demanda justifica a não implantação do serviço.
		5	Implantação de um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças / Adolescentes, preferencialmente na região Noroeste	2019-2021	Não	Estamos em processo de estudo da demanda e perfil dos acolhimentos no intuito de implantar serviços/ modalidades compatíveis as necessidades do município.
		6	Construção da sede para a Casa Abrigo de Mulheres - SARA M	2019-2021	Não	O SARA-M vivenciou mudança de imóvel,alugado pelo poder público, o que propiciou a reorganização do serviço de acolhimento, atendendo todas as exigências e necessidades diárias apontadas .
		7	Reordenamento e qualificação do Abrigo de Grande Porte de Crianças e Adolescentes das regiões Norte e Sul	2019	Sim	Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes estão reorganizados em pequeno porte
		8	Implantação de casas de cuidados para idosos/ adultos em parceria com política de saúde	2020	Não	Ocorreram acordos e construções conjuntas entre as políticas que não se efetivaram.
		9	Ampliar e diversificar modalidades de ofertas de serviços de Acolhimento Institucional para Idosos e Famílias	2019-2021	Não	Estamos em fase de estudo da demanda para ampliar e diversificar as ofertas de atendimento, em acolhimento.
		10	Ampliação de RH e disponibilização de espaço físico adequado para o funcionamento do Centro POP Sares - Unidade I	2019	Parcialmente	Foi ampliado o RH de acordo com a NOB e estamos em busca de identificar imóveis adequados para o funcionamento do serviço.
	Ampliar as ofertas de serviços para a população em situação de rua na perspectiva territorial	11	Disponibilização de espaço apropriado para a guarda de volumes da população em situação de rua (bagageiro Municipal)	2019	Sim	Inaugurado em maio/2021
		12	Implantar o CREAS Norte, de acordo com a NOB-SUAS	2019	Sim	O Creas Norte foi implantado em 2019, o que possibilitou a finalização do processo de territorialização dos atendimentos as famílias e dos processos de gestão na proteção social especial de média complexidade.
	Ampliar a oferta de serviços de Média Complexidade na perspectiva territorializada	13	Ampliação de RH dos CREAS, conforme a NOB-SUAS	2019-2021	Parcialmente	Estamos em processo de chamamento público para ampliação de RH dos CREAS. Neste período , nove (9) assistentes sociais,(2) dois agentes de ação social e(1) um psicólogo foram efetivados nos CREAS. Estamos aguardando a chegada autorizada de mais seis(6) psicólogos .
		14	Ampliar metas de acompanhamento do SESF , de forma territorializada, a fim de atender 100% da demanda de violação de direitos referenciada	2019	Sim	Foram ampliadas metas de atendimentos do SESF nos diferentes territórios e todos ocorrendo de forma territorializada.
		15	Implantar Centro Dia para Idosos	2020	Não	Está prevista a implantação em 2022, em parceria com o conselho municipal do idoso.

		16	Ampliação de Centro Dia para PcD, preferencialmente por meio de cofinanciamento estadual e federal	2021	Não	A ampliação da oferta não foi possível em razão da não ampliação de repasse de recurso federal.
		17	Territorializar e ampliar as metas de atendimento do Serviço de Atendimento Domiciliar para Pessoas Idosas e com Deficiência	2019	Sim	Houve ampliação de atendimento para o referido serviço de 60 para 125 famílias com reorganização da oferta com equipes de referência por território.
		18	Efetivar as ações propostas no Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil	2019-2021	Parcialmente	A partir do COMITÊ intersetorial PETI foram implementadas ações contidas no plano, especialmente, em relação aos fluxo de atendimento, identificação da demanda/diagnóstico, comunicação e formação.

A área da Vigilância Socioassistencial, conforme previsão na Lei Orgânica da Assistência Social, tem como objetivo analisar, no território, a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos. A interface prevista deste departamento com a vigilância, dirige olhar mais atento para os pontos de convergência e divergência, a possibilitar os avanços indispensáveis na Política Pública de Assistência Social. É fundamental que se avance no diálogo interdepartamental para potencialização da gestão territorial.

Além disso, esse ano foi possível realizar o Grupo de Trabalho da Média e Alta Complexidade junto à Vigilância, visando a inclusão de todos os atendimentos dos serviços no SIGM – Sistema Integrado de Governança Municipal. Vale ressaltar que a Proteção Social Básica já conta com seus atendimentos registrados no SIGM.

Ainda, em 2021, foram iniciadas as tratativas para os editais de competência da média e alta complexidades, para suas respectivas propostas técnicas de serviços na rede a serem implementadas ou prorrogados em parceria com a vigilância socioassistencial.

O DOAS, no âmbito técnico, e a Vigilância, no monitoramento, com a rede executora, possuem objetivos comuns a serem alcançados neste processo.

Entendendo o DOAS como parte de uma rede integrada com outros Departamentos/Diretorias, é de se ressaltar, também, a parceria com o DGAOF (Departamento de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira), sendo esta uma área que subsidia o funcionamento dos serviços, quanto ao orçamento, prestação de serviços e suprimentos.

No Gráfico 1, estão as demandas de reparo, manutenção, solicitação de contratação de capacitação e formação, locação de imóveis para instalação das Unidades, bem como a compra de insumos e equipamentos eletrônicos que auxiliem no bom funcionamento dos serviços prestados, sobretudo os descentralizados, que até meados de outubro de 2021 remetiam diretamente à gestão central deste Departamento. Após esse período, os pedidos passaram a ser realizados pelo sistema

informatizado interno (sistema GSC: Gestão de Serviços e Demandas Campinas), sendo remetidos diretamente ao Setor de Manutenção, subordinado ao DGAOF.

De forma mais pormenorizada, dentre as requisições remetidas ao DGAOF, com vistas a providenciar administrativa-financeiramente a execução de processos de compra, aquisição e contratação, havia demanda reprimida dos anos anteriores, para a compra de equipamentos eletrônicos, em especial computadores e impressoras, mas corrigida em 2021 a partir dos processos já em andamento.

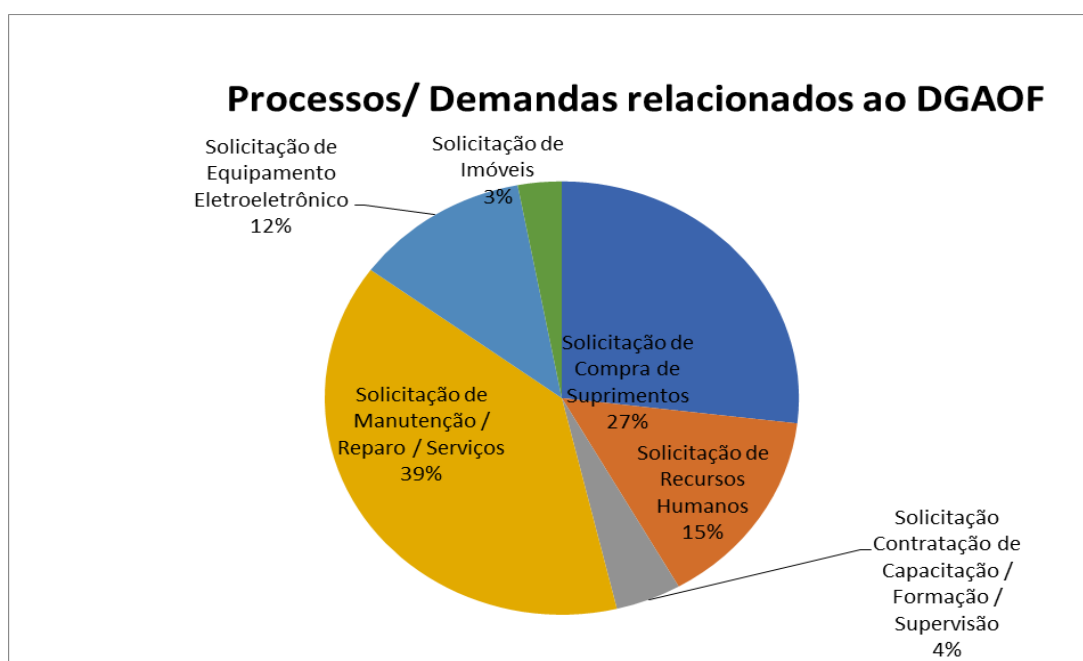
Outro ponto importante, o trabalho em conjunto com o DGAOF, intensificado em virtude da Pandemia, foi o aumento da demanda de compra de suprimentos, tratados como Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), para a otimização dos serviços, possibilitando o gradativo retorno, cuja adequação é contínua.

Além disso, a compra de alimentos destacou-se em 2021, sobretudo nos Serviços 24 horas, como nos Abrigos de administração direta.

No que concerne aos Recursos Humanos também foram solicitados novos concursos visando a reposição de servidores, bem como para as novas áreas de atuação.

Ainda, de forma incipiente, os processos de contratação de cursos de formação e supervisão para os profissionais das equipes, como espaço de aperfeiçoamento, estudo de estratégias de intervenção e melhor qualificação profissional, impactando diretamente no atendimento e na gestão do trabalho.

Gráfico 1. Acompanhamento dos Processos e Demandas ao Departamento de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira



Importante destacar que o DOAS é o maior demandante na Compra de Suprimentos, em virtude de estar a seu cargo o pedido de fornecimento dos EPI's para posteriormente distribuição.

Outro item a ser destacado é o maior número de solicitações para Manutenção, Reparos e Serviços advindos da Proteção Social Básica, dado o maior número de unidades.

Em relação aos pedidos de Contratação de Pessoal, acrescente-se que na sua maioria advém da demanda de reposição de pessoal há alguns anos, somado aos pedidos de aposentadoria e exoneração ocorridas em 2021 e que hoje conta ainda com a contratação de Agentes de Ação Social ingressos via processo seletivo emergencial, provocado pela carência de profissionais no período crítico da Pandemia.

Cabe ressaltar a parceria com o Departamento da Pessoa com Deficiência, nas tratativas de encaminhamento das denúncias oriundas do Disque Direitos Humanos, bem como na aproximação com a Rede de Serviços Complementares com encontros mensais junto a Coordenadoria da Especial, Média Complexidade e do Centro de Referência da Pessoa com Deficiência.

Ainda se tratando de parceria, o ano em referência foi marcado por diversas atividades em conjunto ao Departamento de Direitos Humanos, capacitação aos gestores dos serviços de População em Situação de Rua pelo Centro de Referência LGBT; palestras nos territórios pelo Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa, a oferta nos serviços dos CRAS e CREAS das salas de Juventude Conectada, entre outras, mas com destaque se deram esse ano na SMASDH as ações voltadas para a Mulher que em parceria com a Coordenadoria da Mulher foram realizadas com este departamento várias atividades além das Rodas de Conversa nos serviços do SUAS em parceria com o CEAMO e o Decreto criando a Rede Protetiva da Mulher.

No tocante ao Departamento da Segurança Alimentar, os DAS, CRAS e CREAS em agosto de 2021, foram responsáveis pela distribuição de dezenove mil cartões NUTRIR EMERGENCIAL, instituídos em 2020 devido à insegurança alimentar vivida pela população atingida pela pandemia. Esse apoio ao Departamento de Segurança Alimentar se deu dentro de um cenário pandêmico tratando-se de um panorama atípico, portanto transitório, decorrente da situação de calamidade pública.

As alterações realizadas na estrutura do Departamento de Operações de Assistência Social, acarretaram também mudanças e remanejamento no quadro de funcionários, principalmente em relação à organização dos processos administrativos.

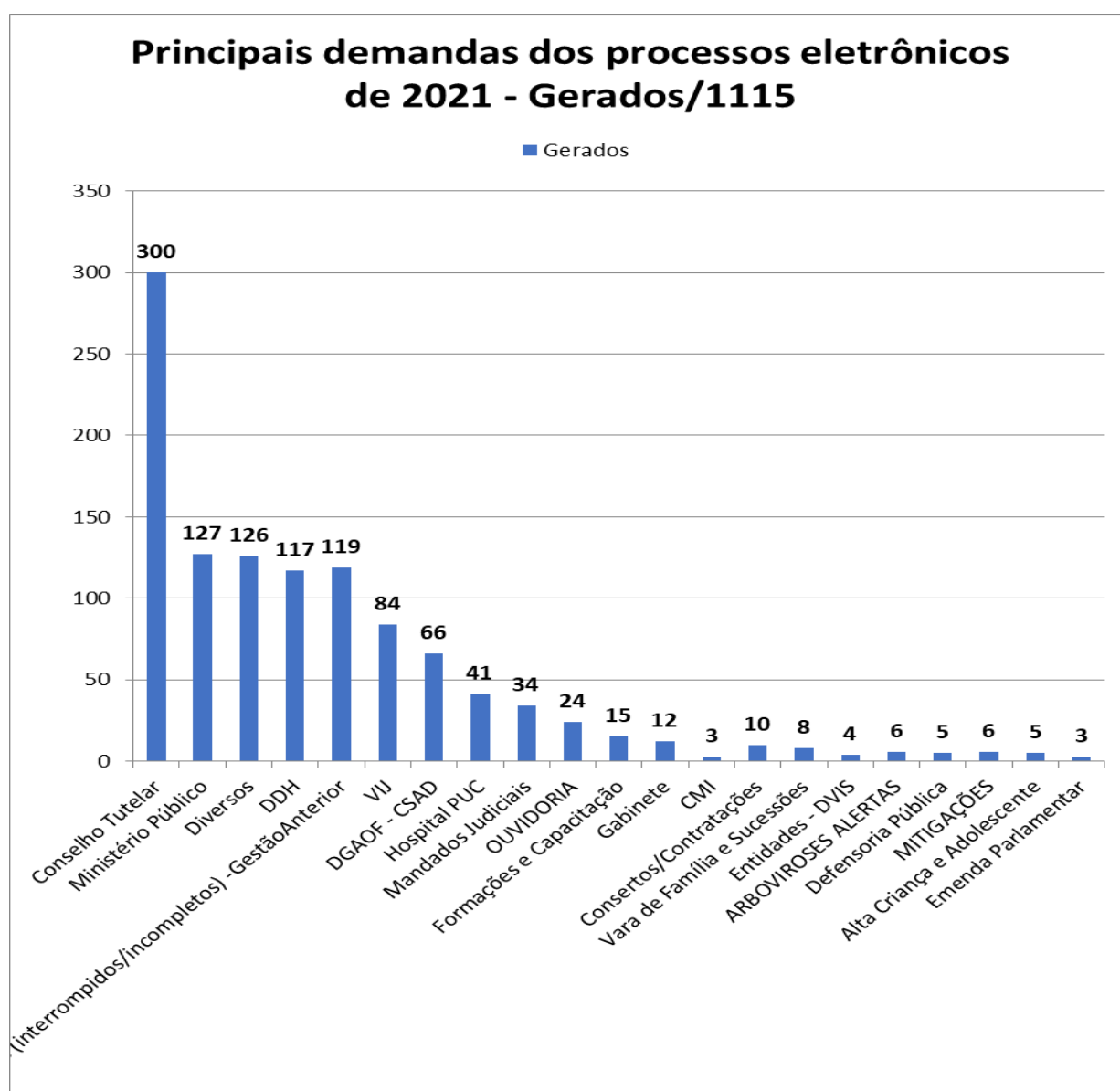
Diante das mudanças apontadas, uma nova forma de organização foi estabelecida, principalmente no que se refere ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, Unidade PMC-

SMASDH-DOAS, que em janeiro de 2021 contava com aproximadamente 380 processos em abertos na unidade.

Neste período realizou-se nova organização por meio de marcadores que identificassem, pela ferramenta do SEI, a demanda dos processos.

Esta ferramenta de acompanhamento especial, foi utilizada ao longo do ano para organização estatística por assuntos, recepção de documentos, encaminhamentos e solicitações efetuadas pelo DOAS.

Gráfico 2. Principais demandas de processos em 2021



Outra ferramenta utilizada pela assessoria para análise de dados estatísticos é a planilha de controle de casos referenciados para atendimento de demandas diversas, que expressa a origem dos

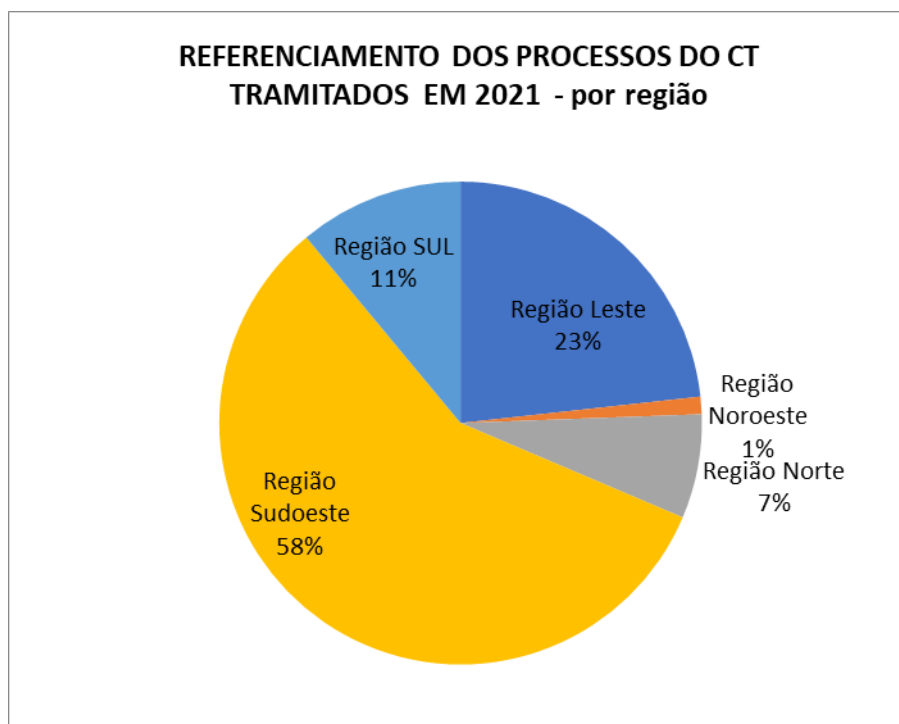
referenciamentos e os destinos dos serviços demandados. As principais demandas corroboram com os dados extraídos do SEI, e expressam indicadores a respeito das especificidades das demandas de cada Proteção Social e demandas por região.

Os **principais demandantes** identificados a partir da análise da planilha são: Conselho Tutelar, Ministério Público e Vara da Infância e Juventude.

Em relação a demanda advinda dos **Conselhos Tutelares** foi identificado ser significativamente maior em relação à Região Sudoeste, representando 58% de todos os processos dos Conselhos Tutelares recebidos em tramite pelo DOAS; em segundo, lugar a Região Leste com 23%, seguido da Região Sul com 11%, Região Norte com 7% e Região Noroeste com 1%.

Os processos de Mitigação merecem destaque na interface com a SEPLURB – Secretaria de Planejamento e Urbanismo, através do departamento do Estudo de Impacto de Vizinhança, sendo possível a inclusão da SMASDH com o objetivo de construção e reformas nos equipamentos, bem como a aquisição de imóvel ou terreno para a implantação de novos serviços.

Gráfico 3. Referenciamento dos Processos do Conselho Tutelar em 2021- por região



Ao se detalhar a demanda vinda dos **Conselhos Tutelares** e em função da avaliação técnica, identificaram-se os principais referenciamentos, considerando as especificidades dos casos encaminhados para cada Proteção Social.

Região Sudoeste – Proteção Social Básica -DAS Sudoeste: 32%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Sudoeste: 24%;

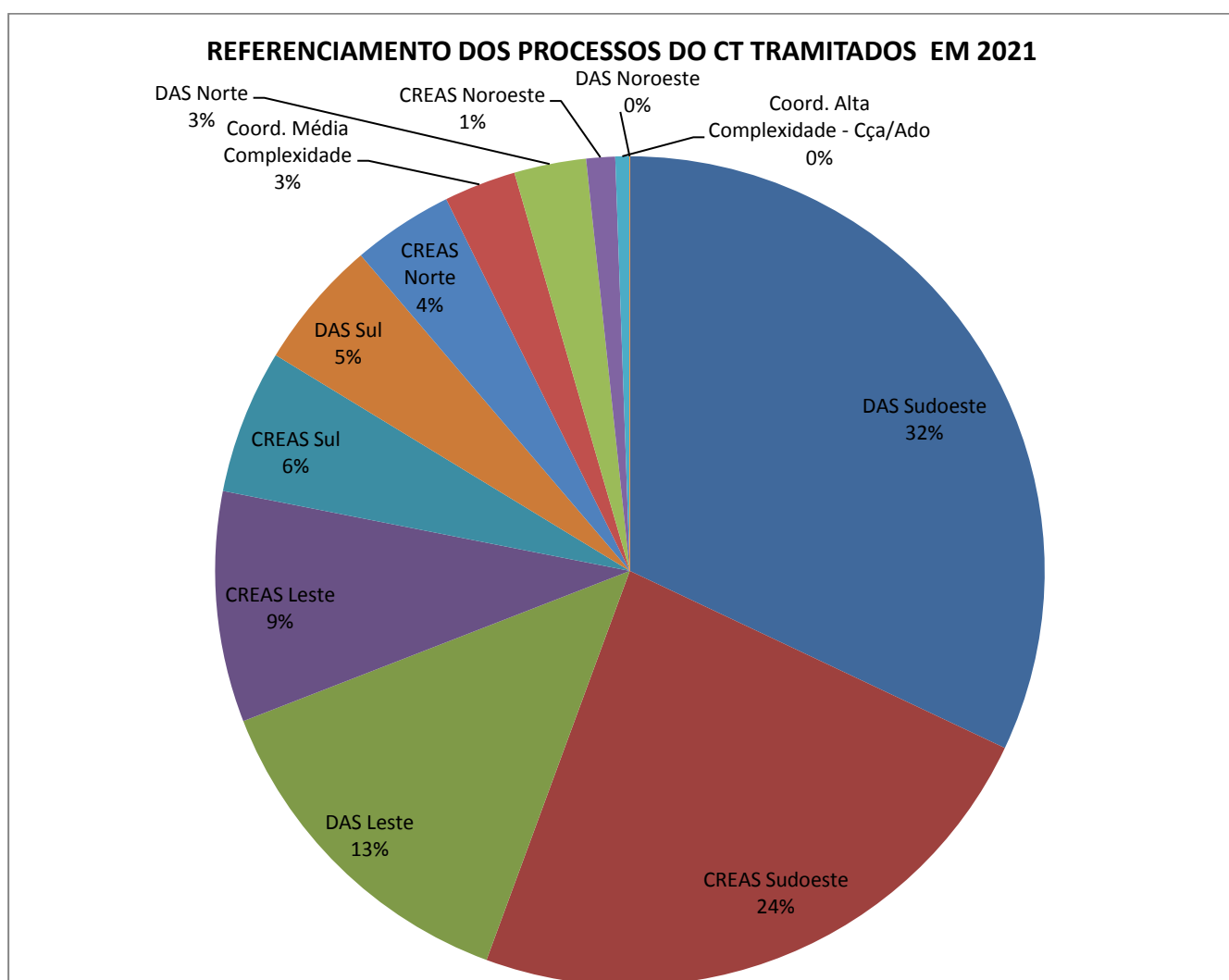
Região Leste - Proteção Social Básica - DAS Leste: 13%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Leste: 9%;

Região Sul - Proteção Social Básica – DAS Sul: 5%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Sul: 6%;

Região Norte - Proteção Social Básica - DAS Norte: 3%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Norte: 4%;

Região Noroeste - Proteção Social Básica - DAS Noroeste: 0%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Noroeste: 1%

Gráfico 4. Referenciamento dos Processos do Conselho Tutelar em 2021- por Serviço

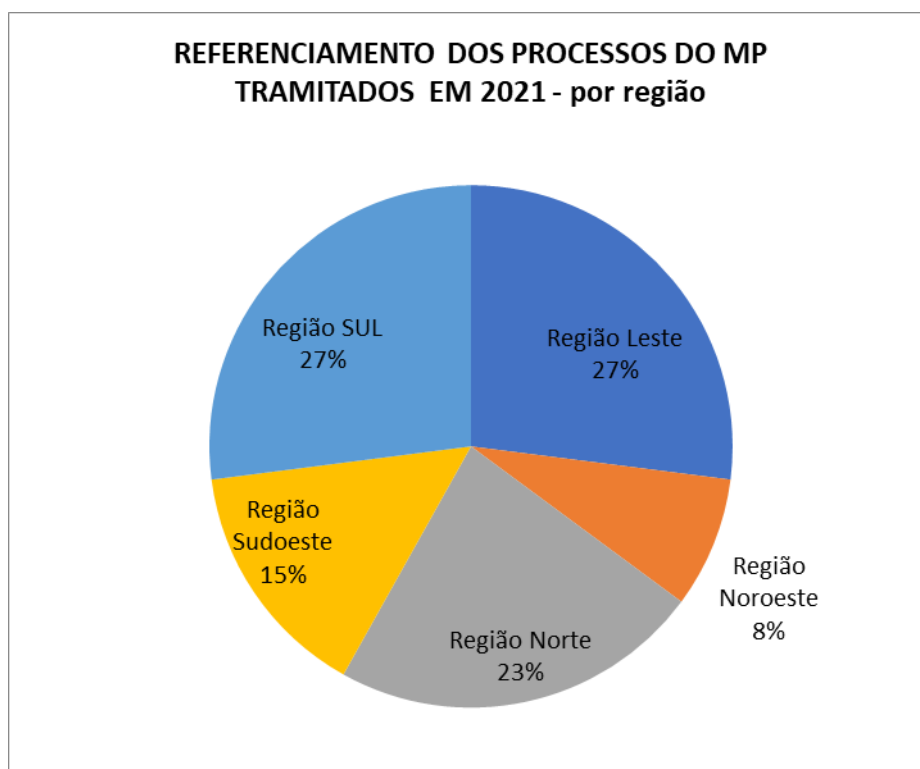


A baixa expressividade em encaminhamentos advindos do Conselho Tutelar Noroeste ao DOAS, não representa a ausência de casos referenciados aos serviços das Proteções Sociais da região noroeste, visto ser avaliado nas seções que se referem às coordenadorias, principalmente em relação à demanda da Proteção Social Especial de Média Complexidade que os encaminhamentos ao

CREAS Noroeste ocorrem diretamente, sem necessidade de avaliação técnica pelo DOAS, demonstrando uma especificidade do fluxo entre os serviços da Região Noroeste.

No que se refere à demanda advinda do **Ministério Público**, observamos uma distribuição mais uniforme nos encaminhamentos dentre as regiões, sendo menos expressiva também na Região Noroeste, representando somente 8%, comparado com as regiões sul e leste, cada uma com 27%, norte 23% e sudoeste 15%.

Gráfico 5. Referenciamento dos Processos do Ministério Público em 2021- por região



A demanda oriunda do **Ministério Público**, após avaliação técnica, identifica como principais encaminhamentos, considerando as especificidades dos casos encaminhados para cada Proteção Social:

Coordenadoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, adulto e idoso – 11%;

Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade - 11%;

Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade - Pop Rua- 6%;

Coordenadoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, criança e adolescente - 2%;

Região Sudoeste - Proteção Social Básica - DAS Sudoeste: 8%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Sudoeste: 3%;

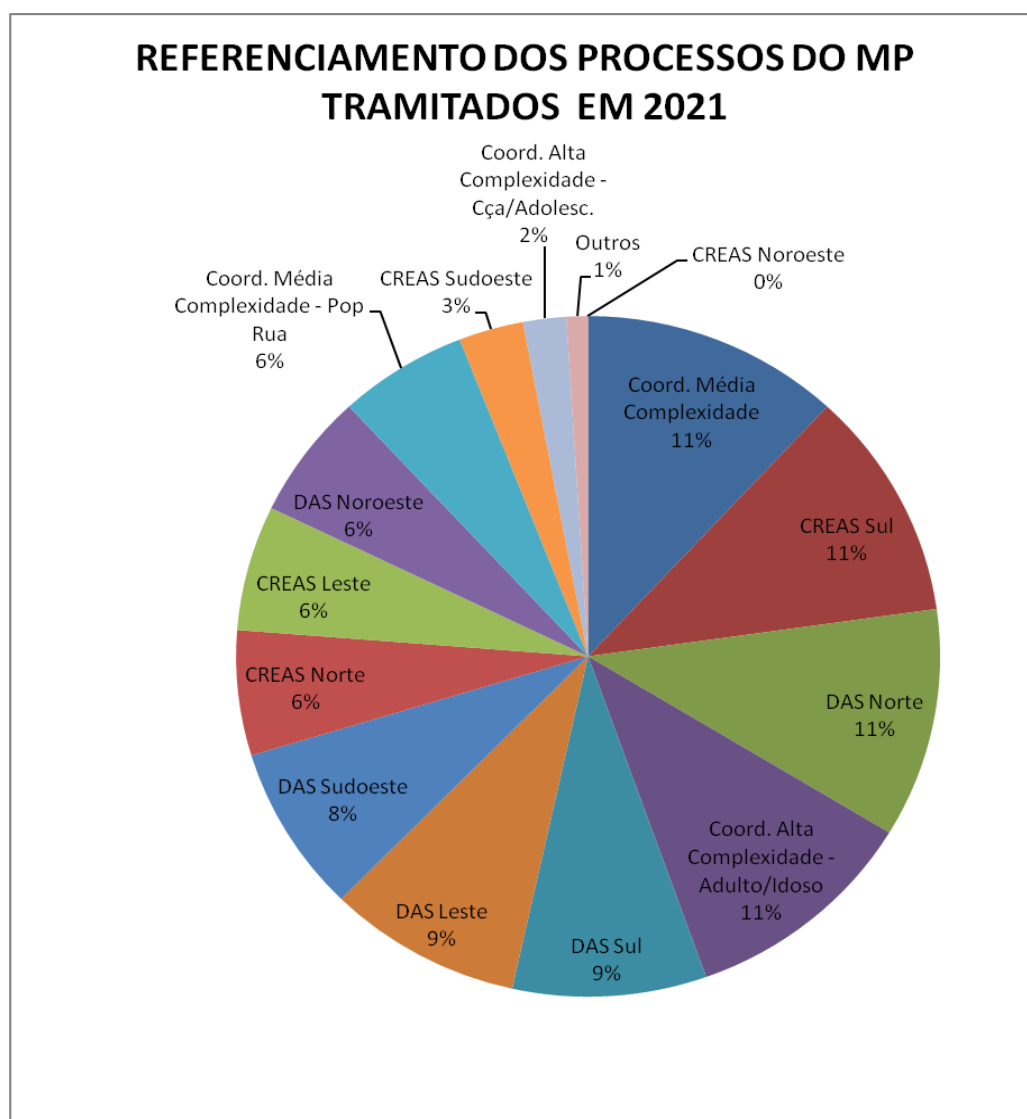
Região Leste - Proteção Social Básica - DAS Leste: 6%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Leste: 6%;

Região Sul - Proteção Social Básica - DAS Sul: 9%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Sul: 11%;

Região Norte - Proteção Social Básica - DAS Norte: 11%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Norte: 6%;

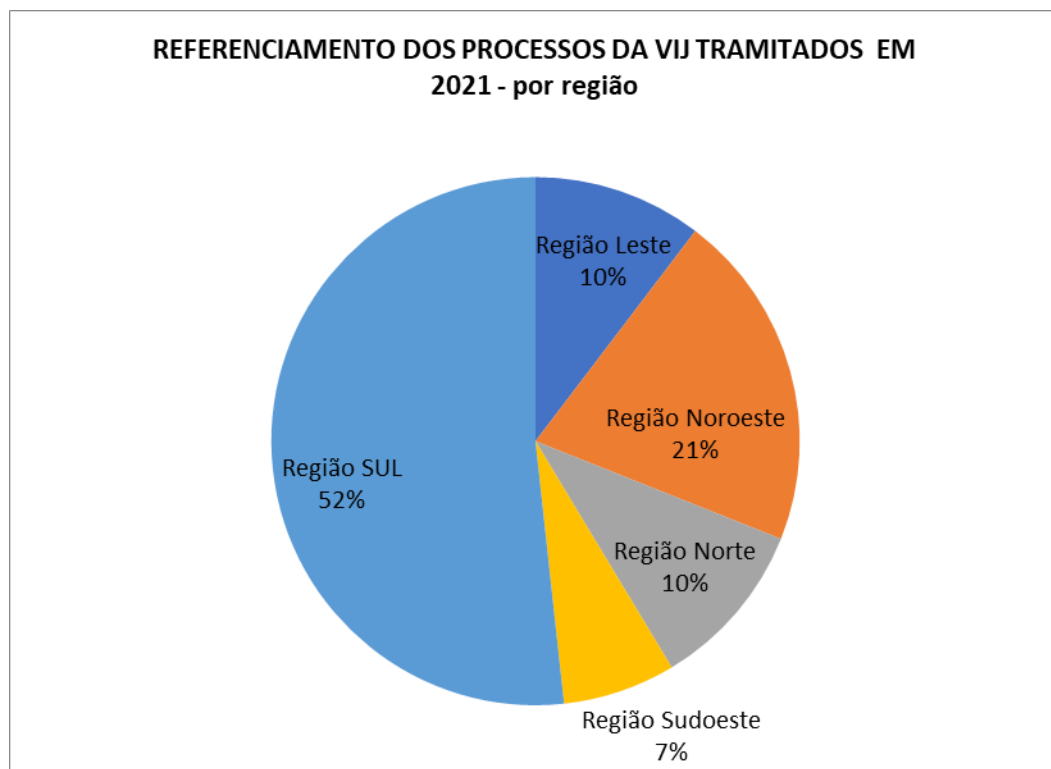
Região Noroeste - Proteção Social Básica - DAS Noroeste: 6%, Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS Noroeste: 0

Gráfico 6. Referenciamento dos Processos do Ministério Público em 2021- por Serviço



No que tange à demanda da **Vara da Infância e Juventude**, a partir da análise dos dados, evidenciou que pouco mais da metade dos referenciamentos dos casos foram efetuados pelo DOAS aos serviços das Proteções Sociais pertencentes à **Região Sul** como demonstrado no **gráfico processos VIJ tramitados, 2021- por região**

Gráfico 7. Referenciamento dos Processos da Vara da Infância em 2021- por região

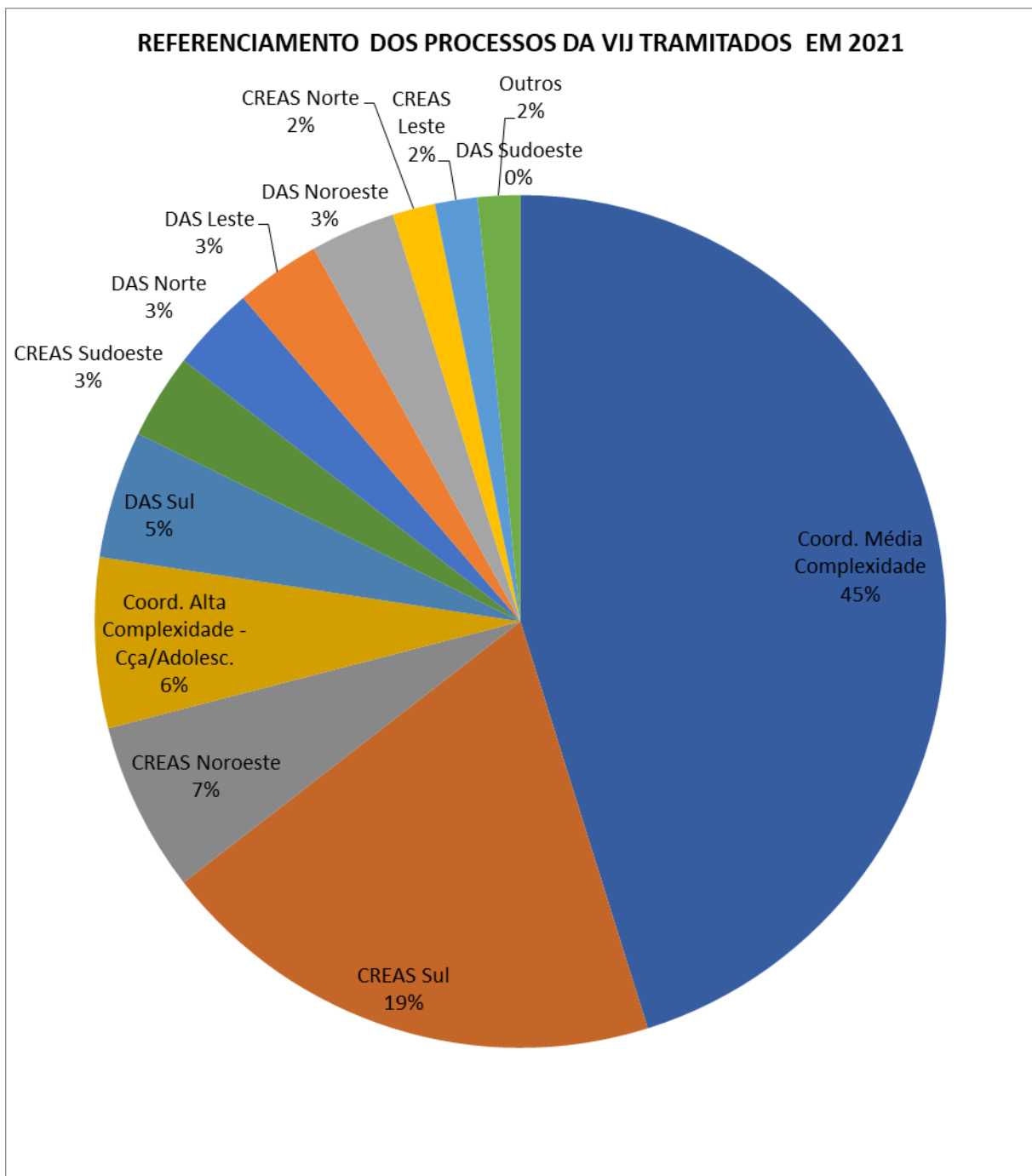


Referente aos encaminhamentos efetuados após análise técnica de cada situação solicitada pela **Vara da Infância e Juventude**, foi identificado que a maioria se trata de referenciamento à Proteção Social Especial, indicando a complexidade das demandas judicializadas.

Dando destaque aos referenciamentos efetuados pelo DOAS das demandas da **Vara da Infância e Juventude**, **45% do total foi encaminhado à Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade**, responsável pela gestão e referenciamento também às OSCs que executam o Serviço Complementar – SESF.

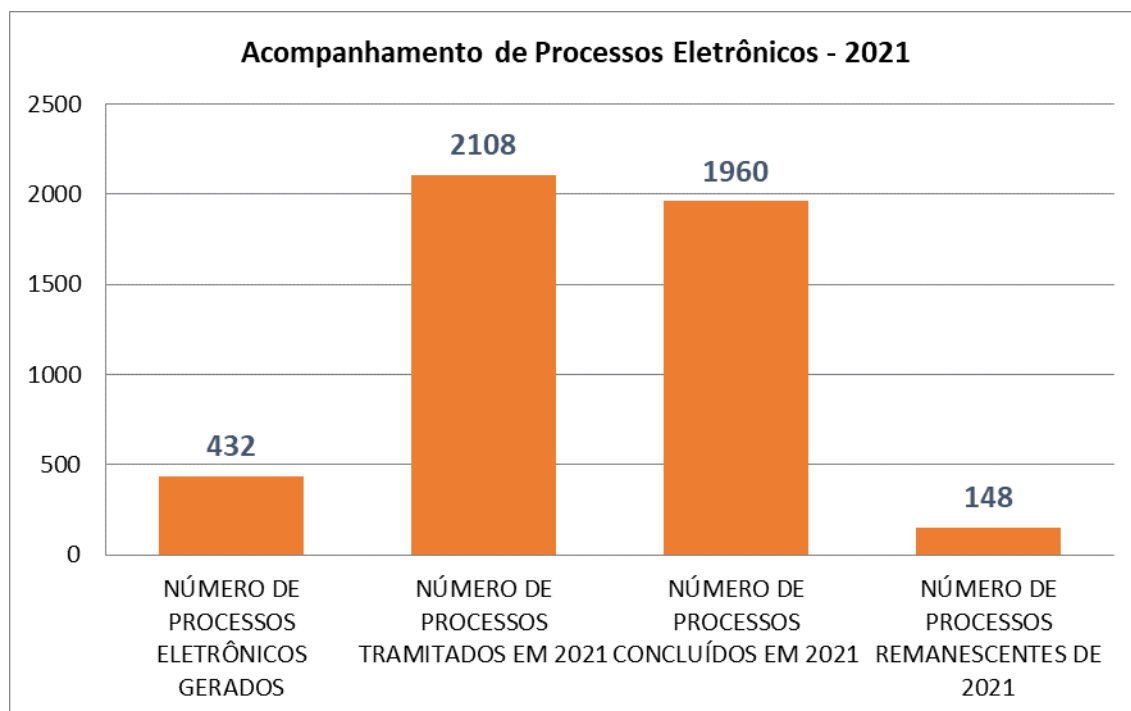
A maior expressão nos referenciamentos efetuados pelos CREAS centraliza-se no CREAS Sul, com 19% do total, número muito acima comparado aos outros CREAS, podendo ser observado e comparado no gráfico.

Gráfico 8. Referenciamento dos Processos da Vara da Infância em 2021- por Serviço



Em um olhar panorâmico [gráfico 9] sobre os processos tramitados neste Departamento, podemos observar que poucos processos (7%) permaneceram remanescentes de 2021 para 2022 e há de se considerar que parte destes ficaram estagnados por serem processos judicializados e que, em virtude do recesso do Poder Judiciário, encontraram-se ainda sob nossa tutela, aguardando até que pudessem ser remetidos, em conformidade com o fluxo pré-estabelecido.

Gráfico 9. Acompanhamento dos Processos Eletrônicos



Conquanto o procedimento e tratamento administrativo dispensado às demandas deste Departamento [conforme Tabela 5], foram gerados 2.873 documentos que alimentaram os 1115 processos gerados além dos tramitados, subsidiando a execução das atividades realizadas por nossos serviços, dando ênfase ao de maior número – 2.575 Despachos – que expressa o número de encaminhamentos e manifestações remetidas às nossas Unidades internas.

Tabela 7. Número de documentos gerados em 2021

DOCUMENTOS GERADOS EM 2021

Tipo	Total
Despacho	2575
Comunicado de Esclarecimento	120
Ofício	84
Documento Padrão	26
Manifestação	15
E-mail	12
Parecer	8
Acesso / Revogação ao SEI	7
Recibo Eletrônico de Protocolo	6

Criação/Alteração de Unidades	5
Memorando	5
Ficha de Referenciamento ao CREAS	2
Solicitação	2
Solicitação de Serviço Telefonia Móvel Pessoal	2
Criação de Tipos de Documentos no SEI	1
DGP - Formulário Alteração Layout – Paço	1
Indicação para Fiscal de Contrato com Obj. Específico	1
Relatório	1
TOTAL:	2873

Em complemento, juntos aos documentos escritos e despachados houve em 2021 a inclusão de 1.493 documentos anexos, discriminados conforme a Tabela de 6, ilustrando, de modo indireto, o número de documentação que necessita ser apensada aos processos eletrônicos, que nos chegam via e-mail de outros órgãos, a fim de subsidiar e justificar a causa do encaminhamento, servindo como peças de instrução processual.

Tabela 8. Número de documentos Externos anexados em 2021

DOCUMENTOS EXTERNOS 2021

Tipo	Total
Anexo	514
E-mail	379
Denúncia	168
Memorando	124
Procuração	57
Anexo	47
Solicitação	34
Documentos de Qualificação	24
Processo Administrativo Digitalizado	16
Formulário	12
Folha de Pagamento Analítica	8
Apêndice	7
Despacho	7

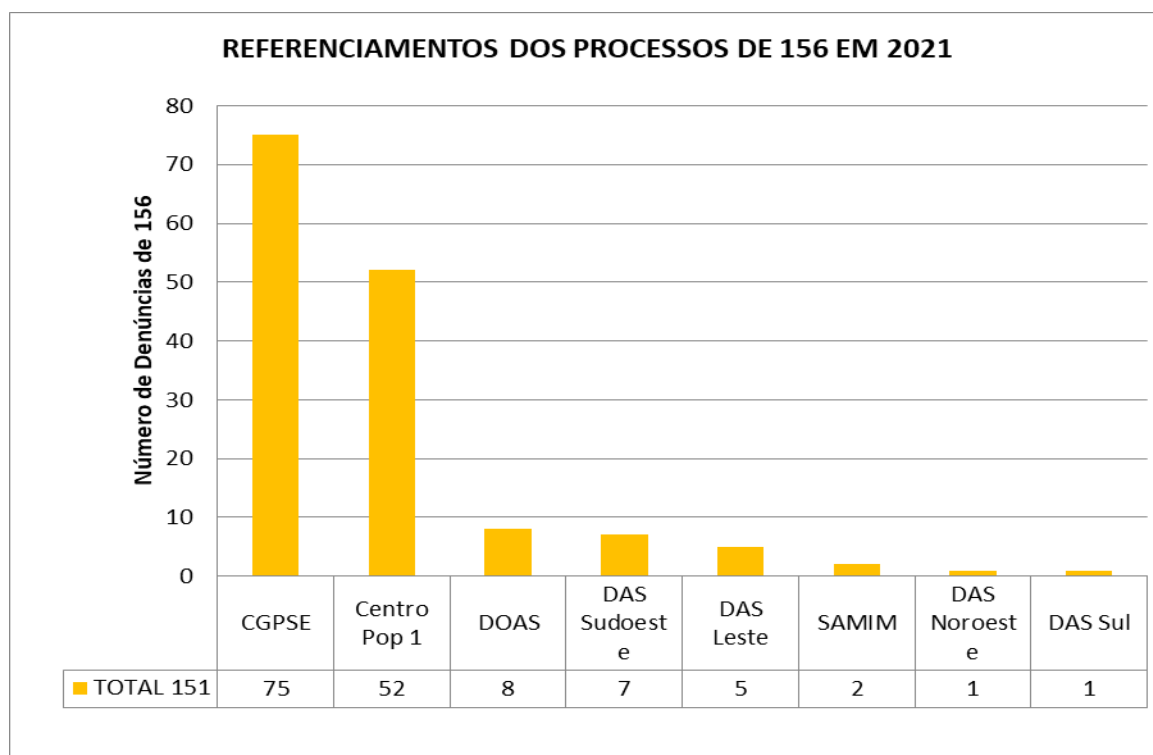
Ficha Cadastral	7
Documento Padrão	7
Minuta de Projeto de Lei	7
Nota Fiscal	6
Comprovante	6
Parecer	6
Contrato Social	4
Fotografia	4
Planilha	3
Documentos Pessoais	3
Documentação Comprobatória	3
Certidão Negativa Débitos Tributários Dívida Ativa	3
Extrato	3
Decisão	2
Certificado	2
Boletim de Ocorrência	2
Imagem Documental	2
Proposta	2
Documentação da Empresa	2
Manifestação	2
Ata	2
Recibo	2
Retificação	2
Ofício	1
Denúncia	1
Relatório	1
Comprovante de Inscrição no CNPJ/CPF	1
Comunicado	1
Requerimento	1
Atestado	1
Autorização	1
Instrução Processual	1
Planta	1

Portaria	1
Proposta de Prestação de Serviço	1
Relatório Conclusivo	1
Resolução	1
TOTAL:	1493

Importante ressaltar que existe fluxo estabelecido com a VIJ e o MP onde as famílias da média complexidade em acompanhamento pelos serviços e às crianças e adolescentes acolhidos as requisições desses órgãos se dão diretamente nos serviços de referência do usuário, isso teve como premissa facilitar o fluxo de encaminhamentos.

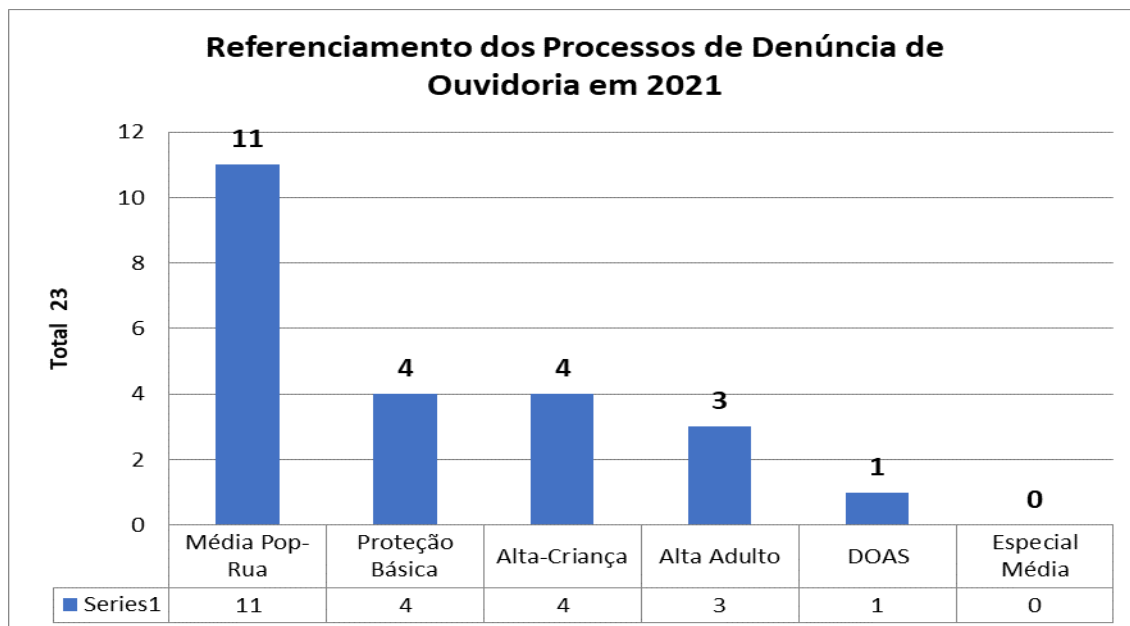
Em relação aos dados de processos de denúncia/ manifestação civil, apresentadas via canal 156 [Gráfico 10], dos 151 totalizados em 2021, argumentamos que são expressivamente maiores as queixas relacionadas aos Serviços subordinados à Coordenadoria Geral de Proteção Social Especial, que trata inicialmente do conteúdo da informação/denúncia, triando e encaminhando à unidade competente, solicitando instrução e resposta, que será encaminhada ao demandante inicial, bem como a tomada das providências cabíveis. Ademais, cabe evidenciar o enfoque do teor das denúncias de 156 presentes nos serviços de atendimento a população em situação de rua.

Gráfico 10. Referenciamento de Processos advindos pelo 156 em 2021



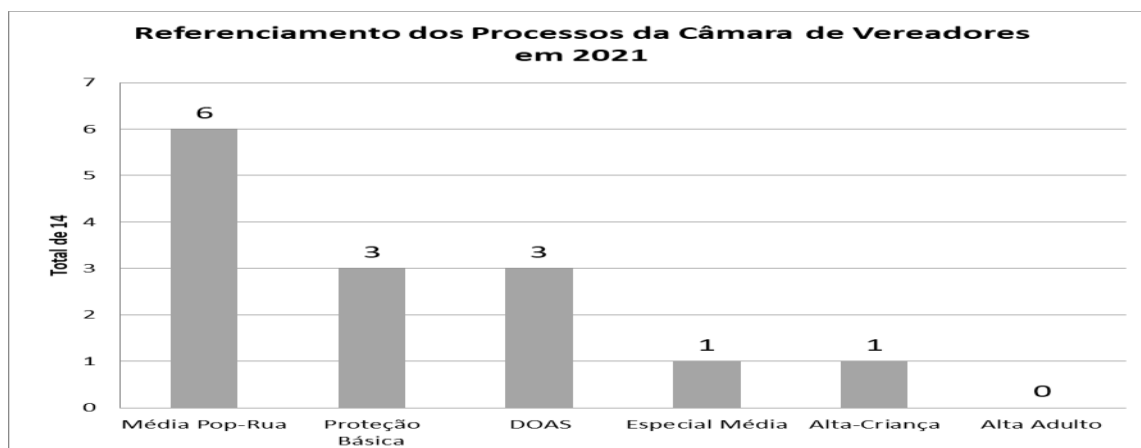
Ainda em relação às demandas e reclamações pertinentes aos nossos Serviços, aquelas que nos chegaram via canal da Ouvidoria do Município também em sua maioria trataram da População em Situação de Rua [conforme Gráfico de nº 11], sendo remetidas às Coordenadorias competentes, subsidiando as devolutivas aos Demandantes.

Gráfico 11. Referenciamento de Processos advindos pelo Ouvidoria do Município em 2021



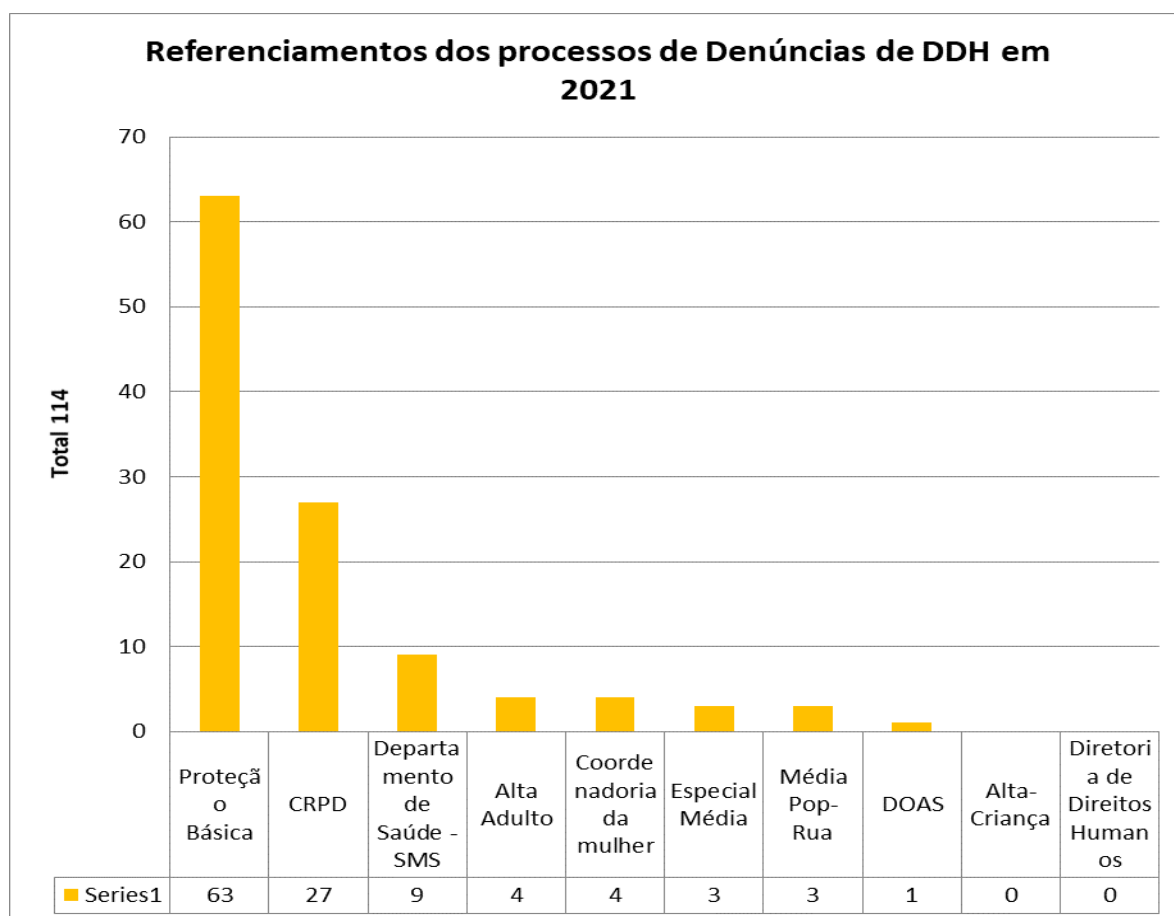
Em associação com os outros Poderes, da esfera municipal, a Câmara dos Vereadores diligenciou 14 processos [discriminados no Gráfico de nº 12], com demandas variadas, em especial diagnósticos sobre os atendimentos dos Serviços Socioassistenciais, bem como levantamento de demanda de instalação de novas unidades para atendimento da população, de modo intermediado pelo Gabinete do Prefeito.

Gráfico 12. Referenciamento de Processos advindos da Câmara de Vereadores em 2021



Além das atividades já descritas, é incluído neste Relatório a contabilização de denúncias referenciadas pelo Disque Direitos Humanos – aquelas que tratam de adulto/idoso – que, em sua maioria, tratam de casos de violação de direitos e vulnerabilidades da população idosa, remetidas em especial à Proteção Social Básica, para averiguação da procedência e providências, quando é o caso. A chegada, enquanto porta de entrada deste Canal, e que não competem a esta Diretoria/Departamento são remetidas aos serviços competentes, que em sua maioria de pessoas com deficiência.

Gráfico 13. Referenciamento de Processos advindos do Disque Direitos Humanos em 2021



Desafios durante a execução das atividades

Número elevado de processos para avaliação de demanda, acarretando acúmulo de processos que não necessitavam de prazo para devolução, tendo que elencar prioridades de avaliação para encaminhamentos aos serviços em tempo hábil para resposta dentro dos prazos solicitados pelos demandantes, principalmente aquelas do Ministério Público, das Varas Judiciais e do Conselho Tutelar.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

A partir da organização da demanda foi possível identificar as ações estratégicas necessárias a serem desenvolvidas no ano de 2022 a fim de melhorar os fluxos de encaminhamento de processos, como também o fluxo de comunicação de todo o Departamento de Operações de Assistência Social, fortalecendo as equipes e a Gestão.

Metas para 2022

Alteração do fluxo de encaminhamento dos processos, a fim de qualificar a demanda a partir dos serviços e rede nos territórios e agilizar o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade e ou risco social.

Ações estratégicas a serem desenvolvidas com os Conselhos Tutelares que apresentam maior demanda, para ajustes do fluxo e qualificação da demanda de cada território.

Cartilha com todos os fluxos do Departamento.

Necessidade de repensar a porta de entrada da Secretaria para as demandas de denúncia que chegam direto no departamento, sendo necessário após avaliação encaminhar a outras políticas.

Processo circular de Avaliação do Ano de 2021 – DOAS

De forma a avaliar o trabalho social executado pelas unidades descentralizadas do DOAS/SMASDH, realizou-se de 06 a 13 de dezembro de 2021 um processo circular de avaliação. Além disso, a proposta englobou uma confraternização de forma a celebrar os avanços alcançados em meio às adversidades, visto que cada trabalhador em suas equipes pode desenvolver o seu trabalho a partir das ferramentas disponíveis em cada unidade e das influências da conjuntura local e nacional.

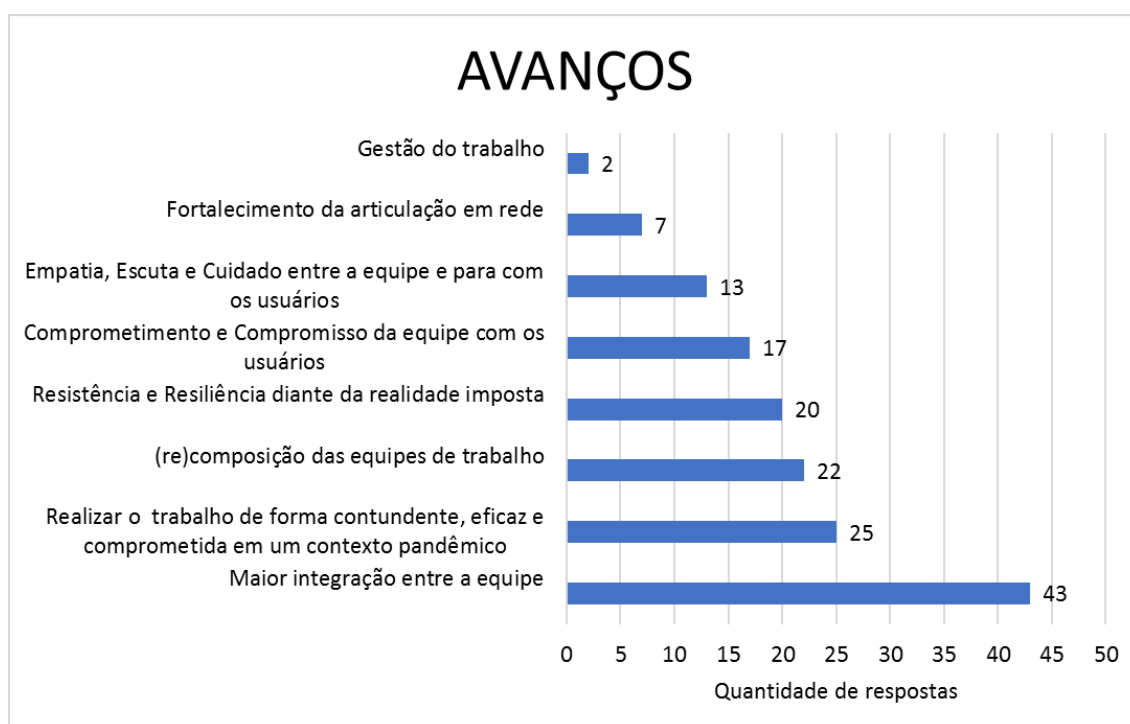
Para organizar o processo avaliativo, foram propostas as seguintes perguntas norteadoras:

1. Relembrando os pontos positivos trabalhados ao longo do ano, no que você acha que sua equipe avançou?
2. Considerando os impactos nas suas atividades ao longo deste ano, o que você avalia que ainda é um desafio a ser superado?
3. Considerando suas aptidões pessoais e os limites que a rotina lhe impõe, quais ferramentas ou habilidades que podem ajudar a superar esses desafios?

Tais questões foram discutidas em três eixos norteadores a saber: Avanços, Desafios e Contribuições em que os servidores puderam expressar suas opiniões, angústias e soluções para as demandas organizadas para cada região. Para fins deste Relatório de Gestão 2021 e tendo como base de dados as respostas coletadas durante os cinco encontros, a gestão do DOAS categorizou as respostas em categorias analíticas e tabulou as ocorrências por similaridades. Apresentamos abaixo os dados organizados por eixo temático, analisando, de maneira geral, os dados das cinco regiões.

A imagem a seguir apresenta o gráfico com a síntese das respostas dos servidores no que se refere aos avanços identificados em 2021:

Gráfico 14 - Por avanços foram indicadas as seguintes propostas



Podemos observar que as três categorias com maior ocorrência foram maior integração com a equipe (29%), realizar o trabalho de forma contundente, eficaz e comprometida em um contexto pandêmico e a (re)composição das equipes de trabalho com 17% e 15%, respectivamente. A categoria “maior integração entre a equipe” inclui falas como comprometimento da equipe, construção conjunta (relacionamento interpessoal, trocas de conhecimento, unidade) e trabalho em equipe (cumplicidade, equipe mais madura, respeito, coletividade) dentre outras.

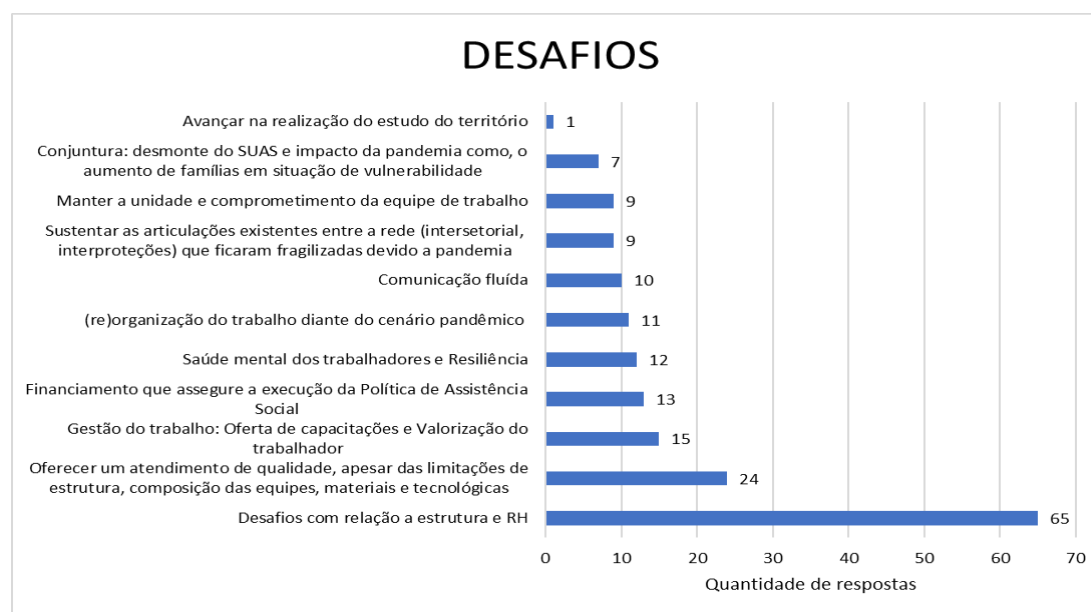
Reorganização, reinvenção, superação, ações coletivas, estratégias de atendimento são falas que compõem a segunda categoria de análise com maior ocorrência no eixo “Avanços” da avaliação. Por fim, a categoria “(re)composição das equipes de trabalho” abarca falas como chegada

de novos profissionais, ampliação das equipes, a composição da equipe enquanto aspecto de união de equipe e melhoria do ambiente interno.

As demais categorias de análise refletem a importância das condições de trabalho suficientes como garantidoras das condições de trabalho na execução dos serviços do DOAS, bem como os recursos internos dos servidores utilizados para enfrentar a conjuntura social que estamos vivendo e o fortalecimento da articulação em rede, tão necessária para efetivação do enfrentamento às vulnerabilidades sociais do público alvo da política de assistência social.

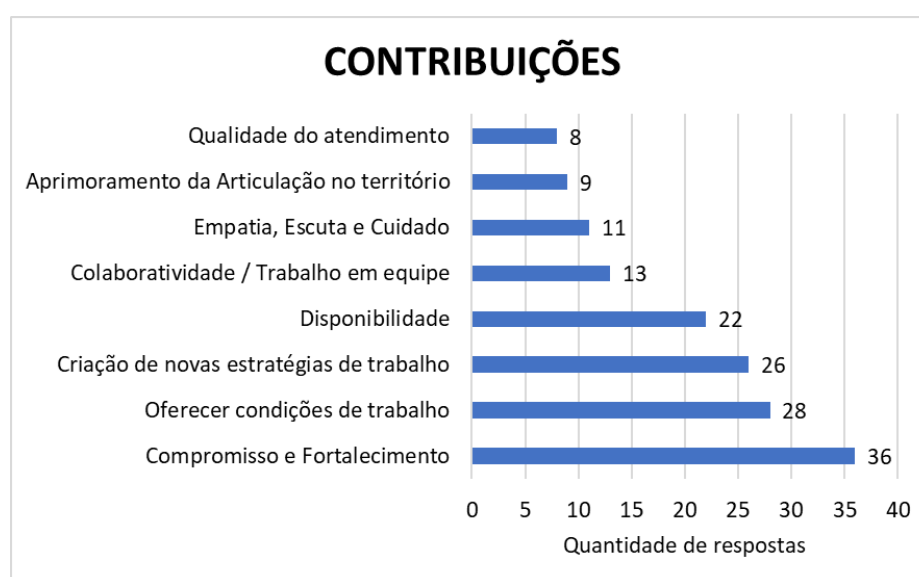
Elucidando os entraves do trabalho realizado em 2021, os servidores apresentaram as seguintes falas: recursos humanos (escassez, necessidade de recomposição, aumento da demanda vs. a capacidade da equipe), estrutura (espaço físico, necessidade de manutenção dos prédios, necessidades de novas tecnologia, melhoria da comunicação, dentre outros) e manutenção predial (desafios com relação à estrutura e RH – 37%); necessidade de investir na prevenção, reorganização territorial, oferecer trabalho de qualidade, apesar das limitações da política de assistência social, alinhamento das expectativas das proteções, unidade do SUAS etc. (oferecer um atendimento de qualidade, apesar das limitações estrutura, composição das equipe, materiais e tecnológicas – 14%) e alinhamento teórico-prático e quantificação das práticas adotadas, formação, supervisão, capacitação, cuidado com o trabalhador, valorização do trabalho dentre outras (gestão do trabalho: oferta de capacitações e valorização do trabalhador). Neste sentido, observa-se que 59% dos desafios apontados dizem respeito às questões estruturais, de tecnologia, formação e capacitação dos servidores o que coaduna com desafios apresentados pelos gestores no Assiste Campinas realizado pela SMASDH em julho de 2021. A imagem a seguir, apresenta o gráfico representativo das categorias analíticas deste eixo:

Gráfico 15 - Por Desafios foram indicadas as seguintes propostas:



Por último, o eixo Contribuições representa as falas dos servidores quanto aos recursos internos e institucionais necessários para a superação dos desafios elencados. Observe-se na figura a seguir, que apresenta o gráfico com as categorias analíticas elegidas pelo DOAS para este eixo, que as três categorias mais recorrentes são compromisso e fortalecimento com 36 ocorrências, oferecer condições de trabalho, 28 ocorrências, e criação de novas estratégias de trabalho, com 26 ocorrências.

Gráfico 16 - Por contribuição foram indicadas as seguintes propostas:



Algumas das falas que compõem esse eixo são: defesa do SUAS, comprometimento da equipe de trabalho, atuar dentro dos limites da salubridade, compromisso, lealdade, dedicação, fortalecimento da equipe e da região, apoio da gestão para oferecer condições de trabalho, habilidades vs. limites pessoais, investimento em valorização do servidor, capacitação, recursos tecnológicos, retomada das ações coletivas, facilitar e proporcionar espaços conjuntos de construção, desenvolver novas estratégias de trabalho, melhorar a comunicação entre os atores da rede socioassistencial e aprimoramento dos fluxos de trabalho.

Constatamos nessa avaliação que há grandes desafios para serem superados, que abarcam desde a estrutura física, metodologias de trabalho, articulação com a rede, comunicação intra e extra-departamentos que apontam para os indicadores de sua superação a serem incorporados no planejamento estratégico do DOAS. Paralelo a isso, as unidades descentralizadas realizaram diversas ações apresentadas nesse Relatório de Gestão que fortalecem o SUAS e a política de assistência social, garantindo aos usuários alvo desta política acesso a direitos e condições de organização pessoal e comunitária para enfrentamento das vulnerabilidades sociais presentes na sociedade campeira e diretamente afetadas pelas conjunturas nacional e global.

Por fim, destaca-se que este relatório passará por apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, mais do que publicizar as informações, o relatório têm como objetivo subsidiar o Conselho, demais instâncias de controle social e toda a sociedade, na análise sobre os avanços alcançados em 2021 e nos desafios que seguem. Sempre é bom lembrar que o Relatório deve ser publicado e amplamente divulgado. Dessa forma, o gestor estará cumprindo as exigências em relação a prestação de contas, respeitando o princípio da publicidade na Administração Pública.

Imagem 3 - Região Sudoeste



Imagem 4 - Região Norte



Imagem 5 - Região Leste



*Maria Aparecida Giani Oliva Modenesi Barbosa – Diretora do Departamento
Patricia Tasca – Assessora Técnica
José Wilson Barbosa – Administrativo*

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

No município de Campinas, a Proteção Social Básica está organizada de forma territorializada, por intermédio de 05 Distritos de Assistência Social (DAS), 13 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 92 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atuam de forma preventiva, realizando o trabalho social com famílias.

O DAS é uma estrutura descentralizada da política de Assistência Social do município de Campinas, com função técnica, operacional, administrativa e de gestão. É responsável por gerenciar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da PSB do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nas cinco macrorregiões do município e prestam atendimentos às famílias que residem em território sem cobertura de CRAS.

O CRAS é a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção básica, do que decorre sua função de gestão local. O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no Sistema Único de Assistência Social.

No ano de 2021, a Coordenadoria Geral de Proteção Social Básica (CGPSB) passa a atuar em um novo desenho de atribuições, definido pelo Gabinete da Secretaria em consonância com a readequação do organograma dos Departamentos. Além de pactuar os padrões técnicos para a execução dos serviços socioassistenciais e a organização das unidades da Proteção Social Básica em consonância ao que preceitua a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, a Coordenadoria participou de Grupos de Trabalho (GTs) de interesse do Departamento de Operações de Assistência

Social (DOAS)/Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH) e trabalhou na interface entre as unidades descentralizadas e o Departamento.

Neste sentido, a Coordenadoria tem como atribuições: realizar a gestão dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica; efetivar fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento entre as proteções sociais; coordenar a implementação das normatizações estabelecidas pelo DOAS; fortalecer a articulação e a intersetorialidade entre as políticas públicas setoriais e Sistema de Garantia de Direitos; subsidiar o DOAS para o planejamento das ações da Proteção Social Básica e apoiar o DOAS nos processos administrativos, metodológicos e operacionais de gestão.

Através desse novo desenho, deu-se a criação da Coordenadoria de Parcerias da Proteção Social Básica, com o objetivo de realizar a gestão das ações e processos de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Resolução CNAS Nº 01, de 21 de fevereiro de 2013 e com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Há de se destacar que 2021 seguiu como um ano pandêmico, no qual houve oscilação nos números de infecção por Sars-Cov2 e suas variantes, impactando nas alterações das fases de restrições aos serviços e comércio conforme disposto no Plano São Paulo de retomada consciente e dos Decretos editados pelo Executivo Municipal. Tais condições ocasionaram nas diretrizes municipais aplicadas nas notas técnicas SMASDH 001/2021, 002/2021, 003/2021 e no Guia de orientação para a rede socioassistencial para a prevenção da covid-19.

No início da pandemia, os serviços da Assistência Social foram classificados pelo Governo Federal enquanto serviço essencial, ou seja, sua prestação foi mantida mesmo em meio às fases mais agudas da pandemia. Porém quando iniciada a vacinação, os trabalhadores desta política não foram considerados como público prioritário para vacinação. Tal situação trouxe um cenário de insegurança para os trabalhadores do SUAS, haja vista que a vacinação somada as medidas sanitárias de contenção da doença, pode diminuir o risco de infecções e internações de elevado grau de risco.

A vacinação dos profissionais do SUAS em Campinas iniciou-se em abril de 2021, com os trabalhadores de Serviço Social e Psicologia, orientando-se aos demais trabalhadores, que entrassem nas escalas etárias, caso fossem contemplados pela organização do Programa Estadual de Imunização do Estado ou da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme as negociações avançaram, os demais trabalhadores da SMASDH e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) foram incluídos no público prioritário de vacinação.

Neste mesmo cenário cabe ressaltar alguns avanços no âmbito da Política de Assistência Social, no exercício de 2021 em Campinas:

1) Implantação do CRAS Laudelina Campos de Mello, na região Noroeste. Inaugurado em abril de 2021, o CRAS Laudelina é uma demanda já apresentada pela população e gestores da região há alguns anos, tendo iniciado seu processo de implantação na gestão anterior. Instalado em um território com alto índice de vulnerabilidade e risco social, abrangendo os bairros Jardim Bassoli, Parque São Bento Fases I, II e III e Parque Floresta I, II, III e IV, totalizando aproximadamente 7.305 famílias, de acordo com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Segundo dados do Cadastro Único acerca desse território, são 3.267 famílias inscritas no CAD Único e destas, 62,7% das vivem em situação de extrema pobreza e são famílias em sua maioria chefiadas por mulheres¹. Sua sede está em prédio próprio à Rua Alípio Pereira, 179 – Parque Floresta. A implantação do CRAS Laudelina também representa um avanço, ainda que parcial, no Eixo 1/objetivo 2 do PMAS 2018-2021, que prevê a instalação de novos CRASs no município.

2) Reordenamento do território do CRAS Dandara dos Palmares (antigo CRAS São Luís), que teve seu território redesenhado para atender os bairros: São Luis, Campina Grande, Parque Itajai I, II, III e IV, Parque Valença I e II, Jardim Santa Clara e CDHU Santa Clara, proporcionando atendimentos às famílias moradoras em bairros, anteriormente sem cobertura deste serviço.

A nova organização territorial da região Noroeste, propiciada pela implantação do CRAS Laudelina e consequente adequação do território do CRAS Dandara representa significativo avanço no atendimento às famílias deste território, visto que amplia a cobertura de CRAS no município, aumentando a capilaridade da PSB e a oferta do PAIF, desonerando atendimentos do DAS Noroeste, que está em território superdimensionado, atendendo a 47 bairros.

3) Implantação da Equipe Volante de Proteção Social Básica, na região Norte, em agosto de 2021. Conforme relatado, a extensão territorial de Campinas e atual organização da PSB faz com que existam territórios sem cobertura de CRAS, sendo tais territórios referenciados aos DAS. A equipe volante busca aproximar os atendimentos da PSB dos usuários, facilitando o acesso à proteção social preconizada pelo SUAS, demanda recorrentemente apresentada em Conferências da Assistência Social, nos Planos Municipal de Assistência Social e outros espaços participativos.

A primeira equipe volante foi implantada na região Norte, para atender o microterritório San Martin, levando atendimento social a diversas famílias, além de possibilitar a inclusão ou atualização do Cadastro Único através da parceria com a Coordenadoria Setorial de Transferência de Renda e Cadastro Social (CSTRCS) que disponibiliza a van do CadMóvel.

¹ Dados referentes a dezembro de 2021, obtidos através do Departamento de Vigilância Socioassistencial do Município de Campinas.

Na medida que a população foi tomando conhecimento do serviço de PSB oferecido próximo às suas residências, houve aumento da procura pelo atendimento social, gerando uma média de 87 atendimentos mensais. Inicialmente, as principais demandas apresentadas nos atendimentos foram: informações sobre CadÚnico e programas de transferência de renda, cestas básicas, solicitações de BPC e isenção para emissão de documentos.

Conforme a população se sentiu acolhida, foram relatadas situações e demandas referentes a Saúde, Habitação, situações de violência e negligência, que expõem a necessidade da presença de equipamento público da Assistência Social no território para atuarem diretamente na articulação dos serviços e acompanhamentos dos atendimentos.

4) Admissão de servidores na proteção social básica, advindos de concurso público, sendo estes: 7 Assistentes Sociais e 2 Psicólogos. E também, remanejamento de servidores vindos de outras unidades, sendo: 8 Assistentes Sociais, 1 Administrativo e 1 Agente de Ação Social. Os profissionais mencionados foram lotados nas seguintes unidades: CGPSB, CRAS Campo Belo, CRAS Espaço Esperança, CRAS Laudelina, CRAS Nelson Mandela, DAS Leste, DAS Noroeste e DAS Sudoeste. Resultando no seguinte quadro de RH:

Tabela 9 – Quadro de RH – Serviços da Proteção Social Básica

REGIÃO	SERVIÇO	FUNÇÃO	Qtd
Leste	CRAS Flamboyant	Agente de Ação Social	2
		Assistente Social	2
		Chefia de Setor	1
	CRAS Recanto Anhumas	Agente de Ação Social	2
		Agente de Apoio Operacional	1
		Apoio	2
		Assistente Social	1
		Chefe	1
		Psicólogo	2
	DAS Leste	Agente administrativo	1
		Agente de Apoio Operacional	3
		Assistente Social	3
Coordenador(a)		1	
		Agente administrativo	1

REGIÃO	SERVIÇO	FUNÇÃO	Qty
Noroeste	CRAS Florence	Assistente Social	3
		Chefe	1
		Agente administrativo	1
	CRAS Satélite Íris	Agente de Ação Social	1
		Agente de Apoio Operacional	1
		Apoio	1
		Assistente Social	4
		Motorista	1
		Chefia de Setor	1
	DAS Noroeste	Agente de Apoio Operacional	1
		Assistente Social	3
		Coordenador(a)	1
	CRAS Laudelina de Campos Melo	Assistente Social	1
		Psicólogo	1
		Chefia de Setor	1
Agente administrativo		1	
CRAS Dandara	Agente de Ação Social	1	
	Assistente Social	2	
	Psicólogo	1	
	Chefia de Setor	1	

REGIÃO	SERVIÇO	FUNÇÃO	Qty
Norte	CRAS Espaço Esperança	Agente de Ação Social	3
		Apoio	2
		Assistente Social	3
		Psicólogo	1
		Chefia de Setor	1
		Agente administrativo	1
		CRAS Vila Réggio	Agente de Ação Social
	Assistente Social		2
	Psicólogo		2
	Agente administrativo		1
	DAS Norte	Assistente Social	4
		Coordenador(a)	1
		Agente administrativo	1
	DAS Norte - CACO	Agente de Apoio Operacional	1
		Agente administrativo	1

REGIÃO	SERVIÇO	FUNÇÃO	Qtd
Sudoeste	CRAS Campos Elíseos	Agente de Ação Social	2
		Assistente Social	3
		Chefe	1
		Psicólogo	1
	CRAS Nelson Mandela	Agente de Ação Social	1
		Agente de Apoio Operacional	1
		Assistente Social	2
		Chefe	1
		Psicólogo	1
		Agente administrativo	1
	CRAS Novo Tempo	Agente de Ação Social	2
		Assistente Social	2
		Chefe	1
		Psicólogo	1
		Agente administrativo	1
	DAS Sudoeste	Assistente Social	3
Coordenador(a)		1	
Agente administrativo		1	

REGIÃO	SERVIÇO	FUNÇÃO	Qtd
Sul	CRAS Bandeiras	Agente de Ação Social	1
		Apoio	1
		Assistente Social	2
		Chefe	1
		Psicólogo	1
	CRAS Campo Belo	Agente de Ação Social	1
		Assistente Social	4
		Chefia de Setor	1
		Agente administrativo	1
	DAS Sul	Apoio	1
		Assistente Social	2
		Psicólogo	1
		Coordenador(a)	1
Agente administrativo		1	

TOTAL 122

Os avanços elencados foram de suma importância para atenuar os fortes impactos da escalada da desigualdade social em Campinas. De acordo com um levantamento municipal, publicado pelo jornal G1 Campinas², houve crescimento das vulnerabilidades socioeconômicas nas seguintes proporções: aumento de 16,9 % de famílias em situação de extrema pobreza, aumento de 0,98% das famílias em situação de pobreza e 7,5% de aumento das famílias consideradas baixa renda, no período de dezembro de 2020 a junho de 2021. Quanto ao desemprego, no período de janeiro a maio de 2021, houve um crescimento de 11% de solicitações de auxílio-desemprego em comparação a 2020. Os dados ainda apontam que de 2020 para 2021, o número de famílias campineiras inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) saltou de 85 mil para 92 mil.

O empobrecimento da população e demais impactos sociais, somados a ausência e/ou redução de demais serviços e políticas (como Educação, Previdência Social, Cultura, etc.) e a referência dos serviços da Proteção Social Básica, enquanto principal forma de entrada na Política de Assistência Social nos territórios, ocasionaram no aumento da busca por atendimento nos DAS e CRAS, bem como o aumento de referenciamentos de casos pelo Sistema de Garantia de Direitos e Rede de Serviços.

Dados de Atendimento

O planejamento estratégico da PSB se consolidou como eficiente instrumento de organização das ações da proteção social, além de trazer unidade aos processos de trabalho. Foi desenvolvido através de diálogo com as equipes, representadas por seus gestores e aprimorada no decorrer de seu uso no grupo de gestão. Atualmente conta com três eixos temáticos e quatro desafios a serem perseguidos pelas unidades descentralizadas a saber: *Eixo I – Trabalho Social com famílias, Eixo II – Gestão Territorial e Eixo III – Vigilância Socioassistencial.*

Para o funcionamento das unidades da PSB, além das ações elencadas no planejamento estratégico, as unidades atendem às normativas da PNAS/SUAS, no desenvolvimento de ações denominadas de “atribuições das unidades”, que compõem o rol de atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano.

Diante do cenário pandêmico, os serviços da Política de Assistência Social, considerados essenciais, assumiram sua pertinência e relevância na promoção e garantia de direitos, em destaque o Direito à Proteção Social e à Segurança Alimentar e Nutricional às famílias mais vulneráveis. Evidenciaram-se novas demandas aos equipamentos e aos serviços da Assistência Social, exigindo

² <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/09/15/numero-de-familias-em-situacao-de-extrema-pobreza-cresce-169percent-em-campinas-na-pandemia.ghtml>

rearranjos, novas formas técnico-operacionais e maior articulação e fortalecimento das redes nos territórios.

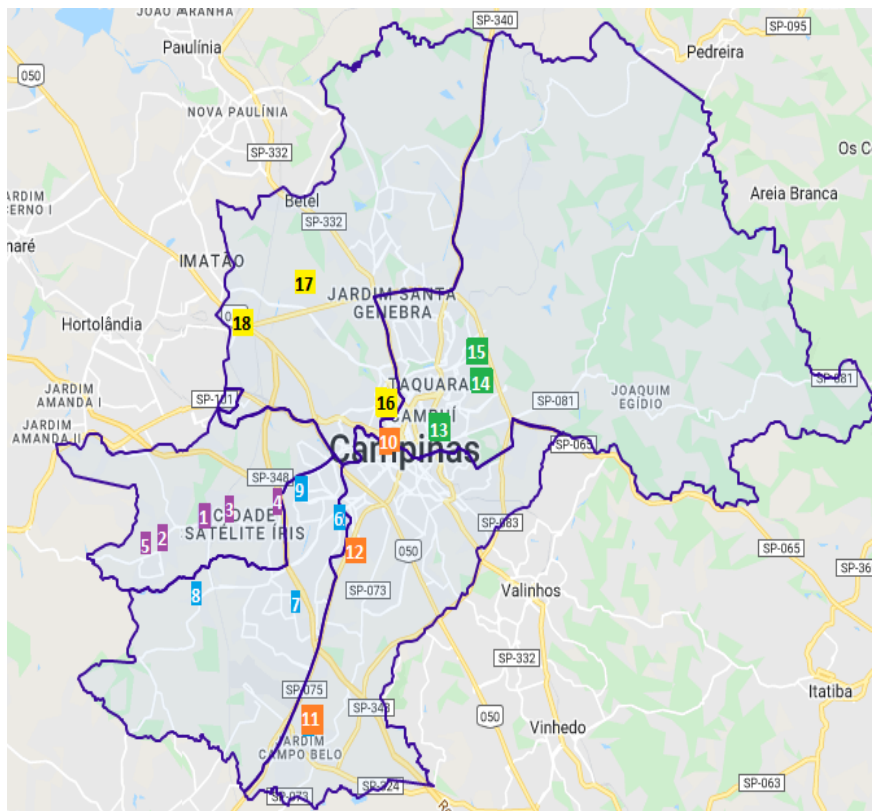
Foram mantidos os atendimentos à população via telefone e aplicativo de mensagens WhatsApp Business, sem que houvesse prejuízo aos atendimentos presenciais particularizados e às visitas domiciliares, sempre que necessários.

O quadro a seguir retrata, quantitativamente, os atendimentos dos DAS e CRAS no ano de 2021, bem como o número de famílias atendidas por CRAS:

Tabela 10. Dados de Atendimento 2021 – DAS e CRAS

Dados de Atendimento dos DAS e CRAS de 2021			
Região	Unidade	Total de famílias atendidas	Total de Atendimentos
Leste	DAS Leste	2731	3366
	Flamboyant	871	6232
	Recanto Anhumas	904	3749
Noroeste	DAS Noroeste	1745	3109
	Dandara	1461	5562
	Florence	1387	4871
	Laudelina	1097	3109
	Satélite Iris	2305	6987
Norte	DAS Norte	1323	2643
	Espaço Esperança	1394	3635
	Vila Réggio	1473	5591
Sudoeste	DAS Sudoeste	1592	3207
	Campos Elíseos	962	3257
	Nelson Mandela	1559	3865
	Novo Tempo	2078	6550
Sul	DAS Sul	1721	3168
	Bandeiras	2455	7021
	Campo Belo	3248	6646
TOTAL		28674	81807

Imagem 6 – Mapa dos Territórios



Legenda:

- 1 – DAS Noroeste
- 2 – CRAS Dandara dos Palmares
- 3 – CRAS Florence
- 4 – CRAS Satélite Íris
- 5 – CRAS Laudelina de Campos Melo
- 6 – DAS Sudoeste
- 7 – CRAS Nelson Mandela
- 8 – CRAS Novo Tempo
- 9 – CRAS Campos Elíseos
- 10 – DAS Sul
- 11 – CRAS Campo Belo
- 12 – CRAS Bandeira
- 13 – DAS Leste
- 14 – CRAS Flamboyant
- 15 – CRAS Recanto Anhumas
- 16 – DAS Norte
- 17 – CRAS Espaço Esperança
- 18 – CRAS Vila Réggio

Abaixo apresentamos mapa e tabela dos territórios de abrangência dos CRAS e DAS:

Tabela 11 – Número de Bairros

Região	Unidade	Número de Bairros Atendidos
LESTE	DAS LESTE	230
	CRAS FLAMBOYANT	17
	CRAS RECANTO ANHUMAS	16
NOROESTE	DAS NOROESTE	47
	CRAS DANDARA	10
	CRAS FLORENCE	7
	CRAS LAUDELINA	6
	CRAS SATÉLITE IRIS	8
NORTE	DAS NORTE	156
	CRAS ESPAÇO ESPERANÇA	8
	CRAS VILA RÉGGIO	21
SUDOESTE	DAS SUDOESTE	148
	CRAS CAMPOS ELISEOS	18
	CRAS NELSON MANDELA	14
	CRAS NOVO TEMPO	11
SUL	DAS SUL	245
	CRAS BANDEIRAS	16
	CRAS CAMPO BELO	12

Tabela 12 – SCFV

Região	SCFV 6 a 14 anos	SCFV CCII	Total Geral
LESTE	10	7	17
NOROESTE	8	8	16
NORTE	14	15	29
SUDOESTE	6	4	10
SUL	12	8	20
Total Geral	50	42	92

Eixo I – Trabalho Social com famílias

Cabe ressaltar que o trabalho social com famílias se difere nas duas unidades públicas da PSB, visto que o CRAS é a única unidade responsável por executar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Apesar de não executar o PAIF e, deste modo, não realizar o acompanhamento às famílias, os DAS possuem grande número de atendimentos pautados na segurança de acolhida, provisão de benefícios sociais, promoção de acesso a rede de serviços e articulação com a Proteção Social Especial e demais políticas públicas, dentre outras ações.

Para os DAS, no que se refere ao Eixo Trabalho Social com Famílias, foi possível a realização das ações para o fortalecimento da identidade da PSB no pressuposto da prevenção e na construção de metodologias na perspectiva da participação popular, através da aproximação com a rede socioassistencial, pela participação presencial e/ou online dos profissionais nas reuniões com a rede de serviços; nas intersetoriais gerais e de discussão de casos e nos atendimentos presenciais aos usuários que demandaram atendimento.

O acolhimento social, pautado na segurança de acolhida, opera com a provisão das necessidades básicas humanas junto a população usuária que o procurou, reconhecendo o agravamento das vulnerabilidades e riscos sociais como o aumento da pobreza das famílias e a busca por alimentos e benefícios dos programas de transferência de renda, em destaque ao BPC.

Foram mantidas as estratégias de acolhida de famílias, de forma remota ou presencial (preferencialmente com agendamento), referenciados pela rede socioassistencial, Educação e Saúde e outras políticas públicas, como o Serviço de Referência ao Imigrante.

Realizaram-se, também, atendimentos remotos ou presenciais e visitas técnicas para atender às demandas de denúncias dos diversos órgãos do sistema de garantia de direito, tais como Conselho Tutelar, Ministério Público, Disque Direitos Humanos (DDH), Conselho Municipal do Idoso (CMI), 156, Tribunais de Justiça, dentre outros, bem como visitas que foram necessárias a partir do atendimento técnico.

Quando analisado o volume de atendimentos, os dados mostram aumento no atendimento à população idosa, principalmente nos territórios Leste e Sul, (oriundos de denúncias sobre negligência e violência), situação de vulnerabilidade social agravada pelo desemprego e adoecimento da população adulta e idosa.

As equipes técnicas dos DAS estiveram como representante em espaços de GT e comissões, participando sempre que solicitadas das reuniões das comissões nos conselhos de direitos e outros espaços de representatividade e interesse da política de Assistência Social.

Um diferencial do DAS Norte é contar com uma Equipe Volante de Proteção Social Básica no território do San Martin, conforme já apresentado anteriormente. Além dessa estratégia, o DAS Norte realiza atendimentos descentralizados na Casa de Ação Comunitária (CACO), como metodologia de aproximação do atendimento social aos moradores do bairro Vila Anchieta e entorno.



Imagem 7- Foto da unidade volante de atendimento



Imagem 8 - Área interna unidade de atendimento volante

Já o trabalho social com famílias no âmbito dos CRAS possui as seguintes características: o PAIF pode ser executado através do atendimento pontual às famílias ou através do acompanhamento às mesmas; em ambas as ações, cabem atendimentos particularizados (ou seja, aqueles que envolvam um indivíduo ou um mesmo grupo familiar) ou coletivos (quando envolvem mais de um grupo familiar).

Conforme o planejamento, no que se refere ao Eixo Trabalho Social com Famílias, os atendimentos ofertados foram realizados de maneira híbrida (de forma presencial e remota) e através de visitas domiciliares, mantendo a articulação e interação com a rede intersetorial nos atendimentos das famílias residentes no território. Foi possível observar mudanças no perfil das famílias que procuravam o atendimento da Política de Assistência Social, ou seja, cidadãos que migraram de classe social devido ao desemprego e conjuntura socioeconômica do país.

Duas unidades tiveram desafios singulares, somados àqueles comuns às demais unidades, na execução dos atendimentos: o CRAS Flamboyant que atualmente encontra-se sediado fora de seu território de abrangência, o que demanda estratégias específicas para prestar seu atendimento e o CRAS Laudelina que iniciou suas atividades este ano, tendo que fazer-se conhecer pelos usuários e pela rede como equipamento de proteção social básica no território.

As principais demandas trazidas pelos usuários nos atendimentos versam sobre:

- Orientações e acesso a benefícios emergenciais e programas de transferência de renda dos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Acesso remoto a outros serviços públicos (INSS, DPU, DPE, Poupatempo, Receita Federal etc.) que estiveram sem atendimento presencial no período;
- Acolhimento de idosos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), sendo que em alguns casos a demanda poderia ser sanada com inclusão em Centro Dia;
- Requerimentos e acompanhamentos de demandas relacionadas aos benefícios previdenciários do INSS;
- Requerimentos de BPC;
- Procura por benefícios da Política de Segurança Alimentar, como por exemplo, inclusão no Programa Nutrir, Viva Vida, Cesta Básica.

Observa-se sobretudo a permanência dos entraves acerca do BPC, com a informatização do acesso e a restrição/suspensão dos atendimentos presenciais nas agências do INSS, a população procurou as unidades da PSB para suprir suas demandas em relação ao referido instituto e relataram dificuldades para acessar os canais de comunicação do INSS (135 e Meu INSS), devido: a demora no atendimento e queda da ligação; incompreensão da linguagem do atendente, o qual se recusa a

falar diretamente com os profissionais dos DAS/CRAS; exigência de e-mail para requisição do benefício; e dificuldade de contato com o Serviço Social do INSS.

As ações coletivas são inseparáveis da identidade dos CRAS e estão pautadas no planejamento das unidades da PSB. Neste sentido, anualmente as equipes se organizam para a realização de ações coletivas que trabalham temas sensíveis e transversais às famílias em atendimento nas unidades.

O CRAS Flamboyant reiniciou em setembro os grupos/oficinas de convivência semanais: Oficina Criativa e Oficina de Bordado na sede da Associação dos Moradores do Bairro Novo Flamboyant ("Buraco do Sapo"), respeitando as regras sanitárias. Os links a seguir demonstram algumas atividades desenvolvidas com os usuários:

- <https://youtu.be/c6I5xSniIa>;
- <https://youtu.be/9Zdn8iNg8Ac>;
- https://youtu.be/Fd_IRhXh2HQ ;
- <https://youtu.be/SNBru8McoMc> ;



Imagem 9 - Oficina de convivência CRAS Flamboyant

No CRAS Recanto Anhumas, os atendimentos coletivos, de janeiro a julho, ocorreram remotamente pelo agente de ação social e técnicos, bem como a elaboração e fornecimento de kits de artesanato às usuárias de forma presencial, para confecção da atividade em casa e diálogo nos grupos de WhatsApp.

Em junho e julho foram elaborados os planos de ação para retorno presencial dos quatro coletivos do CRAS Recanto Anhumas, tendo como principal objetivo a convivência na prevenção dos riscos sociais:

1. “Grupo Arte e Prosa” e “Grupo Mãos Arteiras”: tem como principal ação a convivência, troca de informações e fortalecimento de vínculos. Foi subdividido em dois grupos

para garantir o distanciamento social, intercalando a frequência das participantes. As mulheres utilizaram o artesanato como meio para estimular o diálogo e de trabalhar temas importantes no aspecto da cidadania e das relações familiares e comunitárias.

2. “Grupo Jovem Digital”: coletivo novo de atuação do CRAS com jovens, em parceria com “Juventude Conectada”, visando convivência, inclusão social e digital. Iniciada em agosto de 2021, com divulgação para jovens do território e capacitações com parceiros da rede online na sala do “Juventude Conectada”, foi realizado por bolsista do programa e agente de ação social do CRAS. As jovens que foram assíduas conseguiram se informar, qualificar e se fortalecer conseguindo colocação no mercado de trabalho.

3. “Grupo Memórias Afetivas”: atividade coletiva, iniciada em agosto de 2021, que ocorreu durante os lanches das participantes dos grupos: Arte e Prosa e Mãos Arteiras. Também foi realizado o plantio de ervas para chás, que posteriormente foram colhidos e consumidos no CRAS, além de oficina de pães e bolos com ervas, com o objetivo de envolvimento dos participantes no plantio e conversas sobre memórias afetivas relacionadas a história de vida de cada participante.



Imagem 10 - Grupo Memórias Afetivas - CRAS Recanto Anhumas



Imagem 11 - Grupo Memórias Afetivas - CRAS Recanto Anhumas

O retorno as atividades coletivas presenciais no CRAS Florence, se deu a partir das normativas municipais, através de grupos semanais (Coletivo Unidos por um propósito, Mulheres Criativas e Implantação do Grupo de Adolescentes). Cabe destacar que o grupo Mulheres Criativas retornou em outubro devido a maioria serem idosas. Nesses coletivos foram trabalhados temas variados de acordo com a demanda dos usuários, destacando Dia Internacional da Mulher, Consciência Negra, Prevenção ao suicídio, Convivência em tempos de pandemia e Cidadania.

A Oficina Pé de Feijão, realizada pelo CRAS Satélite Íris, em parceria com a FEAC, foi viabilizada no segundo semestre 2021 e possibilitou introduzir uma atividade coletiva na Unidade Descentralizada São Judas, tendo contado com grande adesão da população. O território em questão possui muitos moradores que já desenvolvem hortas individuais para geração de renda e favoreceu os trabalhos coletivos já existentes na unidade descentralizada, potencializou aprendizados aos participantes, principalmente num cenário de pandemia e intensificação da insegurança alimentar de muitas famílias.



Imagem 12 - Oficina Pé de Feijão - CRAS Satélite Iris

Já as Bordadeiras retomaram suas atividades de forma presencial a partir de julho de 2021. O trabalho coletivo é composto por mulheres moradoras dos bairros São Judas que “entre bordados e prosas tecem sonhos”. O trabalho deste coletivo se articulou com o Projeto Pé de Feijão para implantar a desejada horta na área de preservação do Sr. Joaquim e finalizaram o ano com uma exposição “Um pé de Feijão, Outro de Sonho – Bordadeiras Fazendo Arte” que retrata a interlocução de dois Projetos na unidade descentralizada São Judas.



Imagem 13 - Coletivo Bordadeiras - CRAS Satélite Iris

Desde setembro, o CRAS Espaço Esperança intensificou o fluxo e os trabalhos coletivos e destacando como exitosa a execução sistemática dos grupos AMOR E VIDA, cujo foco é o cuidado com mulheres, gestantes. As atividades ocorrem em parceria com os Centros de Saúde São Marcos e Santa Mônica.

Foram abordados os temas referentes aos direitos sociais, Cadastro Único - Programas de Transferência de Renda, e proteção socioassistencial, Benefícios socioassistenciais, valorização da mulher, prevenção à violência, na perspectiva do empoderamento feminino a partir das próprias histórias trazidas pelas mulheres do grupo, maternagem e paternagem e o afeto uma relação em construção. Algumas mulheres foram referenciadas para outros os grupos de convivência deste CRAS sendo Rota Cidadania ou Fazendo Arte Tecendo a Vida, quando houve interesse.

Das atividades do Rota Cidadania, destacamos que suas atividades foram retomadas com as famílias do programa Bolsa Família, atualmente, Auxílio Brasil, a partir da busca ativa no domicílio ou através da SCFV 6 a 14 anos.



Imagem 14 - Trabalho coletivo CRAS Espaço Esperança

Destacamos no transcorrer do processo de trabalho social com as mulheres do núcleo residencial Santa Mônica-Campinho e com os adolescentes da EMEF Padre José Narciso Herenberg e do Grupo Primavera, a participação dos moradores na intervenção urbana através da grafiteagem no muro do Residencial Santa Mônica – Campinho na Rua Felinto de Almeida – Jardim Santa Mônica.

O trabalho social foi desenvolvido oportunizando espaço de reflexão, de aprendizado e de convívio, teve 10 encontros presenciais e virtuais, cujo objetivo alcançado foi aumentar a aproximação do grupo das técnicas de grafiteagem, a identificação das demandas mais relevância para a comunidade, sendo registrado as necessidades de aumentar o empoderamento da mulher, a

superação do machismo e enfrentamento da violência contra a mulher e ainda, o fortalecimento da identidade preta, na luta para desconstrução do racismo estrutural.

Através das oficinas e rodas de conversa o grupo, participou no final das atividades, da ação comunitária do CAMP CREW, ocorrido em 30/10/2021 que realizou a intervenção do grafite, inspirado nas atividades com a comunidade.

Este trabalho, ocorreu em parceria com a Coordenadoria da Juventude, SEHAB/COHAB, FEAC, resultando no envolvimento do grupo na prática da grafiteagem, aumento da participação crítica e maior organização do grupo na atividade de sensibilização da comunidade aos temas a serem enfrentados.



Imagem 15 - Trabalho de grafiteagem CRAS Espaço Esperança



Imagem 16 - Trabalho de grafiteagem CRAS Espaço Esperança

Após a publicação da Norma Técnica nº 03, o CRAS Vila Régio realizou consulta com as participantes das oficinas e grupos, considerando o contexto pandêmico e também o entendimento das pessoas que participam desses grupos a respeito da retomada. A maioria optou por se resguardar e não retornar às atividades. Por esse motivo, durante esse ano, não houve atendimentos ou acompanhamentos coletivos e oficinas. Contudo os atendimentos individuais e articulações em rede foram intensificados nesse período.

Os atendimentos coletivos realizados com a Oficina de Mangá e Mulheres Fortes, do CRAS Nelson Mandela, seguiram através do WhatsApp e Google Meet, entretanto, os recursos tecnológicos demonstraram-se insuficientes para manter o vínculo no que se refere aos idosos,

especialmente devido as limitações com as ferramentas utilizadas, corroborando para a Interrupção do Grupo Mulheres Fortes em junho de 2021.

O CRAS Novo Tempo realizou a retomada cautelosa do grupo de “Orientações Previdenciárias e BPC”. O direcionamento das demandas pertinentes converte a lógica da particularização ao coletivo, desdobrando em maior eficácia da agenda técnica.

Com o prolongamento da pandemia de covid-19 e necessidade de isolamento social, deu-se continuidade, no CRAS Bandeiras, com os participantes da oficina coletiva por contato telefônico, visitas domiciliares quando necessário e atendimentos por WhatsApp. Assim foi possível trocar informações e orientações de apoio sobre a pandemia e outros temas que se fizeram necessários mantendo-se a preservação dos vínculos entre os profissionais do CRAS e os participantes da oficina.

Para o ano de 2021, conforme Relatório de Gestão de 2020, a equipe do CRAS Campo Belo se propôs a retomar as atividades coletivas que existiam antes da pandemia covid-19, tais como: Oficina Socioeducativa com Mulheres; reuniões de acolhimento, de orientações sobre o Programa Bolsa Família e sobre Bolsa Família fora das Condicionalidades; ações coletivas e as reuniões Intersetoriais. Além disso, com a chegada da nova Agente de Ação Social no final do ano, em 2021 também seria desenvolvida uma Oficina com Famílias, utilizando a música como estratégia metodológica.

A perspectiva era que esses grupos e atividades coletivas fossem desenvolvidos presencialmente, pois as tentativas de encontros virtuais da Oficina Socioeducativa de Mulheres não obtiveram êxito devido à instabilidade no sinal de internet na região em que estão localizados.

Das ações coletivas planejadas para o ano de 2021, duas delas se concretizaram. Dada a necessidade de realização de forma online e as dificuldades previamente vivenciadas, elas foram direcionadas para os profissionais da Rede de atendimento às famílias usuárias da Política de Assistência Social, garantindo troca de experiências e instrumentalização destes profissionais que mantiveram os atendimentos às famílias durante toda a pandemia. Tais atividades serão apresentadas num próximo tópico.

Acerca das atividades coletivas, o ano de 2021 reuniu avanços na intensificação e aprimoramento das atividades online que se deram por lives, videochamadas e reuniões virtuais. A partir do segundo semestre houve o retorno das atividades coletivas presenciais, favorecendo a retomada de grupos que por sua especificidade e/ou barreiras de acesso digital não se estabeleceram no modo online.

É relevante apresentar as diferentes estratégias dos atendimentos coletivos em cada unidade, visto que respeitam as demandas expressas nos territórios e a disponibilidade de equipe em cada unidade descentralizada da PSB.

Mesmo em meio a fatores limitadores, a PSB atuou em ações coletivas voltadas ao fortalecimento do controle social e promoção do acesso a direitos, das quais destacamos:

- **XIV Conferência Municipal da Assistência Social**, que contou com a expressiva participação dos trabalhadores da PSB nas comissões de organização junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), bem como no fomento a participação de usuários. A Conferência se deu de modo virtual, mas contou com polos presenciais de transmissão e participação para usuários e trabalhadores, quesito nos quais destacamos a participação das unidades da PSB enquanto seguintes polos: CRAS Laudelina, CRAS Novo Tempo, CRAS Recanto Anhumas e CRAS Satélite Íris. Acrescentamos que dentre os 10 delegados do Poder Público eleitos para a Conferência Estadual, 9 eram da Proteção Social Básica e destes uma eleita como delegada da Conferência Federal.

- **Plano Municipal da Assistência Social 2022 – 2025 (PMAS)**, que contou com representantes da PSB nas comissões de organização através dos grupos de trabalho: GT Gestor, GT Metodologia e GT Estudo Socioterritorial. Para além dos GTs, a PSB esteve presente de maneira expressiva na live de abertura e nos encontros territoriais, sendo que neste último atuaram também na condução e mediação do encontro.

- **Entrega do Benefício Nutrir Pandemia**, no mês agosto, ocorreu em interface com o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) a substituição dos cartões Nutrir Pandemia, atingindo um total de **17.609 cartões** a serem entregues pelos DAS e CRAS. As entregas se concentraram entre os dias 17 a 23 de agosto, quando se contou, em algumas unidades, com a colaboração de servidores de outros departamentos da SMASDH. Após tal período, as entregas foram continuadas pelos CRAS e DAS.

- **Agosto Lilás**, em parceria com a Rede Protetiva, Centro de Referência da Mulher (CEAMO), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Subseção de Campinas, Guarda Municipal e o Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor de Violência (SERAVI), foram realizadas rodas de conversa nas cinco regiões para refletir sobre os Direitos das Mulheres, ressaltando os 15 anos da Lei Maria da Penha, considerada uma das leis mais avançadas do mundo na defesa dos direitos, no combate a violência de gênero e ao machismo estrutural. O encontro contou com lideranças, mulheres da comunidade, profissionais e gestores dos serviços. Os DAS e CRAS foram protagonistas na articulação para a realização dos encontros, principalmente na busca ativa de usuários e parceiros para participação no evento, fornecimento de local, infraestrutura e lanche,

sendo que 03 das 05 ações ocorreram em espaços dos CRAS, a saber CRAS Espaço Esperança, CRAS Laudelina e CRAS Recanto Anhumas.

- **16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher**, com o tema “Quando o trabalho protege”, contou com a presença de famílias atendidas pelas unidades e representantes dos DAS Sul, CRAS Campo Belo, CRAS Espaço Esperança, CRAS Laudelina, CRAS Recanto Anhumas, Gestão Central, CEAMO, CPAT e CEPROCAMP, sendo realizada em 04 unidades de CRAS.

- **Mês da Cidadania do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)**, no mês de junho o CIEE promoveu encontros online de estagiários e aprendizes para rodas de conversas sobre temática de Cidadania e Acesso a direitos. Para tal, contou com a apresentação e mediação de profissionais dos CRAS para os encontros sobre o direito a Assistência Social. Em tais rodas de conversas, jovens e adolescentes puderam conversar sobre a Assistência Social enquanto política de direito e promoção à cidadania, serviços e benefícios assistenciais e esclarecerem dúvidas acerca dos fluxos e funcionamentos.

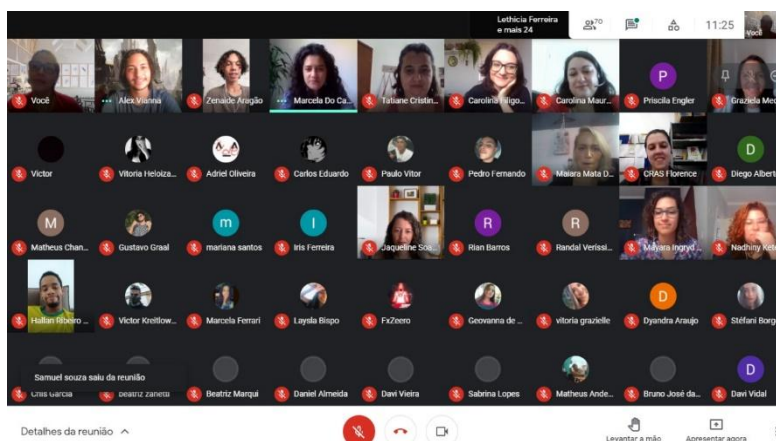


Imagem 17 - CRAS Florence - mês da cidadania do CIEE

Acerca das demais atividades, as principais temáticas abordadas foram Dia da Mulher (Março); Combate à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – “18 de Maio” (Maio); Mês de Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa – “Junho Violeta” (Junho); Prevenção ao Suicídio – “Setembro Amarelo” (Setembro) e Consciência Negra (Novembro). Essas ações que ocorriam de forma presencial, geralmente contando com potente articulação dos DAS e CRAS com a rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas do território, ganharam ênfase no formato virtual, para que os protocolos sanitários vigentes à época de suas realizações fossem seguidos.

O CRAS Campo Belo realizou em março a roda de conversa virtual intitulada “Não precisa ser Amélia para ser de verdade: reflexões sobre a mulher contemporânea”, conduzida pela psicóloga Lisene Cristina da Cunha. Esta trouxe as características das mulheres em cada época da história,

assim como dados da violência contra a mulher para que fosse possível refletir se existe um jeito “certo” de ser mulher. Para finalizar o momento, foi utilizada a música “Triste, louca ou má”, no qual a compositora Juliana Strassacapa da banda “Francisco, el hombre” expressa exatamente esta inquietação: “um homem não te define, sua casa não te define, sua carne não te define (você é seu próprio lar). Ela desatinou, desatou nós, vai viver só [...]”.

Imagem 18 - Convite Roda de Conversa CRAS Campo Belo



18 de março de 2021 - 9h

Não precisa ser Amélia pra ser de verdade

Reflexões sobre a mulher contemporânea

Bate papo com Liselene Cristina da Cunha

Link para participação
<https://meet.google.com/qlq-andz-jgo>

Psicóloga, com especialização em: Dependência Química (Unicamp – Ambulatório de Substâncias Psicoativas), Pedagogia Social (UNIBEM) e Estatuto da Criança e do Adolescente (POLICAMP). Atua na área da assistência social e clínica desde 2005, na Proteção Social Básica (SCFV) e Proteção Social Especial de Média Complexidade (SESP), coordenou a Comissão de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de Campinas, no período em que foi conselheira; além de compor a Rede Mulher de Campinas, atuar por 10 anos no cuidado de dependentes químicos, em comunidades terapêuticas (adolescentes e adultos), centros de tratamento (voluntário e involuntário) e clínica psiquiátrica. Atua também na área clínica, em consultório particular.

Realização
 Distrito de Assistência Social – DAS Sul
 Centros de Referência de Assistência Social
 CRAS Bandeiras | CRAS Campo Belo

PREFEITURA DE CAMPINAS
 Secretaria de Assistência Social,
 Pessoa com Deficiência e
 Direitos Humanos

* "Não precisa ser Amélia", música de Bia Ferreira.

O mês de março contou também com a ação da Intersetorial Girassol, coordenada pelo CRAS Campos Elíseos, denominada “Programas de Transferência de Renda e o Papel da Defensoria Pública na vida do Cidadão”. O evento foi transmitido pela página no Facebook da intersetorial³ e contou com as presenças de Regina Machado (Coordenadora Setorial de Transferência de Renda e Cadastro Social/SMASDH) e Andresa Alves de Carvalho Poppe (Assistente Social da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Unidade Vila Mimosa).

O CRAS Dandara realizou atividade remota sobre o Dia Internacional da Mulher, com a entrega de kits com cartilha informativa/educativa sobre direitos da mulher, informe com contatos do CEAMO, máscara de tecido, bombom e flor de tecido.

³ Link: <https://www.facebook.com/intersetorialgirassol/videos/473238550357991>

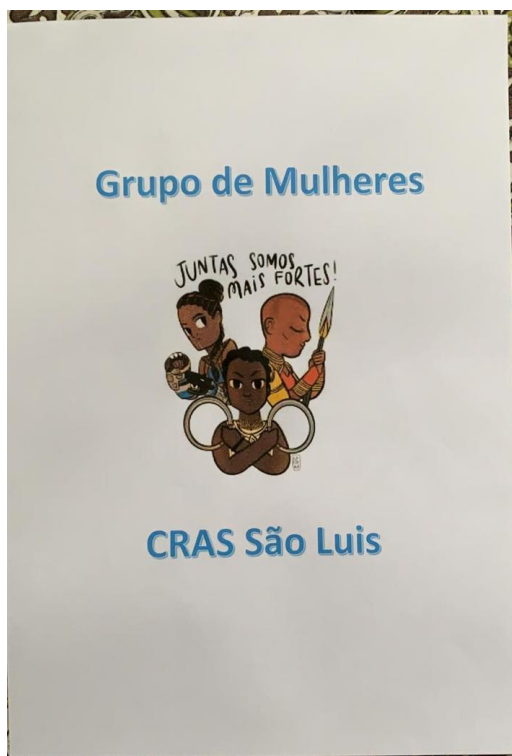


Imagem 19 - Grupo de Mulheres - CRAS Dandara



Imagem 20 - Grupo de Mulheres – CRAS Dandara

O CRAS Espaço Esperança, através da rede Intersetorial Amarais, que conta representação da Saúde, Educação Municipal, Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade e coletivos e lideranças comunitária, realizou a Semana de Enfrentamento ao Feminicídio - Ato Público na Praça Thaís Fernanda Ribeiro com a presença do CEAMO;

O CRAS Satélite Iris, através da Rede Novas Atitudes, promoveu ações com a temática Direitos da Mulher. Além das ações internas realizadas em cada instituição da rede, foi realizado em plataforma digital um encontro ampliado de mulheres, focado no debate da condição atual da mulher na sociedade, com a participação de famílias acompanhadas pelo CRAS Satélite Íris, unidade descentralizada São Judas e dos serviços parceiros.

No que se refere às ações do “18 de Maio”, as unidades da Região Sudoeste (DAS, CRAS Campos Elíseos, Nelson Mandela e Novo Tempo) organizaram uma *live* nomeada “Caminhada Virtual de Combate à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”⁴ que foi transmitida pelo canal Mandela TV, no Youtube no dia 25 de Maio.

Na Região Sul houve ação coletiva foi a Roda de Conversa “O Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia”; organizado pelo CRAS Campo Belo, CRAS Bandeiras, DAS Sul e CREAS Sul e conduzido pela psicóloga Fabiana Belintani, no dia 19 de maio. Esse foi um momento que permitiu não apenas a reflexão sobre o

4Link: https://www.youtube.com/watch?v=HX4A5HNQ_9Y

fenômeno, mas também troca de experiências no atendimento as famílias neste período de pandemia e como a retração dos atendimentos presenciais dos espaços que compõe a rede de proteção dificultou o enfrentamento das questões sociais.

Rede Intersetorial SUL convida:

19 de Maio de 2021 - 9h30

O Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia

Bate papo com Fabiana Belintani

Formada em psicologia e licenciatura na PUC-Campinas, especialista no enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes pelo LACRI-USP. Vinte anos de atuação na psicologia social em situações sociais difíceis, professora e autora de material pedagógico voltado ao tema dos direitos humanos, violação de direitos, conflitos familiares, desenvolvimento infantil juvenil, relação família-escola, supervisora institucional das disciplinas de psicologia jurídica e psicologia social no CRAMI-Campinas e psicóloga clínica.

Link para participação:
<https://meet.google.com/amk-answ-plj>

Realização: CRAS Campo Belo - CRAS Bandeiras - DAS Sul - CREAS Sul

PREFEITURA DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos.

Imagem 21 - Convite 18 de Maio - Intersetorial Região Sul

A ação denominada “Um olhar sobre as relações familiares não saudáveis ou de risco”, realizada pelo CRAS Recanto Anhumas em parceria com o Instituto Claves, propiciou formação para os profissionais da rede, capacitando cerca de 48 trabalhadores com a apresentação de metodologias de atendimento às famílias objetivando diminuir a violência no convívio familiar.

Na Intersetorial Amarais – Microterritório do CRAS Espaço Esperança, a temática de 18 de Maio, foi trabalhada através da produção de material de prevenção, feito em cada unidade de serviços da rede de proteção social e socioassistencial e distribuição nos semáforos do Jardim São Marcos e Jardim Santa Mônica.

Foi realizada, no território do CRAS Satélite Íris, por plataforma digital a ação coletiva com o tema: “Proteger é fazer bonito – dialogando sobre a proteção de crianças e adolescentes em nosso território”, viabilizando reflexões acerca da temática; a roda de conversa abordou a origem da Campanha do 18 de Maio e como se configura a exploração sexual de crianças e adolescentes e contou com a participação da rede territorial, bem como convidados para mediação/facilitação e usuários.

Tendo como pauta intersetorial a temática Meio Ambiente, o CRAS Satélite Íris e Unidade descentralizada São Judas em parceria com a equipe da “Sanasa na Comunidade” realizou uma roda de conversa presencial com o tema: A importância do ar, da água, do solo, das plantas, destacando ainda a reflexão sobre solo contaminado.

Para a temática do mês de combate à violência contra a pessoa idosa, a Intersectorial Girassol, organizada pelo CRAS Campos Elíseos, realizou duas *lives*: “O impacto da Desigualdade Social em tempos de Pandemia”⁵ que contou com as presenças de Karla de Castro Borghi (Coordenadora Setorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa – SMASDH) e o professor Wagner Milanezi (NAED Noroeste – SME). A segunda ação intitulada “O fenômeno da violência contra a pessoa idosa, acentuado no contexto da pandemia”⁶ contou com falas de Marly Galvão (Assistente Social do Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia) e Daniel Pereira Rocha (Coordenador do Trabalho Social da COHAB Campinas). Apresentamos a seguir o folder elaborado para divulgação da ação.

DIA 23
QUARTA FEIRA
09 HRS DA MANHÃ

LINK DA LIVE - WWW.FACEBOOK.COM/INTERSETORIALGIRASSOL

TEMA
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
ACENTUADO NO CONTEXTO
DE PANDEMIA.

MARLY GALVÃO - PALESTRANTE
CENTRO DE CONVIVÊNCIA INCLUSIVO E INTERGERACIONAL
IDEALIZADORA DE GRUPOS TERAPÊUTICOS ON-LINE PARA IDOSOS
CONSULTORIA DOMICILIAR PARA ORIENTAÇÃO FAMILIAR
E ATENDIMENTOS A PESSOA IDOSA

DANIEL PEREIRA ROCHA - MEDIADOR
COORDENADOR DA CTSOC: COORDENADORIA DO
TRABALHO SOCIAL - COHAB CAMPINAS.
GRADUADO EM SERVIÇO SOCIAL.
PÓS GRADUADO: MESTRADO EM RESOLUÇÃO DE
CONFLITOS E MEDIAÇÃO.

Imagem 22 - Convite Intersectorial Sudoeste - Violência contra idosos

Outra temática de bastante relevância trabalhada pelos territórios é a prevenção ao suicídio. As unidades públicas da PSB na região Sudoeste realizaram dois encontros virtuais, transmitidos pelo Canal Mandela TV (Youtube), nos dias 29 e 30 de setembro com as seguintes temáticas:

⁵Link: <https://www.facebook.com/intersectorialgirassol/videos/355590942658700>

⁶Link: <https://www.facebook.com/intersectorialgirassol/photos/a.111735460651634/303171424841369/>

“Políticas Públicas na Prevenção ao Suicídio”⁷ e “Prevenção ao Suicídio no Contexto da pandemia”⁸. A imagem a seguir ilustra o folder de divulgação da ação:



Imagem 23 - Convite Setembro Amarelo - Intersetorial Sudoeste

A Consciência Negra é uma temática há bastante tempo eleita como de extrema importância para os serviços da PSB. de maneira estrutural, o racismo tem expressivo reflexo na população negra e periférica, que acentua os abismos sociais da população atendida nos DAS e CRAS, pelo acesso dificultado ou inexistente a diferentes espaços sociais. De forma a conscientizar a população sobre a temática e desenvolver ações de prevenção, as unidades realizaram as seguintes ações:

No encontro presencial “Rede em Movimento”, realizado pelo CRAS Recanto Anhumas, ocorreu o lançamento do folder da rede de serviços que será atualizado anualmente, além da roda de conversa “Pra que 20 de Novembro?”. Estiveram presentes, profissionais de toda a rede de atendimento do território, lideranças comunitárias, usuários e universidades, totalizando 53 participantes. Essa ação propiciou aproximação das equipes de todas as unidades participantes da Rede Intersetorial São Quirino, viabilizando novas parcerias, potencializando e fortalecendo o território com as lideranças, usuários e universidades presentes.

Em parceria a parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa, o CRAS Dandara proporcionou à equipe e aos parceiros da rede Intersetorial Dandara, momentos importantes de formação e diálogo, que

⁷Link: <https://youtu.be/3iFdUV8I5d4>

⁸Link: <https://youtu.be/ebFsC82B08>

desencadearam diversas atividades objetivando o combate ao racismo e a intolerância religiosa. Cita-se a criação do grupo “Dandara Somos” e a atividade de cinema na Casa de Cultura, além da ambientação do CRAS com temas afroculturais.

O CRAS Satélite Íris exibiu o curta metragem “Dudu e o lápis cor da pele”, na unidade descentralizada São Judas, potencializando reflexões coletivas sobre a naturalização do preconceito racial. Na sede do CRAS, em parceria com o CRAMI, realizou-se ação presencial, envolvendo os quatro coletivos do CRAS “Mãos que Criam”, em uma atividade de reflexão sobre a questão da consciência negra numa retrospectiva histórica e cultural, resgate de uma identidade racial, para entendimento da questão de forma mais ampla.

Ainda na região Noroeste, o CRAS Laudelina, em parceria com a OSC Louis Braille e a coordenação da Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR), realizou roda de conversa reunindo diversos parceiros e usuários.

Também considerada uma agenda coletiva da região Sudoeste, foram realizadas duas lives para trabalhar a Consciência Negra no território, nos dias 29 e 30 de novembro. A primeira live intitulada “A construção da identidade negra brasileira: avanços e desafios”⁹ e, a segunda, “Violência contra a população negra: da abordagem ao cárcere”¹⁰ estão disponíveis no Youtube. A imagem a seguir representa do folder de divulgação das ações.



Imagem 24 - Convite Consciência Negra - Intersetorial Sudoeste

9Link: <https://youtu.be/sjkyTsaxGPE>

10Link: <https://youtu.be/ebFskC82B08>

Além das ações descritas, os temas acima também foram trabalhados nos diferentes grupos/coletivos/oficinas dos CRAS, transversalizando as temáticas discutidas pelos usuários e profissionais responsáveis pelos atendimentos coletivos continuados.

No ano de 2021, o CRAS Satélite Iris centrou esforços para viabilização do coletivo “Mãos que Criam” através da parceria com a PUC Campinas no Projeto de Extensão Articuladas, coordenado pela Prof.^a Stella Godói em conjunto com o CRAS Satélite.

O projeto trabalhou o resgate de histórias de vidas e fortalecimento das mulheres no desenvolvimento de sua autonomia social e financeira, possibilitando visibilidade, reconhecimento e aprendizagens, com intuito de formar uma Rede de Economia Solidária Feminista. A proposta foi sendo modificada ao longo da execução, tanto devido a pandemia quanto aos interesses e aptidões expressas no coletivo, alternando ações remotas e presenciais, conforme as regras sanitárias, o que potencializou as mulheres, estabelecendo objetivos comuns e coletivos para fortalecimento de suas ações e conhecimentos.

Como metodologia as mulheres participaram através de videoconferência, gravando vídeos de seus trabalhos, auxiliando e disseminando orientações e conhecimento adquirido aos seus pares na comunidade.

O coletivo “Feira Mãos que Criam” teve como destaque a articulação de 04 grupos de mulheres artesãs acompanhadas pelo CRAS Satélite Íris (Guerreiras do Satélite, Bordadeiras, Troca de Saberes e Cantinho da Paz), atuou no fortalecimento das mulheres, seus vínculos sociais e estratégias para enfrentamento da desigualdade na divisão sexual do trabalho, bem como ações na busca da construção coletiva para viabilização e continuidade das produções artesanais, capacitação e geração de renda.

Eixo II – Gestão Territorial

A gestão territorial é o segundo norte de ações estratégicas da PSB, se expressando em três temáticas distintas, mas complementares: rede socioassistencial da PSB (SCFV 06 a 14 anos e CCII), rede interproteções (básica e especial) e rede das demais políticas públicas.

A relação estabelecida entre as unidades da PSB e as diferentes redes anteriormente descritas possibilita o estabelecimento de fluxos, seu alinhamento, promove a interação entre os diferentes serviços o que potencializa o atendimento às famílias nas unidades públicas e conveniadas, que, reafirmamos, tem crescido exponencialmente.

As reuniões seguiram as mesmas estratégias dos atendimentos, oscilando entre reuniões presenciais e virtuais de acordo com a realidade de cada território e composição das redes.

Abaixo, a Coordenadoria de Parcerias e as cinco regionais da PSB discorrem brevemente acerca da gestão territorial:

COORDENADORIA SETORIAL DE PARCERIAS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Inicialmente, realizou-se o resgate histórico do processo de reordenamento, desencadeado em 2013, e o mapeamento dos aspectos a serem reordenados, com destaque para: a ampliação da oferta/coertura do SCFV em territórios de alta vulnerabilidade; o investimento em Formação para as equipes; consolidação do SIGM como ferramenta de utilização contínua na rotina de trabalho dos serviços; a articulação entre o SCFV e os serviços do território/município (DAS, CRAS/PAIF e CREAS/PAEFI); a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias, atingindo 50% das metas; a articulação entre SCFV e Escolas de período integral; a composição da equipe de referência para o SCFV; e a realização do estudo de custo do SCFV. A partir destes elementos, elaborou-se o planejamento conjunto do AS/CPPSB e VS/CSAC.

Em 2021, as ações focaram na aproximação desta Coordenação com a Rede de SCFV através da participação nas reuniões de rede das cinco regiões; orientação a rede quanto a reorganização da oferta do SCFV no contexto da pandemia de COVID-19; e mapeamento e identificação da repercussão nos SCFV da expansão do Programa de Ensino Integral (PEI).

A existência de espaços institucionais de articulação amplia as possibilidades de construção de respostas e intervenções conjuntas, garantindo a integração da rede de serviços e tecer estratégias cada vez mais eficazes para o atendimento da população. Neste sentido, os encontros regionais da rede socioassistencial foram potentes por possibilitarem momentos para que os SCFV compartilhassem sua (re)organização, metodologia empregada, adversidades enfrentadas, dentre outros.

Seguindo nesta lógica, diante da adesão de 17 escolas estaduais ao Programa de Ensino Integral (PEI) para 2022, foi feita uma pesquisa junto a rede, com o objetivo de mapear e identificar a repercussão nos SCFV da expansão do PEI. O link da pesquisa foi enviado por e-mail às 92 unidades executoras do SCFV, com retorno de 52% (48 unidades participaram). Destas, 29 unidades responderam que não sofrerão nenhum impacto e 19 SCFV atendem usuários matriculados em escolas com PEI para 2022, sendo 05 SCFV CCII e 14 SCFV 6 a 14 anos. A tabela abaixo retrata o impacto nas unidades¹¹:

11 O impacto foi mensurado dividindo-se a quantidade de usuários matriculados em uma escola que aderiu o PEI e, portanto, não frequentarão o SCFV em 2022, pelo número de metas da unidade OSC. O resultado foi convertido em

Tabela 14.

Porcentagem do impacto	49%	31%	27%	15%	10%	8%	4%	3%	2%	1%	0%
Quantidade de SCFV	1	1	1	3	1	3	1	4	3	1	29

Podemos observar que na maioria das unidades a repercussão será pequena, com 5% das metas atendidas, ou moderada, de 8% a 15% das metas; em 2 unidades a repercussão será elevada, próximo a 30% e em 1 unidade a repercussão é preocupante, atingindo 49% das metas. É de conhecimento que outras unidades, que não responderam à pesquisa, também vivenciarão certa repercussão. Portanto, pretende-se realizar o acompanhamento mais próximo das unidades de SCFV com maior repercussão, em articulação com os CRAS e DAS, bem como com a equipe técnica da CSAC, a fim de mitigar o impacto.

Diante deste cenário, em 2021, esta Coordenadoria junto com representantes de OSC dos territórios, realizou um encontro virtual para troca de experiências sobre o “*processo de (re)organização dos SCFV frente a adesão de escolas do território ao PEI*”. O SCFV Crescer e Vencer e SCFV PROGEN Vila Bela, que já passaram por este processo, compartilharam sua experiência exitosa (desafios e estratégias de superação), mostrando caminhos e possibilidades para a reorganização do Serviço e atendimento dos usuários.

Avalia-se que este encontro foi produtivo, pois oportunizou o aprendizado através das vivências de colegas de trabalho, multiplicando o conhecimento e tornando-o infinito, com significativa a participação da rede. Assim, para 2022 planeja-se a realização de outros encontros de troca de experiência entre a rede.

Leste

Cabe ressaltar que a Gestão Territorial, na região Leste, tem sido fortalecida visto a necessidade de maior integração e contatos para alinhamento de fluxos; esclarecimentos de dúvidas comuns; apoio no atendimento às famílias que, também apresentou aumento de demanda na rede socioassistencial conveniada.

As estratégias utilizadas pela equipe possibilitaram obter resultados positivos: – Através de reuniões on-line, durante todo o 1º. Semestre e algumas presenciais já no 2º semestre foi possível

porcentagem. Exemplo: A OSC tem uma meta de atendimento de 4 grupos de 30 usuários (total = 120), dos quais 59 frequentaram uma escola PEI em 2022. Cálculo: $59 \div 120 \cong 0,49 = 49\%$

manter o contato com a rede de serviços através da realização das intersetoriais gerais e de discussão de casos.

Há que se destacar que a rede socioassistencial conveniada bem como as OSC's que não são conveniadas, mas devidamente inscritas no CMAS, que atuam no território, apesar das limitações e dificuldades que também estão vivenciando, estiveram presentes complementando o trabalho e orientando a população quanto ao acesso ao Cadastro Único, com a ajuda na divulgação dos canais de comunicação estabelecidos pela SMASDH - Central de Atendimento e WhatsApp da região, divulgando também os canais remotos para acesso dos usuários as Unidades de atendimento do SUAS, ao DSAN, Auxílio emergencial, INSS, benefícios e programas do Estado de SP e Governo Federal.

Os contatos com a rede ocorreram por telefone, WhatsApp, e-mail e nas Intersetoriais gerais e discussão de casos, principalmente da região Centro, Sousas/Joaquim Egídio, São Quirino e Mosaico (Flamboyant).

Assim sendo, consideramos os espaços abaixo elencados como os principais meios de gestão da Política de Assistência Social na Proteção Social Básica:

1. GT Gestor Interproteções;
2. GT SCFV;
3. GT Gestão Territorial;
4. Intersetoriais;
5. Intersetoriais de Discussão de Casos.

Noroeste

As reuniões de gestão territorial foram realizadas mais espaçadamente e em sua maioria de forma online, dando continuidade no processo de fortalecimento de articulação e de comunicação nos territórios, tanto no nível intersetorial quanto junto à rede socioassistencial. O Grupo intersetorial Macro AbaloNorô intensificou suas reuniões (on-line e presenciais), e destacamos ainda as Reuniões do Fórum de usuários no início do 1º trimestre de 2021.

As parcerias com os diversos agentes públicos foram reforçadas durante o ano de 2021. Foram realizadas reuniões intersetoriais para planejamento e realização de atividades bem como diálogos sobre os desafios e avanços no período pandêmico. Em parceria com OSC's do território e até de fora dele, foi possível atender diversas famílias com cestas básicas em caráter de urgência.

Em que pese as parcerias (rea)firmadas no decorrer deste ano, reiteramos a articulação com a única OSC da PSB no território do CRAS Florence, a Casa Santana – Florence, a qual

prontamente correspondeu as articulações e a cooperação do Projeto Bem Sonhado, que dentre outras ações, foi parceiro na realização da Confraternização do Grupo Unidos por um propósito. Destacamos a articulação e parceria com o departamento de Direitos Humanos para projeto de atendimento em conjunto aos imigrantes haitianos a partir de 2022: “Projeto Boas-Vindas ao CAD” e o “Haiti é Aqui”.

Os trabalhos em conjunto com o Centro de Saúde do Florence, rede de Saúde Mental (CAPS), INSS e OSC’s do território também foram extremamente importantes para que os usuários atendidos pelo CRAS conseguissem acessar direitos e benefícios nesse momento de tanto sofrimento e desalento. Destacamos a Implantação do Grupo de Adolescentes em parceria com Saúde Mental/NASF, Escola Clotilde Barraquet sendo um dos objetivos a Prevenção ao Suicídio. Manteve-se a parceria com DSAN ampliando para a parceria com o Projeto Hortas Comunitárias/Institucionais, com Projeto Piloto no Bairro Florence 2. Houve ainda aproximação com Instituto Federal – IFSP, realizando Atividade de Apresentação do Trabalho da Assistência Social Noroeste na Câmara Municipal de Campinas bem como este CRAS participa da Comissão Regional do IFSP.

No território do CRAS Satélite Iris, o Projeto Cartografia Social, cujo objetivo é retratar a realidade das mulheres no território através do mapeamento de demandas, teve sua concretude quanto ao planejamento das ações através da busca de dados e análise sistemática dos resultados. O projeto é uma parceria com a PUCC Campinas, sob coordenação da Professora Vera Plácido, tendo seu planejamento iniciado em 2020. O projeto carrega em si um potencial de luta política, sendo um indicativo para melhoria, implantação e ampliação das políticas públicas.

Norte

Em relação à gestão territorial, destaca-se a importância do DAS e CRAS dando suporte aos serviços do território, constituindo-se de fato como referência para o fornecimento de dados e informações, orientação sobre operacionalização dos serviços, organização e articulação de demandas.

O Distrito de Assistência Social, deu suporte aos serviços socioassistenciais e aos CRAS, garantindo o fluxo de informações e o suporte técnico, quando requisitado.

A Região Norte tem 05 intersetoriais, sendo duas de área de abrangência dos CRAS, e 03 da área do Distrito sendo: Intersetorial Nascente, Intersetorial Jardim Elina/Aurélia e Intersetorial Barão Geraldo. Em território de CRAS são Intersetorial Estrela, eixo Nova Aparecida e Intersetorial Amarais, no eixo Amarais.

Em 2021, as ações da rede socioassistencial foram desenvolvidas através do Reordena Norte, que teve como objetivo retomar a participação nesse espaço, revalidar o processo e identificar as demandas e necessidades do grupo, com a finalidade do fortalecimento e efetivação de uma unidade de trabalho entre as Osc's e os CRAS do território.

Todos os encontros foram realizados de forma online, também através da plataforma Google Meet e foi conduzido pela coordenação do Distrito de Assistência Social Norte.

No âmbito macroterritorial, no ano de 2021, foram mantidas as reuniões mensais, ainda com a proposta de alinhamento de conceitos, adequação dos serviços, atendimentos e outras demandas de atendimento que surgiram nesse período em decorrência da pandemia, bem como o plano de retomada das atividades coletivas presenciais.

Importante destacar a participação da equipe técnica da CSAC, e a Coordenadoria de Parcerias da PSB que contribuíram de forma significativa nas discussões com a rede socioassistencial.

O GT Interproteções teve suas ações retomadas em 2020 de maneira online ocorreu normalmente até meados de março de 2021, sob a condução do CREAS Norte, porém em meados de março, percebeu-se uma redução nos encaminhamentos de casos para a discussão, chegando a não ter casos a serem discutidos em determinadas reuniões, o que colocou o desafio para o grupo de gestores desse coletivo reavaliarem o processo pelo qual estavam passando.

A Gestão Central tem se debruçado para trabalhar essa questão, e propiciou uma formação com a Prof. Dra. Regina Miotto para trabalharmos o tema repensar a melhor forma de conduzir o GT.

Destacamos a participação da coordenação e chefias de CRAS no Comitê Gestor do Núcleo de Apoio à Pessoas Expostas à Violência (NAPEV), da Unicamp, comitê que tem a proposta de atendimento ambulatorial a pessoas expostas a violência, e o RASEV – Rede de apoio a Rede de Serviços de pessoas expostas a violência, sendo este último com a perspectiva de realizar o matriciamento nos casos em que profissionais e usuários estejam expostos a violência.

Aconteceu também em 2021 grupos mensais do RASEV com a participação da equipe técnica dos CRAS e DAS, bem como os profissionais da rede socioassistenciais.

Sudoeste

O Eixo da Gestão Territorial continuou tendo prejuízos nesse ano, havia perspectiva de avanços conquistados em anos anteriores, os quais regrediram com a continuidade da pandemia. O DAS vinha em uma progressão do fortalecimento das ações coletivas presenciais, no ano de 2020 as

ações foram reorganizadas tomando como estratégia continuar fortalecendo as ações virtuais (no primeiro semestre) e híbridas (no segundo semestre).

Com a reativação do fórum do Agita Rede da Proteção Social Básica, fizemos em janeiro um planejamento das ações que iríamos realizar, optamos pelo 18 de Maio, Conferência Municipal de Assistência Social e a Consciência Negra, que nos deram excelentes retornos na estratégia utilizada.

Outra ação que o DAS apoiou foi a realização do Setembro Amarelo, construído nos territórios dos CRAS da região de forma intersetorial Região Sudoeste, unindo vários serviços e demais parceiros que vieram agregar a programação para a organização das lives.

O GT Interproteções é um espaço que permaneceu suspenso. Algumas estratégias foram pensadas, porém, não executadas, há necessidade de alinhamento por parte dos envolvidos na retomada.

Em 2021, a articulação com a rede do território do CRAS Campos Elíseos, se deu de forma permanente, com ações realizadas de forma virtual e presencial.

As reuniões Intersetoriais aconteceram de forma virtual sendo que apenas o último encontro do ano realizado em dezembro, aconteceu de forma presencial onde foi possível fazer uma análise das ações do ano.

As reuniões de discussão de caso aconteceram conforme a demanda, de forma virtual ou presencial de acordo com necessidade dos participantes.

As ações em parceria com o projeto PAC Santa Lúcia continuaram suspensas durante o ano de 2021.

Em relação a Intersetorial Ouro Verde, neste ano as reuniões permaneceram no formato virtual até o mês de Outubro, porém, mesmo de forma remota foi possível articular ações que foram realizadas em forma de lives em parceria com as demais intersetoriais da região e com o DAS, possibilitando uma maior extensão da ação dentro do território da região sudoeste como um todo.

No mês de Novembro a reunião foi realizada de forma presencial tendo como objetivo a elaboração do planejamento para o ano de 2022 e a reorganização da dinâmica interna da própria intersetorial.

Também ocorreram processos de articulação com movimentos sociais atuantes no território:

- Brigadas Populares que atuam na ocupação Nelson Mandela.
- Coletivo de Educação Popular do na Maria que atua no bairro Jardim Santo Antônio.

Considerado um território superdimensionado, o DAS Sul conduz o processo de gestão territorial, juntamente, com os dois CRAS localizados na região sul. Tem se consolidado com a criação dos GTs SCFV, que neste ano trabalhou temas pertinentes aos serviços e que também conta com a participação da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, além dos serviços da rede cofinanciada. O GTs SUS/SUAS, que compreende a discussão de casos em quatro Eixos e conta com a participação dos Centros de Saúdes e quando necessários a participação do Conselho Tutelar. O GT Interproteções também é um espaço para discussão de casos entre os serviços da PSB e PSE de média e alta complexidade, com participação do Conselho Tutelar, Saúde e Educação quando necessário. Os encontros dos GTs aconteceram, mensalmente, durante o ano de 2021. Cabe ressaltar que, durante este ano os encontros dos GTs se deram de forma virtual, isso devido a pandemia COVID/19 e no formato macrorregião e não por microterritório. Os GTs de SCFV e Intersetorial se uniram em encontros únicos e mensais para otimização dos trabalhos devido a pandemia. Cabe pontuar que, os encontros desse GT tem sido espaço que viabiliza a oferta integrada dos serviços na perspectiva de ampliação das ações de prevenção e reflexão do cenário territorial, focando na análise de conjuntura que amplia os fatores de intensificação das situações de risco das famílias mais vulneráveis.

Os GTs SUS/SUAS focalizam a construção e manutenção de fluxos de atendimentos aos usuários, de forma conjunta, pautados através de discussões de casos que possibilitam maior conhecimento das demandas dos usuários e aumento da resolutividade dos casos.

Esse processo vem se consolidando ao longo dos anos como importante ação para a criação e estabelecimento de estratégias mais pertinentes ao atendimento à população, articulando a rede dos territórios, discutindo e pactuando fluxos de atendimento às famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social. Com o objetivo de dar continuidade aos processos desencadeados com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, e com foco na parceria com a Saúde e Educação, visa o fortalecimento da gestão territorial. Observa se que os serviços da Saúde ainda não conseguem garantir um representante nos encontros dos quatro eixos do GT SUS/SUAS, para discussão e encaminhamentos dos casos. A participação da Educação nesse processo ainda é muito tímida o que se faz necessário maior articulação.

Eixo II – Vigilância Socioassistencial

O terceiro eixo de ações estratégicas da PSB diz respeito à Vigilância Socioassistencial, umas das premissas do SUAS. Nosso objetivo com esse eixo, além de fortalecer a relação com os setores que compõem a Área de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, é criar estratégias de leitura do território, a partir da realidade de cada unidade e com a expertise e dados do Setor de Produção de Informações.

Ocorreram reuniões com a Coordenadoria Setorial de Transferência de Renda e Cadastro Social (CSTRCS) para articulação e informações sobre os benefícios e programas socioassistenciais. Esta ação foi extremamente necessária, pois, como apresentado, a demanda por benefícios e programas foi crescente desde o início da pandemia, sendo a informação qualificada de suma importância para a orientação aos usuários que buscaram os DAS e CRAS, além de subsidiar a rede socioassistencial referenciada a cada unidade.

Abaixo apresentamos o painel de indicadores acerca do perfil dos beneficiários do Programa BPC e de usuários inscritos no Cadastro Único por região.

- LESTE

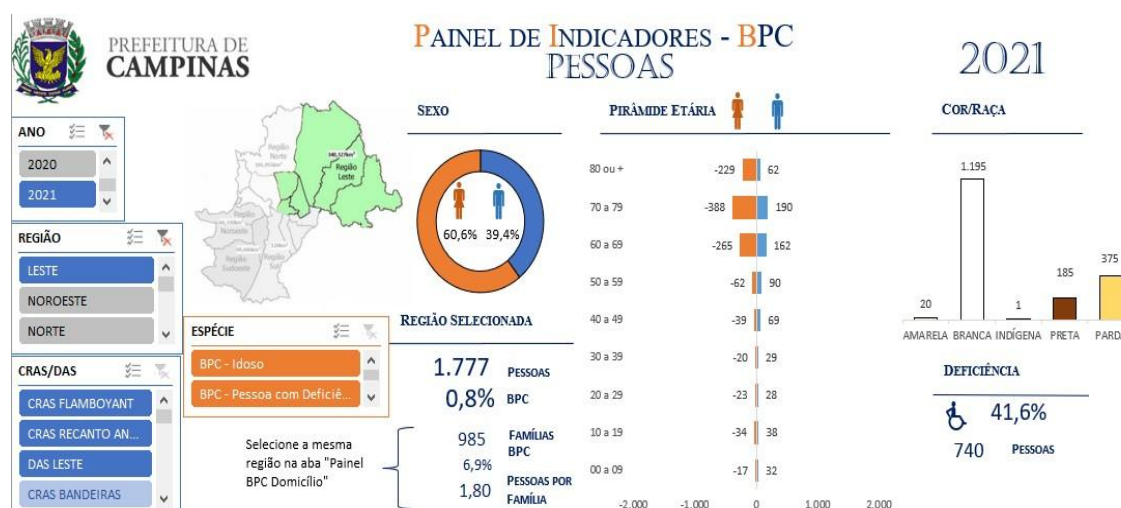


Imagem 25.

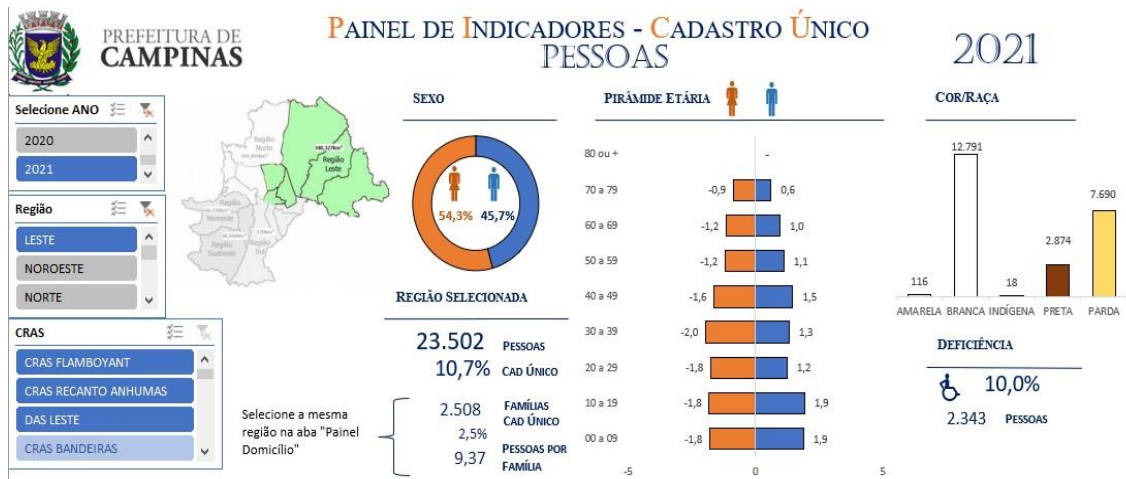


Imagem 26.

NOROESTE



Imagem 27.

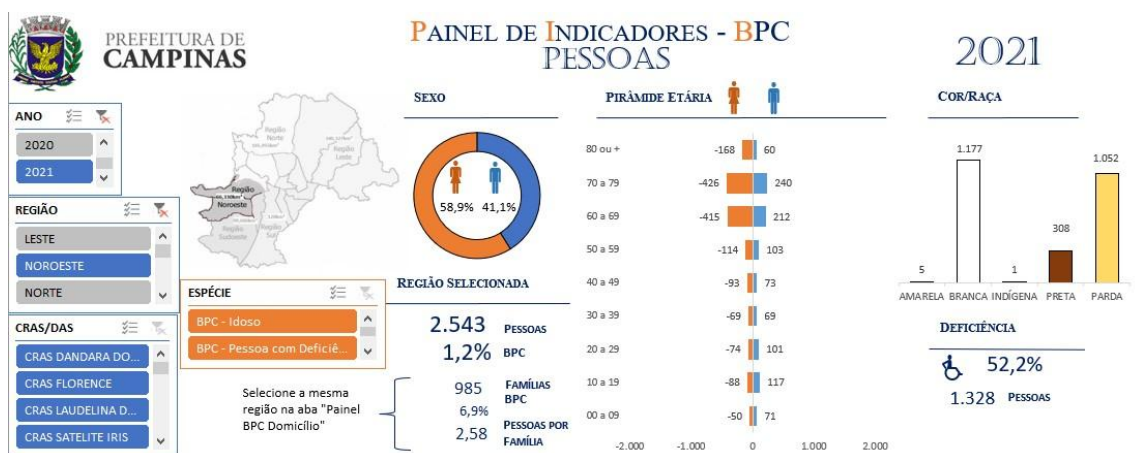


Imagem 28.

- NORTE

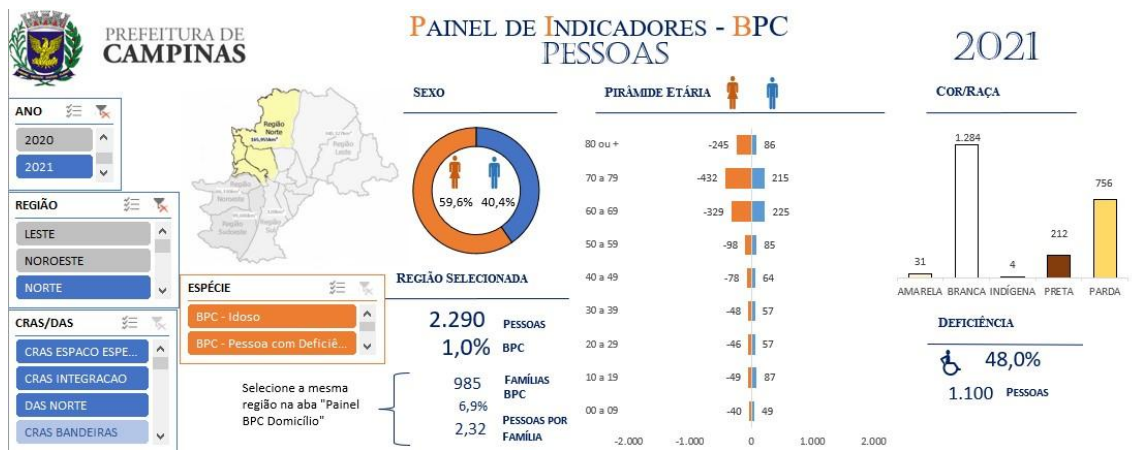


Imagem 29.

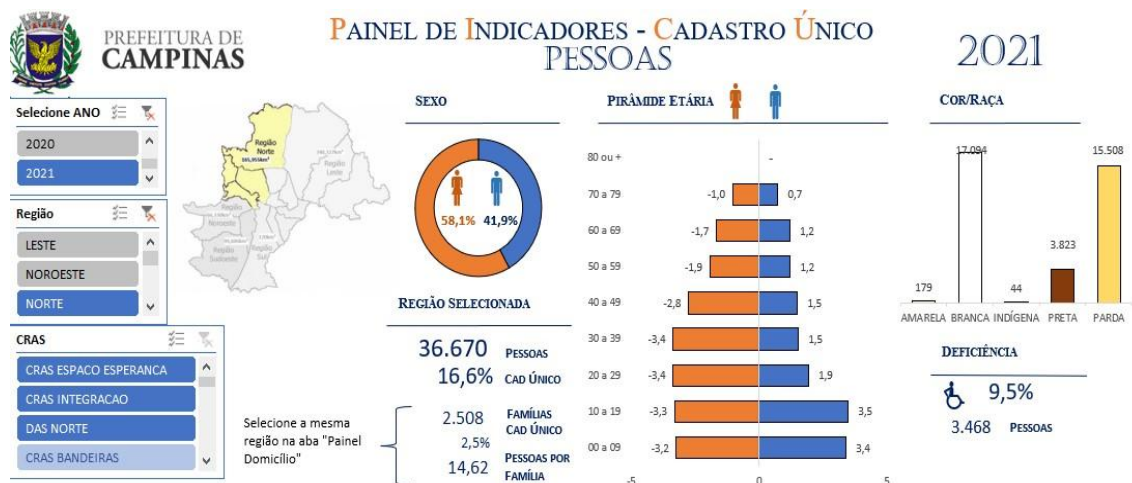


Imagem 30.

- SUDOESTE

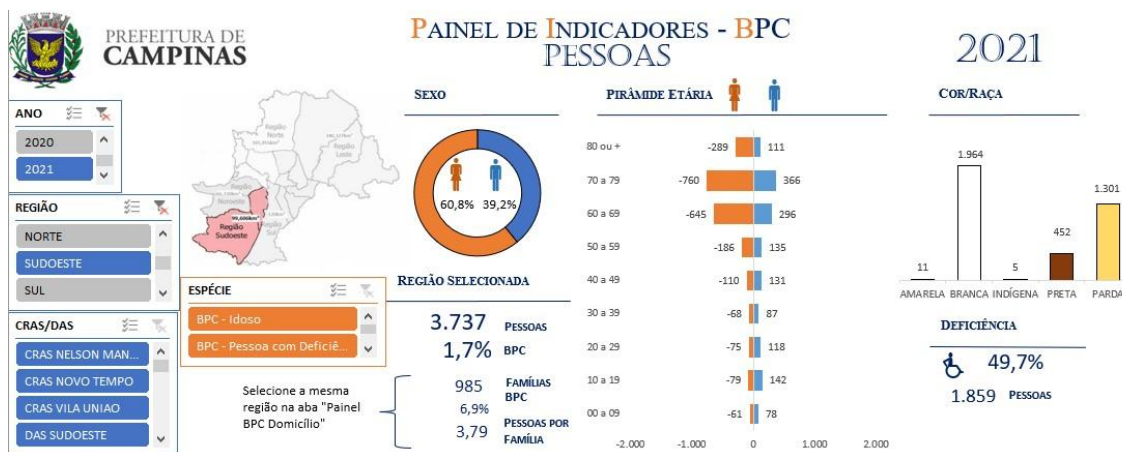


Imagem 31.

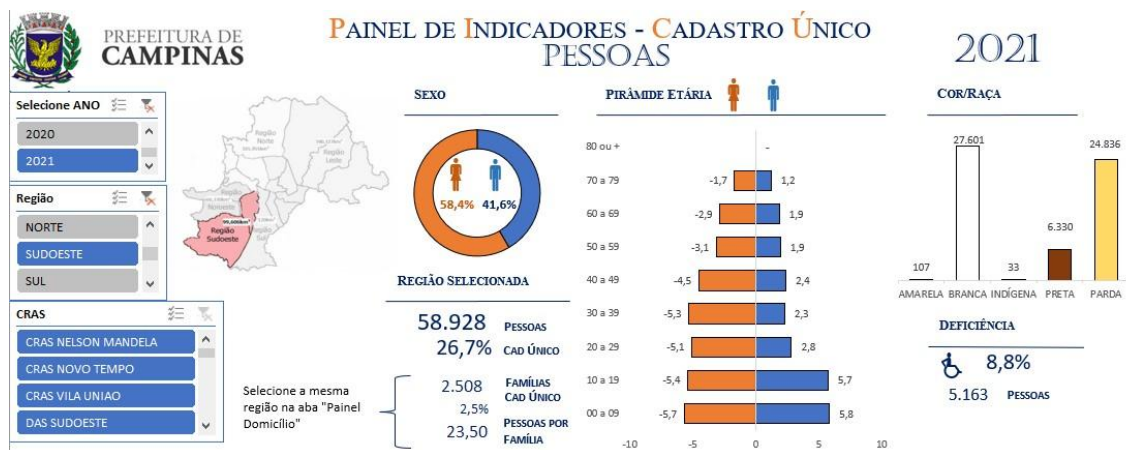


Imagem 32.

- SUL

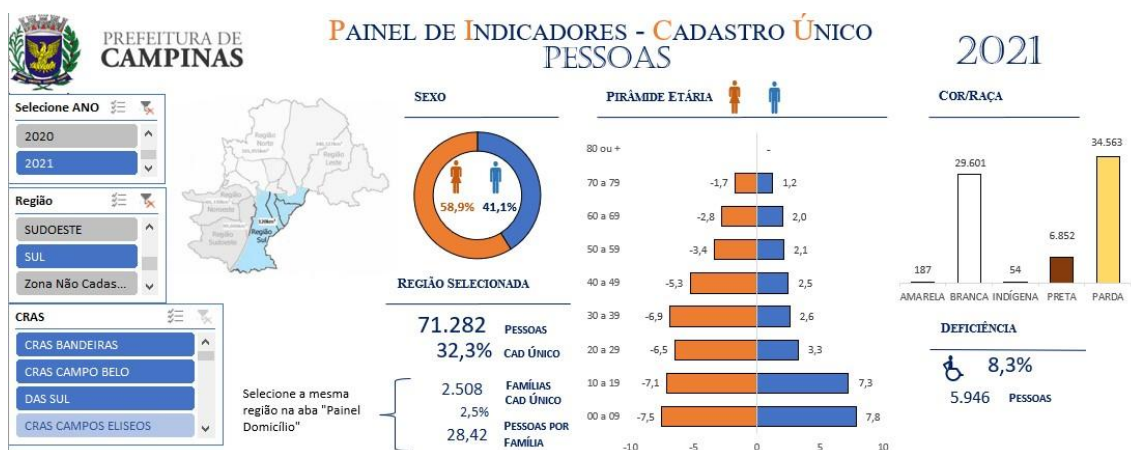


Imagem 33.

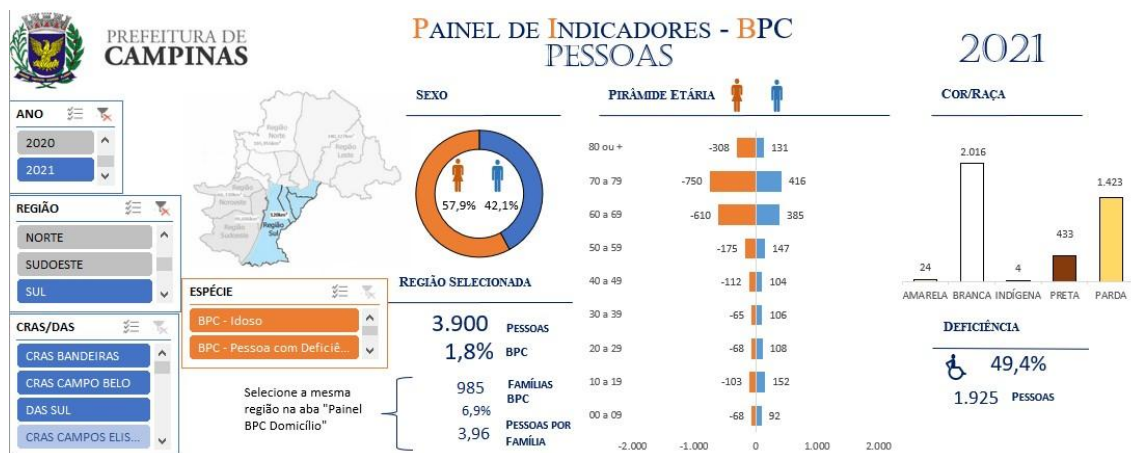


Imagem 34.

Durante o ano, em razão da construção do Plano Municipal de Assistência Social, ocorreu a participação de trabalhadores nos grupos de trabalho que fizeram a leitura do território e o mapeamento de serviços, contribuindo com a exitosa apresentação realizada, de maneira virtual, nos cinco territórios.

Houve estreita interface entre a Coordenadoria de Parcerias da PSB e a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) na construção do planejamento do processo de reordenamento do SCFV, bem como na realização de encontros com a rede socioassistencial para esclarecimentos e orientações sobre as Notas Técnicas que normatizaram as ações dos serviços da rede na retomada das atividades presenciais.

Desafios durante a execução das atividades

Destacamos a seguir os principais desafios encontrados pelas equipes durante a execução das atividades no exercício de 2021:

- Mesmo havendo reposições de servidores no exercício de 2021, as equipes da Proteção Social Básica permaneceram aquém do preconizado pela NOB SUAS, fator que teve impacto ampliado considerando-se os afastamentos em decorrência da pandemia covid-19 e o aumento da busca pelos serviços da Assistência Social;
- Carência de recursos e equipamentos tecnológicos para a realização das atividades online, que ocasionou na utilização de recursos próprios dos servidores;
- Ausência de informações em tempo hábil e de maneira concisa do Governo Federal e Estadual acerca das alterações, criações e extinções de benefícios e programas que ocorreram ao longo do exercício de 2021;
- Dificuldade no acesso dos usuários a outros serviços públicos (INSS, DPU, DPE, Poupa Tempo, Receita Federal, entre outros), que dada a inacessibilidade digital dos usuários transferiram para aos serviços da PSB uma nova e crescente demanda burocrática;
- Aumento da demanda de pessoas idosas, com situações complexas em contraste com a limitação dos serviços das diversas políticas públicas, bem como déficit de serviços no município para atendimento da população idosa;
- Ausência dos cuidados (uso de máscaras, distanciamento e uso de álcool em gel) para evitar a contaminação pelo vírus pela família atendida, mesmo quando ofertado pela equipe técnica houve recusa/resistência do uso da máscara durante a visita;

- Ausência de informações via SIGM acerca dos diferentes benefícios e auxílios em que as famílias foram assistidas, assegurando o compartilhamento da informação para contribuir para análise e decisão técnica dos critérios de acesso;
- Falta de diretrizes e informações do governo federal, se utilizando da mídia para acesso continuado as normas gerenciais do auxílio emergencial;
- Dificuldade na aquisição de lanches e materiais para as atividades coletivas retomadas no segundo semestre;
- Necessidade de processo contínuo de formação e/ou supervisão para as equipes;
- Limitações de transporte para realização de busca ativa, visita domiciliar, dentre outros;
- Diminuição da oferta do serviço de manutenção predial;
- Ausência de sede para a unidade CRAS Flamboyant, que permaneceu em espaço cedido no DAS Leste, sendo este fora de sua área de abrangência de atendimento;
- Ausência de reforma predial na unidade CRAS Campo Belo, que impacta na realização das atividades;
- Necessidade de melhores condições de suporte e estrutura para a equipe volante;
- Encerramento das atividades da OSC de SCFV no território;
- Comprometimento nos processos de aquisição de insumos e recursos tecnológicos e contratação de serviços para qualificação do atendimento e execução das ações nos territórios, no tocante a todos os entes federativos.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Manutenção dos atendimentos e aprimoramento das modalidades online (WhatsApp, lives, etc.) para facilitação do acesso dos usuários aos serviços;
- Retomada das atividades e ações coletivas/grupais, que são parte essencial da identidade da Proteção Social Básica;
- Consolidação do DAS e CRAS como serviço do território de referência no acesso e garantia de direitos para a rede e população;
- Manutenção dos vínculos com os usuários e comunidade;
- Preservação e fortalecimento do vínculo com as famílias do acompanhamento PAIF;
- Continuidade no processo de fortalecimento dos espaços intersetoriais;
- Ampliação da Rede socioassistencial com a implantação do CRAS Laudelina Campos de Mello (Bassoli), Equipe Volante (DAS Norte) e reorganização de área de abrangência do CRAS Dandara;

- Participação intensa de profissionais e usuários na Conferência Municipal da Assistência Social;
- Participação das unidades da PSB na Construção do PMAS;
- Parceria estreita com o DSAN, no atendimento das famílias em situação de insegurança alimentar;
- Retomada do GT formação, para elaboração de processo formativo;
- Reorganização dos GTs Interproteção, para discussão de casos;
- Mapeamento das demandas do território (RA);
- Discussões quanto as potencialidades e fragilidades do território neste período pandêmico, fortalecendo a integração da Rede de Serviços para alinhamento dos fluxos de atendimento, esclarecimentos de dúvidas quanto aos benefícios (Nutrir, Viva Vida, Auxílio Emergencial), considerando as dificuldades dos usuários em acessar os sistemas informatizados;
- Realização do Trabalho da Cartografia Social junto ao grupo de mulheres do bairro São Judas, através da parceria com a PUC (Prof. Vera) e o Grupo de Mulheres Empreendedora (Professora Stella de Godoy), de modo que houve a troca e valorização de saberes, identificando na coletividade as vulnerabilidades locais e potencializando a criticidade junto àquela comunidade.

Metas para 2022

- Recompôr as equipes de CRAS e DAS, com contratação via concurso público
- Nomear a Chefia do CRAS Bandeiras;
- Ampliar, qualificar e criar espaços de discussões de caso (a exemplo do GT Interproteções);
- Dar continuidade e fortalecimento das ações coletivas intersetoriais;
- Realocar o CRAS Flamboyant em sede no território de abrangência;
- Reformar o CRAS Campo Belo;
- Promover a melhoria da estrutura física dos CRAS Satélite Íris (Unidade São Judas) e Nelson Mandela;
- Ampliar as ações coletivas presenciais em todos os CRAS;
- Adquirir e modernizar as ferramentas e equipamentos digitais para o atendimento da população e realização da gestão territorial (celular institucional, computadores com câmera e microfone, notebook, impressora multifuncional);
- Ofertar alimentação (lanches) para as atividades coletivas continuadas;

- Ofertar materiais para as atividades coletivas continuadas;
- Ampliar a oferta de transporte para as unidades descentralizadas;
- Melhorias nas condições de atendimento da equipe volante e ampliação da equipe;
- Aprimorar a interface com o DSAN, no que se refere a leitura e atendimento das demandas de (in)segurança alimentar nos territórios;
- Aprimorar as ações preventivas e socioeducativas na perspectiva do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no contexto da pandemia;
- Fortalecer a gestão territorial na perspectiva das relações intersetoriais, interproteções e da rede socioassistencial;
- Aprimorar a interface com a área de Vigilância Socioassistencial no que se refere a leitura dos dados territoriais, a construção de indicadores e o processo de monitoramento da rede de SCFV;
- Contratar educação permanente (capacitação, supervisão, formação) para as equipes de DAS e CRAS, na perspectiva do trabalho social com famílias e gestão territorial;
- Contratar supervisão/formação para os gestores da PSB;
- Confeccionar material de divulgação dos DAS e CRAS;
- Apoiar espaços como os diversos Conselhos e Fórum Regional;
- Avançar no processo de reordenamento do SCFV, no que se refere a definição de parâmetros de atendimento e oferta;
- Fortalecer os processos de gestão territorial.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Sabemos que a maior presença das pessoas em suas casas, e o acirramento da situação econômica tendem a agravar as tensões relacionais e os conflitos, o que impacta diretamente no aumento do número de violências nos diferentes segmentos (criança, adolescente, adulto, mulher, pessoa com deficiência e idoso). Tal fato exigiu uma maior presença e capacidade de adequações e respostas por parte das políticas sociais, especialmente dos serviços/ofertas da Proteção Social Especial, consideradas essenciais e ininterruptos.

Em 2021, neste contexto de diferentes magnitudes e naturezas somado a necessidade de fortalecer e constituir a unidade e alinhamento entre as coordenadorias/serviços, bem como de avançar nos desafios identificados nos processos de gestão, fora constituído a Coordenadoria Departamental Geral da Proteção Social Especial.

A esta coordenadoria compete:

- I - realizar a gestão dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Especial;
- II - efetivar fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento entre as proteções sociais;
- III - coordenar a implementação das normatizações estabelecidas pelo Departamento de Proteção Social-SUAS;
- IV - articular com o Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social fluxos de coleta, armazenamento, análise e disseminação de informações, a gestão compartilhada dos programas de transferência de renda, para subsidiar ações estratégicas do Departamento de Proteção Social;
- V - fortalecer a articulação e a intersetorialidade entre as políticas públicas setoriais e Sistema de Garantia de Direitos;
- VI - subsidiar o Departamento de Proteção Social-SUAS para o planejamento das ações da Proteção Social Especial.
- VII - planejar em conjunto com as Coordenadorias Setoriais e a Coordenadoria de Gestão do Trabalho a capacitação permanente dos trabalhadores em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos;
- VIII – apoiar o Departamento de Proteção Social-SUAS nos processos administrativos, metodológicos e operacionais de gestão;

A Proteção Social Especial organiza, no âmbito do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. Tem o objetivo de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades, aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.

Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a atenção na Proteção Social Especial organiza-se sob dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado, tais como:

- Abordagem de Rua.
- Cuidado no Domicílio.
- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.
- Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).

A proteção especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, CREAS e Centro POP, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua é um espaço público específico para as pessoas que usam a rua como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária (por poucos dias) ou de forma permanente.

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como:

- Atendimento Integral Institucional. • Casa Lar. • República. • Casa de Passagem. • Albergue. • Família Substituta. • Família Acolhedora.

No município de Campinas, a proteção Social Especial possui Serviços socioassistenciais tipificados e complementares desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), em regime de mútua cooperação, por meio de parcerias formalizadas por Termo de Colaboração. As ofertas destes serviços são de abrangência municipal e a gestão dos mesmos é realizada pelo Departamento de Operações de Assistência Social, com monitoramento e avaliação realizados pela área de Vigilância Socioassistencial.

As parcerias estabelecidas são regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC, Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações) e atende ao público estabelecido pelas normativas legais para os respectivos serviços socioassistenciais.

Ainda compõe a Proteção Social Especial, o Serviço Complementar para Atendimento a Pessoas com Deficiência, de abrangência municipal, que conta com grupos destinados ao atendimento de deficiências específicas (auditiva, visual, física, intelectual). A oferta destes serviços complementares não está contemplada na Tipificação Nacional dos serviços

socioassistenciais e adotam estratégias e metodologias específicas para atender a demanda da população usuária da política de Assistência Social.

O planejamento foi eleito como ferramenta de estudo e estabelecimento das diretrizes e metas que deverão orientar a ação da gestão na Proteção Social Especial, a partir do Departamento de Operações de Assistência Social, coordenadores setoriais, chefias e técnicos.

A partir do planejamento coletivo realizado durante o ano, com a participação de todos os coordenadores setoriais, apoios técnicos e chefias da Proteção Social Especial, foram apontados um conjunto de ações articuladas e metas, visando a superação dos desafios e objetivos propostos.

No processo de planejamento, nos pautamos no princípio de que a produtividade e a qualidade dos serviços oferecidos às famílias/usuários no campo das políticas públicas estão relacionadas com a forma e as condições como são tratados os recursos humanos. Neste sentido, apostamos na recomposição das equipes públicas, dos diferentes serviços da Proteção Social Especial, ainda que parcialmente, buscando o enfrentamento deste desafio. Planejamos e organizamos espaços formativos coletivos entre os profissionais, no intuito de discutir o marco teórico-metodológico e ético que sustenta o trabalho na Proteção Social Especial, bem como os marcos operacionais que permitem dar unidade e consistência ao trabalho, com início previsto para março de 2022.

Empreendemos todos os esforços na unificação dos registros, a partir da qualificação do SIGM (Sistema de Informação de Governança Municipal), considerando a necessidade de aprimorar o registro e análise de dados de atendimentos. Constituímos diferentes grupos de trabalho, organizados por coordenação para discussão das adequações necessárias no sistema, a fim de melhor retratar o cotidiano de trabalho e possibilitar uma melhor visualização das famílias em situação de vulnerabilidade e um melhor direcionamento das ofertas de proteção social especial às famílias/usuários atendidos.

Cabe ressaltar que a construção do planejamento ocorreu concomitantemente e em concordância ao processo de construção do Plano Municipal de Assistência Social, onde assim objetivamos:

- Ampliar a cobertura de proteção integral às crianças, adolescentes e mulher;
- Ampliar a cobertura de proteção integral às pessoas adultas, pessoas com deficiência e idosas;
- Ampliar as ofertas de serviços para a população em situação de rua na perspectiva territorial;
- Ampliar a oferta de serviços da proteção social especial de média complexidade na perspectiva territorializada;

Nos processos de construção mencionados, podemos destacar avanços, mesmo que ainda insuficientes, no fortalecimento da unidade e de intervenção da Proteção Social Especial. A seguir, estarão descritas as ações, avanços e desafios de cada coordenadoria/ serviços da proteção social especial.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e são ofertados por meio dos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Atualmente temos 5 CREAS, 1 em cada região do município.

Os CREAS ofertam o Serviço PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e realizam a gestão territorial dos demais Serviços da PSEMC relacionados abaixo que são executados através da parceria com as 13 (treze) Organizações da Sociedade Civil (OSC).

- Serviço Especializado de Proteção Social as Famílias e Indivíduos (SESF);
- Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade (MSE);
- Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes,
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – no domicílio;
- Centro Dia de Referência para a Pessoa com Deficiência;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Norte

Em 2021, o CREAS Norte completou 2 anos de funcionamento, sendo inaugurado oficialmente em dezembro de 2019. Assim, a partir do início da pandemia do Coronavírus, em meados de março de 2020, o atendimento da equipe pública do CREAS à população passou por diferentes fases, em consonância às orientações da Vigilância Sanitária em cada momento da

pandemia. A equipe trabalhou a maior parte do tempo de forma híbrida, retornando totalmente ao trabalho presencial de acordo com o decreto publicado.

A partir da apropriação da Cartilha “*Orientações sobre o Trabalho da Proteção Social Especial de Média Complexidade em Tempos de Pandemia no Município de Campinas*”, a equipe pôde qualificar as articulações necessárias para manutenção da qualidade do trabalho durante a pandemia. Por se tratar de atendimentos voltados às famílias em situações de violência intrafamiliar, os casos mais graves foram avaliados e atendidos presencialmente conforme a necessidade, durante os períodos mais críticos da pandemia, garantindo o acompanhamento integral das famílias referenciadas. Após o retorno do trabalho presencial em sua totalidade, além dos atendimentos e visitas domiciliares presenciais, permanecemos com a utilização do recurso de atendimentos e reuniões *online* como estratégia de trabalho. O serviço também conta com o whatsapp institucional, que vem facilitando de forma significativa a comunicação com os usuários.

Quanto às ações de articulação territorial, bem como as atividades realizadas de modo geral, algumas permaneceram *online*, enquanto outras retornaram gradativamente no formato presencial. No ano de 2021, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atendimentos da equipe técnica às famílias em acompanhamento, acolhimento e demanda espontânea (presencial e *online*);
- Reunião de equipe semanal para informes gerais e discussões de casos (presencial e *online*);
- Participação da equipe técnica e coordenação em reuniões para discussões de casos com a rede de acompanhamento das famílias (*online*);
- Realização de discussões de casos novos com a rede territorial para inclusão ou não nos serviços do CREAS - coordenação e equipe (*online* ou presencial);
- Orientações constantes quanto ao Protocolo CREAS e Ficha de Referenciamento; além de discussões de casos com os serviços do território sempre que demandado.
- Reuniões de gestão da chefia e equipe técnica com serviços do território conforme demanda (fluxos e encaminhamentos);
- Participação mensal da equipe técnica nas intersetoriais (Intersectorial Estrela - território do CRAS Vila Réggio; Intersectorial Amarais - território do CRAS Espaço Esperança; Intersectorial Nascente - território do DAS Norte) (*online*);
- Participação mensal de representante da equipe técnica na Comissão de Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente - VDCCA, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (*online*);
- Participação de representante da equipe técnica nos encontros do GT Maternidades (*online*);

- Participação de toda a equipe em encontros sistemáticos entre as equipes dos cinco CREAS (*online*);
- Capacitação no Treinamento do SIGM (*online*);
- Participação de representante da equipe no GT SIGM (*online*);
- Participação da equipe nos Projetos da Unicamp, Núcleo de Assistência Psicanalítica para Pessoas Expostas à Violência - NAPEV e Rede de Apoio e Acompanhamento a Pessoas que Trabalham com Usuários Expostos à Violência - RASEV (*online*, finalizado em 2021);
- Participação da coordenação no Comitê Gestor do NAPEV/Unicamp (*online*);
- Entrega de Cartões Nutrir à população (após alteração da empresa administradora);
- Participação da equipe nos Encontros de Trabalhadores da Média Complexidade (*online*);
- Participação na organização, planejamento e execução de eventos no território – 18 de maio; Conferência Municipal de Assistência Social (composição no Grupo de Trabalho: Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências); Plano Municipal de Assistência Social - PMAS (composição no GT Socioterritorial e participação na live de apresentação), dentre outros;
- Reunião semanal de chefias dos CREAS com CPSMC (presencial e *online*);
- Gestão e organização da chefia através de reuniões mensais com as coordenações dos serviços de Média Complexidade do território Norte: Serviço Especializado de Proteção Social à Família - SESF, Medida Socioeducativa - MSE, Atendimento Domiciliar e Centro Dia (*online* e presencial a partir de Setembro/21);
- Participação da chefia em reuniões sistemáticas dos coordenadores de CREAS e gestão com cada serviço que compõe a Proteção Social Especial de Média Complexidade: MSE, Atendimento Domiciliar, Centro Dia, Serviço de Abordagem de Crianças e Adolescentes (*online* e posteriormente presencial);
- Participação mensal da chefia na reunião geral de coordenadores da Média Complexidade de todas as regiões (*online*);
- Realização por parte da chefia de discussões com a rede parceira de casos em acompanhamento - casos complexos para indicação de alta complexidade ou desligamento (*online*);
- Participação da chefia em Grupos de Trabalho com temas específicos: GT Metas/ Tempo de Acompanhamento, GT Alta e Média Complexidade (*online*);
- Participação da chefia nas reuniões de gestores da PSE;
- Reuniões regulares entre os gestores públicos da Região Norte (coordenadores do DAS Norte, CRAS Espaço Esperança, CRAS Vila Réggio e gestora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade) para o desenvolvimento de ações conjuntas no território e reorganização das reuniões intersetoriais e GT Interproteções.

- Participação da chefia e equipe técnica nos encontros mensais do GT Interproteções, em parceria com as coordenações e equipes do DAS, CRAS e Apoio Técnico da Alta Complexidade (online).

Vale ressaltar que os encontros do GT Interproteções ocorreram em Fevereiro e Março/21, com discussão de casos emblemáticos. A partir de abril não houve casos pautados pelos serviços e diante disto suspendemos os encontros para avaliação deste espaço com a rede pública e parceira.

Em Julho/21 realizamos uma reunião entre as equipes públicas do CREAS, CRAS e DAS para pensarmos em novo formato do GT. Em seguida, suspendemos esta proposta porque o DOAS passou a organizar discussões, com a participação das chefias, sobre o formato do GT Interproteções com a consultoria de Regina Miotto. Continuaremos com esta tarefa para o ano de 2022.

O CREAS Norte também produziu e organizou o encontro, visando a promoção do trabalho intersetorial e a qualificação profissional da rede de atendimento da Região Norte, como o Encontro Online: Rede SUAS e Conselho Tutelar Norte pelo segundo ano consecutivo, com participação dos técnicos dos serviços públicos e cofinanciados, para discussão do fluxo de encaminhamento ao CT, DAS, CRAS e CREAS.

Desafios durante a execução das atividades

Considerando a reorganização dos instrumentos de trabalho imposta pela realidade da pandemia, o aumento expressivo de atividades *online* frente à ausência de recursos eletrônicos disponíveis no serviço tornou-se um desafio cotidiano. A partir dos atendimentos remotos, estes recursos passaram a ser fundamentais para as novas formas de trabalho, como o telefone celular para comunicação com os usuários através do Whatsapp.

Ainda, quanto às condições de trabalho, ressalta-se que a internet do serviço, por vezes não suporta as atividades desenvolvidas no cotidiano de trabalho, apresentando quedas durante reuniões e atendimentos à população.

Outro grande desafio foi a demora na vacinação da equipe contra a COVID 19. Atualmente, todos os funcionários foram vacinados com pelo menos duas doses, estando em processo de agendamento da terceira.

Com a pandemia, houve um atraso na programação em conhecer todo o território, gerando um impacto negativo para a apropriação da equipe, uma vez que a circulação foi diminuída como forma de proteção. Após o retorno presencial dos serviços, esta ação vem sendo feita gradativamente.

Outro ponto crítico durante o ano foi a dificuldade de articulação e trabalho em rede com os serviços de saúde, uma vez que esta política está voltada para as ações de combate à pandemia, dentre outras justificativas. Desde 2020, em parceria com a coordenação do DAS Norte, houve tentativas de articulações com o Distrito de Saúde com a proposta de um espaço de discussões de casos entre os serviços que compõem o SUS e o SUAS na Região Norte, para encaminhamento e outras articulações, visando o trabalho interdisciplinar e intersetorial. Entretanto, até o momento não obtivemos retornos por parte da Saúde para a efetivação de tais ações.

Em 2021, os problemas estruturais do espaço físico do serviço também afetaram bastante o cotidiano do trabalho nos períodos de chuva, pois ocorre alagamento significativo em todas as salas. O imóvel encontra-se em processo de reforma, contudo com previsão de conclusão no início de 2022.

Com a crise econômica e sanitária que tem assolado e precarizado a vida da população, percebemos que a insegurança alimentar tem sido outro desafio no atendimento às demandas das famílias atendidas, o cartão Nutrir Emergencial tem sido insuficiente frente às necessidades da população atendida no que se refere a quantidade e valor do benefício diante da carestia.

Por fim, diante do agravamento da crise econômica, social e sanitária, que também teve como consequência o aumento da violência dentro das famílias e as ofertas insuficientes às necessidades concretas da população, houve um impacto nítido no sofrimento e na saúde dos trabalhadores.

Resultados alcançados/ Avanços com as atividades realizadas

Em Setembro/2021, uma psicóloga passou a compor a equipe técnica do CREAS Norte. Até então, a equipe técnica era composta exclusivamente por assistentes sociais, sendo relevante a presença de psicólogos para a qualificação do atendimento às famílias, o que trouxe avanço na organização do trabalho. O CREAS Norte recebeu um profissional da limpeza fixo para atender o Serviço e ainda aguarda o reconhecimento do posto de porteiro que ainda é emprestado do CRAS.

Avançamos também com a realização do GT SIGM e a proposta da utilização deste sistema como prontuário digital para as famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI (em processo de transição). Os casos referenciados aos CREAS também foram renomeados no sistema, melhorando a comunicação entre a rede de serviços socioassistenciais.

Em relação à rede parceira, houve maior aproximação do Centro Dia e este passou a compor as reuniões mensais de chefias de média complexidade da região norte. Este espaço de gestão vem sendo aprimorado e reorganizado quanto a comunicação, fluxos e discussões de caso e teve grande avanço no ano de 2021.

As trocas e parcerias com os serviços da Proteção Básica do território também tem se aprimorado. Realizamos um encontro entre as equipes de CREAS e CRAS, participamos de eventos no CRAS e para 2022 planejamos compor um espaço de discussão no território com a presença da saúde, para além das intersetoriais que já ocorrem mensalmente.

A gestão dos serviços do território norte (CREAS, DAS, CRAS Vila Réggio e CRAS Espaço Esperança) têm trabalhado de forma integrada para planejamento de ações conjuntas, o que também tem avançado cada vez mais.

Metas para 2022

- Conclusão da reforma do imóvel;
- Planejamento e aperfeiçoamento da gestão pública das OSC parceiras (SESF, Atendimento Domiciliar, Centro Dia, MSE, Abordagem Social);
- Complementação da equipe de trabalho, com o chamamento de mais psicólogos e agente administrativo do concurso público;
- Supervisão técnica para a equipe;
- Implantar reuniões entre os serviços do SUS e do SUAS na Região Norte, com reuniões mensais com os Centros de Saúde do território para encaminhamento e discussões de casos, visando o trabalho interdisciplinar e intersetorial;
- Conhecer melhor o território e micros territórios da Região Norte a fim de favorecer a compreensão das particularidades territoriais, assim como os fatores (coletivos e individuais) que contribuem para as situações violadoras e /ou fortalecedoras de direitos;
- Conhecer melhor os serviços do(s) território(S) de abrangência do CREAS e estreitar o trabalho em rede a fim de fortalecer a oferta e cobertura do atendimento do CREAS;
- Articular de forma estreita com a vigilância socioassistencial para melhor compreensão territorial, assim como compreender as formas de enfrentamento das violações, fortalecimento social, vulnerabilidades e potencialidades territoriais;
- Desenvolver trabalho intersetorial com os serviços da região tendo como objetivo o atendimento coletivo para o enfrentamento a situações de violação de direitos, assim como propostas de prevenção às situações de violências, de acordo com a realidade territorial local;

- Trabalhar de maneira articulada com a Proteção Social Básica e Alta Complexidade e as diversas Políticas Públicas para efetivar o atendimento das famílias;
- Fortalecimento da identidade do CREAS diante da rede de serviços do território;
- Fortalecer o trabalho intersetorial através dos espaços coletivos no território, como Intersetoriais e GT Interproteções;
- Aprimorar os instrumentais de trabalho e fluxos internos do serviço.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Leste

Descrição das atividades realizadas em 2021

Avaliação, Acolhimento e Atendimentos PAEFI

- Visitas Domiciliares
- Atendimentos Individuais e familiares
- Articulação de rede
- Reuniões Intersetoriais
- Elaboração de Relatórios
- Registros em prontuários
- Registros em sistemas eletrônicos
- Produção de indicadores microterritoriais

Administrativo

- Registros em Planilhas de controle
- Confeção de documentos oficiais
- Preenchimento e controle de fichas e formulários
- Solicitação de Materiais de Limpeza
- Recepção/protocolo de documentos
- Organização de prontuários
- Controle de materiais

Gestão local

- Busca, junto ao DOAS, de imóveis para sediar o CREAS Leste
- Discussão de casos e monitoramento do PAEFI
- Discussão de casos e gestão das metas de SESF, SD, CD da região Leste
- Discussão de casos intra e intersetoriais
- Gestão da estrutura física, de materiais e de RH do CREAS Leste
- Participação em reuniões de gestão da PSE-MC/DOAS
- Uso de sistemas informatizados (SEI, e-mail institucional, RMA, SIGM, etc)
- Respostas de processos, ofícios e protocolos
- Elaboração de relatórios, indicadores e informes sobre o serviço
- Fiscal local de contrato de empresa terceirizada
- Estruturação dos processos, fluxos e procedimento internos ao serviço.

Desafios durante a execução das atividades

Tendo em vista que o CREAS Leste permanece em local provisório, desde 23/12/2019, anexo ao CRAS Recanto Anhumas, sem condições de espaço para realização de atendimento no equipamento. Esta situação de ausência de espaço adequado para atendimento no CREAS Leste impossibilita garantir ambiente de escuta mais protegido às vítimas de violência. Dessa forma, temos utilizados espaços em outros equipamentos da Assistência Social para realização de alguns atendimentos, o que tem implicado em maior de tempo dos profissionais para deslocamentos.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

No âmbito administrativo, continuou o avanço nos processos de informatização dos controles, fluxos e procedimentos, diminuindo significativamente o uso de materiais impressos e facilitando o compartilhamento de informações.

No atendimento às famílias e usuárias(os), em 2021, os atendimentos foram realizados, em sua maioria, de forma presencial, através de visita domiciliar, no entanto, mantendo também os atendimentos remotos por telefone, aplicativo de videochamada, aplicativo de mensagens instantâneas e e-mail. Ou seja, o uso dos recursos digitais permaneceu como aquisição na prática cotidiana.

Os atendimentos presenciais ocorreram predominantemente através de visitas domiciliares em decorrência da condição estrutural e de acesso do CREAS Leste.

Os processos de gestão e articulação no território permaneceram os mesmos de 2020, com a manutenção do ambiente virtual (aplicativo de videochamada) na maioria dos casos, como as reuniões de discussão de casos intra e intersetoriais e as reuniões de coordenadores da PSE-MC da Região Leste.

Metas para 2022

- Garantir nova sede para o CREAS Leste, em local acessível à população da região e com estrutura adequada ao funcionamento do serviço.
- Garantir a manutenção das metas de SESF (210)
- Continuar no processo de reestruturação dos processos de trabalhos internos e na relação com os serviços parceirizados.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Noroeste

As atividades realizadas em 2021 no CREAS Noroeste, seguiram as orientações das Notas técnicas SMASDH nº 004/2020, nº 001/2021, nº 002/2021, e conforme registros no RMA/MDS foram executados 598 atendimentos individuais remotos e/ou presenciais; 04 atendimentos grupais, e 225 visitas domiciliares. O fluxo de atendimento manteve-se sendo que recebemos 130 referenciamentos novos e realizamos 101 desligamentos ao longo de 2021.

Apesar da pandemia do COVID-19 os atendimentos não foram interrompidos, tendo sido desenvolvidas as atividades previstas e outras emergenciais, estas últimas pertinentes ao período como a distribuição de Cartão Nutrir Emergencial – Pandemia. Para a não interrupção dos atendimentos foram feitas adaptações, por exemplo o uso de meios remotos como: celulares, computadores e mídias sociais. Para as situações familiares mais urgentes e/ou necessárias, ou por suspeitarmos não ser possível garantir o sigilo e/ou a segurança do usuário ou pela falta de recurso digitais (celulares e computadores) por parte das famílias mantivemos os atendimentos individuais presenciais e as visitas domiciliares.

Quanto aos atendimentos remotos também levamos em conta as condições dos usuários em disporem de recursos digitais (celulares e computadores), bem como das condições de sigilo e segurança sempre que necessário.

Desafios durante a execução das atividades

São cinco os desafios encontrados em 2021 no CREAS Noroeste para execução das atividades, isto é a manutenção dos atendimentos às famílias em situação de violência durante a pandemia do COVID-19. O primeiro desafio refere-se as adequações dos atendimentos presenciais para remotos, sendo que os recursos digitais do CREAS são insuficientes, uma vez que os computadores não possuem câmera e nem microfone e temos apenas um notebook para toda equipe. O CREAS também não dispõe de celular institucional, tendo que os profissionais dispõem de seu aparelho celular particular para os atendimentos aos usuários, para participações em reuniões e para discussões de caso com a rede de serviços; em diversas situações o uso dos celulares particulares para estes atendimentos ocorreu inclusive para além da carga horária diária dos profissionais.

O segundo desafio encontrado refere-se a falta de supervisão técnica para que a equipe de trabalho qualifique os atendimentos às famílias em situação de violência, agravadas pela pandemia do COVID-19. Neste ano as discussões de caso ocorreram entre os profissionais e coordenação, mas o caráter formativo e coletivo da supervisão técnica que fortalece o desenvolvimento de todas as atividades ficou prejudicado ao longo de 2021.

O terceiro desafio, que vem se mantendo nos últimos anos, refere-se ao RH reduzido no CREAS Noroeste, sendo que logo em janeiro/21 houve as exonerações de 01 assistente social e de 01 administrativo; somando-se à falta já existente de 02 psicólogos. Esta demora na recomposição do RH compromete a oferta e a qualidade dos atendimentos as famílias bem como acarreta a sobrecarga dos profissionais. Em 2021, também ocorreram 03 afastamentos de funcionários por COVID-19 conforme orientações da Vigilância Sanitária, estes já retornaram às suas funções.

A ampliação do número de informações registradas no SIGM é o nosso quarto desafio, uma vez que muitas informações referentes aos atendimentos das famílias como dados e documentos pessoais, dados dos atendimentos, rede de serviços que compõem o atendimento à família, PIFA e relatórios se mantêm nos prontuários físicos (pastas nominais) com os profissionais, não sendo possível acessá-las de forma remota/digital.

Resultados alcançados / Avanços com as atividades realizadas

O CREAS Noroeste adequou a metodologia do trabalho de acordo com as orientações das Notas técnicas SMASDH nº 004/2020, nº 001/2021, nº 002/202. e as atividades desenvolvidas por meios remotos e/ou presenciais, quando necessário, conseguiram assegurar de forma positiva os atendimentos às famílias em situação de violências referenciadas aos serviços ofertados.

Em 2021, o CREAS realizou o preenchimento dos instrumentais dos sistemas: Relatório Mensal de Atendimentos (RMA)/MDS e os registros das atividades no SIGM. A partir do 2º semestre de 2021 houve um avanço nos registros das atividades no SIGM, uma vez que o SIGM ampliou novos itens de atendimentos, encaminhamentos e a equipe foi orientada a colocar todas as atividades executadas nesse sistema. Porém, em 2021 ainda não conseguimos ter uma avaliação total/anual pelo SIGM, assim a avaliação de resultados das atividades desenvolvidas pelo PAEFI/CREAS se manteve através dos dados do RMA/MDS.

Levando-se em conta o fluxo de atendimento durante o ano, isto é 130 referenciamentos novos e 101 desligamentos ao longo de 2021, constatamos que o conjunto de atividades realizadas pelo CREAS Noroeste, de forma contínua e articulada com a rede de serviços, se apresenta de forma efetiva. E, que, os atendimentos ofertados têm assegurado à proteção social e a prevenção do agravamento das situações de riscos pessoais e sociais, bem como propiciando a superação das violências, motivo pelo qual as famílias são referenciadas ao CREAS Noroeste.

Metas para 2022

- RH: recompor profissionais que saíram por exoneração, sendo: 2 psicólogos, 1 assistente social e 1 administrativo.
- Supervisão técnica: planejar e acompanhar o processo de supervisão técnica junto com a equipe técnica, o profissional contrato e o DOAS.
- Registros nos Sistemas de informação: ampliar para 100% o registro das atividades realizadas nos sistemas de informação SIGM/ RMA e Planilha CREAS Noroeste.
- Capacitação/ formação: identificar as demandas junto aos profissionais e buscar espaços de capacitação e formação pertinentes ao CREAS.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Sul

“Encerrando ciclos, fechando portas, terminando capítulos” (Glória Hurtado)

O ano de 2021 se inaugurou com a transição de mandato municipal e mudanças de gestão nas Secretarias, de forma ampla.

Do mesmo modo, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da região Sul, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, observou mudanças importantes em seu quadro, com a transferência e assunção de novo cargo pela então coordenadora, e a designação de uma psicóloga da equipe para substituí-la nessa função. As modificações na equipe também se deram em razão da exoneração de uma psicóloga efetiva e de uma comissionada, que exercia função administrativa, além da realocação de duas assistentes sociais. A equipe foi, ao longo do ano, parcialmente recomposta mediante a contratação de 4 servidoras efetivas, sendo 3 assistentes sociais e uma psicóloga.

O início de 2021 também foi assinalado pela ampla repercussão midiática de um caso de violência intrafamiliar, atendido por serviço vinculado ao Creas Sul, que evoluiu de forma desfavorável, adquirindo contornos dramáticos.

O ano em questão foi igualmente marcado pelo recrudescimento da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus, que perdura há dois anos, com aumento de notificações de casos dentre os profissionais da Assistência Social e por outro lado, pela aprovação da vacina e ampla imunização contra o vírus.

A despeito das restrições ocasionadas pela pandemia, o exercício de 2021, como demonstrado a seguir, apresentou-se prolífico e dinâmico para a Proteção Social Especial de Média Complexidade da região Sul, tanto no que diz respeito ao atendimento às famílias e à gestão dos diferentes serviços, como também ao planejamento de ações, disseminação de informações sobre o trabalho realizado e sensibilização acerca do tema da violação de direitos.

A considerar a persistência do contexto pandêmico, as atividades coletivas (como reuniões e eventos temáticos) foram mantidas de modo preferencialmente virtual e ocorreram regularmente ao longo de 2021.

Atividades Realizadas/Resultados Alcançados

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena” (Fernando Pessoa)

- Grupos de trabalho (GTs) da região Sul: Interproteções, SUS/SUAS e Maternidades:

Os GTs Interproteções e SUS/SUAS consistem em espaços dedicados à discussão de situações familiares complexas, cujo estabelecimento de fluxos, articulação e interlocução entre as proteções e com outras políticas públicas, se fazem necessárias para a superação de impasses no acompanhamento e ampliação da proteção às famílias e sujeitos atendidos, quando observado aumento do risco e agravamento da violação de direitos.

Ao todo, foram realizados 9 encontros virtuais do GT Interproteções, com 36 casos apresentados, com proposição compartilhada de encaminhamentos.

O grupo de trabalho SUS/SUAS, por sua vez, conta com 4 eixos em funcionamento (Eixo Sul-Leste I; Eixo Sul-Leste II; Eixo Sul-Sul I; e Eixo Sul-Sul II), abarcando todos os centros de saúde da região Sul. Em 2021 foram realizadas 43 reuniões virtuais desse segmento, com 158 casos analisados.

O CREAS Sul compôs o GT maternidades, projeto-piloto de conformação intersetorial, que se propôs ao estabelecimento de um plano de atendimento e cuidados às gestantes em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, com início em março. Ao longo do ano de 2021 foram realizados 8 encontros on-line, com referenciamento de 1 família para Serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade da região Sul.

Tais grupos de trabalho estabeleceram-se como espaços potentes para a manutenção do diálogo entre os serviços que compõem a rede de atendimento às famílias, oportunizando a realização de intervenções mais amplas, coordenadas e complementares.

- Reuniões Intersetoriais: O CREAS Sul integra as três reuniões Intersetoriais em funcionamento, sendo elas a Intersetorial do Campo Belo, a Intersetorial do Bandeiras e a Intersetorial Sul (que abarca os serviços situados na área de abrangência do Das Sul). Em 2021 houve a fusão desses espaços para a realização de encontros temáticos virtuais (precedidos por informes gerais), tais como: “*Não Precisa Ser Amélia para Ser de Verdade*”, em comemoração ao mês da mulher; “*O Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia*”, que integrou as atividades do 18 de Maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de

Crianças e Adolescentes). As intersetoriais retomaram o funcionamento singularizado para a elaboração do projeto e o planejamento das atividades que marcarão o 18 de Maio em 2022.

- Live de Capacitação Sobre o trabalho Social com Famílias da Proteção Social Especial de Média Complexidade em Tempo de Pandemia: o evento, realizado no dia 29 de março, contou com a participação de toda a equipe do CREAS Sul.
- Pré-Seminário de Medidas Sócioeducativas: participação no Pré-Seminário de Medidas Sócioeducativas de Campinas, conduzido pelo psicanalista Jorge Broide e realizado nos dias 7 e 8 de julho de forma on-line, com a presença de profissionais da Educação, Assistência Social, adolescentes em cumprimento de medidas e suas famílias.
- Junho Violeta - Mês de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa: o CREAS Sul, região onde se identifica o maior número de notificação de violação aos direitos de idosos, sediou o evento de lançamento da cartilha temática.
- 14^a Conferência Municipal da Assistência Social: “Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com Financiamento Público para Enfrentar as Desigualdades e Garantir Proteção Social”: o CREAS Sul participou da 14^a Conferência Municipal de Assistência Social, realizada nos dias 12 e 13 de agosto de forma virtual, com uma profissional eleita para a etapa estadual, realizada em 20, 21, 22 de outubro com o tema “Assistência Social é Um Direito: Evolução e Desafios do SUAS no Estado de São Paulo”.
- Cartão Nutrir Emergencial Pandemia: nos dias 17,18, 19 e 20 de agosto, o CREAS Sul participou da substituição do cartão Nutrir Emergencial Pandemia, tendo distribuído 818 unidades à população beneficiária. Tal atividade foi precedida de um treinamento realizado em 16 de agosto.
- Rede de Proteção à Mulher – Agosto Lilás: em 24/08, o Creas Sul integrou as atividades realizadas por ocasião do Agosto Lilás, mês dedicado ao combate da violência contra a mulher em Campinas. A ação, que consistiu numa roda de conversa realizada presencialmente, com a participação de usuárias da Assistência Social da região Sul, contou com a presença da Guarda Civil Municipal, Ordem dos advogados do Brasil e da Delegacia de Defesa da Mulher. O Agosto Lilás na Sul resultou do esforço conjunto do Creas Sul, CEAMO (Centro de Referência e Apoio à Mulher) e do Serviço Especializado de Proteção Social a Família da Afascom, que sediou o evento. No dia 27 desse mesmo mês, a equipe do Creas Sul esteve presente na Conferência “Sensibilização às Frentes Atuentes Contra Violência Doméstica”, realizada no teatro da IMA.

- Rede da Mulher: no 2º semestre de 2021 o CREAS Sul indicou novo representante para a integrar a Rede da Mulher, agrupamento intersetorial dedicado ao aperfeiçoamento da articulação entre os órgãos e serviços que atendem as mulheres em situação de violência em Campinas. Como componente desse grupo, o Creas Sul contribuiu para a realização, no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, do evento “Mesa das Mulheres”, dando encerramento aos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra Mulheres, cuja execução deu-se de forma presencial na Academia Campinense de Letras.
- ASSISTE Campinas: o CREAS Sul participou do planejamento das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, para o 2º semestre de 2021 e para o exercício de 2022, realizado em 17 de julho de 2021 de forma presencial e posteriormente, em 6 de outubro.
- Dia da Favela: O CREAS Sul esteve presente no “Dia da Favela”, evento realizado pela Central Única das Favelas (CUFA), em 4 de novembro, no Parque Oziel e prestou informações à população sobre os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade.
- Plano Municipal de Assistência Social – PMAS Regional: o Creas SUL colaborou para a realização, em 26 de novembro, do encontro regional do PMAS na região Sul, sendo responsável por abrir as atividades.
- Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres: O CREAS Sul participou da ação “Quando o Trabalho Protege” que, a partir de palestras realizadas pela Secretaria de Trabalho e Renda e pelo Centro de Educação Profissional de Campinas (Ceprocamp), objetivou promover a autonomia financeira das mulheres, pela inserção no mercado de trabalho. O evento, realizado presencialmente no CRAS Campo Belo, contou com público de 16 mulheres usuárias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Roda de Conversa de Lançamento do 15º Boletim Sisnov (Sistema de Notificação de Violência): o CREAS Sul esteve presente no lançamento do 15º Boletim SISNOV, com apresentação dos dados de notificação de violência no município de Campinas, realizado em 03 de dezembro.
- Reuniões de Gestão Territorial da Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) da Região Sul:

As reuniões realizadas virtualmente com as coordenações das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), executoras do Serviço Especializado de Proteção Social a Família (SESF), Centro

Dia, Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio, Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes e do Serviço de Medidas Socioeducativas de Libertada Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade se constituíram-se em espaços vigorosos para a realização da gestão pública e para o alinhamento do trabalho na Média Complexidade.

No decorrer de 2021, foram realizadas 8 reuniões com participação do Conselho Tutelar, Ministério Público da Infância e da Juventude, gestão da Alta Complexidade Adulto e Idoso, de psicóloga especializada no tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes, do Departamento de Segurança Alimentar, da orientadora jurídica da Proteção Social Especial, do SERAVI (Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor de Violência) e do CEAMO.

Dúvidas acerca do fluxo para inclusão em residências inclusivas e instituições de longa permanência para idosos (ILPIS), assim como para participação nos Programas Nutrir Campinas e Viva Leite, foram apresentadas e esclarecidas. Temas como a insegurança alimentar, o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e à violência de gênero, no contexto da pandemia, assim como o trabalho com o autor de violência foram abordados.

O fluxo para inclusões e desligamentos de famílias dos serviços se manteve sob a gestão do CREAS, tendo sido realizadas 120 novas inclusões e 131 desligamentos.

Ao longo do ano, a coordenação do CREAS Sul conduziu a discussão de 227 casos, considerados emblemáticos, complexos ou em vias de desvinculação, sendo: 6 com os Serviços que executam as Medidas Socioeducativas em meio aberto; 149 com o Serviço Especializado de Proteção Social à Família (SESF); 42 com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); 11 com o Centro Dia da Pessoa com Deficiência; 19 com o Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

- Reuniões de Gestão da Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC): Participação da coordenação nos encontros dos coordenadores de CREAS, realizados semanalmente e nas reuniões de gestão dos Serviços que compõem a PSEMC (Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio; Centro Dia, Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes; Serviços de Medidas Socioeducativas de Libertada Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), realizadas sistematicamente.
- Reuniões e Grupos de Trabalho: participação da coordenação em Grupos de Trabalho que funcionaram de forma regular ao longo do ano, como o GT Metas; GT SESF; GT SIGM; GT Alta e Média; GT PMAS; Reunião de coordenadores da PSEMC; Reunião da Proteção Social Especial; Encontros dos Creas; e Encontro com trabalhadores da PSEMC – Troca de Experiências.

- Encontros com Regina Miotto: o CREAS esteve presente na série de 3 encontros realizados com o objetivo de trabalhar o fortalecimento do GT Interproteções e que tiveram a professora Regina Miotto como facilitadora. A participação nesses espaços reflexivos e propositivos, oportunizou à coordenadora, em início de exercício, criar referências e experienciar de forma ampla e intensiva a gestão territorial da PSEMC.

Desafios Encontrados

“Todos os dias estarás refazendo o teu desenho.

Não te fatigues logo. Tens trabalho para toda a vida” (Cecília Meireles)

Observou-se aumento de 49% no referenciamento de famílias e indivíduos à PSEMC Sul, com a admissão de 218 novos casos em 2021 (contra 146 casos em 2020).

O crescimento observado pode ser resultado da ampla divulgação realizada (especialmente no que se refere ao tema da violência de gênero) e das discussões de caso efetuadas com a saúde, como também do impacto causado por um caso de violência intrafamiliar da região Sul, envolvendo grave violação aos direitos da criança. Além disso, muito tem sido dito a respeito do crescimento da violência doméstica, como possível efeito colateral da medida de isolamento social adotada para fazer frente a pandemia. Ao período de isolamento mais estrito também se atribuiu o baixo número de notificações e o represamento de casos, seguido de um salto no número de famílias referenciadas, com a flexibilização das medidas de proteção contra a Covid-19 e a regularização do funcionamento de serviços e escolas.

Administrar a autocobrança, a insegurança e a pressão, que se seguiram à repercussão midiática alcançada pelo caso de violência intrafamiliar supracitado, se mostrou particularmente desafiador.

O CREAS Sul também enfrentou alguns impasses na interlocução com os serviços de saúde. Ainda que as reuniões de eixo tenham se sustentado ao longo de 2021, notou-se recuo e esvaziamento desse espaço, com prejuízo à discussão e ao encaminhamento de 16 situações familiares apresentadas, pela ausência de profissionais da saúde.

O retrocesso na compreensão do trabalho realizado pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, pelos serviços de saúde, igualmente foi observado, o que exigiu do CREAS Sul persistência e disponibilidade para, reiteradamente, prestar informações e reafirmar o seu papel.

O CREAS do mesmo modo se ressentiu da ausência de fluidez na comunicação com o Conselho Tutelar e de um relacionamento mais estreito com a Educação. Em ambos os casos, a falta

de efetividade ou de coparticipação na emissão de resposta, amplificaram os desafios inerentes ao atendimento das demandas apresentadas pelas famílias acompanhadas pela PSEMC.

A sobrecarga e os transtornos experimentados pela coordenação no esforço de corresponder às exigências intrínsecas à gestão territorial da PSEMC, conciliando-as com as tarefas administrativas do CREAS Sul, dada a ausência deste profissional na unidade, traduziram-se em desafio. O desejo de colocar em análise o trabalho realizado, de modo a aperfeiçoá-lo, não raro sucumbiu ao volume imperativo de tarefas por realizar.

Faz-se importante destacar que, apesar das dificuldades acima relatadas, o CREAS Sul manteve-se como referência no território, no atendimento às situações de violação de direitos, tendo sido requisitado, por diferentes serviços, para orientações, discussões de casos e participação em atividades pertinentes.

Metas para 2022

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar” (Antônio Machado)

Ampliar a capacidade de atendimento de modo a responder de forma equivalente ao aumento da busca pelos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, na região Sul.

Recompor a equipe do CREAS Sul por meio de chamamento de servidor efetivo para assunção da vaga de agente administrativo.

Fortalecer os espaços existentes de interlocução com a rede de serviços, Conselho Tutelar, Poder Judiciário e Ministério Público.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Sudoeste

Descrição das atividades realizadas em 2021

Intersetoriais: todas as reuniões tiveram a participação e contribuição da Média Complexidade a partir das técnicas do CREAS presentes, assim como dos técnicos de SESF da região.

Conselho Tutelar: foram realizadas 4 reuniões entre Chefe de Setor do CREAS junto com todos os conselheiros do território para aproximação dos serviços, explicação, entendimento dos

fluxos e encaminhamentos, garantindo melhor qualificação dos casos referenciados e maior diálogo entre os técnicos de cada equipamento.

Rede Média Complexidade: reuniões mensais para discussão, orientação, planejamento e afinamento entre todos os serviços que constituem a rede de média da região sudoeste.

Rede Ampliada: contatos pontuais com os serviços de Saúde e Educação a depender das necessidades de cada caso acompanhado.

GT Interproteções: foi retomado de forma tímida com poucas reuniões acontecendo de fato. Saúde: buscando aproximação com a rede da Saúde do território ocorreu uma reunião com a presença de todos os coordenadores dos Centros de Saúde para apresentação e esclarecimento de dúvidas do CREAS e dos serviços gerenciados que constituem a Média Complexidade da região.

Desafios durante a execução das atividades

O principal desafio durante o ano de 2021 foi equilibrar os cuidados preventivos necessários com a manutenção dos atendimentos/acompanhamentos híbridos, visitas domiciliares e revezamento da equipe técnica.

No entanto, outro desafio válido de ser apontado é a pouca oferta de vagas para serviços cuja demanda apresenta crescimento ao longo dos últimos anos, como Serviço Domiciliar e Centro Dia, acarretando demora para inclusão de casos novos.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

De forma geral, o CREAS conseguiu estabelecer bom contato com a rede de serviços em cada microterritório de atuação da equipe técnica, bem como esclarecer algumas expectativas equivocadas sobre a atuação possível da Média em casos complexos, que chegam na rede já muito agravados, com diversas demandas, que apontam a necessidade de intervenção também de outras Políticas Públicas.

Metas para 2022

Ampliar e fortalecer a presença do CREAS no território e definir espaço mensal de discussão de caso como já ocorre no microterritório do CRAS Novo Tempo nos outros microterritórios.

Efetivar o GT Interproteções como espaço de discussão de casos mais complexos com a contribuição e articulação dos 3 níveis de Proteção do SUAS de Campinas.

Estreitar relação com a Saúde e Educação para avançar na qualificação dos casos referenciados e contrarreferenciados.

Ampliar o quadro de RH do CREAS com técnicos de nível superior, principalmente da especialidade psicologia visto que desde 2019 este CREAS só possui profissionais do serviço social.

DADOS GERAIS DOS CREAS (Fonte: arquivos CREAS)

Tabela 15. Quadro de Profissionais dos CREAS

Profissionais	CREAS Norte	CREAS Leste	CREAS Noroeste	CREAS Sudoeste	CREAS Sul
Chefia	1	1	1	1	1
Psicólogo	1	2	1	0	3
Assistente Social	3	3	3	4	3
Agente de Ação Social	1	1	1	1	0
Assessor Técnico	1	0	0	0	0
Profissionais de apoio (Ensino Fundamental)	1	1	1	1	1
Motorista	1	1	1	1	1
Terceirizados (Portaria e Limpeza)	2	2	2	2	2

Em 2021, no CREAS Sul, houve a exoneração de uma psicóloga e remanejamento de duas assistentes sociais, com posterior reposição pelo chamamento do concurso público. Na equipe do CREAS Norte, houve o chamamento de uma psicóloga e a saída de dois profissionais: um apoio (ensino fundamental) e um assessor técnico. No quadro de RH do CREAS Sudoeste, houve a chegada de mais um assistente social do concurso público. No CREAS Leste, houve a chegada de uma assistente social do concurso e um remanejamento interno. No CREAS Noroeste houve a troca por permuta da agente de ação social.

Tabela 16. Quantitativo de Famílias referenciadas aos CREAS

Quantitativo de famílias referenciadas aos CREAS em 2021						
	CREAS Norte	CREAS Leste	CREAS Noroeste	CREAS Sudoeste	CREAS Sul	Total
Total de famílias referenciadas aos CREAS em 2021	150	105	130	199	218	802

Tabela 17. Referenciadores dos CREAS

PRINCIPAIS ÓRGÃOS E SERVIÇOS REFERENCIADORES AO CREAS (PAEFI/SESF/Centro-Dia e PSE Domicílio)						
	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL	TOTAL
Vara da Infância e Juventude	0	2	1	1	7	11
Conselho Tutelar	17	36	28	87	13	181
Defensoria Pública	4	0	0	0	0	4
Ministério Público	8	5	0	1	12	26
Delegacia	0	0	0	0	0	0
Centro de Saúde	5	8	24	29	19	85
Unidades de Pronto Atendimento	6	8	4	2	2	22
Saúde Mental	3	0	5	3	4	15
Hospital	6	6	15	11	2	40
Rede PCD	4	0	4	3	3	14
CREAS de outros municípios	6	3	3	4	3	19
CRAS/DAS	23	25	7	24	15	94
SCFV	11	5	23	13	2	54
Educação	2	2	2	1	0	7
Disque 100	3	0	1	1	0	5
Medida Socioeducativa	1	1	4	1	1	8
PSE de Alta Complexidade	1	2	1	3	8	16
Outros serviços	12	2	8	15	30	67

Nas tabelas anteriores é possível identificar que o CREAS que recebeu maior número de encaminhamentos de famílias para atendimento em 2021 foi o CREAS da região Sul, seguido do CREAS da região Sudoeste, sendo que os serviços/órgãos que mais encaminharam casos aos CREAS foram Conselho Tutelar (181), CRAS/DAS (91) e Centro de Saúde (85).

Tabela 18. Atendimento do CREAS PAEFI

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO DO CREAS PAEFI EM 2021						
	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL	TOTAL
Capacidade mensal de atendimento pelo PAEFI	60	75	60	60	90	345
Famílias incluídas em acompanhamento PAEFI em 2021	36	42	13	19	48	158
Famílias desligadas do PAEFI em 2021	38	44	33	9	40	164
Demanda Espontânea CREAS	23	8	38	2	9	23

Tabela 19. Perfil dos Casos

PERFIL DOS CASOS INCLUÍDOS NO PAEFI EM 2021						
	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL	TOTAL
Criança/ Adolescente	26	18	12	14	20	90
Pessoa Idosa	10	14	1	3	5	33
Gênero	5	5	0	1	4	15
LGBT	0	1	0	0	0	1
Pessoa com Deficiência	4	7	1	1	1	14
Raça/Etnia	0	0	0	0	0	0

Tabela 20. Motivo de Inclusão no PAEFI

MOTIVOS DE INCLUSÃO NO PAEFI EM 2021						
Tipo de violação	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL	TOTAL
Violência Física	8	9	2	1	11	31
Violência Psicológica	10	14	1	3	6	34
Exploração Sexual	0	0	0	0	0	0
Violência Sexual	14	6	4	6	7	37
Negligência	18	15	6	5	13	57
Abandono	2	4	1	1	1	9
Trabalho Infantil	0	1	1	1	2	5
Trajetória de Rua	2	1	0	0	1	4
Tráfico de pessoas	0	0	0	0	0	0
Discriminação por Raça e Etnia	0	0	0	0	0	0
Discriminação por Orientação Sexual	0	0	0	0	0	0
Violência Patrimonial/Exploração Financeira	5	1	1	1	1	9
Outras formas de violação de direitos que provocam danos e agravos à sua condição de vida e autonomia	12	6	2	1	7	28

Tabela 21. Motivo de Desligamento do PAEFI

MOTIVOS DE DESLIGAMENTO DO PAEFI EM 2021					
	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL
Não confirmação da violação de direitos	9	10	5	1	15
Ressignificação do contexto familiar frente às situações de violência	8	21	14	2	12
Atingiu o limite de atuação da assistência social	3	2	0	0	0
Falecimento	0	0	0	0	1
Família recusou o atendimento mesmo tendo sido feito o investimento na vinculação	1	0	0	0	0
Mudança de município	6	4	6	0	6
Transferência de região	4	2	3	0	3
Família não localizada	0	0	0	0	0
Encaminhamento para outro serviço da PSEMC	6	3	5	0	3
Encaminhamento para a alta complexidade	1	2	0	0	1
TOTAL	38	44	33	3	41

Tabela 22. Frentes de atendimento.

Região	Atendimentos individuais	Atendimento em grupo	Visitas domiciliares
CREAS Leste	432	0	221
CREAS Norte	1788	0	65
CREAS Noroeste	598	4	225
CREAS Sudoeste	1.010	0	243
CREAS Sul	1.517	0	237

SERVIÇOS VINCULADOS AOS CREAS

Serviço Especializado de Proteção Social Especial a Família - SESF

O Serviço Especializado de Proteção a Família (SESF), é um serviço complementar, referenciado aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Oferece um conjunto de procedimentos técnicos por meio de atendimento psicossocial de caráter continuado, na perspectiva da interdisciplinaridade, articulação intersetorial e em rede, com centralidade na família.

A rede SESF é responsável pelo atendimento de 1.620 famílias e conta com 158 trabalhadores.

Tabela 22.

CREAS	OSC EXECUTORA	Grupos	Metas	TOTAL
Sudoeste	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – SETA	12	360	480
	Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia	4	120	
Noroeste	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância CRAMI	7	210	360
	Projeto Gente Nova PROGEN	5	150	
Sul	Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria - AFASCOM	4	120	360
	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – SETA	5	150	
	Aldeias Infantis S.O.S.	3	90	
Norte	Ação Forte	1	30	210
	Centro Promocional Tia Ielde CPTI	2	60	
	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – SETA	4	120	
Leste	Assistência Social Paróquia Sagrado Coração de Jesus	2	60	210
	Centro Educacional Integrado "Padre Santi Capriotti"	2	60	
	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância CRAMI	3	90	
TOTAL	13	54	1620	

Resultados Alcançados (Fonte: SIGM e arquivo dos CREAS)

Tabela 23.

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO DO SESF EM 2021						
SESF	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL	TOTAL
Famílias acompanhadas pelo SESF	210	210	360	480	360	1620
Famílias incluídas em acompanhamento em 2021	43	40	68	101	64	316
Famílias desligadas em 2021	43	40	68	98	64	313

A tabela acima mostra que a maior parte das famílias em acompanhamento pelo SESF foram incluídas há mais de um ano no Serviço. Este dado indica que o tempo de acompanhamento das famílias no SESF geralmente é maior que 1 ou 2 anos, tal dado se justifica devido à complexidade das demandas apresentadas pelas famílias.

Tabela 24.

PERFIL DOS CASOS INCLUÍDOS NO SESF EM 2021						
	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL	TOTAL
Criança/ Adolescente	33	30	53	70	43	229
Pessoa Idosa	10	9	3	16	3	41
Gênero	6	8	9	9	9	41
LGBT	0	3	2	0	3	8
Pessoa com Deficiência	13	2	1	6	8	30
Raça/Etnia	0	0	0	0	1	1

A tabela acima se refere ao perfil dos casos incluídos em 2021. A maior parte dos casos foram encaminhados ao SESF por violações de direitos contra crianças e adolescentes. Este dado se repete ao longo dos anos, sendo este o principal motivo de solicitações de acompanhamento aos CREAS, conseqüentemente ao SESF.

Tabela 25.

MOTIVOS DE INCLUSÃO NO SESF EM 2021						
Tipo de violação	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL	TOTAL
Violência Física	17	25	42	25	25	134
Violência Psicológica	20	15	51	7	15	108
Exploração Sexual	0	0	0	0	0	0
Violência Sexual	12	11	33	16	14	86
Negligência	33	31	45	28	39	176
Abandono	3	3	14	5	5	30
Trabalho Infantil	1	1	4	2	2	10
Trajetória de Rua	1	1	4	0	0	6
Tráfico de pessoas	0	0	0	0	0	0
Discriminação por Raça e Etnia	0	0	0	0	1	1
Discriminação por Orientação Sexual	0	1	0	0	1	2
Violência Patrimonial/Exploração Financeira	4	2	4	1	4	15
Outras formas de violação de direitos que provocam danos e agravos à sua condição de vida e autonomia	27	14	35	17	5	98

A tabela acima apresenta os dados referentes aos motivos de inclusão no SESF em 2021. Novamente, como ocorreu em anos anteriores, a NEGLIGÊNCIA tem sido o principal motivo para

inclusão no SESF. Tal informação requer uma atenção maior visto que as condições da família e a dificuldade e/ou falta de acesso a serviços e direitos podem levar à leitura superficial e, até mesmo precipitada, de que a família está sendo “negligente”.

Tabela 26.

MOTIVOS DE DESLIGAMENTO DO SESF EM 2021					
Motivos	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL
Não confirmação da violação de direitos	1	2	14	2	0
Ressignificação do contexto familiar frente às situações de violência	18	20	25	61	30
Atingiu o limite de atuação da assistência social	5	2	2	0	0
Falecimento	8	0	5	2	2
Família recusou o atendimento mesmo tendo sido feito o investimento na vinculação	3	0	2	2	8
Mudança de município	14	6	12	18	8
Transferência de região	6	8	14	9	6
Família não localizada	0	0	2	1	0
Encaminhamento para outro serviço da PSEMC	0	0	2	0	0
Encaminhamento para a alta complexidade	4	2	0	2	4

Tabela 27.

Dados de atendimento SESF 2021					
Ações	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL
Ações Sócioemergenciais e Calamidade Pública	260	775	1455	204	403
Atendimentos em Grupos e Oficinas	78	338	870	215	75
Atendimento Individuais (atendimento individual/atendimento pelo educador/orientação jurídica/ à família extensa/ao grupo familiar)	807	1281	3906	1547	924
Atendimento Remoto	1582	1293	2801	2284	3885
Visitas domiciliares	749	1149	2271	1255	1115
Acompanhamento da família em outros serviços	75	127	129	304	10
Articulações de rede	2235	2917	4043	3210	705
Discussão de casos	761	692	2048	1511	778

A tabela acima apresenta um número grande de atendimentos remotos realizados em 2021 devido à situação da pandemia enfrentada no município. Esta modalidade de atendimento foi um recurso importante para a manutenção do contato com as famílias acompanhadas, embora não substitua ou dispense de forma alguma o atendimento presencial, que possibilita uma maior aproximação com as famílias.

Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

OSC executora: Centro Educacional Integrado "Padre Santi Capriotti"

Metas: 125

Descrição breve das atividades realizadas em 2021

O Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias oferece o atendimento domiciliar a idosos e pessoas adultas com deficiência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. Tem por objetivo promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias.

Para o alcance de seus objetivos, são desenvolvidas atividades como: Acolhida, escuta; informação, comunicação e defesa dos direitos; Articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; Articulação da rede de serviços socioassistenciais; Articulação interinstitucional com o Sistema de Garantia de Direitos; Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; Referência e contrarreferência; Construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; Orientação sociofamiliar; Estudo social; Diagnóstico socioeconômico; Cuidados pessoais; Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; Ações estratégicas no fortalecimento dos vínculos fragilizados/rompidos; Acesso dos usuários a documentação, benefícios, programas de transferência de renda e a outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos; Apoio à família na sua função protetiva; Mobilização de família extensa ou ampliada; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; Mobilização para o exercício da cidadania; Elaboração de relatórios e prontuários; Cadastros, associação do responsável familiar e registros de atendimentos atualizados de todo o grupo familiar no SIGM; Adotar metodologia de trabalho conforme diretriz da gestão com as famílias por meio de entrevistas, visitas domiciliares, reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias.

Desafios durante a execução das atividades no ano de 2021

Apesar de todos os desafios trazidos pela pandemia, destaca-se a territorialização do serviço domiciliar, e a ampliação das metas: 125 famílias mensalmente, o que significa o atendimento aproximado de 300 indivíduos. Atender de forma sistematizada em meio a pandemia e em paralelo com o RH muitas vezes reduzido devido a afastamentos em razão do COVID-19, trouxe um impacto significativo sobre os trabalhadores. Em meados de novembro de 2021 houve vários afastamentos por desgaste emocional o que fez com que as equipes reavaliassem as ações de cuidado com o cuidador.

O retorno das atividades presenciais e a impossibilidade de atender a totalidade das famílias presencialmente ou por meio de entrevista domiciliar, culminou na construção de indicadores de gravidade das situações de violência, entendido como mais um instrumento de apoio na avaliação do risco de violência e também para a avaliação da necessidade de manutenção do atendimento presencial nas situações graves, as quais exigissem maior monitoramento e estratégias de intervenção.

Recomenda-se que, juntamente com tais indicadores, haja avaliação dos fatores de proteção, variáveis que, quando presentes, podem mitigar ou eliminar o risco.

Conforme consta na Cartilha sobre o "*Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial em tempo de pandemia*" (<https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/1%20capacitacaomediacomplfever2021.pdf>), a utilização de indicadores de gravidade das situações de violência é uma forma de avaliação padronizada, estruturada que avalia o risco de reincidência e de agravamento de qualquer tipo de violência doméstica. É importante que esse instrumento não seja a única forma de avaliação das situações, por mais que essa ferramenta busque ser um auxílio objetivo da situação incidente. Recomenda-se que, juntamente com tais indicadores, haja avaliação dos fatores de proteção, variáveis que, quando presentes, podem mitigar ou eliminar o risco.

Os indicadores de gravidade das situações de violência, mais apontados na literatura, destaca-se:

- negligência severa contra bebês/crianças pequenas (0 a 3 anos);
- violência sexual contra criança pequena (0 a 6 anos);
- negligência severa contra idosos;
- perseguição por parte do autor de violência;
- ameaça de morte;
- perseguição;
- situações de reincidência e/ou aumento de atos de violência.

Para adoção da estratégia mais adequada de atendimento presencial no serviço ou entrevista domiciliar, as equipes devem considerar em sua avaliação técnica:

- objetivo / natureza do atendimento;
- perfil da(o) usuária(o) enquanto grupo de risco;
- exposição da(o) usuária(o) que depende de transporte público para deslocamento ao serviço;
- possibilidade concreta de sigilo e intervenções de atendimento no domicílio.

Diante de todo cenário em que o mundo está vivendo, o que vem impactando diretamente a execução do serviço são: O elevado aumento do preço dos EPIs; Combustível; Custo com alimentação; Aumento no valor da passagem; Folha de pagamento dos trabalhadores (embora este reajuste esteja aquém da inflação); Ausência de correspondência dos valores repassados pelo Poder Público.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

Todas as atividades foram planejadas e executadas visando à promoção da inclusão, da convivência familiar e comunitária, da diversidade cultural e social, bem como, na perspectiva do fortalecimento de vínculo entre o Serviço e famílias atendidas, relação essa pautada na ética e no respeito. Entendemos que os resultados alcançados foram:

- Contribuição para a superação de situações violadoras de direitos dos indivíduos e famílias; Avaliação por meio desligamentos do serviço por ressignificação do contexto familiar;
- Fortalecimento de vínculos familiares e de referências de cuidados; Avaliação por desligamento por reorganização do contexto familiar, algumas famílias durante a pandemia e a suspensão de alguns atendimentos conseguiram se reorganizar para os cuidados da pessoa referenciada.
- Avanço na discussão e implantação da metodologia de trabalho com famílias; Avaliação por meio da construção do PIFA, genograma familiar e mapa da rede com todos os usuários atendidos.
- Promoção de uma maior participação das famílias e dos usuários no planejamento e execução do plano de atendimento; Avaliação por meio da construção do PIFA junto com a família.
- Maior participação das famílias e dos usuários em atividades promovidas pela instituição;
- Avaliação através da participação das famílias nas atividades propostas. Durante o ano foram desligados 46 usuários e inseridos 31 casos novos.

DADOS DE 2021 (Fonte: SIGM e arquivos OSC CEI)

A tabela abaixo mostra o perfil dos atendidos no Serviço, a maior parte são de pessoas do sexo feminino, idosas, com deficiência múltipla e intelectual, incluída no Serviço por motivo de negligência. Estes números demonstram que o público atendido apresenta muita demanda de cuidado e proteção devido à idade avançada e tipo de deficiência com maior grau de dependência.

Os motivos de inclusão no Serviço que mais aparecem são negligência e sobrecarga do cuidador indicando a dificuldade da família de exercer seu papel protetivo e a necessidade do Estado em somar com a família na execução deste papel.

Tabela 27.

Total de atendidos no Serviço de PSE no Domicílio em 2021		
		Quantidade
Nº de famílias	Número de famílias atendidas neste ano	202
	Número de inclusões	46
	Número de desligamentos	32
Perfil	Pessoa Idosa	85
	PCD	43
	Pessoa Idosa e PCD	26
Sexo PCD	Feminino	27
	Masculino	16
Sexo Pessoa Idosa	Feminino	59
	Masculino	25
Sexo Pessoa Idosa e PCD	Feminino	13
	Masculino	1
Tipos de Deficiência	Intelectual	14
	Física	7
	Múltipla	15
	Visual	4
	Auditiva	0
	Síndromes	5
	Mental	4
Faixa Etária	18 a 24 anos	4
	25 a 39 anos	10
	40 a 59 anos	21
	60 a 79 anos	56
	Acima de 79 anos	52

Motivos de Inclusão	Violência Física	10
	Violência Psicológica	10
	Negligência	50
	Violência Patrimonial	1
	Sobrecarga do Cuidador/Estresse do Cuidador	33
	Isolamento Social	7
	Abandono	4
	Outras violações	36
Motivos de Desligamento	Falecimento	16
	Mudança de município	1
	Recusa do serviço	1
	Reorganização do contexto familiar	25
	Entrada em Residência Inclusiva ou ILPI	3
Região de moradia dos atendidos neste ano/distribuição de vagas	Região Sul	33
	Região Norte	29
	Região Sudoeste	25
	Região Noroeste	33
	Região Leste	34

Tabela 28.

Atendimentos PSE no Domicílio em 2021	
Tipos	Quantidade
Atendimento Domiciliar	5300
Atendimento em Grupo e Oficinas	35
Visita Domiciliar	243
Atendimento Remoto	181
Atendimento Individual (individual; à família extensa; à família; orientação jurídica; pelo educador)	104
Articulação de rede	361
Acompanhamento da família em outros serviços	141
Discussão de caso	379

A tabela acima mostra que a execução deste Serviço é realizada predominantemente na residência das famílias, com ações diretas com os usuários.

A tabela acima mostra que a execução deste Serviço é realizada predominantemente na residência das famílias, com ações diretas com os usuários.

Metas para 2022

- Continuidade no Planejamento das Ações nos eixos: Atendimento às famílias na média complexidade Articulação com os demais órgãos, serviços e Políticas Públicas; Formação - Participação efetiva nas Intersetoriais, Interproteções e Conselhos;
- Retomada das discussões dos grupos de trabalho.

Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência

OSC executora: SORRI

Quantidade de metas de atendimento: 30

O Centro-dia é uma unidade do SUAS referenciada aos CREAS que oferta serviço de convivência e de cuidados pessoais às pessoas com deficiência de 18 a 59 anos, em situação de dependência, que tiveram a sua condição agravada por violação de direitos. Oferecem apoio para a realização de cuidados básicos da vida diária como o se arrumar, se vestir, comer, fazer higiene pessoal, se locomover e outras e, também de apoios para o desenvolvimento pessoal e social, como levar a vida da forma mais independente favorecendo a integração e a participação do indivíduo na família, no seu entorno, em grupos sociais, incentivo ao associativismo, dentre outros apoios.

Neste serviço são prestadas ainda orientação e apoio, inclusive no domicílio, aos cuidadores familiares, incentivando a autonomia da pessoa com deficiência e de seu cuidador familiar e a inclusão social.

Descrição breve das atividades realizadas em 2021

- Em 2021 o **CENTRO DIA** deu continuidade ao trabalho realizado em 2020,
- Retomada gradual do atendimento presencial, tanto em relação aos usuários quanto as famílias,
- Avaliação contínua do trabalho realizado e proposição de novas alternativas para melhoria dos atendimentos.
- Reconhecimento dos territórios e seus equipamentos, com objetivo de realizar referenciamentos e possibilitar desligamentos do Centro Dia.
- Fortalecimento dos vínculos entre todos os profissionais do Serviço com objetivo de garantir melhoria no ambiente de trabalho.

Desafios durante a execução das atividades

- Dificuldade de atendimento na Saúde Mental (CAPS) para pessoas com deficiência intelectual.
- Atendimento de saúde para os usuários e suas famílias, devido ao fato da Saúde ter restringido suas ações ao enfrentamento da pandemia.
- Trabalho Social com as famílias devido ao aumento de vulnerabilidade em decorrência das consequências da COVID.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

- Melhoria no ambiente de trabalho com iniciativas muito positivas do grupo de trabalho e vínculos fortalecidos,
- Desligamentos de usuários com o reconhecimento das famílias sobre o trabalho realizado.

DADOS DE 2021 (Fonte: SIGM e arquivos OSC SORRI)

Os dados da tabela abaixo indicam uma predominância de usuários do sexo masculino, acima de 25 anos, com deficiência intelectual. O isolamento social é o principal motivo de inclusão no Centro Dia. O atendimento individual é o tipo de atendimento mais registrado no SIGM, embora as atividades de convivência do serviço sejam predominantemente coletivas.

Tabela 29.

Quantitativo atendidos Centro-Dia em 2021		
		Quantidade
Número de Famílias	Número de famílias atendidas neste ano	41
	Número de inclusões	8
	Número de desligamentos	10
Tipos de Deficiência dos incluídos em 2021	Intelectual	5
	Física	1
	Múltipla	0
	Visual	0
	Auditiva	1
	Outros: Intelectual + comorbidade	1
Sexo	Feminino	3
	Masculino	5
Faixa Etária	18 a 24 anos	0
	25 a 39 anos	4
	40 a 59 anos	4
Motivos de Inclusão	Violência Física	1
	Violência Psicológica	1
	Negligência	2
	Violência Sexual	0
	Violência Patrimonial	0
	Sobrecarga do Cuidador	3
	Isolamento Social	6
	Outras violações	2
Motivos de Desligamento	Falecimento	0
	Mudança de município	0
	Recusa do serviço	0
	Reorganização do contexto familiar	10
	Perfil do usuário não compatível com o serviço	0
	Entrada em Residência Inclusiva	0
Região de moradia dos atendidos neste ano	Região Sul	11
	Região Norte	8
	Região Sudoeste	7
	Região Noroeste	6
	Região Leste	9

Tabela 30.

Atendimentos do Centro-Dia em 2021	
Tipos	Quantidade
Atendimento individual	138
Visita Domiciliar	18
Atendimento Remoto	11
Acompanhamento da família em outros serviços	10
Discussão de caso	27
Articulação em rede	51
Atendimento em grupo	77

Metas para 2022

- Ampliar as ações nos territórios
- Ampliar o Trabalho Social com famílias.
- Adotar novas estratégias metodológicas, principalmente em relação ao trabalho em grupo,
- Dar maior visibilidade ao CENTRO DIA utilizando as redes sociais.

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Os Serviços de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) são unidades do SUAS, vinculados ao CREAS. Possuem a finalidade de prover atenção socioassistencial e acompanhamento aos adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, determinada judicialmente. Devem contribuir para o acesso a direitos e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens, por meio de atividades educativas e trabalho com apoio das famílias e comunidade. Faz-se necessária a observância da responsabilização do adolescente face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados, de acordo com as legislações e normativas específicas, para a orientação no cumprimento de medidas socioeducativas.

Liberdade Assistida

OSC Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência- SETA – Liberdade Assistida – Meta mensal de atendimento: 140

Descrição das atividades realizadas em 2021

- Acolhimentos (Individual e em grupo); atendimento individual; atendimento ao grupo familiar; orientações individuais; orientações grupais: no período de janeiro a dezembro/2021 esses atendimentos foram realizados atendendo as Normativas de segurança Sanitária e Saúde;
- I.M. Interpretação da Medida: foi realizada de forma presencial pela equipe interdisciplinar de referência do adolescente/jovem em cumprimento da MSE. Em 21 de agosto de 2020, em reunião com a VIJ, Gestão da MSE e executoras de MSE meio aberto, ficou acordado que realizaríamos os acolhimentos e as I.Ms dos adolescentes e seus responsáveis de forma presencial na executora, respeitando Normas da Vigilância Sanitária;
- PIA - Plano Individual de atendimento;
- Busca ativa;
- Estudo Social: em conformidade com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), manifesto de 23/março/2020 o Estudo Social não pode acontecer de forma remota, apenas presencial avaliada situação prioritária (sem acesso as formas remotas e sem acesso a rede socioassistencial), conforme análise da urgência do atendimento e considerando todas as medidas de prevenção ao contágio do Coronavírus COVID – 19;
- Visitas domiciliares: as visitas domiciliares se intensificaram no período de janeiro a dezembro de 2021, com as entregas de Cestas Básicas de Alimentação e Higiene, considerando todas as medidas de prevenção ao contágio do Coronavírus COVID-19 e de acordo as Normas da Vigilância Sanitária, a legislação vigente e ou determinação Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH;
- Atividades Socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural;
- Grupo Temático: Foram realizadas atividades socioeducativas com duração de 01 h com adolescentes/jovens em espaço de reflexão e construção que fomentam o desenvolvimento da autonomia, protagonismo juvenil, potencialidades e habilidades dos adolescentes,

contribuindo para o seu pertencimento social e consciência crítica nas temáticas trabalhadas, bem como o papel inclusivo na dinâmica social. Em cada oficina foi abordado um tema a partir do trabalho desenvolvido de acordo com o planejamento do grupo. Esses encontros foram realizados de forma híbrida, e com números específicos de 6 adolescentes por oficinas, quando realizada na unidade executora garantimos as medidas de prevenção, considerando o cenário epidemiológico e todas as medidas de prevenção ao contágio do Coronavírus COVID – 19.

- Foram realizadas rodas de conversa, exibidos filmes a fim de facilitar a reflexão, identificação e socialização, fortalecendo o senso ético, de escuta, com proposta de eventuais atividades externas para ampliação do repertório cultural.
- Grupos de Capoeira: A atividade de capoeira foi realizada de forma remota, com aulas disponibilizadas na página da rede social da executora facebook e complementação presencial com número limitado de adolescentes, considerando todas as medidas de prevenção ao contágio do Coronavírus COVID – 19.
- Informação e Comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação: as informações e comunicações foram realizadas pela equipe interdisciplinar de forma híbrida, com a criação de canais de comunicação, produção e socialização de material informativo digital. Os encontros presenciais foram realizados após serem avaliados pela equipe de referência, considerando o cenário epidemiológico e todas as medidas de prevenção ao contágio do Coronavírus COVID – 19.
- Encaminhamento para rede socioassistencial: encaminhamentos foram realizados de acordo com a demanda do adolescente e sua família, bem como conforme a oferta existente no município de Campinas.
- Mobilização e fortalecimento de redes de apoio e participação em mobilizações sociais para cidadania: a mobilização e a conscientização foram realizadas de forma híbrida em conformidade com a oferta da rede socioassistencial do Município em período de Pandemia;
- Conhecimento, Inserção no território e Mapeamento de redes intersetoriais: Constante articulação com o CREAS, para conhecimento e construção de mapeamento dos serviços existentes nos territórios de origem dos 140 adolescentes/jovens. O mapeamento e conhecimento da rede intersetorial dos territórios foram feitos de forma híbrida, com o objetivo de mobilizar e conscientizar para a participação em reuniões intersetoriais;
- Notificações de Situações de Violação de Direitos.

Desafios durante a execução das atividades

- Efetivar as medidas protetivas atribuídas aos adolescentes e jovens, infelizmente continua sendo um desafio. Alguns Serviços insistem em exigir ofício com a sentença do adolescente ou mesmo solicitam que os pedidos sejam encaminhados pelo Sistema SEI.
- Articulações com as outras Políticas Públicas, especialmente Saúde e Educação.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

- Reuniões com a Coordenação da Média, os GTs Metas, SIGM, Média e Alta, que proporcionaram reflexões muito pertinentes a execução da MSE.
- Capacitações como o de Encontro para trocas de experiências entre profissionais de todos os serviços. “As possibilidades de ações educativas e ou coletivas na P.S.E.M.C.”

Metas para 2022

A retomada de 100% dos atendimentos e oficinas, grupos e visitas a espaços públicos como cinemas e parques presenciais.

OSC Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas- COMEC – Unidade Liberdade Assistida – Meta mensal de atendimento: 160

Descrição das atividades realizadas em 2021

Neste período, seguiu-se com o atendimento socioeducativo em meio aberto de Liberdade Assistida, conforme Plano de Trabalho estabelecido junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH), com atenção as modificações efetivadas pela necessidade de adequação ou suspensão de atividades diante cenário pandêmico, bem como, observando as prerrogativas do Plano São Paulo (estratégia do Governo do Estado de São Paulo para enfrentamento a pandemia do Coronavírus) e as notas técnicas da SMASDH, que trazem diretrizes sobre funcionamento dos serviços da rede socioassistencial em Campinas.

Durante o ano, retomaram-se os grupos presenciais, que estiveram reduzidos e/ou suspensos em 2020. Seguiram-se com os atendimentos individuais, em ambas as modalidades, remoto e presencial, aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e seus familiares e/ou responsáveis.

Renovou-se a parceria com a FEAC para financiamento do Projeto Sintonizando na Transformação, que visa capacitar adolescentes/jovens após o término da medida, como mobilizadores sociais, a partir de ações de comunicação, instrumentalizando sobre recursos de áudio e vídeo, por meio de ferramentas digitais e produção musical, favorecendo a visibilidade do adolescente/jovem através de suas produções.

Iniciou-se o Projeto Qualificação para o Trabalho, financiado pelo CMDCA, com o objetivo de ampliar o repertório dos adolescentes sobre o mundo do trabalho, cursos profissionalizantes e programas de aprendizagem profissional (Lei do Aprendiz), conduzindo a possibilidade de geração de renda lícita, por meio de oficinas e o custeio de cursos na área de mecânica e cinema de animação.

Do mais, em 2021, fomentou-se com ênfase a capacitação técnica, a participação em eventos, palestras, webinar etc. Destaque para:

- Formação on-line, curso de “Introdução à diversidade com sustentabilidade” ministrado por Vinícius Belizário;
- Ampliação das ações da assessoria jurídica junto a equipe técnica;
- Aproximação e estreitamento com espaços acadêmicos PUC, PUCC, USP, UFSCAR e UNB;
- Sistematização de conhecimento e organização de formações, sobretudo no que tange ao trabalho infantil e o tráfico de drogas;
- Participação em GTs da rede socioassistencial;
- Formação de Grupo de Estudos Interno;
- Organização da Comunidade de Práticas;
- Construção e Participação no Simpósio Nacional em Socioeducação;
- Realização do Pré-Seminário Municipal de atendimento socioeducativo, e desenvolvimento do Seminário Municipal junto a Lideranças Comunitárias.

Desafios durante a execução das atividades:

Neste ínterim, os esforços voltaram-se a readequação do quadro de RH, visto os afastamentos por licença maternidade, o retorno e posteriormente solicitações de desligamento,

necessitando de novas contratações. Bem como os reiterados afastamentos por motivo de saúde, o desligamento de alguns profissionais por decisão institucional e/ou solicitação do funcionário.

Reestabelecer a coesão grupal e dar seguimento as atividades planejadas de forma segura para atendidos e funcionários se constituiu como principal desafio neste ano.

Do mais, diante da reordenação de outros serviços/equipes, a relação em rede se mostrou frágil, demandando novos investimentos.

Destarte, o número reduzido de adolescentes encaminhados para o cumprimento da medida se fez desafiador, e concomitantemente, favoreceu novos investimentos dos técnicos junto aos atendidos e a rede.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

- Garantia do atendimento socioeducativo em meio aberto de Liberdade Assistida aos adolescentes/jovens e seus familiares/responsáveis;
- Promoção dos acessos e atendimentos de forma virtual, favorecendo contato com adolescentes e familiares/responsáveis resistentes e/ou impedidos do comparecimento presencial;
- Retomada das atividades coletivas presenciais sistemáticas de forma segura no cenário pandêmico;
- Ampliação das parcerias estabelecidas com instituições educacionais, municipais, estaduais e nacionais;
- Promoção dos adolescentes/jovens e suas potencialidades como mobilizadores sociais e produtores de conteúdo de áudio e vídeo;
- Incentivo ao mercado de trabalho formal nas áreas de mecânica e cinema de animação.

Metas para 2022

Dar sequência ao Plano de Trabalho estabelecido junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH) para o atendimento socioeducativo do Programa de Liberdade Assistida, bem como, seguir com o desenvolvimento dos Projetos: Sintonizando na Transformação na parceria com a FEAC e Qualificação para o Trabalho, financiado pelo CMDCA.

Potencializar os espaços coletivos, com destaque para o grupo Maria Retalho, de geração e renda de mulheres por meio do recurso de costura com a técnica de patchwork, e o Espaço Meninas, dedicado ao debate das temáticas de gênero, sexualidade, maternidade, violências e relacionamentos afetivos e familiares.

Prestação de Serviços à Comunidade

OSC Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas- COMEC – Unidade Prestação de Serviços à Comunidade – Meta mensal de atendimento: 80

Descrição das atividades realizadas em 2021

No ano de 2021, a medida de PSC se manteve suspensa até o início do mês de setembro. Durante o período da suspensão da medida, as ações realizadas foram prioritariamente remotas, com atendimento presenciais pontuais, objetivando a manutenção do vínculo institucional, atendimentos de demandas emergenciais, orientações sobre garantia de direitos e interlocução com a rede socioassistencial. Foram potencializadas as ações domiciliares pelas equipes de referência das famílias. Após o término da suspensão da medida, foram retomadas as ações presenciais, com investimento na elaboração do Plano Individual de Atendimento e de fluxos internos para viabilizar as atividades de prestação de serviços à comunidade. Foi possível realizar no período de setembro a dezembro/21, atividades de PSC em parceria com a UNB – Universidade de Brasília no III Simpósio Nacional em Socioeducação na modalidade on line; com o CREAS SUL e Guardinha na modalidade presencial. As atividades desenvolvidas respectivamente foram: elaboração de vinhetas para o simpósio, revitalização da fachada de entrada do CREAS com confecção de placa com o nome do equipamento público e a confecção de fanzine (jornal/publicação informal) sobre a temática do trabalho infantil.

Desafios durante a execução das atividades

- Tempo longo que a medida de PSC ficou suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, devido período pandêmico, retornando somente em setembro/21;
- Articulação com a saúde – dificuldade de acesso via telefone e e-mail, morosidades nas articulações;
- Vulnerabilidade socioeconômica agravada das famílias.

Desafios durante a execução das atividades

- Tempo longo que a medida de PSC ficou suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, devido período pandêmico, retornando somente em setembro/21;
- Articulação com a saúde – dificuldade de acesso via telefone e e-mail, morosidades nas articulações;
- Vulnerabilidade socioeconômica agravada das famílias.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

- Manutenção do vínculo com novas estratégias de atendimento remotas;
- Retomada da medida de PSC após 1 ano e 6 meses de suspensão, o que possibilitou o retorno dos atendimentos presenciais com os adolescentes e famílias de forma sistemática;
- Parceria com a UNB – Universidade de Brasília, com participação no III Simpósio Nacional em Socioeducação, com realização de atividade de PSC interestadual on line; envio de trabalhos na modalidade de painel digital, participação em mesas redondas e apresentação de projetos com participação de adolescentes e jovens.
- Continuidade do Projeto Sintonizando na Transformação, em parceria com a FEAC;
- Início do Projeto Qualificação para o Trabalho em parceria com o CMDCA.

Metas para 2022

Executar o Plano de Trabalho, de acordo com o termo de convênio, do serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – PSC, de forma eficiente.

Inclusões e Perfil em 2021 nos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Tabela 31.

Quantitativo dos adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade - COMEC – 2021						
Mês	Total mensal de atendidos	Dupla Medida	Total mensal de novas Inclusões em 2021	Inclusões – Feminino	Inclusões – Masculino	Total mensal de Desligamentos
Janeiro	69	11	4	1	3	0
Fevereiro	68	11	0	0	0	5
Março	69	12	4	1	3	3
Abril	69	9	7	0	7	7
Maiο	68	11	7	1	6	8
Junho	71	13	10	0	10	7
Julho	69	12	3	3	0	5
Agosto	74	13	10	1	9	5
Setembro	70	9	5	0	5	9
Outubro	68	9	3	0	3	5
Novembro	68	9	7	0	7	7
Dezembro	71	9	12	1	11	9
			72	8	64	70
Quantitativo dos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - COMEC – 2021						
Mês	Total mensal de atendidos	Dupla Medida	Total mensal de novas Inclusões em 2021	Inclusões – Feminino	Inclusões – Masculino	Desligamentos
Janeiro	147	12	9	1	8	13
Fevereiro	143	11	7	0	7	11
Março	141	11	5	0	5	7
Abril	140	15	11	0	11	13
Maiο	141	11	1	0	1	0
Junho	134	13	9	1	8	16
Julho	130	12	6	1	5	10
Agosto	106	13	8	0	8	32
Setembro	100	9	11	1	10	17
Outubro	95	9	8	0	8	13
Novembro	100	9	9	0	9	8
Dezembro	108	9	9	1	8	9
			93	5	88	125

Quantitativo dos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - SETA – 2021						
Mês	Total mensal de atendidos	Dupla Medida	Total mensal de Inclusões em 2021	Inclusões – Feminino	Inclusões – Masculino	Total mensal de Desligamentos
Janeiro	129	0	10	0	10	7
Fevereiro	132	0	6	1	5	2
Março	108	0	21	1	20	6
Abril	106	0	8	0	8	11
Maiο	106	0	9	0	9	4
Junho	97	0	8	1	7	3
Julho	68	0	10	0	10	6
Agosto	75	0	14	0	14	15
Setembro	74	0	9	2	7	7
Outubro	78	0	9	8	1	6
Novembro	77	0	9	0	9	3
Dezembro	84	0	9	0	9	4
			122	13	109	74

Tabela 31: Quantitativo MSE

Tabela 32.

Motivos de inclusão em LIBERDADE ASSISTIDA em 2021	
Ato infracional	Quantidade
Roubo	130
Furto	40
Receptação	17
Tráfico de drogas	114
Roubo qualificado	26
Furto qualificado	13
Ameaça	4
Estupro	5
Lesão Corporal	10
Sequestro ou Cárcere Privado	1
Dano	3
Homicídio Culposο	5
Porte ilegal de veículos	7
Porte ilegal de armas	0

Motivos de inclusão em PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE em 2021	
Ato infracional	Quantidade
Roubo	26
Furto	15
Receptação	21
Tráfico de drogas	53
Roubo qualificado	26
Furto qualificado	1
Ameaça	7
Estupro	2
Lesão Corporal	5
Sequestro ou Cárcere Privado	0
Homicídio Culposο	0
Porte ilegal de veículos	0
Porte ilegal de armas	1
Homicídio Doloso	0

Homicídio Doloso	0
Adulteração de veículo	2
Estelionato	0
Latrocínio	1
Posse ou uso de drogas	7
Tentativa de Homicídio	0
Calúnia, Difamação e Injúria	2
Dirigir sem Habilitação	1
Atentado Violento ao Pudor	1

Adulteração de veículo	2
Estelionato	3
Apropriação indébita	1
Latrocínio	1
Desacato	1
Posse ou uso de drogas	1
Tentativa de Homicídio	0
Calúnia, Difamação e Injúria	1
Dirigir sem Habilitação	3

Tabela 33.

Porcentagem por região de moradia dos incluídos em atendimento em LA e PSC em 2021	
Região	Porcentagem
Sudoeste	19%
Leste	9%
Sul	41,50%
Noroeste	20%
Norte	11%

Tabela 34

Faixa Etária dos adolescentes em cumprimento de MSE	LA	PSC
12 à 13 anos	3	5
14 à 15 anos	74	20
16 à 17 anos	188	71
18 à 19 anos	78	44
Acima de 19 anos	5	1

Tabela 35.

Atendimentos do Serviço de MSE em 2021		
Tipos	LA	PSC
Atendimento Remoto	3783	1449
Visita Domiciliar	243	49
Discussão de casos	130	24
Interpretação de Medida	117	30
Calamidade Pública – Benefícios e Orientações	809	55
Articulação de rede	402	389
Atendimento Individual do adolescente	766	16
Atendimento à família e/ou responsável	352	120
Atendimento em Grupo e Oficinas	106	98
Encaminhamento para CREAS	2	1
Encaminhamento para DAS/CRAS	10	2
Encaminhamento para OSC	2	6
Encaminhamento para Prog. De Qualif. Profissional	9	4
Encaminhamento para Saúde?	64	2
Encaminhamento para Educação	20	7
Encaminhamento para Trabalho	26	0

As tabelas acima revelam que a grande maioria dos adolescentes encaminhados para o cumprimento de MSE são do sexo masculino, tem idade entre 16 e 17 anos, provenientes da região sul. Os principais atos infracionais cometidos são roubo, furto e tráfico de drogas. A modalidade de atendimento remoto foi a mais utilizada durante o ano de 2021. Vale ressaltar que houve uma diminuição do encaminhamento de adolescentes para o cumprimento de MSE, tal fato se deve à queda do número de audiências realizadas neste período pandêmico.

Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes

Este Serviço é referenciado ao CREAS e executado pela Organização da Sociedade Civil Movimento Vida Melhor (MVM). O trabalho social envolve busca ativa, abordagem, monitoramento e referenciamento de crianças e adolescentes encontradas nas ruas, além da identificação dos territórios com maior incidência de trabalho infantil, exploração sexual, situação de rua, dentre outras. O Serviço circula por praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, entre outros, abrangendo as cinco regiões do município. O serviço funciona de segunda-feira a sábado, responde também a solicitações de munícipes e outros Serviços da rede. As abordagens visam o estabelecimento de vínculos, atendimento de demandas emergenciais, articulação da rede de proteção e referenciamento para os CREAS, nas situações que se fizerem necessárias.

Descrição das atividades realizadas em 2021

- Roteiros de busca ativa nos territórios do município (seis dias da semana);
- Relatórios diários de trajetos de busca ativa e mapeamento dos territórios;
- Visitas domiciliares
- Reuniões para discussão de casos com a rede socioassistencial e outras políticas públicas como Sistema de Garantia de Direitos, educação, saúde, habitação etc,
- Participação nas comissões do CMDCA (VDCCA e Pacto Intersecretarias), CMAS. (Política e legislação);
- Elaboração e atualização de relatórios informativos de abordados;
- Preenchimento de instrumentais, SIGM e SISNOV
- Participação no Comitê PETI;
- Participação na construção da Cartilha de Enfrentamento ao Trabalho Infantil do Município de Campinas;
- Participação em reuniões de coordenadores;
- Participação nas reuniões intersetoriais e Interproteções dos territórios.
- Ações conjuntas da equipe de abordagem com Saúde (Consultório na Rua), Direitos humanos em atendimento ao Grupo Waraos-indígenas Venezuelanos.
- Reunião com gestores da SMASDH

- Participação em Lançamento Cartilha PETI e Boletim SISNOV.
- Entrega de cestas básicas doadas para o serviço as famílias em atendimento.
- Atividades de Conscientização e Prevenção:
- 20/05/2021 – Palestra sobre 18 de Maio na Escola SENAI para os alunos do PROCAF.
- 12/06/2021 - Flash Mob #Chega de Trabalho Infantil nos semáforos das Avenidas: Anton Von Zuben, Av. Ana Beatriz Bierrembach, Moraes Sales, Viaduto Laurão, Norte e Sul, Adão Focesi, Antônio Fernandes Olmos, Amoreiras, Avenida Teodoreto de A. Camargo, Imperatriz Leopoldina, Avenida Brasil. (distribuição de Folders e exposição de faixa #Chega de Trabalho Infantil).
- 18/06/2021 – Live Apresentação: Cartilha de Enfrentamento ao Trabalho Infantil do Município de Campinas.
- 02/11/2021 - Ação de conscientização ao enfrentamento ao trabalho infantil. Cemitério Parque das Flores no feriado de Finados. (atividades para crianças e adolescentes em barraca, jogos diversos, confecção de desenhos, distribuição de cartilhas e folders).

Desafios durante a execução das atividades

- Distanciamento e limitações por conta do momento de pandemia Covid-19;
- Manutenção da situação de mendicância com exposição das crianças e adolescentes por parte do grupo Waraos;
- Aumento da demanda de encaminhamentos a outros Serviços e equipamentos da Proteção Social Básica devido ao agravamento da pobreza em decorrência deste momento de Pandemia;
- Aumento dos casos de mendicância com exposição de crianças;
- A naturalização por parte das famílias, e municípios sobre trabalho infantil;
- Registro de todas as ações realizadas pelo Serviço de Abordagem no SIGM;
- Construção de um fluxo de encaminhamento dos casos identificados de Trabalho Infantil pela Rede de Serviços ao MVM a fim de validar o referenciamento e favorecer a formação das parcerias no enfrentamento deste fenômeno.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas

- Maior visibilidade do serviço de abordagem aos munícipes, por meio de contatos presenciais e remotos;
- Conscientização aos adolescentes do PROCAF sobre o tema 18 de Maio (exploração sexual infantil);
- Maior adesão da população nas atividades da barraca do MVM no cemitério Parque das Flores no Dia de Finados;
- Articulação com ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados a qual nos permitiu conhecer a cultura e dinâmica dos indígenas venezuelanos Waraos para uma abordagem mais adequada;
- Articulação direta com setor de cadastro único e segurança alimentar para envio das demandas mais urgentes das famílias abordadas.
- Parceria estabelecida com saúde mental (CAPSI, consultório na Rua).
- Maior conhecimento dos territórios devido mapeamento. (exemplo conhecimento das ocupações nos territórios)
- Uso do WhatsApp permitiu agilizar o contato e o atendimento às demandas das famílias.
- Maior colaboração e parceiras entre serviços da rede e outros equipamentos públicos, em atendimento às demandas. Destacando: Departamento de Segurança alimentar cartão nutritivo.

Tabela 36. Abordagens por região, faixa etária, sexo e comparativo com ano anterior

DADOS DE 2021 (Fonte: SIGM e documentos do MVM)

ABORDAGENS POR REGIÃO EM 2021							
	CENTRO	LESTE (EXCETO CENTRO)	NOROESTE	NORTE	SUL	SUDOESTE	TOTAL
Quantidade de Crianças/Adolescentes abordados	83	76	55	65	130	38	447
Quantidade de abordagens realizadas (contabilizando reincidências)	236	125	72	131	258	56	878

QUANTIDADES DE ABORDADOS POR FAIXA ETÁRIA E SEXO EM 2021			
IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0 a 11 anos	132	89	221
12 a 14 anos	90	16	106
15 a 17 anos	93	27	120
TOTAL	315	132	447

COMPARATIVO ANUAL ABORDAGENS		
	2020	2021
Crianças/Adolescentes Abordados	327	447
Abordagens (contando reincidências)	611	878

Tabela 37. Tipos de Trabalho

TIPOS DE TRABALHO INFANTIL OU MENDICÂNCIA IDENTIFICADOS NAS ABORDAGENS EM 2021	
Distribuição de panfletos	10
Guardador de carros	6
Limpeza (Lápides /Serv. Gerais/ limp. Parabrisas-lava rápido)	37
Mendicância	38
Reciclável	21
Trabalho em feiras livres	1
Venda de produtos não alimentícios	16
Venda de produtos alimentícios	128
Criança acompanhando adulto em mendicância	99
Criança acompanhando adulto em vendas diversas	54
Criança acompanhando adulto na coleta de reciclável	13
Criança em vulnerabilidade/ situação de Rua	24
TOTAL	447

LOCAL DE MORADIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABORDADOS	
Local	Quantidade
Sul	155
Sudoeste	65
Noroeste	74
Norte	33
Leste	42
Outros municípios	27
Outros Estados	46
Serviço de Acolhimento Institucional	5
TOTAL	447

Tabela 38. Local de Moradia das Crianças e Adolescentes Abordados

Tabela 39. atendimentos dos Serviços de Abordagem

Atendimentos do Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes em 2021	
Tipos	Quantidade
Atendimento Remoto	114
Visita Domiciliar	157
Orientações	611
Abordagem	878
Calamidade Pública – Benefícios e Orientações	57
Articulação com a rede de serviços	264

As tabelas acima mostram que a maior parte de crianças e adolescentes abordados são da região sul e tem idade até 11 anos, ou seja, são crianças. A venda de produtos alimentícios se destacou no ano de 2021 como a principal atividade identificada, seguida da mendicância. Tais situações se intensificaram devido à pandemia, desemprego e agravamento da pobreza.

Metas para 2022

- Ampliar a divulgação do Serviço de Abordagem através das ações descentralizadas como 18 de Maio, e ações de enfrentamento ao trabalho infantil (12 de junho).

- Continuidade na participação nas discussões das Intersetoriais e GT interproteções dos territórios.
- Maior aproximação com equipamentos e serviços socioassistenciais nos territórios, CRAS, CREAS, DAS, SCFV, bem como de outras políticas públicas.
- Realizar atividades lúdicas com crianças e adolescentes na rua, nos territórios onde vivem como uma oferta diferente das demais possibilidades que o território traz.
- Ampliar as discussões junto a órgãos competentes na divulgação de campanhas de enfrentamento aos fenômenos encontrados em nosso município, tais como Mendicância, Trabalho infantil, exploração sexual comercial.

A COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Em 2021, com a mudança na gestão municipal, a SMASDH propôs algumas alterações em seus departamentos. Assim sendo, o DOAS modificou seu formato de gestão e houve alteração na coordenação da PSEMC, no entanto o formato da gestão e o planejamento de ações com os Serviços foi mantido para garantir a continuidade das discussões e avanços até então conquistados.

O Trabalho Social com Famílias na PSEMC é sustentado pela metodologia construída com toda a Rede de Serviços e uma profissional externa contratada. O produto deste trabalho de construção metodológica foi publicado através do livro *“Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade”*, também disponível no site da SMASDH. Em 2021, toda a rede de Serviços de PSEMC atendeu cerca de 2.500 famílias e indivíduos/mês em situação de violação de direitos.

Vale ressaltar que, em tempos de pandemia, com a necessidade de proteção das famílias e profissionais, concomitante com o agravamento da pobreza e da violência doméstica, os Serviços da PSEMC tiveram que lançar mão de novas estratégias de atendimento, bem como ampliaram a parceria com o Departamento de Segurança Alimentar DSAN para a entrega de cartões nutritivos, tão necessários e procurados neste momento pandêmico. Os Serviços mantiveram os atendimentos híbridos (presenciais e remotos), de acordo com as orientações da vigilância sanitária, decretos municipais e notas técnicas SMASDH. Com a continuidade do cenário pandêmico em 2021 e os desafios inerentes a essa realidade, em fevereiro/2021 realizou-se a *live* de apresentação da Cartilha *"Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial em tempo de pandemia"*. A construção deste documento ocorreu por meio de Grupo de Trabalho com representações do poder público e

OSC em 2020, para os trabalhadores da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a fim de orientá-los quanto a estratégias e possibilidades de atendimento para o enfrentamento desse período de isolamento e distanciamento social, em consonância com as normativas mais recentes das autoridades públicas locais, conforme decretos publicados no município de Campinas. No evento, que ocorreu pelo youtube, em parceria com a Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor (EGDS), estiveram presentes 110 trabalhadores. A Cartilha "Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial em tempo de pandemia" encontra-se no site da prefeitura pelo link: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/assistencia-social-seguranca-alimentar/capacitacaomediacomplfever2021.pdf>

Em 2021, foi divulgado o resultado do trabalho de discussão e reorganização do *Protocolo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)*, sob **ORDEM DE SERVIÇO - SMASDH Nº 01 DE 09 DE OUTUBRO DE 2020**. Este documento foi publicado no Diário Oficial do município, na perspectiva de qualificar e ampliar os encaminhamentos para atendimento na Proteção Social Especial de Média Complexidade, em fevereiro de 2021. Foi realizada a *live* de apresentação do Novo Protocolo para os Serviços Socioassistenciais, Serviços de Saúde e Educação, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, Defensoria Pública, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Conselho Municipal do Idoso, entre outros parceiros e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Estiveram presentes 180 profissionais, e o evento ocorreu em parceria com o EGDS.

No planejamento coletivo realizado com os gestores dos Serviços da PSEMC do ano de 2021, foi solicitado um espaço para trocas de experiências entre os trabalhadores dos diversos Serviços, considerando a importância de compartilhamento das estratégias, potenciais e dificuldades do cotidiano de trabalho, auxiliando os serviços a qualificarem o atendimento social às famílias. Assim sendo, ocorreram 2 encontros on-line no segundo semestre de 2021 em parceria com o EGDS, ambos com média de 110 trabalhadores participantes:

1º Encontro: “Os desafios do atendimento às pessoas idosas e com deficiência na Proteção Social Especial de Média Complexidade e suas famílias”, com apresentações realizadas pelas equipes do Centro Dia para a Pessoa com Deficiência, executado pela OSC Sorri, e do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias no domicílio, executado pela OSC CEI. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=3szpm3krKQ>

2º Encontro: “As possibilidades de ações educativas e/ou coletivas na Proteção Social Especial de Média Complexidade”, com apresentações realizadas pelas equipes dos Serviços de Proteção Social à Família (SESF) CRAMI Leste e SETA Norte, e pela equipe do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, executado pela SETA LA.Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Xur5IU2RqLY>

Considerando a importância do registro dos atendimentos realizados às famílias, bem como a análise das informações geradas a partir dos dados dos Serviços, foi organizado um GT com a participação de profissionais da Área de Vigilância Socioassistencial e dos profissionais dos Serviços da PSEMC a fim de qualificar o SIGM. Em seguida, os dados foram apresentados para os Diretores de DOAS e Área de Vigilância Socioassistencial, para validação das sugestões de readequações e posterior alteração no sistema. As alterações sugeridas pelo SESF e PAEFI já foram incluídas no SIGM e as adequações para os demais Serviços ainda aguardam validação para inclusão no sistema.

Outra demanda trazida pela rede de Serviços da PSEMC foi a discussão das metas e tempo de acompanhamento das famílias nos Serviços. Assim sendo, foi organizado um GT constituído a partir dos questionamentos dos profissionais quanto à necessidade de rever o número de metas de atendimento para cada equipe, bem como o tempo de acompanhamento e de permanência das famílias em cada Serviço. Tal discussão foi proposta com objetivo de analisar se o número de metas de atendimento para cada equipe está adequado para o alcance dos objetivos dos Serviços. Este GT foi composto por representantes dos Serviços, gestão dos CREAS, gestão da PSEMC, profissionais da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle – CSAC, com a mediação de um profissional/supervisor externo contratado. Ocorreram 8 encontros mensais de 3 horas cada. O resultado das discussões deste GT estão no documento construído e entregue à gestão do DOAS e SMASDH com algumas recomendações técnicas à gestão estratégica do serviço público e às equipes técnicas. Destaco aqui as principais recomendações indicadas por este GT: a alteração do SIGM a fim de contemplar todas as ações realizadas pelos Serviços (tais alterações já estão em andamento) e a adequação da carga horária do Educador Social para cada equipe de SESF.

Em 2021, também foi dada continuidade no GT Média e Alta, que se encontra periodicamente desde 2019, com representantes da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, para discussão e alinhamento dos fluxos e procedimentos comuns entre os Serviços. O GT foi subdividido em 5 subgrupos com temas definidos pelo GT: 1- acolhimento institucional ou familiar, 2- comunicação, 3- plano de atendimento compartilhado, 4- reintegração familiar e 5- formação. No início deste ano, todos os integrantes do GT se voltaram para a construção de um instrumental com

indicadores para o acolhimento institucional para ser utilizado nas discussões de casos, com objetivo de auxiliar os profissionais na tomada de decisões em casos graves e com risco de acolhimento. O instrumental foi apresentado aos Serviços e encontra-se em fase de experimentação e validação pela rede.

Na perspectiva de atender aos objetivos propostos no planejamento da PSEMC, foi dada continuidade nos espaços coletivos de reflexão e diálogo com os profissionais, chefias e coordenações de OSC para identificação dos avanços e desafios e alinhamento metodológico do trabalho social com famílias. Os espaços de gestão compartilhada foram os seguintes: Reunião semanal com as chefias dos CREAS; Reunião mensal geral com Coordenadores da Proteção Social Especial de Média Complexidade; Reunião mensal com Centro-Dia da Pessoa com Deficiência; Reunião mensal com Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias no domicílio; Reunião mensal com Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa; Reunião mensal com Serviço de abordagem Social de Crianças e Adolescentes e Encontros bimensais com as equipes dos CREAS.

Neste ano, por iniciativa do DOAS, visando qualificar a relação entre os Serviços da PSB e PSE, foram realizados encontros com coordenadores e chefias a fim de fortalecer o Grupo de Trabalho Interproteções (GT Interproteções). Este processo está em andamento e conta com a mediação de uma profissional externa contratada.

Neste ano, esta coordenadoria manteve os treinamentos mensais no formato remoto aos profissionais da rede para a notificação SISNOV. Foram 7 encontros com uma média de 40 participantes em cada mês. O treinamento foi possível através da parceria com EGDS que disponibilizou plataforma on-line para este fim. Não foi possível contar com a parceria da Saúde e Educação neste ano devido às demais demandas adversas oriundas da pandemia. No entanto, entende-se como fundamental que esta ação seja realizada de forma conjunta entre a Assistência Social, Saúde e Educação para que possamos de fato abranger o maior número de profissionais possíveis e garantir que as situações de violência identificadas sejam realmente atendidas e notificadas. Ao todo foram 150 profissionais capacitados neste ano.

As notificações dos casos de violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes atendidos nos serviços da rede de Campinas e notificados, geraram o Alerta SISNOV, que encaminhou 194 notificações. A partir de leitura dos casos e busca no SIGM sobre atendimentos às famílias, viabilizou-se quando necessário o encaminhamento destas famílias aos CREAS e a articulação com a rede de proteção.

Tabela 40. Idade / SISNOV

Idades das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual -Alertas SISNOV	
Faixa etária	Quantidade
0 a 4 anos	38
5 a 7 anos	40
8 a 11 anos	24
12 a 15 anos	70
16 a 17 anos	22

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – COMITÊ PETI

Em 2021, deu-se continuidade aos encontros intersetoriais bimestrais para monitoramento e planejamentos das ações estratégicas contidas no Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Considerando que o Plano Municipal foi construído por meio de Comissão designada por meio de Portaria (nº 86555/2016), publicada em Diário Oficial em 15 de junho de 2016, e buscando-se, em 2021, formalizar por meio de Decreto Municipal, o espaço de reuniões intersetoriais bimestrais que já ocorrem desde a definição das estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil, elaborou-se a minuta, junto ao Gabinete SMASDH, para criação do Comitê Intersetorial do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, cujos encaminhamentos finais serão dados no início de 2022.

Neste ano, por meio de Grupo de Trabalho Intersetorial, com representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Ensino Oeste, Conselhos Tutelares e Organizações da Sociedade Civil, foi construída a Cartilha de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, com o objetivo de auxiliar os profissionais da rede de serviços e Conselhos Tutelares no processo de identificação das situações de trabalho infantil; bem como, fortalecer o fluxo de encaminhamento desses casos.

O lançamento da cartilha online ocorreu em 18/06/21, por meio de live no youtube, e participação da Secretária desta pasta com as coordenações da PSEMC e do Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes, executado pela OSC Movimento Vida Melhor.

O link de acesso da Cartilha no site da prefeitura é:
<https://smpdccampinas.wixsite.com/peticampinas>

Outras ações foram planejadas para sensibilização da população para desnaturalização do trabalho infantil realizadas a partir do mês de junho de 2021, quando ocorre o Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12/06) foram:

- Fixação de cartazes nos serviços da rede de atendimento para sensibilização e divulgação de canais de denúncia aos usuários; bem como, nos ônibus, considerando a incidência de trabalho infantil com venda de produtos alimentícios e/ou panos de prato, dentro deste meio de transporte municipal;
- Spot sobre trabalho infantil e informação sobre canal de denúncia na Rádio Educativa;
- Campanha na rede social da Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos;
- Site do PETI Campinas - http://bit.ly/peti_campinas
- Ação em 12/06 dos profissionais do Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes, executado pela OSC MVM, nos semáforos aonde possuem maior incidência de trabalho infantil.

Em dezembro de 2021, após a impressão das Cartilhas, ocorreu um evento para apresentação dos membros do Comitê a Sra. Secretária desta pasta e entrega das Cartilhas com a presença também da Diretora do Departamento de Operações de Assistência Social e Assessores do Gabinete SMASDH. Em seguida, a Cartilha foi apresentada ao Ilustríssimo Sr. Prefeito, que realizou divulgação em suas redes sociais. As Cartilhas foram entregues aos serviços da rede socioassistencial, Conselhos Tutelares, CMDCA e CMAS. Em 2022, serão realizadas ações para entrega à Educação, Saúde e EMDEC. Também buscamos no próximo ano reaproximação com o Ministério Público do Trabalho para fortalecimento do Comitê.

Participações em Conselhos e Comissões

Tabela 41. Conselhos e Comissões - CSPSEMC

Conselhos e Comissões	Participações
Comitê SIMASE	CSPSEMC e Executoras MSE
Comitê PETI	CSPSEMC, Serviço de Abordagem e CREAS
Comissão de VDCCA	CREAS, SESF, Serviço de Abordagem
CMDCA	CREAS
CMI	SESF

Metas 2022 da PSEMC

- Manutenção dos espaços de trocas de experiências entre os profissionais da PSEMC
- Continuidade do Treinamento SISNOV para os profissionais da Rede de Serviços em conjunto com a Saúde e Educação
- Reorganizar o funcionamento do Posto do CREAS na VIJ Atos Infracionais
- Dar continuidade no chamamento do concurso de profissionais para compor as equipes dos CREAS e ampliar a capacidade de atendimento do PAEFI no município de Campinas
- Contribuir e fomentar as discussões e ações para a mudança da sede do CREAS Leste para local mais adequado, que possibilite o acesso da população bem como a acomodação necessária de toda a equipe
- Contribuir nas discussões sobre o GT Interproteções nos territórios
- Dar continuidade nas discussões sobre fluxos e procedimentos entre a Média e Alta complexidade, ampliando para o público idoso e PCD
- Criar GT para estudo das demandas e critérios para inclusão no Serviço Domiciliar e Centro Dia
- Contribuir com as discussões no GT SIGM a fim de garantir que sejam efetivadas as alterações necessárias sugeridas.
- Garantir a inclusão das famílias atendidas pelos CREAS no SIGM
- Participar dos espaços de discussão sobre o trabalho dos Serviços da PSEMC com Conselho Tutelar, Saúde, MP, VIJ, entre outros.
- Realizar o levantamento de interesses e necessidades do Serviços da PSEMC para capacitação, a fim de viabilizar formação continuada para toda a Rede
- Garantir a discussão contínua acerca do Trabalho Social com Famílias com objetivo de realizar as adequações apontadas pelo Serviços
- Fortalecer o Comitê PETI ampliando a participação das diferentes Secretarias e garantir a realização das ações previstas no Plano Municipal.

Imagem 35. Lançamento Virtual do Protocolo CREAS

CONVITE

A Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade tem o prazer de convidar V.S.a para participar do

LANÇAMENTO VIRTUAL DO PROTOCOLO CREAS

CREAS
Centro de Referência Especializado da Assistência Social

Dia: 22/03
Horário: 14:30h

Endereço da Live: <https://www.youtube.com/watch?v=7SPU78Fd1NA>

CONVITE

PARTICIPE DA LIVE DE CAPACITAÇÃO SOBRE O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE EM TEMPO DE PANDEMIA

CAPACITAÇÃO
Sobre o Trabalho da Proteção Social Especial de Média Complexidade

Setembro | 2020

Dia: 29/03
Horário: 14:30h

Endereço da Live: <https://www.youtube.com/watch?v=sdaAZuB8Jho>

EGDS
EQUIPA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

PREFEITURA DE CAMPINAS

Imagem 36. Cartilha - PETI

CARTILHA DE ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Ano 2021

ESCOLA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

PREFEITURA DE CAMPINAS

Imagem 37. LIVE Lançamento da Cartilha de Enfrentamento do Trabalho Infantil



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Este ano a Coordenadoria de Média Complexidade População Adulta em Situação de Rua foi ampliada, incluindo os Serviços da Coordenadoria de Alta Complexidade População Adulta em Situação de Rua e Idoso, ou seja, todos os serviços especializados que atendem população em situação de rua compõem a Coordenadoria de **Proteção Social Especial População Adulta em Situação de Rua**. A junção das coordenadorias aumentou o trabalho e a complexidade deste fazer-saber, uma vez que os serviços mais que dobraram e a realidade atual de Pandemia, exigem repensar constantemente o trabalho com pessoas em situação de rua nos serviços socioassistenciais e na rua.

Tabela 41. Serviços vinculados - Os serviços vinculados a esta Coordenadoria são:

POP RUA	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Centro POP Sares 1	Centro de Referência	120
Centro POP Sare 2	Centro de Referência	80
Bagageiro Municipal	Guarda de Pertences	250
SOS Rua	Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua	600
Casa da Cidadania	Espaço de Referência para Grupos que distribuem comida	80

NOT	Núcleo de Oficinas	30
SAMIM	Albergue Municipal	120
Casa Antônio Fernando dos Santos	Acolhimento Institucional	20
Casa Juninho	Acolhimento Institucional	20
Casa Amigos de São Francisco de Assis	Acolhimento Institucional	20
Casa de Apoio Santa Clara	Acolhimento Institucional	25
Nossa Casa	Casa de Passagem	25
Casa Efraim	Casa de Passagem	25
Casa Santa Dulce dos Pobres	Acolhimento Institucional para população de rua como proteção do Covid-19	40
Abrigo Zilda Arns	Acolhimento emergencial para população em situação de rua sintomática	30
TOTAL		1485

A população em situação de rua é um fenômeno social presente em diversas cidades do Brasil e do mundo, cujo número tem aumentado constantemente. A singularidade dessa população e a complexidade dos fatores estruturais e conjunturais que ocasionam o processo de ida para as ruas demandam políticas públicas e trabalhadores instrumentalizados com práticas e saberes de igual complexidade, além de uma rede territorial e intersetorial.

O trabalho realizado no território é atravessado por diversos determinantes sociais, a saber: a rede de serviços públicos, a comunidade, a família, a desigualdade social, o desemprego, a pobreza extrema, a falta de acesso ao trabalho, a violação de direitos, dentre outros. Muitos desses fatores impactam diretamente nas redes de proteção social das pessoas vulneráveis e são somados à história singular dos sujeitos que tentam construir saídas para seus impasses subjetivos e cotidianos, bem como acessar direitos sociais.

A Pandemia foi um impasse a mais a ser enfrentado pelos trabalhadores e pelas pessoas em situação de rua, pois necessitou o aumento do cuidado com todos, tanto dentro dos serviços quanto na rua, sempre havia a necessidade de reforçar a utilização correta da máscara, o uso do álcool em gel e o distanciamento. Isso gerou um desgaste a mais para os trabalhadores, os quais precisaram aumentar o manejo nas complexas situações que os casos de confinamento demandaram, bem como, a formação permanente sobre a Pandemia, trabalho, medidas sanitárias de higiene e afastamento social. Importante destacar que a vacinação de todos os trabalhadores e das pessoas em situação de rua possibilitou maior segurança na realização das atividades e dos atendimentos.

Pessoas em situação de rua e o Trabalho

Segundo Bezerra, Vieira e Rosa existem três modos de permanência das pessoas na rua: as que ficam na rua, as que estão na rua e as que são da rua.

As que ficam na rua são pessoas que, por conta de uma situação circunstancial econômica, saem de sua casa em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes em outra cidade e acabam dormindo nas ruas, albergues ou rodoviárias.

As que estão na rua são pessoas que não consideram a rua um local tão ameaçador e, por conta disso, passam a residir e a estabelecer relações com outras pessoas que vivem na ou da rua, construindo parcerias que as auxiliam a sobreviver social e financeiramente, a exemplo dos catadores de material reciclável, guardadores de carros e trabalhadores da construção civil.

As pessoas que são da rua são as que residem já há certo tempo na rua e, em razão deste tempo de permanência, acabam sofrendo um processo de descaracterização pelas condições que a vida na rua impõe, tais como uso de drogas lícitas e ilícitas, alimentação deficitária, falta de rotina com horários preestabelecidos, exposição a vulnerabilidades, doenças e violência.

A nomenclatura utilizada pelos serviços que atendem a população em situação de rua no município de Campinas, parte da mesma utilizada pelas autoras. Entretanto, ao se considerar a singularidade, a história e o momento atual de cada sujeito, a rede socioassistencial definiu identificá-los a partir da seguinte classificação:

- Munícipe,
- Ex-morador de rua,
- Migrante/itinerante,
- Morador de rua,
- Morador de Campinas em situação de rua e circunstancial emergencial.

A população em situação de rua, em geral, habita logradouros, mocós, praças, embaixo de pontes, casas cedidas ou ocupadas, pensões, acolhimento institucional e de terceiros, da família e locais cedidos. Cada pessoa tem características peculiares e, portanto, exige e necessita de abordagens e serviços que as englobem e considerem sua especificidade.

A construção da Política Nacional para a População em Situação de Rua foi fruto de um amplo processo de construção com a colaboração dos usuários, trabalhadores e organizações da sociedade civil, uma luta por afirmação de direitos a qual inclui Fóruns e Conferências de Assistência Social. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009 prevê o Serviço

de Abordagem Social e o Serviço Especializado de Atendimento as Pessoas em Situação de Rua. Foi implantado no ano de 2011 em todo o Brasil o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O município de Campinas tem dois Centros POPs, um serviço de Abordagem Social, um Albergue Municipal (SAMIM) e a Casa da Cidadania como porta de entrada das pessoas em situação de rua na assistência social.

Inicia-se, a partir do acesso à rede de serviços, um processo de identificação das demandas individuais e coletivas, considerando as especificidades de cada caso, assim como o contexto social e político que aponta a necessidade de constante implementação da rede socioassistencial. Importante também a participação e o compromisso da sociedade civil, no sentido de reconhecer e tratar esse grupo populacional enquanto cidadãos com direitos violados em diferentes aspectos e momentos da vida e, assim compreender a necessidade de suporte institucional. Vale destacar que os Centros POP e o Serviço de Abordagem são as principais referências de entrada da população em situação de rua à rede de serviços públicos.

Compõe a rede de Alta Complexidade POP Rua: SAMIM, 2 (duas) Casas de Passagem, 3 (três) Abrigos Masculinos, 1 (um) Abrigo Feminino, 1 (um) Abrigo para pessoas com sintomas gripais – Zilda Arns e um abrigo para proteção do Covid-19. Os serviços de acolhimento institucional também podem ser considerados a porta de entrada para outras políticas sociais cujo acesso necessita de mediação, por exemplo, Saúde, Educação, Trabalho, Habitação, Lazer e outras.

Os serviços socioassistenciais desde o começo da Pandemia do Covid-19 foram considerados essenciais, por isso continuaram funcionando obedecendo todas as medidas sanitárias de higiene e de proteção, além de orientar as pessoas em situação de rua sobre a necessidade do distanciamento social, utilização de máscaras, uso de álcool em gel, lavagem das mãos, higienização constante dos espaços para a proteção de todos.

As reuniões de gestão ocorreram sistematicamente às segundas-feiras com todos os serviços socioassistenciais de média e alta complexidade, os quais compõem a Rede POP Rua do município de Campinas. São discutidos neste espaço os fluxos, os impasses do trabalho em rede e os casos para o encaminhamento às unidades de acolhimento institucional, quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

A metodologia participativa utilizada nas reuniões de gestão proporciona processos de aprendizado, discussão e troca de experiências e saberes, maior compreensão do fenômeno, estimulando as equipes a revisitar constantemente as estratégias de trabalho adotadas, bem como os

resultados obtidos e a necessidade de readequação nos processos de trabalho de maneira a melhor atender a demanda que se apresenta.

SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Centro POP I

Os Centros POP Sares I e II constituem-se em duas Unidades Públicas Estatais, com equipes técnicas compostas por servidores públicos concursados, conforme se demonstra a seguir:

Tabela 42.

Centro POP Sares I	Centro POP Sares II
1 Chefe de Setor (Psicóloga)	1 Apoio Técnico (Assistente Social)
3 Assistentes Sociais	5 Assistentes Sociais
1 Educador de Arte e Movimento	1 Psicólogo
1 Psicólogo	5 Agentes de Ação Social
1 Agentes de Ação Social	1 Agente Administrativo
0 Agente Administrativo	3 Apoios Operacionais
TOTAL- 07	TOTAL- 14

As Unidades Públicas Estatais, Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP - Sares I e II, localizam-se na região central do Município, onde há maior concentração das pessoas em situação de rua. Constituem-se em espaços de referência para as pessoas que se encontram em situação de rua. O Centro POP I necessita de novo espaço físico que possibilite o reordenamento. Busca-se desde 2015 um novo espaço para locação, o que ainda não se concretizou. Não é possível na Unidade I ofertar atividades grupais, oficinas ou ações coletivas por não dispor de local adequado para realização dessas atividades. Restringindo-se, portanto, a ação técnica no atendimento individual.

Os Centros POP têm como objetivo geral: constituir espaço de referência, encontro, socialização, acompanhamento social, visando à construção de novos projetos e trajetórias de vida, bem como a construção de saída das ruas. As atividades coletivas, no período da Pandemia foram suspensas, em razão da possibilidade de contágio, os serviços foram organizados para atender as pessoas individualmente ou em pequenos grupos.

O Serviço Especializado ofertado pelas Unidades I e II é realizado por meio das seguintes estratégias metodológicas:

Centro POP Sares I

- Acolhimento e escuta qualificada
- Busca ativa
- Atendimento individual: pontuais, processuais e acompanhamentos
- Visita Domiciliar
- Encaminhamentos para rede socioassistencial e demais políticas setoriais

Oferta atendimento técnico para as pessoas em situação de rua, assim identificadas: as que chegaram recentemente ao Município, as que estão há vários dias, meses ou até mesmo anos, constituindo processos de atendimento/acompanhamento mais individualizados. No processo de condução dos acompanhamentos, a equipe técnica mantém articulação com a rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, com objetivo de otimizar possibilidades de reorganização pessoal e social. Quando a Unidade estiver em local com infraestrutura compatível com a totalidade das atividades previstas, será necessária complementação da equipe com 01 (um/a) psicóloga/o, 04 (quatro) Agentes de Ação Social, 02 (dois) Profissionais da Limpeza, 01 administrativo(a), 01 porteiro e 01 (um) Profissional de Vigilância.

Observa-se que embora o espaço físico não atenda de forma completa as necessidades de um Centro POP, a equipe tem lançado mão de outras estratégias no processo de atendimento e acompanhamento dos usuários referenciados, tais como: busca ativa, visitas domiciliares, acompanhamento e discussão de caso com outros serviços e políticas de maneira mais estreita e de forma continuada.

Centro POP Sares II

- Acolhida e escuta qualificada
- Atendimentos individuais: pontuais, processuais e acompanhamentos
- Encaminhamentos e ou referenciamentos para a rede socioassistencial e demais políticas

Parcerias:

- Consultório na Rua - vacinação de Covid-19 e atendimentos.

Outras Atividades

A Unidade II atende a população em situação de rua que chegou recentemente no Município, a que está há vários dias, meses ou até mesmo anos. A unidade também oferta atendimento técnico individual e grupal, articulações necessárias com a Rede de Proteção, localização e reaproximação familiar, bem como espaço para a convivência, higienização pessoal,

café da manhã e da tarde, vale almoço para o Restaurante Popular Bom Prato, além de contar com um Posto do Cadastro Único e um Telecentro.

Tais atendimentos e atividades possibilitam o fortalecimento da autoestima e da identidade, o desenvolvimento de sociabilidade e o fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, a (re)construção de novos projetos de vida, na perspectiva de viabilizar o processo de saída das ruas, buscando a interface com as demais políticas públicas.

O Centro POP Sares II também atende os usuários do Centro POP Sares I e SOS Rua com espaço de convivência, lavanderia, higiene pessoal, atividades socioeducativas, confraternização, mantendo a construção do PDU nos serviços de origem.

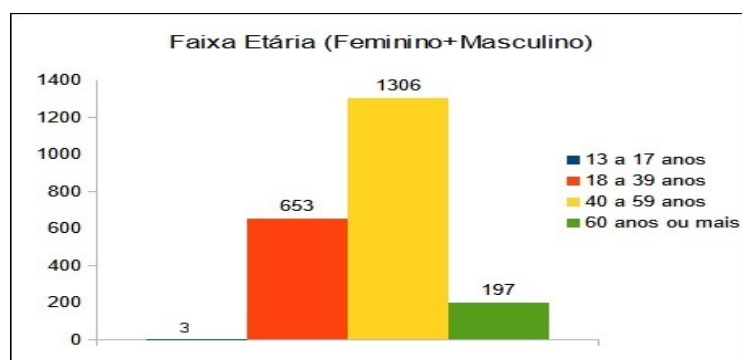
Organização interna do serviço

- Participação e envolvimento dos usuários nas atividades, cuidado com o espaço, utilização do bagageiro, relações mais respeitadas com os funcionários e entre eles;
- Aprimoramento na organização das atividades do Centro POP Sares II, com planejamento das ações e definição de funcionários responsáveis, viabilizando escalas organizacionais: técnicos, agentes de ação social e limpeza.

Informações sobre as pessoas atendidas no Centro Pop 1

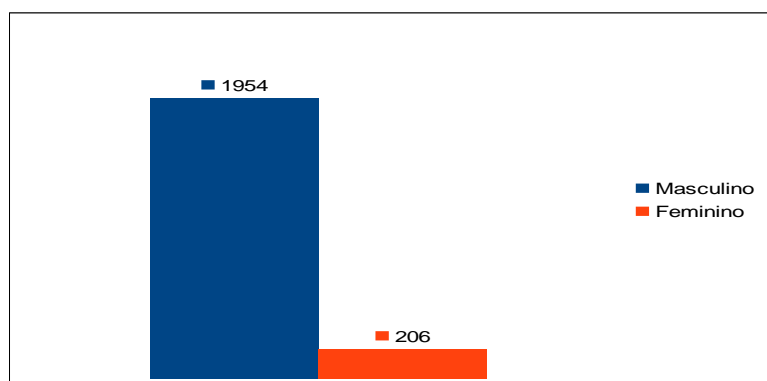
- Faixa etária
- Sexo
- Escolaridade
- Categorização
- Caracterização
- Quantidade de atendimento por usuário
- Planilha de entrada

Gráfico 17. Faixa Etária



Verifica-se que das pessoas atendidas em 2021, como em anos anteriores, a predominância da faixa etária dos 18 aos 59 anos, perfazendo o total de 1959 pessoas. Sendo que dentre estes o maior número, de 1.306 pessoas, encontra-se dos 40 aos 59 anos. Dados que nos levam a refletir sobre a importância da intersetorialidade no atendimento às pessoas que se encontram em situação de rua. As pessoas atendidas estão numa faixa etária produtiva, mas fora do mercado de trabalho formal, buscando a subsistência a partir de atividades informais e temporárias, o que dificulta a construção de processos de autonomia. Dessa forma é imprescindível avançar em estratégias e articulações no sentido de viabilizar políticas públicas de trabalho e renda que atendam as especificidades desse público. Importante também considerar que o país enfrenta uma crise econômica e social que afeta diretamente a oferta de trabalho, assim como, as exigências para inserção ou retorno ao mercado de trabalho em condições efetivas de competitividade, fato que afeta de maneira substancial as pessoas em situação de rua que em sua maioria encontram-se fora desse mercado por um longo período, com baixa escolaridade, pouca ou nenhuma experiência anterior de trabalhos anteriores a situação de rua. Com a Pandemia esse cenário sofreu profundo impacto.

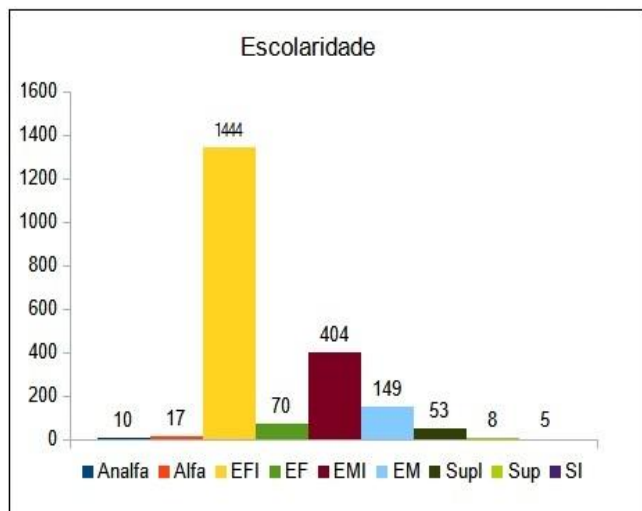
Gráfico 18. Sexo/Gênero do público atendido



A predominância do público atendido, como em anos anteriores, continua sendo masculino, do total de 2.160 pessoas atendidas 90,5 %, em uma proporção menor, 9,5 % do gênero feminino. Dentro do público feminino localizamos também as trans femininas que perfaz um número também pequeno, mas que vem passando por transformações. É importante, ao falarmos do público feminino, apontar um cenário de maior vulnerabilidade em que se encontram frente aspectos sociais, de saúde e de diferentes formas de violência que a condição de rua tende a agravar.

Gráfico 19. Escolaridade do público atendido

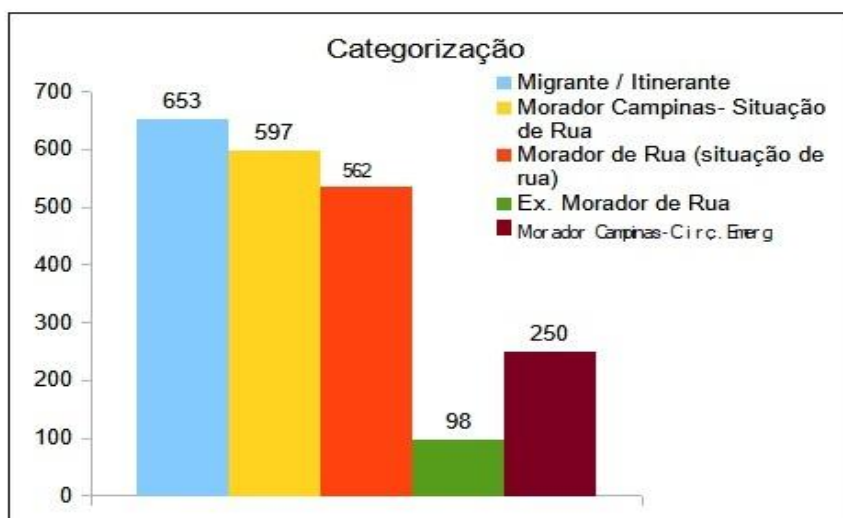
Escolaridade do público atendido



Em relação à escolaridade das pessoas em situação de rua foi possível perceber uma certa diversidade, identifica-se desde pessoas não alfabetizadas a pessoas com o Ensino Superior Completo. Esse é um dado importante para se pensar políticas públicas intersetoriais, pois a formação é importante para a construção de possibilidades de inserção no trabalho. Temos do total atendido, maior concentração no Ensino Fundamental Incompleto com 65,3%, seguido por Ensino Médio Incompleto com 19,6% e a seguir Ensino médio Completo com 7,2%.

Gráfico 20. Categorização

Categorização

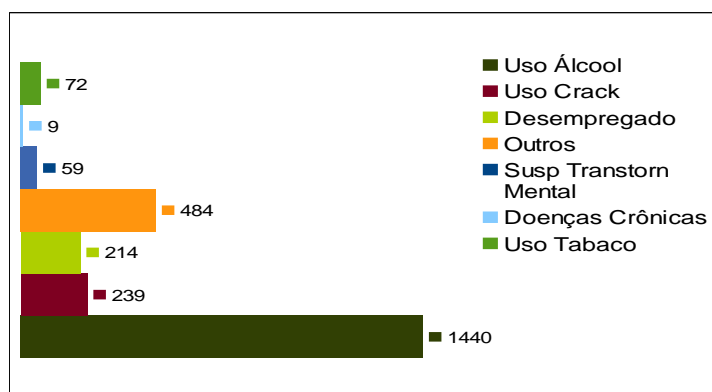


Os dados sinalizam 653 Migrantes/Itinerantes, seguido muito próximo por 597 Moradores de Campinas em Situação de Rua e 536 Moradores de Rua (situação de Rua), perfazendo assim

84% do total. Algumas reflexões são possíveis a partir dos dados; podemos considerar que boa parcela do público atendido é do município de Campinas, pois temos 98 Ex Morador de Rua e 250 Moradores de Campinas em Situação Emergencial e 597 Morador de Campinas em situação de Rua atingindo 56%. Denota-se a importância ao município de pensar políticas públicas de proteção para que aquelas/es que estão em situação de vulnerabilidade não tenham sua condição agravada e com isso corram o risco de ficar em situação rua. Também é importante observar que 31% das pessoas em situação de Rua são de Migrante/Itinerante.

Gráfico 21. Caracterização

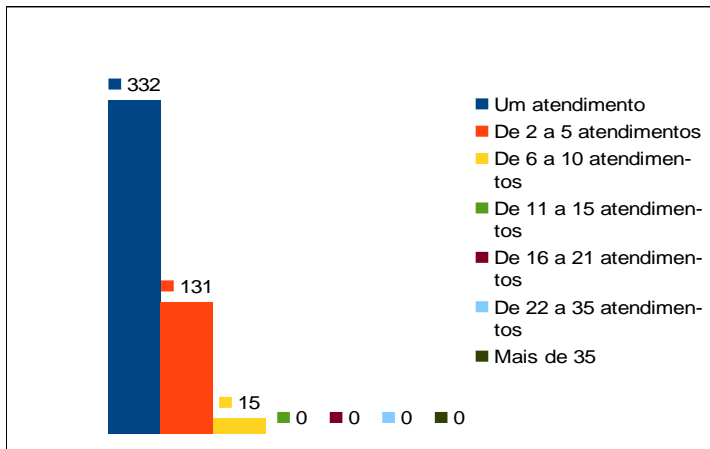
Caracterização



Observa-se, conforme os dados, que o álcool é substância psicoativa mais usada entre esse público, num total de 1440 pessoas. Temos ainda a considerar que dentre esses pode aparecer concomitante o uso de alguma substância psicoativa, tais como: crack, maconha e/ou cocaína. Dado relevante é a presença de 59 pessoas com suspeita de transtorno mental, é importante considerar esses dados para avaliar os limites para a Política de Assistência Social na execução do serviço no sentido de que se busca com o atendimento construir perspectivas de autonomia, reorganização pessoal e social e com isso a saída da rua. Mas, considerando os entraves que podem ser encontrados no atendimento junto à saúde, mais especificamente a saúde mental, o atendimento às pessoas que apontem para a necessidade de cuidados junto a serviços da saúde pode ser comprometido.

Gráfico 22. Atendimento

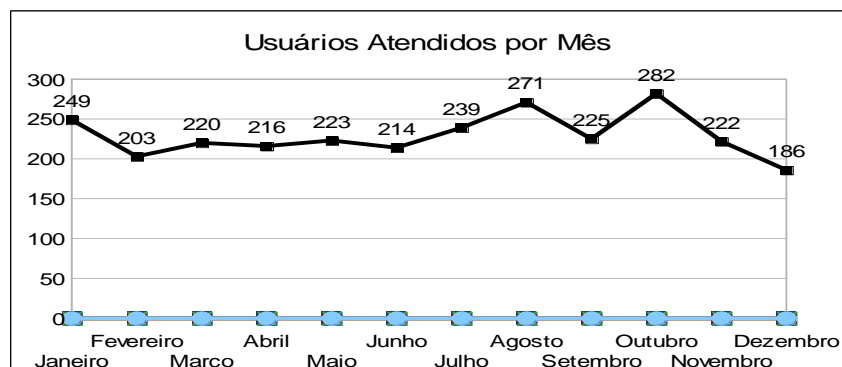
Atendimentos por usuários



Os dados apontam que a população procura por o atendimento apenas uma vez, temos 332 pessoas que passaram pelo atendimento e não retornaram ao serviço para dar continuidade ao outras possíveis demandas. No cotidiano do trabalho, a busca geralmente é por demandas pontuais, por exemplo, fazer a 2ª via de documentos ou busca pelo Cadastro Único, sem necessariamente o desejo de constituir um acompanhamento mais prolongado. Temos que considerar as pessoas que estão de passagem pelo município e não pretendem fixar-se. Levando em conta o número de pessoas que passam apenas pelo acolhimento temos aproximadamente 50% desse total, 131 pessoas que vem de 2 a 5 vezes para atendimento. Com base nesses apontamentos é possível apontar a necessidade de investir em estratégias que possam viabilizar a continuidade nos atendimentos estabelecendo um processo de vinculação e acompanhamento de maneira a melhor identificar demandas que de fato tragam comprometimento com a reorganização pessoal e social, mas sabemos que a própria vivência nas ruas cria uma inconstância nas relações.

Gráfico 23. Atendimentos mensais

Usuários atendidos por mês



Os dados apontam um total de 2750 no ano de 2021 perfazendo a média simples de 229 pessoas por mês, considerando a equipe técnica que compõem o serviço a proporcionalidade de casos referenciados estabelecido nas referências técnicas de Centro Pop, a media de pessoas atendidas mês e o total de atendimentos realizados mês, observamos que o serviço executa suas atividades acima da capacidade e a busca por atendimento aponta para a constituição do serviço enquanto espaço de referência para as pessoas em situação de rua.

A análise dos dados quantitativos levantados, referentes as atividades desenvolvidas durante 2021 no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – SARES - Unidade I, é prioritário observar a demanda posta no cotidiano de trabalho e as limitações impostas pela estrutura física do espaço que não atende as necessidades de um Centro POP, exigindo dos profissionais lançar mão de estratégias que permitam avançar no atendimento e processo de vinculação. As exigências postas no cotidiano da atuação não são pequenas, exigindo conhecimento técnico e potencialidades pessoais e profissionais da equipe, afinal lida com um público que no processo de atendimento/acompanhamento trazem grandes demandas decorrentes do processo de exclusão social e pessoal.

Percebe-se, ao longo dos últimos dois anos, que as condições sociais, de trabalho e renda, econômicas do país se agravaram, trazendo mais situações de violações de direitos, o que afeta profundamente o público atendido, tendo como características gerais baixa escolaridade, gênero masculino, uso e/ou abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas, questões de saúde mental, dentre outras.

Desde setembro de 2019, a equipe do Centro POP Sares I conta com Supervisão Externa para discussão dos casos e reflexões sobre os processos de trabalho e a demanda posta no cotidiano. Esse espaço tem contribuído muito para qualidade do serviço desenvolvido, tem se mostrado lugar eficaz de cuidado dos trabalhadores auxiliando as/os trabalhadoras/es a lidarem com a aspereza do local de atuação, onde a maior ferramenta de trabalho é a oferta de escuta comprometida com o cuidado e promoção de processos de reflexão e reorganização pessoal e social.

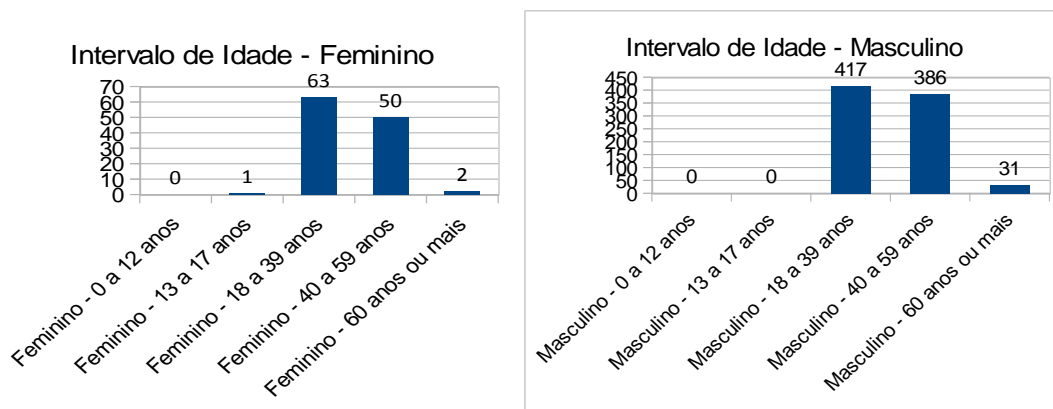
Centro POP 2

- Faixa etária
- Sexo
- Escolaridade
- Categorização
- Caracterização
- Quantidade de atendimento por usuário

- Referenciamento
- Planilha de entrada

Gráfico 24. Faixa etária – atendimento técnico

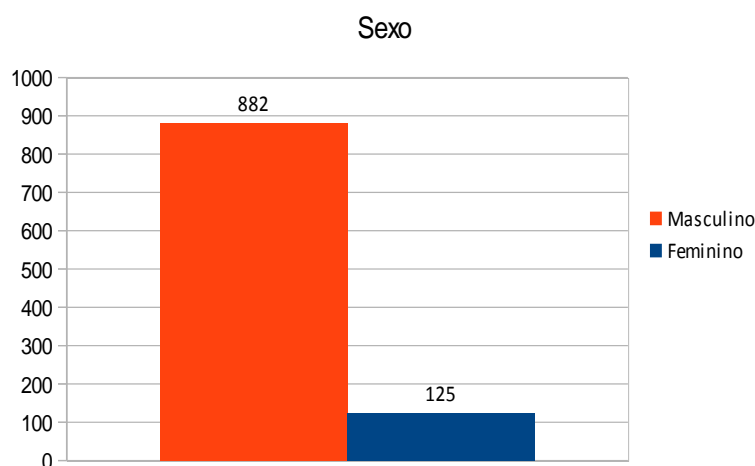
Faixa etária das pessoas que passaram pelo atendimento técnico



A análise dos gráficos da faixa etária das pessoas atendidas verifica-se como em anos anteriores, do total atendido de 950, ouve predominância do público masculino com 88%. Também é importante destacar que a maior concentração no público feminino e masculino está na faixa etária de jovens e produtivos que deveriam estar inseridos no mercado de trabalho.

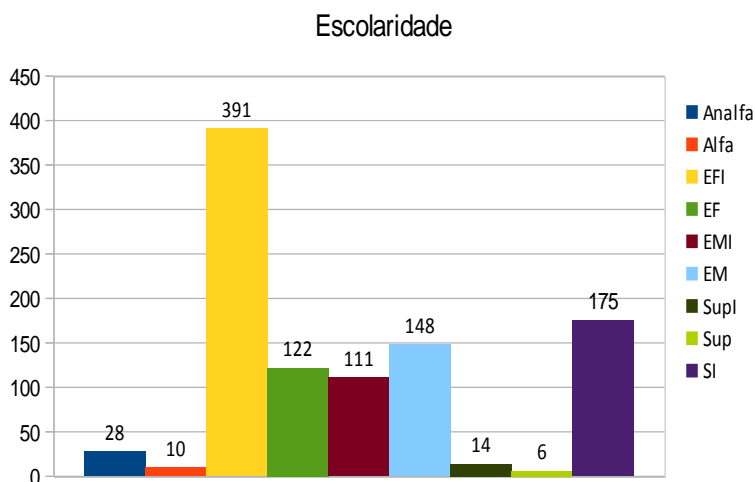
Gráfico 25. Sexo

Sexo do público atendido



Constata-se, na análise desta variável que, das 1.007 pessoas atendidas, pela equipe técnica, a predominância é do sexo masculino com 882 pessoas atendidas, equivalente a 87,5%, sem alteração com relação aos dados do ano anterior.

Gráfico 26. Escolaridade do público atendido

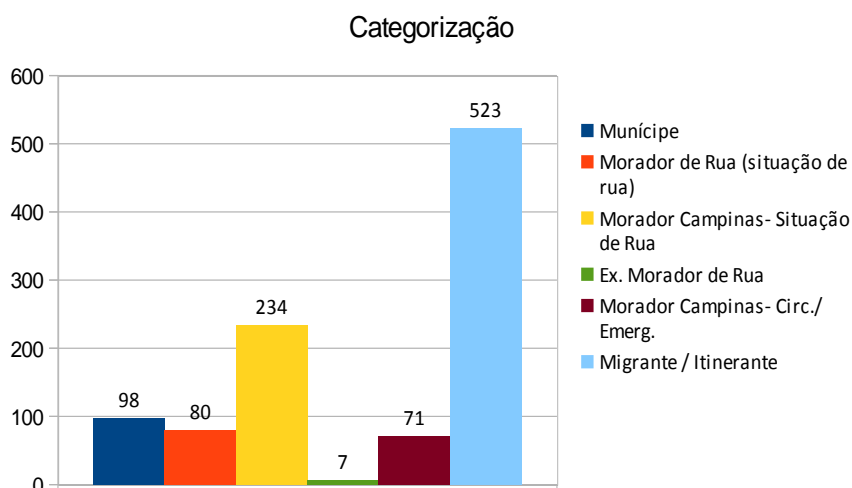


Quanto à variável escolaridade das 1.005 pessoas atendidas à predominância de 391 com ensino fundamental incompleto e 122 com ensino fundamental, seguidos de 148 pessoas com ensino médio e 111 pessoas com ensino médio incompleto, enquanto 14 pessoas possuem ensino superior incompleto, 06 pessoas possuem superior completo, 10 alfabetizadas e 28 são analfabetas.

Destaca-se que 175 pessoas estão sem a informação com relação à escolaridade.

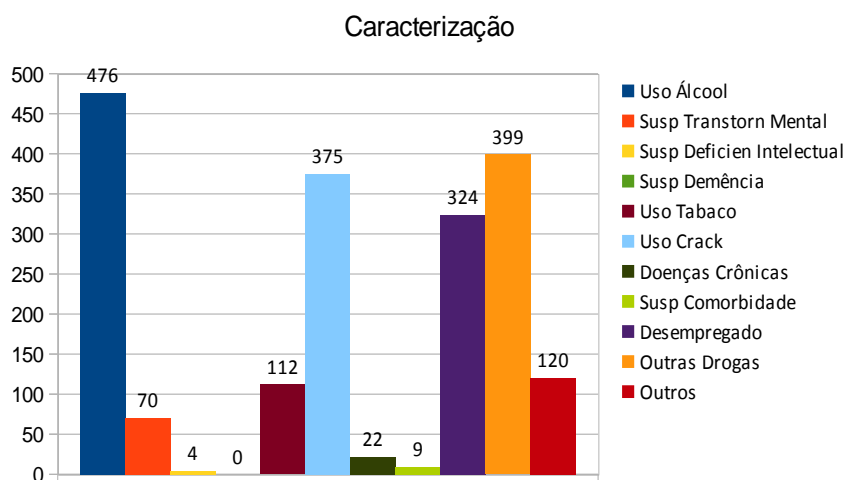
É possível inferir ao analisar os dados que a condição de escolaridade é precária tendo em vista a maior concentração de pessoas entre analfabetas, alfabetizadas e ensino fundamental incompleto, podendo repercutir na questão de empregabilidade, pois se não contam com ensino formal dificilmente conseguem atingir formações específicas que ampliem possibilidades de trabalho formalmente.

Gráfico 27. Categorização do público atendido



Importante ressaltar que todas as pessoas se encontram em situação de rua, porém para facilitar a compreensão no atendimento, definiu-se uma categorização. No gráfico verifica-se que a maioria é de migrantes/itinerantes com 523 pessoas, seguido de moradores de Campinas em situação de rua (pessoas que estão há mais de dois anos em situação de rua em Campinas) com 234 pessoas, a seguir munícipes (nascidos em Campinas) 98, do total temos 80 pessoas que são moradores de rua (situação de rua), observa-se ainda 71 pessoas que são moradoras de Campinas e encontram-se em situação circunstancial e emergencial

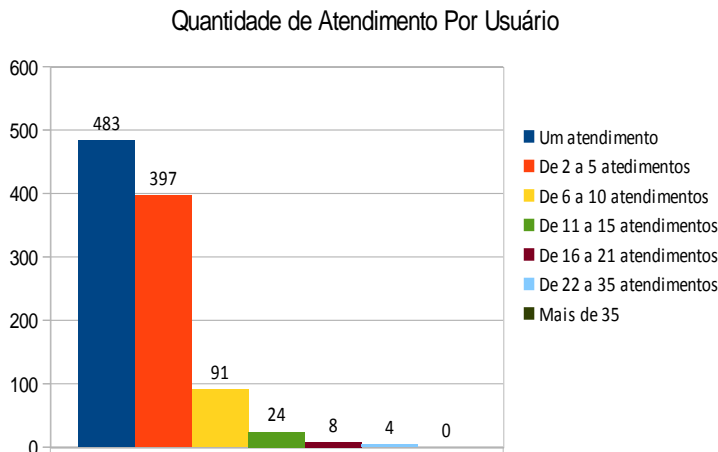
Gráfico 28. Caracterização do público atendido



Quanto à caracterização das pessoas atendidas, verifica-se que a maior concentração no uso de álcool (476), uso de crack (375) e tabaco (324), destaca-se aqui a presença do álcool que nem sempre é considerada como importante em comparação ao uso do crack quando na caracterização das pessoas em situação de rua.

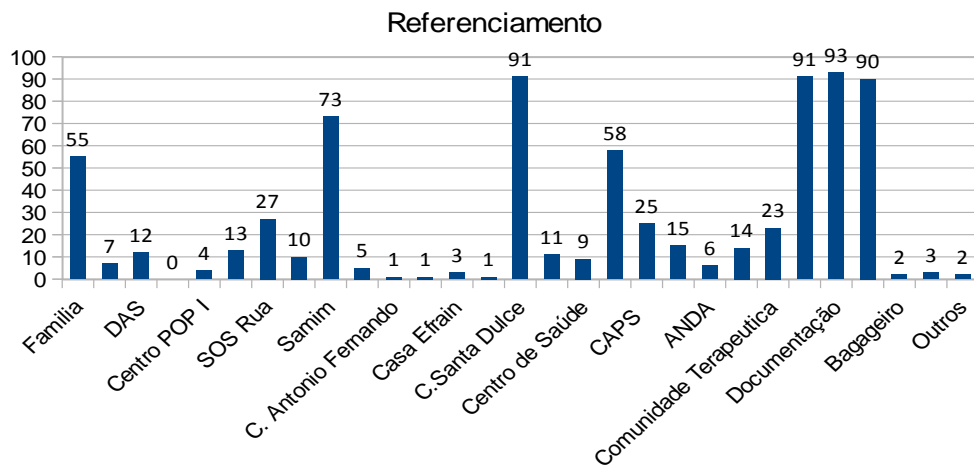
Também observamos no gráfico o elevado número de pessoas que apontam uso de outras drogas (399). Ao analisar essas informações é importante considerar que temos a presença de Suspeita de Transtorno Mental (70) e que dentre o total de pessoas atendidas algumas apresentam concomitantemente mais de uma característica, ou seja, podem fazer uso de álcool, tabaco e crack, além de apresentar alguma questão de saúde mental, fato que aponta a complexidade das pessoas atendidas e conseqüentemente do trabalho desenvolvido.

Gráfico 29. Atendimento por usuário



Observa-se com relação ao número de vezes que se buscou atendimento no serviço, temos um total de 1.007 pessoas. Das pessoas atendidas, 483 acessaram apenas uma vez o serviço, 397 buscaram atendimento de 02 a 05 vezes e 91 pessoas passaram de 06 a 10 atendimentos, no restante temos um total de 36 pessoas que buscaram de 11 a 35 vezes por atendimento. Podemos, com esses dados, inferir que um pequeno número de pessoas dá continuidade nos processos de acompanhamento, construção do PDU. Entendendo que o serviço tem como objetivo, a partir do atendimento contínuo, possibilitar um processo de acompanhamento e, com isso, a construção de uma nova organização de vida, faz-se necessário melhor compreender esses dados para identificar possíveis causas para o não prosseguimento dos atendimentos. Tendo em vista o propósito central do serviço que é viabilizar a saída da rua.

Gráfico 30. Referenciamento

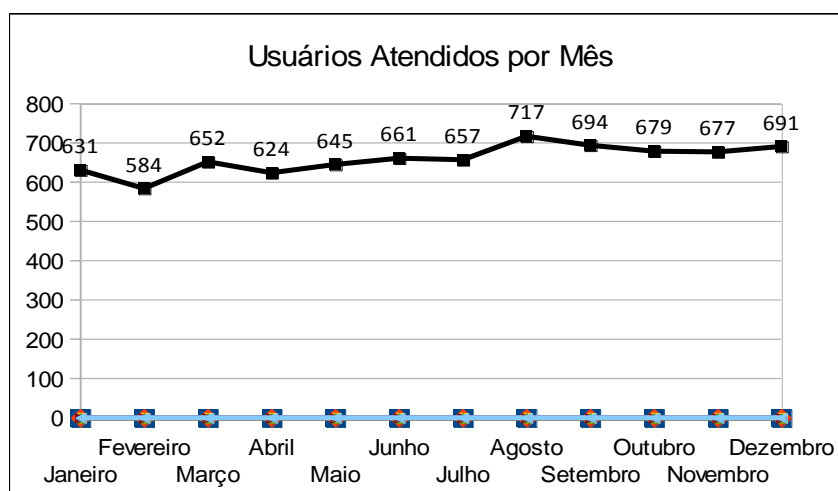


O gráfico se refere aos serviços para os quais as pessoas atendidas foram referenciadas. A análise dos números demonstra a complexidade do trabalho desenvolvido, a procura concentra-se em local para permanência de acolhimento emergencial, como o Santa Dulce (91) e o SAMIM (73). Também dentre os atendimentos temos Documentação, e Comunidade Terapêutica.

Importante ainda, observar o número expressivo de viabilização de retorno à família.

Gráfico 31. Atendimento mensal

Usuários atendidos por mês



O gráfico acima aponta para o número de pessoas atendidas no Centro POP Sares II mensalmente, inclui também o número de pessoas novas inseridas. Na análise verifica-se que o número de pessoas atendidas mensalmente somadas gera um total de 7.912 pessoas no ano.

Desafios avaliados durante a execução das atividades, pelos Centros POPs I e II, em 2022:

- Atendimento de usuários com sofrimento psíquico e a acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento;
- Acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento após pandemia o acesso se tornou mais restrito;
- Locação de imóvel para o Centro POP Sares Unidade I;
- Condições estruturais do prédio onde se encontra o Centro POP Sares I que exige constantes reparos sem efetivamente sanar os problemas;
- Compreensão limitada e preconceituosa da sociedade sobre o fenômeno da população de rua;

- Reposição dos servidores aposentados e exonerados, Unidade I e II: **Unidade I:** 01 Administrativo, 01 Agente de Ação Social, 01 Psicóloga/o **Unidade II:** 01 Psicóloga/o, 02 Administrativos, 01 agente de ação social;
- Contratação de 02 Agentes de Ação Social para Unidade II
- Descontinuidade da parceria com a Secretaria Municipal de Cultura para o desenvolvimento de atividades na Unidade II;
- Reposição dos servidores aposentados e exonerados, Unidade I e II;
- Insuficiência de Formação Continuada;
- Fragilidade nas ações intersetoriais;
- Insuficiência de transporte e equipamentos;
- Insuficiência de material de higiene pessoal das/os usuárias/os, tais como: condicionador e hidratante corporal, ou seja, produtos que possibilitam o desenvolvimento do autocuidado e que podem impactar na melhoria da autoestima;
- Suspensão dos atendimentos presencial nos Órgãos de Direito, Poupatempo, CAEF, Defensoria, dentre outros serviços que passaram a ter seu acesso online para agendamento e/ou atendimento;
- Articular entre as pastas Assistência Social e Trabalho e Renda as possibilidades de inserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho formal, informal ou cooperativas de trabalho.
- Ausência de equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades no Centro POP Sares I e II, tais como: computadores novos que comporte o acesso ao SIGM e aparelhos de telefone;
- Descontinuidade no fornecimento de papel reprográfico e tonner, o que dificulta o desenvolvimento das ações do serviço e no atendimento aos usuários na Unidade II;
- Dificuldade no atendimento da infraestrutura: reparos, (equipe de manutenção nunca tem o material necessário) ventiladores comprados sem a base de fixação, fazendo muita falta no Serviço, não colocação de grade isolando o tanque das funcionária de limpeza, na Unidade II e com relação a Unidade I: reparos em que por vezes falta material adequado e necessário, ventiladores comprados sem a base de fixação trazendo transtornos no cotidiano de trabalho.
- Insuficiência de computadores em condição mínima para utilização do SIGM, Unidade I e II;
- A intersetorialidade continua sendo um desafio no trabalho com as outras secretarias, inviabilizando construções conjuntas para as questões de população em situação de rua;
- Avaliar novas estratégias para maior vinculação ao atendimento.

Metas para 2022

- Reordenamento do Centro POP Sares Unidade I com locação de imóvel, que permita desenvolver a atenção a pessoas em situação de rua, como preconizado na Cartilha de Orientações do Centro POP;
- Aquisição de materiais e equipamentos de informática par a Unidade I e II;
- Aquisição de impressoras e ventiladores para Unidade II;
- Aparelhos de telefone para Unidade I e II.
- Reposição dos servidores que aposentaram ou pediram exoneração para Unidade I e II;
- Continuidade na contratação de Supervisão Técnica para a Unidade I;
- Formação Continuada para as/os trabalhadoras/es da Unidade I e II;
- Utilização do SIGM;
- Fortalecimento entre as políticas setoriais de assistência social, saúde, trabalho e renda, cultura, habitação, educação, esportes e lazer, para atendimento integral da população em situação de rua;
- Instalação de câmeras para controle das filas de entrada e na recepção dos serviços, Centro POP Sares II;
- Contratação de oficinas para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, Centro POP Sares I e II;
- Melhoria da Comunicação em todos os níveis de Proteção da Secretaria;
- Sistema online que contemple o registro da população em situação de rua, com acesso nos serviços “porta de entrada”, possibilitando evitar duplicidade de atendimentos.

BAGAGEIRO MUNICIPAL

O Bagageiro Municipal iniciou suas atividades no dia 15/04/2021. Foi pensado e criado para ser um espaço protegido para que a população em situação de rua possa guardar seus pertences. Cada usuário que tem cadastro ativo no serviço pode usar o espaço correspondente a 1 box para guardar seus pertences, tendo acesso aos mesmos, 2 vezes por dia, possibilitando que os usuários transitem pelos logradouros públicos sem carregar consigo coisas que não estão sendo utilizadas no momento, evitando inclusive perda ou dano de roupas ou documentos.

Tabela 43. Quadro Profissional do Bagageiro

Porteiro (terceirizado)	1
Agente de Limpeza (terceirizado)	1
Vigilante Patrimonial (terceirizado)	2
Agente de Ação Social *	2
Coordenador do Serviço	1

* 1 trabalhadora veio cedida pelo DDH e 1 trabalhadora veio via processo seletivo. Término do contrato em Maio/2022.

Resultados alcançados com as atividades em 2021

O Bagageiro Municipal iniciou suas atividades com apenas 85 boxes disponíveis para uso e sem o quadro completo de RH. Esses fatores impactaram no número de atendimentos por um período considerável do ano. A questão do RH impactou logo no primeiro semestre, no início das atividades e a questão do reduzido número de boxes impactou no segundo semestre, quando a demanda por procura já era maior. Agora, dispomos de 391 boxes disponíveis para uso, quantidade compatível com a demanda do serviço no momento e com a estrutura do quadro de RH.

Mesmo assim, foram realizados 10.510 atendimentos no período, com uma média diária de 60,057 atendimentos.

Tabela 44. Atendimento mensal

MÊS	DIAS TRABALHADOS	ATENDIMENTOS	MÉDIA DE ATENDIMENTOS DIÁRIOS
Abril	11	33	3
Mai	21	381	18,142
Junho	20	1591	79,55
Julho	22	1949	88,59
Agosto	23	2069	89,956
Setembro	20	1558	77,9
Outubro	19	1318	69,368
Novembro	19	979	51,526
Dezembro	20	632	31,6
Total	175	10510	60,057

Foram inseridos para atendimento no serviço 199 usuários, provenientes de encaminhamentos feitos por outros serviços que atendem a população em situação de rua (Centro POP 1, Centro POP 2 e SOS Rua), mas a grande maioria chegou por busca espontânea.

Tabela 45. Encaminhamentos de usuários para o bagageiro em 2021

Centro POP 1	9
Centro POP 2	8
SOS Rua	10
Sem Encaminhamento	172
Total de Usuários	199

Os trabalhadores do Equipamento têm como função essencial a guarda e retirada dos pertences dos usuários, assim como e apresentar os serviços da rede e suas ofertas.

Metas para 2022

O Bagageiro Municipal, na configuração que se encontra agora, está preparado para aumentar em 50 % seus atendimentos diários, passando de 60 para 90 atendimentos diários, sem comprometer nem o espaço físico para a guarda das bagagens, nem o quadro de RH. Para que se alcance esse número de atendimentos, propõe-se que esse Serviço seja melhor divulgado entre os serviços que atendem a população em situação de rua, pois conforme os dados expostos nas tabelas acima, o número de usuários encaminhados por outros serviços é muito baixo.

Quanto ao RH, a meta para 2022 é ter 2 agentes de ação social do quadro de trabalhadores efetivos.

A parte estrutural do prédio ainda precisa de adaptações e reformas.

É necessário para o bom funcionamento do serviço os seguintes equipamentos: 1 impressora, pois a que está no local nunca funcionou adequadamente, e 1 computador com webcam para uso dos agentes de ação social, que será usado para cadastramento e identificação dos usuários.

É desafiadora a interface com as empresas terceirizadas que enviam funcionários para a prestação de serviços. Mesmo estando em fase de transição com o fim e início de contrato dessas empresas, ressalta-se que a empresa foi muito insuficiente na questão de reposição de RH, suporte por parte de seus prepostos e péssima qualidade dos materiais fornecidos. É necessário que essas falhas não se repitam com a empresa que inicia sua prestação de serviço com o poder público.

Serviço de Abordagem Social de Adultos

Serviço de Abordagem Social de Adultos - SOS Rua O Serviço de Abordagem – SOS Rua é executado em parceria com a Organização da Sociedade Civil Associação Cornélia M.E.V.H Vlieg,

também responsável pelo Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT). O Serviço de Abordagem Social - SOS Rua atende as cinco regiões administrativas do município, a saber: norte, sul leste, sudoeste e noroeste. Cada uma dessas regiões conta com uma equipe de referência, a qual é responsável por abordar e atender as pessoas em situação de rua. A equipe trabalha principalmente pautada na construção do vínculo, na articulação e no encaminhamento para a rede territorial. Atua principalmente, nos locais com maior concentração de pessoas, instrumentaliza grupos operativos com a população de rua no local onde habitam, podendo ser em praças, entroncamentos, pontes e outros. Auxilia também na confecção da segunda via da documentação civil. Mesmo no período de pandemia manteve as ações adotando as medidas de proteção contra o Covid-19 e de orientações as pessoas em situação de rua, passando a distribuir água e kits de higiene.

Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT)

O Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT) compõe a rede de proteção especial de média complexidade para a população de rua, como serviço complementar. Oferta quatorze oficinas: Ladrilho Hidráulico, Culinária e Nutrição, Projeto Parceria, Velas, Vitral Artesanal, Papel, Mosaico, Marcenaria, Serralheria, Costura, Eventos, agrícola, todas para pessoas que estão em processo de inserção social. Nessas oficinas são retomados hábitos da vida cotidiana e do trabalho, como horários, regras e gestão financeira. Durante a pandemia teve as suas atividades reduzidas, uma vez que é um trabalho coletivo.

Casa da Cidadania

A Casa da Cidadania é um serviço executado em parceria com a Organização da Sociedade Civil, Associação Beneficente Semear. Compõe a rede de proteção especial de média complexidade para a população de rua, como serviço complementar, atende em média 100 pessoas por dia com oferta de alimentação (jantar), espaço para higienização e convivência.

A alimentação é concedida por 20 grupos de voluntários das mais diversas religiões. Muitos destes grupos ofertavam alimentação nas ruas. Com a ampliação do novo espaço e a convite do gestor municipal, esses grupos passaram a ofertar alimento dentro do citado espaço, em condições dignas e humanas. Este equipamento funciona em horário complementar ao Centro POP - das 14h30min às 20h30min.

A Casa da Cidadania, no período de pandemia, teve a distribuição de alimentação alterada. Alguns grupos de voluntários interromperam suas atividades e a oferta da alimentação foi complementada pela SMASDH, por meio do fornecimento de marmitas.

Abrigo Emergencial Zilda Arns

Serviço de acolhimento destinado a pessoas em situação de rua com sintomas gripais e com necessidade de isolamento social, a partir de 18 anos e que apresentem autonomia para atividades da vida diária. A porta de entrada ocorre por meio de encaminhamento realizado pelo Consultório na Rua, o qual estabelece contato com esta Coordenadoria, que, após análise, procede ao acolhimento.

Total de vagas – 30

Abrigo Emergencial Santa Dulce dos Pobres

Serviço de acolhimento destinado a pessoas adultas e idosas em situação de rua, com autonomia para atividades da vida diária, visando proteção e isolamento social. A porta de entrada ocorre por meio de encaminhamento realizado pelo Consultório na Rua, Centros POP I e II, SOS Rua, o qual estabelece contato com esta Coordenadoria, que, após análise, procede ao acolhimento.

Total de vagas – 40

Serviço De Atendimento Ao Migrante, Itinerante E Mendicante – SAMIM

O Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), no ano de 2021, buscou acolher em regime de proteção integral, indivíduos e famílias em situação de rua com o compromisso de oferecer melhorias nas ofertas socioassistenciais e na qualidade de vida.

Esta unidade é responsável por proporcionar acolhida às demandas típicas das pessoas que se encontram em situação de rua, sendo uma referência também para as pessoas em trânsito.

A direção do trabalho que se desenvolve no SAMIM remete aos Planos de Trabalhos e estratégias para redução de riscos e violação de direitos composta pela equipe de funcionários descrita abaixo:

QUADRO RH	
CHEFIA TÉCNICA (ASSISTENTE SOCIAL)	1
ASSISTENTE SOCIAL	4
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	13
AGENTE ADMINISTRATIVO	1
AGENTE OPERACIONAL	7
CHEFIA ADMINISTRATIVA	1
VIGILANTES (TERCEIRIZADO)	10
PORTEIRO (TERCEIRIZADO)	1
AUXILIARES DE LIMPEZA (TERCEIRIZADOS)	5
MOTORISTA (TERCEIRIZADO)	1
TOTAL	44

* Realizam atendimentos aos usuários.

Foram contabilizados em 202, **28.215** pernoites aos usuários do SAMIM, com uma média mensal de **2.351** pernoites.

Com o objetivo de fortalecer vínculos com os usuários e os fluxos de atendimento, a equipe técnica, em conjunto com outros serviços da rede de atenção à população de rua participou de reuniões para discussões de casos, as quais se caracterizam por articulações entre os diferentes serviços e unidades que oferecem proteção a essa população.

Nossos registros apontam que durante o ano de 2021 o Serviço Social atendeu individualmente **4.593** pessoas em situação de rua, resultando em média **383** atendimentos individualizados por mês. Esses atendimentos destinam-se aos indivíduos que apresentam demandas ainda mais complexas e que exigem um tempo mais ampliado para garantir a escuta qualificada.

Ademais, foram realizadas **919** articulações entre a equipe técnica e os familiares de nossos usuários e outros serviços das políticas públicas.

As estratégias metodológicas adotadas buscaram abordar as demandas típicas da população atendida pela unidade. Assim, em 2021 foram realizadas **375 reuniões coletivas** de acolhida aos usuários, realizadas diariamente para orientações e esclarecimentos sobre as normas internas e os

serviços disponíveis e **400 referenciamentos** às outras políticas setoriais e serviços da Rede de Atenção à População em Situação de Rua.

O SAMIM é um dos cooperadores do Projeto Rede-Recâmbio, que compõe a rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua, atuando no referenciamento e recâmbio às cidades de origem das pessoas migrantes, seguindo critérios de prioridade, considerando-se o quadro de vulnerabilidade, risco pessoal e social na cidade de Campinas. No ano de 2021 foram realizados **182 recâmbios**, a distribuição geográfica dos destinos dos recâmbios teve a seguinte disposição: 47,80% para a região Sudeste; 19,23% para a região Nordeste; 4,95% para a região Norte; 17,03% para a região Sul e 10,99% para a região Centro-Oeste.

Resultados obtidos no ano de 2021

- Retorno dos indivíduos às cidades de origem;
- Inclusão em outros serviços socioassistenciais

Tabela 45. Acesso aos benefícios sociais

ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS - RESGATE DA CIDADANIA - INSEÇÃO NA REDE SOCIOASSISTENCIAL / FAMÍLIA / COMUNIDADE	
351	DOCUMENTAÇÃO CIVIL
45	BOLSA FAMÍLIA
3	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)
12	PREVIDÊNCIA SOCIAL
3	INSEÇÃO EM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS
22	INSERÇÃO EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO / ABRIGOS / CASA DE PASSAGEM DA REDE DE POPULAÇÃO DE RUA
324	RETORNO AO CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO
182	RETORNO À CIDADE DE ORIGEM – VIA REDE RECÂMBIO

Desafios

- Desenvolvimento de ações intersetoriais;
- Interlocução com a Saúde Mental para inclusão de pessoas com sofrimento psíquico que necessitam de atendimento e de residência terapêutica;

- Atendimento de casos de saúde não condizentes com o perfil do serviço. Apesar da demanda ter diminuído nos últimos anos, ainda atendemos alguns casos;
- Vagas em ILPI's insuficiente para atender os casos de idosos;
- Recursos Humanos Insuficiente (Agente de Ação Social e Agente Administrativo);
- Pandemia (os usuários apresentaram resistência em manter o uso de máscara, higienização das mãos e distanciamento social);
- Falta de manutenção predial;
- A empresa de limpeza terceirizada deixou a desejar no que diz respeito à reposição de funcionários, supervisão, qualidade dos serviços e qualidade dos materiais fornecidos;

Metas para 2022

- Formação continuada e supervisão;
- Ampliar os Recursos Humanos;
- Aquisição de computadores;
- Utilização do SIGM
- Serviços de manutenção predial que atenda a necessidade do equipamento, com funcionamento 24 horas;
- Serviços de limpeza de qualidade, que atenda a necessidade do serviço;
- Construir novos espaços físicos em substituição aos que foram demolidos para a construção das obras da Secretaria de Transporte no local, tais como:
 - Refeitório dos usuários, ampliando de modo a atender a capacidade do Equipamento.
 - Dormitório de mulheres e mães com crianças, em ambientes de convívio separados dos masculinos.
 - Depósito para materiais de consumo do Equipamento.
 - Lavanderia dos usuários, ampliando para 10 tanques para lavagem das roupas.
 - Refeitório de Funcionários.

Serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua (Adulto)

Modalidade: Casa de Passagem

Serviço que atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária, ou ainda para o encaminhamento para serviços de acolhimento mais estáveis. Tem por objetivo propiciar proteção

integral e transitória as pessoas em situação de rua, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o retorno à cidade de origem reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local;

Tempo de permanência no serviço: Três a seis meses;

Pessoas em situação de rua, de 18 a 59 anos de idade;

Dois serviços com grupo de 25 usuários cada;

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidade para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

Modalidade: Serviço de Acolhimento (abrigo masculino)

Serviço que atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária. Tem por objetivo propiciar proteção integral e transitória as pessoas em situação de rua, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o retorno à cidade de origem reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades, resgatando a independência individual e social na perspectiva da convivência sociofamiliar e/ou comunitária;

Tempo de permanência no serviço: Seis meses a um ano;

Pessoas em situação de rua, de 18 a 59 anos de idade;

3 serviços com grupo de 20 usuários cada

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidades para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

Modalidade: Abrigo feminino

Serviço que atende mulheres com ou sem filhos que se encontram em situação de vulnerabilidade social que já perderam os vínculos familiares e se colocam em risco vivendo nas ruas de Campinas. Atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de

transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária. Tem por objetivo propiciar proteção integral e transitória as mulheres e seus filhos, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento de suas potencialidades no exercício da maternagem, reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local, com vistas a sua independência individual e social na perspectiva da convivência sociofamiliar e/ou comunitária;

Tempo de permanência no serviço: Seis meses a um ano

Mulheres em situação de vulnerabilidade Social e seus filhos

Um serviço com grupo de 25 usuárias;

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidades para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

Atividades realizadas com a Coordenação:

- Fortalecimento do processo de cogestão dos serviços que compõem a Rede de Média e Alta Complexidade POP Rua, por meio de reuniões contínuas e análise das metodologias e estratégias utilizadas na atenção a Pop Rua.
- Reuniões com serviços que compõem a Rede Pop Rua para discussão de casos e construção do fluxo da rede para acolhimento institucional.
- Reuniões com a rede pop rua de execução direta
- Reuniões com serviços de Saúde para inserção em acolhimento institucional
- Reuniões com a rede de serviços de criança e adolescente para inserção em acolhimento institucional
- Reuniões do Programa parceiros da Cidade: Mão Amiga
- Reuniões Intersetoriais.
- Reuniões Interproteções.
- Câmara Técnica da Saúde e Assistência
- Participação da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Conferência de Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)
- Participação das reuniões do CMAS
- Supervisão Técnica dos coordenadores com profissional externo
- Organização da Conferência Municipal da Assistência Social

- Participação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política Municipal da População de Rua
- Reuniões para a preparação da metodologia da contagem
- Organização da Contagem da População em Situação de rua
- Reuniões para a discussão de casos com outras políticas sociais
- Participação na construção do plano intersetorial para a população em situação de rua.
- Participação no Grupo de Trabalho Maternidade.
- Capacitação em parceria com a Secretaria de Saúde sobre o Covid-19.

Desafios da Coordenadoria

- Fortalecimento da Gestão Pública;
- Reposição do RH (Psi, A.S., Adm., Agente de ação social) conforme levantamento apresentado; construir a possibilidade de incluir Terapeuta Ocupacional para todos os serviços;
- Substituição dos agentes de ação social contratados por agentes concursados;
- Alinhamento conceitual da rede de serviços;
- Computadores; Celulares (institucional); Câmera webcam, fone/microfone, wi-fi
- Desenvolver ações voltadas para a supervisão e capacitação dos serviços
- Atendimento de usuários com sofrimento psíquico e a acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento;
- Acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento após pandemia o acesso se tornou mais restrito;
- Aumentar a participação de usuários nos espaços de controle social,
- Pouca compreensão da sociedade e dos comerciantes sobre o fenômeno população de rua e sobre o trabalho dos serviços especializados.
- Aposentadorias e exonerações sem reposições imediatas;
- Insuficiência de Formação Continuada;
- Fragilidade nas ações intersetoriais;
- Reparos e estoque de equipamentos com vida útil curta, os quais não são comprados previamente e acarreta redução das ofertas;
- Reparos/ Reposições de forma contínua e permanente;
- Locação de imóvel para o Centro POP Sares Unidade I;

- Compreensão limitada e preconceituosa da sociedade sobre o fenômeno da população de rua não contribui com a sua inserção no mercado do trabalho e em outros espaços;

Resultados Alcançados

- Estabelecimento de fluxo de encaminhamento dos casos para acolhimento institucional;
- Fortalecimento da rede de atendimento;
- Implantação do Bagageito
- Realização da Contagem 2021
- Suporte técnico no atendimento;
- Fortalecimento das equipes e dos serviços
- Aprofundamento da discussão entre os agentes executores da rede sobre a definição de temas prioritários a serem abordados no processo de capacitação;
- Manutenção de dois serviços para proteção da população em situação de rua na pandemia do Covid-19
- Vacinação dos Trabalhadores e da população em situação de rua

Metas para 2022

- Dar continuidade na efetivação do fluxo de encaminhamento dos casos com base nos critérios para acolhimento;
- Implementar e aprimorar o desenvolvimento de capacitação e supervisão aos trabalhadores da rede pública;
- Elaborar projeto de capacitação para toda a rede
- Implantação de Casa de Passagem de Mulheres
- Implantação de Serviço de Acolhimento para Famílias
- Implantação de Serviço de acolhimento para jovens
- Implantação do Programa Morar Primeiro
- Reordenamento do SAMIM

CONTAGEM MUNICIPAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos de Campinas concluiu, neste mês de dezembro de 2021, a nova contagem da população em situação de rua no município. Tivemos um crescimento de 13,4% no número de pessoas em situação de rua. Em 2019, eram 822 e, em 2021, identificamos 932 indivíduos nessa situação.

O objetivo da contagem foi o de atualizar o número de pessoas vivendo, convivendo, habitando ou sobrevivendo nas ruas, logradouros, praças, pontilhões, pontes, calçadas e outros, assim como observar se houve alteração no perfil identificado nos anos anteriores. Observou-se o aumento da população em situação de rua, assim como foram identificadas alterações em determinados pontos da caracterização da população em situação de rua.

Metodologia

A definição de população em situação de rua utilizada na contagem foi a mesma usada nos anos anteriores (2019, 2014, 2015 e 2016).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada em 2008, e com o Decreto Presidencial nº 7.053, de dezembro de 2009, esse contingente de pessoas é definido como:

“Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, se utilizar de abrigos e de albergues para pernoitar.”

São pessoas que vivenciam um processo de perda do referencial de organização social (regras de convívio e do mundo do trabalho, hábitos de vida diária e social) e da própria identidade, acabando por se estabelecer provisória ou definitivamente nas ruas, criando novas formas de sobrevivência, novas relações afetivas e solidárias, novos valores, assim como novas referências para se organizar socialmente.

O trabalho envolveu toda a rede de serviço da população em situação de rua, que participou ativamente tanto da concepção quanto da coleta de dados. Grupos de entrevistadores foram a campo nas cinco regiões da cidade (Sul, Leste, Norte, Noroeste e Sudoeste) em 17 de novembro. Durante a manhã e na tarde desse dia, a contagem ocorreu nos serviços públicos municipais e ambientes

costumeiramente frequentados pela população em situação de rua. À noite, das 18h à 0h, 15 equipes foram a campo e um grupo ficou concentrado no Centro POP Sares 1, na Rua Regente Feijó, para coordenar as atividades. Os pesquisadores adotaram um relatório padronizado que foi aplicado em todas as pessoas encontradas em situação de rua. Observaram-se todos os protocolos de saúde preconizados para a prevenção da Covid-19.

A Contagem

A contagem apontou o número de 932 pessoas em situação de rua no município. Os dados representam um aumento de 13,4% (110 pessoas a mais), em relação à contagem anterior, quando foram contadas 822 pessoas em situação de rua. Uma nova contagem chegou a ser programada em 2020, mas foi adiada em função da pandemia. Os dados recentes disponíveis foram de 563 em 2015 e 623 em 2016.

Localização

A contagem revelou que a maioria da população em situação de rua está situada na região Leste de Campinas, que abrange o Centro, com 50,72% do total. A segunda colocação ficou com a região Sul, com 22,97%. A região com menor número de pessoas em situação de rua foi a Noroeste, com 3,34%. Em relação à contagem anterior, a região Leste já predominava com 49%, a região Norte teve 24%, a Sul 22%, a Noroeste 3% e a Sudoeste 2%.

Gênero

Em relação ao gênero, a contagem considerou a autodeclaração, do mesmo modo que nas contagens anteriores. A maioria é de homens, com 81,5%; seguido de mulheres, com 16,2%. Mulheres trans representam 0,9%, homens trans são 0,6%. Os que se definiram como homossexuais foram 0,5% e travestis 0,4%. Na contagem de 2019 houve também predominância de pessoas que se declararam do gênero masculino (82%), mulheres representaram 15%. A população LGBT, considerando-se homem cis, mulher cis, homem trans, mulher trans e travesti, somou 3%. A questão do gênero apresenta pouca variação nas pesquisas realizadas em anos anteriores e no restante do Brasil.

Categorização

A contagem também considerou a categoria na qual a pessoa em situação de rua vive. A maioria (45,8%) está na rua, em seguida (27,5%) vem o item “outros”, que inclui ambientes variados, como invasões e barracões. O terceiro grupo fica nos serviços de acolhimento (19,3%).

Em quarto lugar estão os que vivem em habitações improvisadas (mocós), com 5,2%. Depois vêm os que vivem “da rua”, ou seja: moram em domicílios mas têm a rua como meio de sobrevivência (5%). Por fim, há os que moram em pensões, com 2,4%. O gráfico aborda portanto o modo de as pessoas se relacionarem com a rua, uma vez que uma das características da população em situação de rua é a heterogeneidade, ou seja, a diversidade de modos de ser, de viver e de se relacionar com a rua. Na contagem de 2019, o morador na rua, por ser um campo mais comum e genérico, teve 58%, “abrigado” teve 13,6% e acabou sendo o segundo campo mais declarado pelos entrevistados. Moradores em habitação improvisada (mocó) foram 8,9%.

Origem

Em relação à origem do morador em situação de rua, a maioria (37,6%) disse que nasceu em outros estados. A seguir estão as pessoas do próprio município (29,1%). Na sequência vêm aqueles que vieram de outras cidades do Estado (20,1%), quem veio da capital paulista (6,9%), os da RMC 5,95% e, por fim, de outro país: 1,3%.

Deficiência

Na contagem de 2021, 89,8% dos entrevistados afirmaram que não têm deficiência. Dos que declararam ter algum tipo de deficiência, a maioria (67,2%) não disse qual seria a deficiência, 9,8% disseram ter deficiência visual, 6,6% disseram ter deficiência auditiva, 4,9% deficiência mental, 4,9% deficiência física, 3,3% deficiência na perna direita e 3,3% disseram ser cadeirantes. Como essa foi uma questão autodeclaratória, alguns entrevistados podem ter confundido limitação física ou psíquica por uma deficiência dentre aquelas consideradas pelo INSS ou diagnosticadas pela Medicina.

Tempo em situação de rua

Em relação ao tempo de vivência nas ruas, a maioria (20,1%) está há mais de 10 anos. A seguir há os que estão de 2 a 5 anos (19,9%) e de 5 a 10 anos (14,6%). Somados, os que estão há 2 anos ou mais totalizam 54,6%. Na contagem de 2019, os padrões foram semelhantes. A maioria também era de pessoas com mais de 10 anos na rua (20,5%). O segundo grupo mais expressivo foi o que estava de 2 a 5 anos (18,8%), depois os de 5 a 10 anos (14,1%). O grupo dos que estavam há até 1 mês (12,1%) superava o de 1 a 2 anos (11,8%); os que estavam de 6 meses a 1 ano totalizavam 7,3% e, os de 3 meses a 6 meses, 5,4%.

Sofrimento Psíquico

No trabalho de campo, os pesquisadores foram orientados a assinalar se perceberam algum tipo de transtorno psíquico nos entrevistados. A maioria (84,2%) assinalou que a população em situação de rua não aparentava nenhum sinal de perturbação

Idade

Em relação à faixa etária, a maioria da população em situação de rua está entre 40 e 49 anos (31,4%). O segundo grupo é o dos com 30 a 39 anos (26,4%). Há 9,1% de idosos (com mais de 60 anos). Na contagem de 2019, os critérios foram um pouco diferentes: o percentual de pessoas entre 25 e 39 anos foi de 42%, seguido de 29% entre 40 a 49 anos, em terceiro lugar, havia os de 50 a 59 anos, com 17% e, os de 18 a 24 anos somavam 6%. A porcentagem de idosos foi menor em 2019: ficou em 5% e o número de jovens em situação de rua de 18 a 24 anos foi de 6%, percentagem semelhante à atual, que foi de 5,7%.

Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade, a maioria (42%) tem o ensino fundamental incompleto. Mesmo representando a maioria, nota-se uma queda no percentual em relação às contagens anteriores. Em seguida há os que têm ensino médio completo (17,8%). O terceiro grupo mais comum são os com ensino médio incompleto (14,3%). No quarto grupamento, estão os com ensino fundamental completo (13,2%) e, a seguir, os não alfabetizados (4,9%). Os que têm ensino superior, seja completo (2,8%), seja incompleto (3,1%), chegam a 5,9% dos casos, um aumento em relação a 2019, pois o grupo somava 4%, entre os que terminaram e os que não concluíram. Na contagem de 2019, destacou-se a quantidade de pessoas que não chegaram a concluir o ensino fundamental: 53,7%, em 2016, esse número era de 54% e, em 2015, era de 59%. Observou-se em 2019 que 12% das pessoas terminaram o ensino fundamental, contra 13,2% em 2021. Em 2019, 11% chegaram até o ensino médio, mas não concluíram, contra 14,3% este ano; em 2019, 16% terminaram o ensino médio; em 2021, o número ficou maior: 17,8%. A pouca escolaridade somada à situação de rua dificulta a inserção no mercado de trabalho. Observou-se o aumento da escolaridade da população de rua, uma vez que o número de pessoas que estão no ensino médio ou superior aumentou e o número de pessoas com ensino fundamental incompleto diminuiu.

Raça

Em relação à raça, a contagem apontou 45,1% de pessoas em situação de rua pardos, 29,2% de brancos, 23,9% de pretos, 1% de amarelos e 0,8% de indígenas. Se juntarmos pardos e negros, esse contingente populacional passa a representar 69% da população em situação de rua. O critério de classificação foi autodeclaratório. Na contagem de 2019, pardos correspondiam a 43,6%, e

pretos eram 23,3%. Ambos contingentes somados eram 66,9% da população. Brancos representavam 31,3%. Indígenas e amarelos tiveram cerca de 1% cada.

Covid-19

Na contagem de 2021, perguntou-se aos entrevistados se foram vacinados ou se já testaram positivo para a Covid-19. A maioria afirmou que tomou o imunizante e a maioria também declarou que não testou positivo para a doença. A Prefeitura de Campinas planeja uma nova vacinação para esse público em 2022.

Cadastro Único

As equipes perguntaram aos entrevistados se tinham Cadastro Único e 61,4% afirmaram ter. Na contagem de 2019, o número foi menor: 55% das pessoas relataram possuir o Cadastro Único, assim como 45% disseram não ter feito ou não ter recebido benefícios do cadastro.

Uso e abuso de substâncias psicoativas

A contagem de 2021 perguntou aos moradores em situação de rua se faziam uso de alguma substância. Dos 932, 181 não responderam. Dos 751 que responderam, 15% disseram que não usam e 85%, que correspondem a 638 entrevistados, disseram que usam. A maioria afirmou consumir álcool (64,4%), seguido de tabaco (32,2%). Um número expressivo disse usar mais de uma substância, como pode ser visto na tabela abaixo à direita.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE –

CRIANÇA E ADOLESCENTE, JOVENS E MULHERES

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Assim como no ano anterior, em 2021 os serviços de acolhimento institucional e familiar tiveram que enfrentar a pandemia do Covid 19, que continuava a assombrar a humanidade. Apesar dos protocolos sanitários para prevenção, vários trabalhadores foram infectados pela doença e em um dos abrigos ocorreu o óbito de 01 (hum) trabalhador.

Dentre as crianças e adolescentes houve vários que apresentaram sintomas gripais e outras síndromes respiratórias, tratadas de acordo com prescrição médica, além de mantidas, mas foram seguidas as recomendações sanitárias, tais como o uso de álcool em gel, uso de máscaras,

distanciamento social, suspensão das aulas presenciais, espaçamento das visitas presenciais dos familiares e o incentivo e facilitação dos contatos virtuais.

Nos serviços em que a estrutura física permitiu, conseguiram separar um quarto para isolamento das crianças e adolescentes recém-chegados ao acolhimento, com suspeita de estarem com covid-19 ou mesmo para quarentena, no caso dos adolescentes com perfil de circularidade de rua e que apresentavam maior dificuldade para seguir os protocolos de prevenção.

Outro desafio foi o acolhimento dos jovens nas Repúblicas, justamente porque queriam continuar saindo para encontrar os amigos, namorar e outras atividades externas, colocando-se constantemente em risco. Tal comportamento, despertou preocupações e ansiedade nos trabalhadores dessa modalidade de acolhimento, demandando intervenções como as assembleias e rodas de conversa para reflexões sobre a pandemia, comportamentos e consequências.

Nos serviços de acolhimento familiar, além de orientar e acompanhar as famílias acolhedoras e as famílias de origem sobre os protocolos sanitários e assim como os demais, enfrentou o desafio de realizar encontros virtuais de formação de novas famílias acolhedoras e troca de experiências com as famílias acolhedoras e também a manutenção dos vínculos entre as crianças e as famílias de origem, fosse virtual ou espaçadamente de maneira presencial.

Cabe também destacar o serviço de acolhimento para mulheres vítimas de violência de gênero, que apesar de lidar com mulheres adultas, enfrentou as mesmas dificuldades que os demais serviços.

As ações da Alta Complexidade e a rede de serviços com a qual trabalha não podiam parar, porque de sua continuidade dependia a decisão processual no judiciário, a reintegração familiar ou a permanência no acolhimento.

Sendo assim, foi um ano de muitas reuniões de rede e discussões de casos e até mesmo audiências feitas remotamente; mais um ano em que os educadores foram desafiados a se desdobrarem para pensar e realizar atividades, acompanhar os acolhidos nas atividades escolares que continuaram sendo virtuais.

Um ano de realização de lives, de encontros virtuais de formação e para construções de fluxos e procedimentos, interproteções. Um ano de superação para todos.

Há que se ressaltar o empenho da rede de proteção e dos órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, na realização de estudo psicossocial e discussão conjunta dos casos, buscando

estratégias para assegurar que o acolhimento institucional ou familiar, fossem realmente a última medida a ser aplicada.

Cabe ressaltar o trabalho do GT Maternidades, que em 2021 focou o olhar para a região Sul e desenvolveu um projeto piloto na região do Campo Belo, especificamente no Jd. Fernanda. O trabalho, composto por profissionais da Assistência Social e da Saúde, consistiu em definir alguns critérios que deram suporte para elencar 6 (seis) gestantes compreendidas como em situação de vulnerabilidade e risco e elaborar planos de cuidados para as mesmas e seus bebês, evitando assim o acolhimento institucional pós-parto dos bebês, separados de suas mães.

Seguem as seguintes Tabelas, com alguns dados quantitativos do atendimento

Tabela 46. Serviços de acolhimento por modalidade e total de metas

Tipo de Serviço	Quantidade	Metas
Abrigos		
CMPCA		
Cidade dos Meninos		
Convívio Aparecida I		
Convívio aparecida II	07	170
Lar da Criança Feliz		
Lar Nosso Sonho		
Lar Tia Mel		
Casa de Passagem		
Casa Betel	01	30
Acolhimento Familiar		
SAPECA	02	40
ConViver		

<p style="text-align: center;">Casa Lar</p> <p>Aldeias Infantis 6</p> <p>AEDHA 2</p> <p>Cidade dos Meninos 5</p> <p>Lar da Criança Feliz 1</p> <p>UNIASEC 2</p>	16	160
<p style="text-align: center;">Casa Lar para adolescentes grávidas e/ou com filhos</p> <p>Aldeias Infantis</p>	01	10
<p style="text-align: center;">República Masculina</p> <p>Instituto Padre Haroldo Han</p>	01	06
<p style="text-align: center;">República Feminina</p> <p>Instituto Padre Haroldo Han</p>	01	06
TOTAL	29	422

Segue breve descritivo sobre cada uma das modalidades acima:

Abrigo – acolhimento institucional provisório em unidade semelhante a uma residência, localizado em uma área residencial, com capacidade máxima para 20 acolhidos de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses.

Casa de Passagem – acolhimento institucional provisório, localizado em área residencial, com capacidade máxima para 30 acolhidos de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses.

Acolhimento Familiar – serviço de acolhimento provisório em famílias acolhedoras, as quais são vinculadas aos serviços. O município de Campinas conta com 1 serviço público e 1 serviço executado em parceria com uma organização da sociedade civil.

Casa lar – acolhimento institucional provisório, em unidade semelhante a uma residência, localizado em área residencial, com capacidade máxima para 10 acolhidos de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, tendo como referência pais e/ou mães sociais.

Casa Lar para adolescentes grávidas e/ou com filhos – acolhimento institucional provisório em unidade semelhante a uma residência, localizado em área residencial, com capacidade para 10 acolhidos, considerando as adolescentes e seus filhos, tendo como referência a mãe social mais uma equipe de educadores/cuidadores.

Repúblicas – serviço de acolhimento institucional provisório, para jovens de 18 a 21 anos com autonomia, preferencialmente egressos dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, cuja reintegração familiar não foi possível.

Tabela 47. Total de Acolhimentos e Desacolhimentos em 2021

Número de acolhimentos em 2021	Número de desacolhimentos em 2021
478	217

Tabela 48. Região de Procedência dos acolhidos

Região	Nº de usuários acolhidos	
Sul	124	26,0%
Noroeste	115	24,1%
Leste	73	15,3%
Sudoeste	66	13,8%
Norte	43	8,9%
Outro município	30	6,3%
S/Informações	27	5,6%
Total Geral	478	100%

Conforme demonstrado na tabela acima, as principais regiões de procedência dos acolhidos em 2021, foram região Sul, Noroeste, Leste e Sudoeste.

Tabela 49. Raça/Etnia dos acolhidos

Branco	190	40%
Pardo	133	28%
Preto	96	20%
Indígena	3	1%
Negro	1	0%
Não Informado	2	0%
Informação inconsistente	53	11%
Total Geral	478	100%

Sobre raça/cor/etnia, cabe esclarecer que o dado nomeado como “Informação inconsistente” se refere a crianças e adolescentes que passaram por mais de um serviço de acolhimento e em cada um foram identificadas diferentemente; constando com pretos em um e pardos em outro. Isto mostra que os profissionais têm dificuldade para identificar a raça, cor ou etnia dos usuários ou mesmos estes quando se autodeclararam.

Entretanto, se somarmos os dados referentes aos acolhidos pretos, pardos e informação inconsistente (282) serão a maioria em relação aos identificados como sendo brancos (190), demonstrando que a desigualdade racial está refletida também nos serviços de acolhimento.

Tabela 50. Gênero dos acolhidos

Masculino	260	54%
Feminino	218	46%
Total Geral	478	100%

Como os números demonstram, a maioria dos acolhidos em 2021 foram do gênero masculino, embora a diferença não seja grande.

Tabela 51. Tempo de Permanência no acolhimento

Tempo	Total	Porcentagem
Menos de 30 dias	32	15%
Até 2 meses	4	2%
Até 3 meses	3	1%
Até 4 meses	7	3%
Até 5 meses	6	3%
Até 6 meses	5	2%
Até 7 meses	5	2%
Até 8 meses	16	7%
Até 9 meses	4	2%
Até 10 meses	7	3%
Até 11 meses	5	2%
Até 1 ano	2	1%
1 ao e 6 meses	22	10%
2 anos	31	14%
Mais de 3 anos	69	33%
Total	218	100%

Quanto ao tempo de permanência cabe destacar os que permanecem a mais de 1 ano e que são a maioria; referem-se a grupos de irmãos ou adolescentes que estão sozinhos, mas que encontram-se destituídos do poder familiar ou sem possibilidade de reintegração familiar. Tal fato se deve ao alto grau de vulnerabilidade das famílias de origem / extensa e suas impossibilidades de ressignificação dos motivos que acarretaram a medida protetiva de acolhimento, seja por questões culturais e sociais ou mesmo por limitações ou ausências de políticas públicas na oferta de serviços a esta população.

Tabela 52. Motivo Preponderante do acolhimento

Negligência	193	40%
Violência física	52	11%
Conflito Familiar	32	7%
Abandono	29	6%
Violência Sexual	29	6%
Pais/responsáveis usuários abusivos de SPA	25	5%
Situação de rua	15	3%
Exploração Sexual (ESCCA)	4	1%
Em razão de sua conduta	3	1%
Violência Psicológica	3	1%
Ausência dos pais/responsável por doença	2	0%
Trabalho Infantil	2	0%
Adoção a Brasileira	1	0%
Ameaça de Morte	1	0%
Ameaça de Morte dos pais/responsáveis	1	0%
Entrega voluntária	1	0%
Orfandade	1	0%
Não Informado	9	2%
Informação Inconsistente	75	16%
Total Geral	478	100%

Consideramos que a classificação leva em conta o motivo preponderante do acolhimento, sendo que as violências ocorrem em mais de uma modalidade simultaneamente.

Com relação ao motivo preponderante do acolhimento, em primeiro lugar está a VDCCA modalidade Negligência; importante destacar que ao se considerar “Negligência”, o diagnóstico precisa levar em conta que na situação familiar a negligência não seja do Estado e a família acabe por ser responsabilizada.

O dado constante como Informação inconsistente (75), necessita ser compreendido para se ter clareza do motivo que dificulta a classificação o tipo de violação de direitos.

Destacam-se ainda as modalidades: violência física, violência sexual e o abandono.

O conflito familiar que aparece como um dos motivos preponderantes do acolhimento, permanece como um fenômeno a ser compreendido e superado, posto que não deveria ser motivo para a aplicação da medida de proteção, mas sim, de ser trabalhado nos níveis de proteção básica e de média complexidade.

Tabela 53. Motivo dos desacolhimentos

Reintegração na família de origem ou extensa	114	52,1%
Adoção	37	17,1%
Recâmbio	21	9,6 %
Maioridade/Residência Inclusiva	3	1,3%
Maioridade/Rede de Adultos	12	5,5%
Maioridade/Reintegração Familiar	10	4,6%
Maioridade/Vida autônoma	4	1,8%
Maioridade/Repúblicas	3	1,3%
Evasões	13	5,9%
Total Geral	217	100%

Ao analisar os dados referentes aos motivos do desacolhimento, pode-se considerar que o principal objetivo dos serviços de acolhimento, que é a reintegração na família de origem ou extensa, foi alcançado.

A seguir apresentamos os resultados dos três serviços de acolhimento executados integralmente pelo Poder Público.

Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente – CMPCA

O Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente- CMPCA, é serviço de acolhimento institucional da modalidade Abrigo. Tem capacidade para acolher até 20 crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, ambos os sexos.

Tabela 54. Quadro de Recursos Humanos composto por:

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Chefe de Setor	1
Apoio Técnico	1
Assistente Social	2
Psicólogo	0
Enfemeira	1
Agente Administrativo	1
Agentes de Ação Social	25
Agente de Apoio Operacional	1
Motorista	2
Cozinheiras	1

Tabela 55. Terceirizados

Vigilantes	8
Limpeza	6
Motorista	1

Atividades realizadas em 2021

- Comemoração dos aniversários no dia do próprio aniversário e com a participação de convidados da criança.
- Oficina de artesanato, Teatro, Culinária.
- Oficinas com os adolescentes com a parceria da Associação Reprolatina.
- Inserção de crianças e adolescentes em atividades do serviço de fortalecimento de vínculo executado pela organização da sociedade civil SETA.
- Inclusão de uma adolescente no programa de inserção e treinamento para o mundo do trabalho da ESPRO APRENDIZ.
- Inserção de duas adolescentes em processo de treinamento, formação e prática, no mundo da beleza afro, em parceria com a Associação Bolsa de Valores Humanos e o Salão de cabeleireiro Rara Beleza Cachos.
- Formação e supervisão para os agentes de ação social e equipe técnica com psicólogo voluntário. Os atendimentos ocorreram de janeiro a março de 2021 em decorrência da piora da pandemia do Coronavírus.

- Reuniões quinzenais com coordenação, equipe técnica e agentes de ação social e uma reunião geral mensal com os servidores.
- Reuniões semanais da equipe técnica.
- Discussões de rede com os serviços socioassistenciais, saúde clínica e mental, educação e outros.
- atendimentos médicos, odontológicos, vacinação, coletas, exames ECG, acuidade visual e teste rápido.
- Projeto de atendimento em psicopedagogia antropológica no espaço “Casa das Rosas” em parceria com a Associação Bolsa de Valores Humanos.
- atendimentos às famílias e/ou responsáveis das crianças/adolescentes.
- Visita domiciliar às famílias e/ou responsáveis das crianças/adolescentes.
- Matrículas em escolas municipais, estaduais e particulares (Colégio Tiquira). Frequência escolar para as escolas que retornaram os atendimentos presenciais.
- Oficinas do projeto identidade no espelho, em parceria com a Associação Bolsa de Valores Humanos, com o tema “Como o descobrimento do autocuidado pode ser uma ferramenta de Combate ao Racismo” - dividida em três etapas: Com os educadores: (manhã, tarde e noite); Adolescentes e Crianças
- atendimentos do projeto Identidade no espelho: Das meninas, algumas mães e educadoras do CMPCA. Orientações e cuidados com o feminino. Agendamento e frequência no salão de cabeleireiro Rara Beleza Cachos com o patrocínio da Associação Bolsa de Valores Humanos.
- Projeto Diálogos com os educadores. Oficinas direcionadas a temas pré- selecionados discutidos previamente com a equipe técnica objetivando um espaço de crescimento e construção coletiva.
- Curso de defesa pessoal para toda a equipe do CMPCA - Módulo Básico.
- Oficinas de autocuidado e de autoconhecimento ministrada pela equipe do DPSS - Coordenadoria de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT. Equipe multiprofissional.
- Construção de uma horta na casa com iniciativas dos agentes de ação social e participação das crianças e adolescentes.
- Férias - Janeiro e Junho - passeios de interação e desenvolvimentos de atividades lúdicas
- Continuidade dos dois projetos de atendimento em psicoterapia para duas crianças acolhidas com a parceria da Bolsa de Valores Humanos.

Desafios durante a execução das atividades

- Garantir os recursos, geralmente promovidos por funcionários do Abrigo e por voluntários da organização Bolsa de Valores Humanos -BVH, para realização das festas de comemoração;
- Recursos e materiais diversos para realização das oficinas;
- Conexão da rede de internet, escassez de computadores, dificuldade na articulação do transporte - pois os atendimentos on-line eram realizados na sede administrativa - e articular as agendas de atendimentos dos adolescentes com a agenda do oficineiro;
- Transporte e a comunicação interna para todos os adultos que fizeram parte do processo e para que tivessem mensagens assertivas e condizentes com a proposta de construção de autonomia e as relações do mundo do trabalho; Diante das demandas do cotidiano somadas à ausência de recursos humanos, garantir o maior número de participantes nos encontros;
- Garantir agenda com os serviços e a coparticipação frágil da rede; garantir a efetivação e manutenção dos acordos construídos nas reuniões;
- Garantir a manutenção dos atendimentos durante a oscilação dos casos de contágio por coronavírus e o excesso de atendimentos no Centro de Saúde de referência;
- Garantir transportes para participação das crianças/adolescentes nas atividades da Casa das Rosas, uma vez que estamos sem um motorista no serviço;
- Garantia do cumprimento da agenda de atendimento às famílias diante das demandas; comparecimento das famílias e/ou responsáveis; percepção e vinculação junto a equipe técnica do serviço no sentido de compreensão desse espaço como lugar de escuta, acolhimento e superação das limitações;
- Garantia do cumprimento da agenda de visitas às famílias;
- Garantia e manutenção do transporte escolar devido a não inclusão das crianças/adolescentes acolhidas no transporte escolar ofertado pela Secretaria de Educação Municipal, uma vez que, o motorista do CMPCA tem as demandas cotidianas da casa e da sede para atender;
- Atrasos devido a rotina da manhã e ausência da equipe completa;
- Transporte e acompanhamento dos educadores, devido a falta do motorista e de agentes de ação social;
- Adesão e frequência dos servidores e funcionários;
- Organização e frequência dos grupos de servidores e funcionários do CMPCA;

- Materiais necessários para construção dos canteiros; sensibilização das crianças/adolescentes a participarem do projeto e a conversação da horta;
- Recursos financeiros, transporte e recursos humanos;
- Atendimentos on-line – computadores.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Em razão do cuidado individualizado é possível observar a satisfação, por se tratar de um dia especial, da criança na comemoração de seu aniversário, principalmente com a participação de seus familiares, quando possível, e de outras pessoas de referência;
- Retomar os atendimentos do Projeto Fazendo Minha História;
- Ampliar dos espaços qualificados ao debate e construção de ferramentas para a acolhida e cuidados às crianças/adolescentes através de reuniões semanais, cursos e oficinas;
- Ter recursos financeiros para compra de uniformes escolares, passeios culturais e material para oficinas;
- Retomar as oficinas internas promovidas pelos educadores (culinária, artesanatos e outras); bem como as atividades externas como, passeios em espaços culturais e de recreação;
- Construir um planejamento de manutenção predial contínua que inclua a oferta de materiais para reparos/trocas necessárias e reformas nos espaços das duas unidades do CMPCA
- Reposição de agentes de ação social e apoio operacional;
- Desenvolve as habilidades manuais, o trabalho coletivo, a descoberta de potenciais; bem como a experimentação de novos materiais e técnicas para construção dos objetivos produzidos;
- Apresentar para os adolescentes as fases de desenvolvimento da sexualidade, possibilidade da construção do autocuidado, processos de descobrimento do próprio corpo e os desejos sexuais, desenvolver consciência crítica de relações sociais e afetivas para percepção e diferenças de relações saudáveis e relações abusivas, violências. Possibilidade de avaliação das histórias familiares e as reproduções de ciclos de violências;
- Proporcionar a inserção em serviços de fortalecimento de vínculos da comunidade, pois avaliamos que o acolhimento não poderia ser um processo de isolamento social total, pois a pandemia agravou essa questão. Salvo os momentos de agravamento dos casos de contágio do COVID, quando as atividades foram suspensas. O objetivo alcançado, foi que mesmo em período de pandemia e das relações presenciais estarem prejudicadas, incluindo nesse processo o período escolar, que fossem propostas e desenvolvidas atividades com os pares

que não residam em abrigos ou casas lares. Proporcionando a ampliação das relações sociais e com isso estimular novas amizades e experiências sociais tão importantes para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes;

- As experiências vivenciadas por uma adolescente, que fez curso de inserção no mercado de trabalho, realizado pela ESPRO e nos trinta dias do curso, ampliou sua capacidade de avaliar seu projeto de vida, para além desse aspecto. Relacionou-se, virtualmente, com jovens do Brasil todo e ouviu dificuldades e processos de superação;
- Como o processo de construção de autonomia é longo e gradativo, as duas adolescentes, de diferentes idades, puderam acompanhar por quatro meses o dia a dia de um salão de cabeleireiro, as suas dinâmicas, os processos de relação interpessoal, o investimento de energia em novos conhecimentos e os progressos alcançados com seus próprios esforços. Para além dos ganhos de experiência, as duas adolescentes sentiram-se representadas no que se refere a modelos de mulheres pretas e conscientes da atuação na sociedade, da desconstrução do racismo estrutural e a necessidade de estudo para alcançar outros patamares sociais;
- Acolhida das dinâmicas e demandas do trabalho, permitindo a instrumentalização na prática cotidiana a partir da ação-reflexão-ação;
- Espaço onde todos podem colocar suas opiniões, discutir estratégias de trabalho e debater as práticas do dia a dia; bem como a aquisição e a manutenção de informações pertinentes ao trabalho e discussão de casos permitindo contribuição na construção do PIA – Plano Individual de Atendimento.
- Planejamento; elaboração do PIA- Plano Individual de Atendimento; elaboração de relatórios informativos; efetivação de estudo social; construção para reuniões de rede; discussão de casos;
- A evolução do processo da medida de proteção judicial na busca de fortalecimento das famílias ou responsáveis das crianças/adolescente, com o objetivo da reintegração social; Planejamento de estratégias de cuidados no cotidiano durante o período de acolhimento;
- Promoção da saúde, prevenção de doenças e encaminhamentos para atendimentos especializados quando necessário;
- A partir do levantamento das dores emocionais, história de vida e aspectos do acolhimento institucional de cada criança/adolescente a equipe de terapeutas antroposóficos desenvolvem ferramentas e propostas de cuidado e intervenção individualizadas de acordo com cada necessidade apresentada, possibilitando a superação do déficit biopsicossocial de cada criança;

- Melhor percepção quanto às limitações e vulnerabilidades familiares; orientações quanto à dinâmica, planejamento e cumprimento dos planos traçados visando a reintegração à família nuclear e/ou extensa;
- Melhor percepção da equipe técnica quanto às limitações e vulnerabilidades conhecendo o território e ambiente onde a família está inserida e as relações estabelecidas. Percepção quanto a dinâmica e planejamento familiar e cumprimento dos planos traçados visando a reintegração à família nuclear e/ou extensa;
- Aquisição de novos conhecimentos; desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades; continuidade no processo de formação social; convivência comunitária; formação de valores e atitudes possibilitando o desenvolvimento do senso crítico e a construção de sujeito participativo, fundamental para o exercício da cidadania. Pode-se observar que os participantes puderam colocar suas experiências em relação ao tema, especialmente, o quanto um padrão imposto de beleza pode fragilizar a construção positiva da autoimagem em crianças, adolescentes, jovens e adultos. Temas como a ausência de referências/personalidades pretas na mídia afeta a percepção das crianças e adolescentes sobre o seu valor e suas projeções e projeto de vida. A fragilização do feminino preto, as sucessivas vulnerabilidades e violências a que são expostas. Os adolescentes, especialmente, começaram a reconhecer elementos da cultura afro e mecanismos de exclusão do racismo estrutural existentes na nossa sociedade; as meninas do abrigo frequentaram atendimentos especializados para o cabelo afro e também para todos os tipos de cabelos. Receberam instruções de como cuidar da higienização dos cabelos, desembaraçar, hidratação, os melhores cuidados no dia a dia com os cabelos, sejam lisos, cacheados, crespos e/ou com química;
- Observa-se que os educadores participam das atividades fomentando os debates dos temas trazidos;
- Já se discutiu sobre vínculos, política pública da assistência social, racismo e estereótipos. Temas abordados como necessidades: Planejamento estratégico e capacitação/formação continuada;
- Foi oferecido orientações e práticas de manobras de defesa pessoal em caso de ataques e investidas contra os funcionários por parte de algum acolhido. O curso ofertou técnicas de defesas e de aprimoramento da percepção de momentos de desorganização, seja de algum acolhido ou do ambiente, especialmente que seja necessário algum tipo de intervenção;
- Em parceria com ao Departamento de Promoção de Saúde do Servidor – DPSS, foram realizadas oficinas para os servidores do abrigo municipal. As oficinas obteve boa aceitação

por parte dos participantes, os temas desenvolvidos nos primeiros encontros. Dividiu-se a equipe do CMPCA em: Grupo A, Grupo B e Grupo C (noturno). Os Temas desenvolvidos foram: Oficina introdutória - a proposta de trabalho e o objetivo do departamento; O que conhecer a mim mesmo tem a ver com meu trabalho e Mudança de Hábitos. Foram realizados para cada tema três encontros, envolvendo os grupos especificados acima.

- Alimentação mais saudável; conhecer os diversos tipos de verduras; perceber a ação do homem no meio ambiente;
- Foram realizados passeios para circo, parques, mini-sítio educativo, convivência com a natureza, pescaria, buffet, jump mania, cinema, museu da SANASA, pic-nics, sorveteria, pizzaria;
- Reposição da Equipe Técnica.

Metas 2022

- Garantir o transporte para as escolas das crianças/adolescentes matriculadas - durante todo o ano letivo;
- Disponibilizar estagiários de serviço social, psicologia e enfermagem;
- É de extrema importância a oferta de um profissional de pedagogia para compor a equipe do CMPCA;
- Garantir os atendimentos externos, terapêuticos, cursos, apoio escolar, sistema de fortalecimento de vínculo e inserção comunitária, às crianças/adolescentes, forma continuada;
- Treinamento e capacitação continuada para atendimentos e cuidados, no que compete a política de assistência social e os objetivos do acolhimento institucional, com os adolescentes que apresentam questões de saúde mental agravada, especialmente quando em uso de substâncias psicoativas e circularidade de rua;
- Inclusão dos adolescentes nos programas de jovem aprendiz, uma vez que muitos apresentam déficit educacional/aprendizagem expressivo e não atendem aos requisitos exigidos pelos programas ofertados;
- Ampliar e efetivar o trabalho de parceria com os Centros de Atendimento Psicoterapêutico Infante Juvenil - CAPSIJ e os Planos Terapêuticos Singulares, ofertados aos adolescentes com comportamentos reativos e as propostas serem feitas entendendo a dinâmica do serviço de acolhimento;
- Incluir os agentes de ação social (educadores) nas discussões em rede e demais espaços pertinentes aos debates sobre as crianças/adolescentes (dificuldade devido a falta de RH);

- Ofertar supervisão, capacitação/formação continuada para toda a equipe do CMPCA;
- Articular e efetivar a participação e co-responsabilidades do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) nos casos de acolhimento institucional;
- Construir novas ações e propostas de trabalho para entender e mitigar as constantes evasões de adolescentes;
- Supervisionar a prestação de serviço da empresa de Home Care e construir, se possível, a permanência dos bons profissionais, especialmente para não prejudicar o desenvolvimento emocional da criança atendida com as sucessivas trocas de referências de cuidado; da equipe de cuidadores da Home Care, as constantes substituições prejudicam o vínculo com a criança atendida;
- Ofertar um sistema de cuidado para a equipe do CMPCA, para além das questões da exaustão imposta pela pandemia do coronavírus, lidar, diariamente, com dores emocionais, abandono, sofrimentos de várias ordens, exige uma atenção e investimento neste trabalhador, pois são pessoas estão sendo afetadas cotidianamente por esses processos. A sugestão é a formação de grupos de discussão e apoio para que sejam possíveis as falas, elaborar as dores e sofrimentos causados e que seja um sistema capaz de identificar o quanto o funcionário precisará buscar outros recursos para além do grupo de apoio. Alguns servidores encontram no seu trabalho diário, vários gatilhos para questões pessoais que precisam ser cuidadas em outros espaços.
- Prosseguir com a manutenção dos cuidados diários para evitar os contágios pelo coronavírus, com a vacinação dos adultos, esse processo precisará ser lembrado o tempo todo e exige uma constante intervenção para efetivar mudanças de hábitos e um desafio diário a conscientização e sensibilização para o uso de EPI – Equipamentos de Proteção Individual e a necessidade de higienização constante, distanciamento social necessário;
- Manter o isolamento social das crianças/adolescentes na casa com quadro compatível de COVID/19, enquanto aguardam os resultados dos exames;
- Garantir a reposição ou sistema de apoio ao abrigo em casos de vários afastamentos dos servidores e funcionários terceirizados, seja por questões de saúde clínica ou mental, pois o serviço de acolhimento exige esse planejamento para dar continuidade a sua missão de existência;
- Oferta de equipamentos, como computadores para garantir as atividades escolares, estudos e em caso de aulas on line, bem como para o desenvolvimento de atividades, sejam elas lúdicas e culturais às crianças/adolescentes;
- Retomar os atendimentos do Projeto Fazendo Minha História;

- Ampliar dos espaços qualificados ao debate e construção de ferramentas para a acolhida e cuidados às crianças/adolescentes através de reuniões semanais, cursos e oficinas;
- Ter recursos financeiros para compra de uniformes escolares, passeios culturais e material para oficinas;
- Retomar as oficinas internas promovidas pelos educadores (culinária, artesanatos e outras); bem como as atividades externas como, passeios em espaços culturais e de recreação;
- Construir um planejamento de manutenção predial contínua que inclua a oferta de materiais para reparos/trocas necessárias e reformas nos espaços das duas unidades do CMPCA
- Reposição de agentes de ação social e apoio operacional;
- Concretizar a elaboração do planejamento estratégico do CMPCA, pois por meio dessa construção, as metas serão planejadas com muito mais efetividade. O planejamento proporcionará pensar em: elaboração de um manual de boas práticas (o que faço, como faço, para que faço e para quem faço?), regimento interno (postura ética, normas e condutas legais dentro de um sistema de acolhimento, as legislações que embasam a atuação profissional, o que devo fazer e o que não devo fazer para atender o que está descrito no cargo desenvolvido). Processos de gestão de pessoas precisam ser construídos, com a máxima urgência, e a clareza da legislação em relação aos processos de trabalho e RH.
- Elaborar, construir e efetivar protocolos de atendimentos de crise, de violências e, para além, otimizar processos de comunicação intra e extra da instituição.

SAPECA –

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO ESPECIAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

O SAPECA é serviço de acolhimento provisório na modalidade Acolhimento Familiar. Tem capacidade para acolher em famílias acolhedoras, até 20 crianças e adolescentes.

Tabela 56. Tem um quadro de RH composto por:

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Assistente Social	3
Psicólogo	2
Agente Administrativo	1
Motorista	1
Auxiliar de Limpeza	1
Vigilante	2

Acolhimentos remanescentes de 2020: 10 crianças

Ingressos em 2021: 17 crianças

Total de famílias acolhedoras em 2021: 23

Total de famílias acolhedoras habilitadas: 01

Total de famílias acolhedoras que se desligaram em 2021: 09

Total: 14 famílias

Percebe-se que o momento mais crítico da pandemia fez aumentar o número de interessados em ser família acolhedora, inclusive habilitamos muitas famílias no ano de 2021, porém muitas desistiram antes mesmo de acolher alegando diferentes motivos pessoais e assim, houve uma redução significativa no número de famílias participantes.

Medidas protetivas são excepcionais e provisórias e o objetivo principal do trabalho sempre será, em primeiro lugar, esgotar todas as tentativas para reintegração familiar.

Nos últimos anos, com o agravamento das questões sociais, as famílias de origem das crianças/adolescentes acolhidas neste serviço apresentam extrema vulnerabilidade. Em muitos

casos, fatores como o uso abusivo de substâncias psicoativas, circularidade ou situação de rua, transtorno mental grave sem acompanhamento, fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares e com a rede social de apoio, entre outros, demandam investimentos a longo prazo.

Constata-se que muitas famílias são inseridas na proteção social especial de alta complexidade já sendo acompanhadas há vários anos pela rede de serviços da assistência social, saúde e educação, sendo o acolhimento, de fato, a última e excepcional medida.

No entanto, devido à complexidade dos problemas vivenciados, muitas famílias não conseguem dar continuidade aos encaminhamentos propostos pelo serviço de acolhimento e pela rede envolvida, dificultando a possibilidade de retorno das crianças aos seus cuidados.

Em alguns casos, mesmo quando a família extensa é localizada, ainda há impeditivos como: a falta de desejo por parte do grupo familiar em assumir uma criança, a sobrecarga por já estarem cuidando de outros filhos desses mesmos genitores ou, ainda, por não conseguirem cuidar e proteger da criança acolhida em questão.

Após esgotadas as possibilidades para (re)integração familiar, a adoção se torna o melhor encaminhamento para algumas crianças, uma vez que também garante o direito a convivência familiar e comunitária, conforme aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atividades realizadas

- Acompanhamentos individuais e ao grupo familiar, de famílias de origem/extensas e acolhedoras, através de contatos telefônicos ampliados, videochamadas, troca de áudios, vídeos e fotos;
- Atendimentos presenciais, na sede ou no domicílio, de famílias de origem/extensas e acolhedoras, com os devidos cuidados e medidas sanitárias;
- Trabalho em rede, através de contatos telefônicos ampliados e reuniões sistemáticas online, articulando políticas e serviços para atendimento das famílias;
- Preservação e manutenção de vínculos entre crianças acolhidas e suas famílias de origem/extensa através de videochamadas, troca de fotos, áudios e vídeos;
- Preservação e manutenção de vínculos entre acolhidos e suas famílias através de visitas monitoradas presenciais, com os cuidados necessários;
- acompanhamento virtual (videochamadas, troca de vídeos e fotos) e presencial (encontros na sede) das etapas de aproximação para adoção de 09 crianças acolhidas no serviço;

- Realização de encontros virtuais (Ferramenta Google Meet), reunião de gestão e de acolhimento, às 2.ª feiras, das 19:00 às 20:30hs, com as famílias acolhedoras participantes, totalizando 17 reuniões;
- Comemoração virtual do mês do Acolhimento Familiar em Campinas (junho), com a realização de 02 lives, com apoio do CMDCA, SMASDH-SAPECA, FEAC, AEDHA-CONVIVER e diversos profissionais convidados; Seguem os links para acessar:
<https://youtu.be/MOK4zuVSDbk>
<https://youtu.be/nGPWMSijoZQ>
<https://youtu.be/RW8vUI4G21A>
- Realização de 4 encontros do Projeto SAPECA RECEBE virtual com participação de 7 municípios do estado;
- Realização de 05 reuniões informativas virtuais (WhatsApp ou Google Meet) para famílias interessadas na proposta;
- Realização de 01 formação de novas famílias (de forma presencial e online com 02 famílias candidatas);
- Formação de grupo de voluntários para captação de padrinhos/madrinhas com o objetivo de apresentar crianças/adolescentes do serviço e famílias atendidas;
- Realização de um almoço de confraternização com as famílias acolhedoras do serviço em novembro como forma de integração entre o grupo;
- Realização de 01 “Drive Thru de Natal” em dezembro, substituindo o encontro de integração de Natal, parte da metodologia de trabalho;

Desafios encontrados durante a execução das atividades

- A defasagem da equipe técnica até a metade de 2021 e as questões relacionadas à pandemia trouxeram alguns desafios e consequências para o serviço e profissionais: dificuldade para vinculação entre famílias e equipe em decorrência das mudanças no quadro de recursos humanos, adoecimento de alguns profissionais;
- Ausência de formações gerais e específicas relacionadas ao trabalho, promovidas pela gestão municipal;
- Dificuldade de conseguirmos executar de um Plano de Divulgação Continuado para o serviço de acolhimento em família acolhedora; apesar da verba destinada pelo CMDCA não foi possível viabilizar a contratação de um profissional para executar a proposta;

- Dificuldades na capacitação continuada grupal de famílias acolhedoras para melhor apropriação de competências, papéis e das especificidades do trabalho, o formato online impõe algumas restrições e dificulta o aproveitamento das famílias;
- Ausência de serviços, programas e benefícios, nas diversas políticas públicas, para atender as reais demandas e necessidades da população acompanhada;
- Dificuldade para inclusão das crianças acolhidas, principalmente nos serviços de saúde e educação. A ausência de fluxos com essas pastas culmina em demora de atendimento das demandas dos acolhidos, sobrecarregando as famílias acolhedoras, inclusive financeiramente. Além de desestimular as famílias a acolherem crianças mais velhas, grupos de irmãos, por exemplo.
- Demora na resolutividade de situações que envolveram funcionários terceirizados, como reposição dos mesmos durante férias, faltas e afastamento por questões de saúde;
- Dificuldade, demora ou impossibilidade de manutenção, seja da sede do serviço, do transporte ou de equipamentos;
- Dificuldade em manter constância na divulgação do serviço nas redes sociais devido a demanda de trabalho e formação da nova equipe;

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Garantia de convivência familiar e comunitária dos acolhidos;
- Atendimento individualizado das demandas de cada criança/adolescente;
- Efetivação de dois acolhimentos de grupos de 3 irmãos pela primeira vez no serviço;
- Realização de formações online para famílias candidatas ao acolhimento;
- Entrega dos Álbuns do Projeto Fazendo minha História ao final dos processos de acolhimento;
- Acompanhamento das famílias de origem/extensas, esgotando-se todas as possibilidades de reintegração familiar;
- Manutenção das reuniões de famílias acolhedoras com a participação da equipe, e profissionais convidados;
- Viabilização de um “Drive Thru” de Natal com a colaboração de parceiros, voluntários, famílias acolhedoras e equipe do serviço.
- Realização da revisão da Lei Municipal 14253/2012;
- Retomada das discussões periódicas entre as equipes do SAPECA e ConViver;
- Recomposição do RH

Propostas para 2022

- Retomar a meta de 20 acolhimentos/mês, após aumento da equipe técnica;
- Capacitar os novos profissionais do serviço;
- Publicação da metodologia atualizada e do material sobre capacitação de famílias acolhedoras, dando continuidade à série Acolhimento Familiar (existente);
- Viabilizar a participação da equipe em capacitações específicas sobre acolhimento familiar e temas relacionados ao trabalho;
- Recompôr a equipe com estagiários;
- Viabilizar contratações temporárias de oficinaira;
- Retomar os Encontros Anuais – Festa Julina e de Natal;
- Manter os Projetos “SAPECA Recebe”, “Fazendo minha História” e “Meu livrinho SAPECA

A seguir apresentamos alguns dados referentes aos acolhimentos realizados no ano de 2021:

Tabela 57. Total Mensal de Atendimentos

Mês	Total
Janeiro	11
Fevereiro	10
Março	9
Abril	6
Maiο	6
Junho	6
Julho	10
Agosto	10
Setembro	7
Outubro	13
Novembro	14
Dezembro	13

O serviço iniciou o ano de 2021 com uma equipe composta apenas por 3 técnicas, sendo 2 assistentes sociais e 1 psicóloga (que estava em teletrabalho). Nesse momento, atípico, foi

necessário diminuir o número de entradas de novos acolhimentos até o mês de junho/2021, quando foi retomado funcionamento pleno do serviço.

Tabela 58. Motivos de Desacolhimento

Reintegração Família de Origem	Reintegração Família Extensa	Adoção	Total
0	5	8	13

Mais informações sobre o Acolhimento Familiar, podem ser obtidas através:

e-mail: sapeca@campinas.sp.gov.br

site: [HTTP://sapeca.campinas.sp.gov.br](http://sapeca.campinas.sp.gov.br)

CASA ABRIGO DA MULHER SARA- M

O Abrigo SARA-M é um equipamento da Prefeitura Municipal de Campinas, de caráter sigiloso, que acolhe por um tempo determinado, mulheres vítimas de violência doméstica de gênero e seus filhos.

O Serviço oferece atendimento integral às usuárias, encaminhando-as aos órgãos especializados de defesa dos direitos da mulher e da criança. Pela especificidade do trabalho realizado, faz se necessário a manutenção do sigilo no que se refere á localização do referido abrigo, como forma de proteção.

Durante o ano de 2021, devido o isolamento social e a diminuição de atividades profissionais presenciais, observou-se que durante o segundo semestre houve aumento do número de denúncias e consequente acolhimentos de mulheres vítimas de violência de gênero.

Muito se tem falado sobre a violência doméstica e a relação com a pandemia, muitos casos foram noticiados, porém nenhum estudo foi apresentado correlacionando os fatos. Diante do fenômeno da violência os serviços buscaram novas estratégias de atendimento e os casos foram aumentando durante o final de 2021.

Contudo os casos atendidos foram breves e com pouco risco de morte, muitas mulheres não conseguiram permanecer no acolhimento, seja por terem uma rede familiar protetiva e/ou pelo fato

de associarem o abrigo como forma de ficarem presas, enquanto os autores de violência permaneciam livres. O que nos leva a pensar na mudança do perfil das mulheres e o significado de proteção.

O abrigo acolheu além das municipais, mulheres de fora do município, mostrando o compromisso de Campinas com o fenômeno da violência o que também evidencia a necessidade de organização de outros municípios para oferta de serviços de proteção à mulher.

Tabela 59. O quadro de RH é composto por:

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Assistente Social	2
Psicólogo	0
Agente Administrativo	1
Agente de Ação Social	2
Cozinheiras	4
Motorista	1
Vigilantes	4

No ano 2021 a Casa Abrigo acolheu **58** mulheres e **67** crianças/adolescentes.

Segue em anexo, as seguintes Tabelas com dados quantitativos:

Tabela 60. Total de acolhimento remanescentes de 2020 e Ingressos em 2021

REMANESCENTES 2020		INGRESSOS 2021	
MULHERES	0	MULHERES	58
CRIANÇAS	0	CRIANÇAS	60
ADOLESCENTES	0	ADOLESCENTES	7

A estimativa de acolhimento se manteve como a do ano anterior, reduzindo apenas o número de crianças/adolescentes, focando desta forma em mulheres cujos filhos já estavam sob os cuidados de outros familiares e/ou adultos.

Tabela 61. Região de procedência

NORTE	6
SUL	14
LESTE	3
NOROESTE	7
SUDOESTE	22
OUTROS MUNICÍPIOS	5
SEM RESIDÊNCIA	1

Neste quadro observamos que número significativo de mulheres da região Sudoeste na busca pelo acolhimento como forma de proteção, seguido da região Sul; duas regiões que apresentam grande vulnerabilidade social.

Tabela 62. Origem dos Encaminhamentos

	Encaminhado por	Total
Outros Municípios	CREAS Santo Antônio de Posse	1
	CREAS Valinhos	2
	Paulínia	1
	Americana	1
	Total	5
1ª DDM	1ª DDM	7
2ª DDM	2ª DDM	46
	Total Geral	58

O número de usuárias oriundas de municípios da região metropolitana de Campinas, correspondeu a 8,6% do atendimento em 2021. A 2ª DDM-Delegacia de Defesa da Mulher mantém maior número de encaminhamentos, dado que condiz com o fato dessa delegacia atender a população da região sudoeste.

Tabela 63. Motivo de Desacolhimento

Retorno a convivência com o autor da violência		6
Retorno à casa própria mediante aplicação de medida protetiva		5
Locação de casa em outra região por medida de segurança		6
Recâmbio para outro município		7
Recâmbio para outro Estado		
Reintegração à família extensa	Campinas	17
	Outros Municípios	2
	Outros Estados	2
Transferência para outros serviços	Abrigo Santa Clara	1
Endereço desconhecido		4
Foi acolhida pela rede sócio afetiva		8
	Total Geral	58

Referentes aos motivos do desacolhimento, destacamos dois dados:

Observa-se que diminuiu o retorno para o autor de violência comparado com 2020, quando o número chegou a 11.

Por outro lado, houve um aumento do número de mulheres que puderam contar com o apoio da família extensa (17) e rede socioafetiva como possibilidades para o desacolhimento (8).

Desafios avaliados durante a execução das atividades

- Percebemos que durante o ano tivemos que trabalhar com a Equipe Técnica apenas com o profissional de Serviço Social, com carga horária de 30 horas semanais, o que ocasionou o acúmulo de atendimentos e comprometimento com a qualidade, não sendo possível o aprofundamento e reflexão da temática da violência doméstica de gênero, além da sobrecarga do profissional.
- Não conseguimos contratar a Supervisão Institucional.

- Descontinuidade no fornecimento de produtos, trazendo dificuldades no atendimento do abrigo.
- Embora seja um serviço de acolhimento que atende 24 horas, não contamos com um RH que atenda essa demanda.
- Morosidade nos atendimentos para manutenção do espaço físico.
- Tivemos um aumento de acolhimento de mulheres no que não estava em risco de morte, o que ocasiona um acolhimento breve, devido a menor gravidade do caso, demonstrando desta forma a necessidade de criar uma casa de passagem que possa absorver essa demanda no município.
- O desafio de trabalhar durante a pandemia do COVID19.
- Necessidade de pagar hora extra para técnicas de outros serviços para cobrir a ausência da profissional de Serviço Social.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Como resultado das atividades, favorecemos as usuárias atendidas, bem como aos seus filhos, um serviço que atendeu satisfatoriamente as demandas trazidas, durante a execução do plano de ação de cada caso.
- Não houve interrupção no funcionamento do Serviço diante da Pandemia do COVID2019.
- Recebemos uma Agente de Ação Social através de permuta, atendendo desta forma o pedido da servidora que solicitou a transferência de serviço.
- Nenhuma usuária teve diagnóstico positivo para COVID -19.

Metas para 2022

- Supervisão Institucional para atender as demandas de trabalho da Equipe de funcionários;
- Reposição da vaga da profissional de psicologia;
- Liberação de hora extra para a profissional de Serviço Social a fim de permitir atendimentos programados e ou de urgência, tais com mulheres que trabalham e precisaram ser atendidas pela Assistente Social em horários diferenciados;
- Manutenção contínua do espaço físico;
- A contratação de estagiárias para compor o quadro e assim possibilitar a troca e aprendizagem com a comunidade universitária;
- Participar de ações de prevenção à violência doméstica de gênero;
- Apresentar o fluxo de encaminhamento para os serviços que necessitarem conhecer o trabalho do SARA-M e evitar assim que o Serviço seja porta de entrada.

Apresentamos a seguir um demonstrativo das ações da gestão pública e da rede de serviços da alta complexidade:

Atividades Realizadas pela Gestão da Alta Complexidade em 2021, envolvendo a rede de serviços de acolhimento.

- Ações de enfrentamento à pandemia do COVID-19, tais como: articulação e realização de reuniões em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (gestão da área da saúde da criança e adolescente, infectologista), para orientações de prevenção aos serviços de acolhimento; articulação com a Vigilância Sanitária para a realização de testagem rápida nos acolhidos e trabalhadores, quando o número de infectados caracterizou surto, conforme protocolo sanitário da Secretaria Municipal de Saúde; vacinação de todos os trabalhadores dos serviços de acolhimento;
- Ações conjuntas com o Ministério Público e Vara da Infância e da Juventude, para a colocação de crianças e adolescentes sob guarda excepcional e provisória, nas famílias extensas. Ao todo saíram dos serviços de acolhimento sob guarda excepcional 10 crianças e adolescentes
- Realização de 08 encontros virtuais, de formação para os coordenadores técnicos dos serviços de acolhimento, sobre gestão das equipes de trabalho.
- Participação das Apoiadoras técnicas em reuniões da rede de proteção para discussão de casos, sempre com vistas a desenvolver estratégias que evitassem o acolhimento institucional e fortalecessem a família;
- Reuniões intersetoriais virtuais para discussão de casos, com vistas a desenvolver estratégias de cuidado para fortalecer as famílias e evitar os acolhimentos de crianças e adolescentes já acompanhados pela rede de serviços socioassistenciais e/ou de saúde;
- Reuniões intersetoriais virtuais, para a discussão de casos de puérperas e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade e risco, para elaboração de plano de cuidados, com vistas a manter junto o binômio, fortalecer a família e evitar o acolhimento institucional de ambos ou separadamente;
- Reuniões virtuais mensais de gestão com os coordenadores técnicos dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens;

- Participação em reuniões virtuais do GT Interproteções, nas regiões onde está implantado esse formato.
- Articulação com a rede de saúde clínica e mental, para discussões virtuais, de fluxos e procedimentos, para encaminhamento/atendimento de crianças e adolescentes acolhidos;
- Visita conjunta com representantes da saúde mental, ao município de Jundiaí, para conhecer a avaliar possibilidade de implantação em Campinas, de um CAPSIJ flexível e Unidade de Acolhimento para crianças e adolescentes ligado à Saúde.
- Atuação conjunta com a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC nas visitas técnicas virtuais e/ou presenciais de monitoramento dos serviços de acolhimento institucional e familiar; Gestão técnica operacional virtual do Serviço de Apadrinhamento Afetivo;
- Participação em ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão da Alta Complexidade e também compondo a diretoria executiva;
- Gestão técnica operacional de todos os serviços de acolhimento para crianças, adolescentes jovens e mulher vítima de violência de gênero;
- Articulações com rede de proteção especial de média complexidade, através da formação de um grupo de trabalho virtual, para aprimoramento dos fluxos e criação instrumentais com: de indicadores para acolhimento, reintegração familiar e Plano de Atendimento Compartilhado;
- Articulação com a rede da alta complexidade adulto para discussões de casos, uma vez que essa rede acolhe adolescentes que completam a maioridade, oriundos dos serviços da alta complexidade criança e adolescente;
- Participação em reuniões de rede para discussão e compreensão da situação e propostas de atendimento referente aos imigrantes indígenas da etnia Waraos;
- Retomada do grupo de trabalho intitulado GT Adolescentes
- Criação do Grupo de trabalho intitulado GT SIGM, para padronização das informações que deveriam conter no formulário digital do SIGM Sistema de Informações de governança Municipal.

Desafios avaliados durante a execução das atividades

Acolhimento Institucional

- Manter os atendimentos de rotina, considerando que na área da saúde, foram priorizados os atendimentos de urgência emergência e na área da educação, o retorno às aulas presenciais foi gradativo e com revezamento dos alunos para garantir o distanciamento e frequentes interrupções devido ao aumento dos casos de infecção do coronavírus;
- Aumento das demandas emocionais dos acolhidos e seus familiares devido ao isolamento social, resultando na necessidade de maior intervenção e apoio dos técnicos;
- Excesso de convivência entre os acolhidos que ficaram reclusos no acolhimento devido ao isolamento social, resultando por vezes em conflitos, tensões, angústias, ansiedades, frustrações e perda da privacidade;
- A adaptação dos acolhidos e seus familiares a manutenção dos vínculos através do contato remoto;
- Sobrecarga de trabalho da equipe em função do aumento das demandas do serviço e consequente aumento dos níveis de ansiedade e estresse dos trabalhadores;
- Equipes de trabalho reduzidas, devido ao aumento de trabalhadores afastados por fazerem parte do grupo de risco, apresentarem sintomas gripais ou mesmo por testarem positivo;
- O trabalho através do Home Office para as equipes técnicas (aquisição de equipamentos e adaptação às ferramentas tecnológicas para o trabalho virtual a distância;
- A conscientização e sensibilização de todos, para o uso de EPIs e a necessidade de higienização constante, distanciamento social necessário;
- O acolhimento de adolescentes com perfil de circularidade de rua, uso de substâncias psicoativas e agravos em saúde mental, diante do risco de uma possível contaminação pelo vírus trouxeram muitas dúvidas nos cuidados aos mesmos, uma vez que com frequência saíam sem autorização e ao retornarem, muitas vezes recusavam-se a colocar em prática os protocolos estabelecidos internamente;
- Manter o isolamento social das crianças/adolescentes sintomáticos e sob suspeita de estarem com COVID-19, enquanto aguardavam os resultados dos exames;
- O retorno ao trabalho presencial, dos trabalhadores que faziam parte dos grupos de risco;

- Falta de equipamentos (computadores) para garantir as atividades escolares on-line , bem como para o desenvolvimento de atividades lúdicas e culturais às crianças/adolescentes e a constante oscilação da internet;
- O retorno gradativo às atividades externas, mantendo os protocolos de prevenção;
- Recepção de novos acolhimentos durante o período de isolamento social;
- Espaçamento das visitas familiares presenciais e a manutenção das visitas de forma virtual;
- Propiciar supervisão institucional para as equipes técnicas dos serviços de acolhimento;
- Possibilitar encontros de formação para todos os trabalhadores dos serviços acolhimento;
- Desenvolver ações de prevenção e cuidado para os educadores, considerando a natureza do trabalho;
- Manter o diálogo com os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
- Acolher diferentes faixas etárias no mesmo espaço físico, com destaque para dinâmica dos adolescentes que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas;
- Realizar de forma célere reparos e manutenção necessários nos serviços de acolhimento;
- Busca de estratégias para evitar as evasões dos adolescentes que vão para rua e se expõem a situações de risco e vulnerabilidade (uso de substâncias psicoativas, prática de ato infracional, exposição à exploração sexual entre outros), além de influenciar com isso, outros adolescentes do serviço;
- Ausência do serviço de família guardiã subsidiada, que possibilitaria maior número de crianças e adolescentes reintegrados na família extensa, quando esgotadas as possibilidades na família nuclear;
- Implantação de abrigo para acolhimento de jovens que completam a maioria nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes;

Acolhimento Familiar

Desafios avaliados durante a execução das atividades

- Divulgar o serviço de forma continuada, para mobilização de novas famílias durante a pandemia;
- Captar e formar virtualmente, novas famílias acolhedoras para melhor apropriação de competências, papéis e das especificidades do acolhimento familiar;

- Garantir atendimento psicossocial e/ou pedagógico aos acolhidos, ainda que de forma virtual;
- Realizar visitas monitoradas entre os irmãos que foram acolhidos separadamente, entre famílias acolhedoras, ou entre o serviço de acolhimento familiar e o acolhimento institucional;
- Sensibilizar as famílias acolhedoras para o acolhimento de crianças acima de 6 anos e grupos de irmãos;
- Desenvolver atividades em comemoração ao aniversário dessa modalidade de acolhimento no município;

Serviço Complementar de Apadrinhamento Afetivo

- Remanescentes 2020: 25 crianças e adolescentes remanescentes.
- Novos apadrinhamentos no ano: 9 (Nove).
- Saídas ao longo do ano: 6 (seis).
- Apadrinhamentos no ano: 27(vinte e sete) apadrinhamentos afetivos realizados
- Padrinhos Habilitados aguardando apadrinhamento em 2021: 2 (dois)
- Padrinhos em stand by que sinalizariam apadrinhar novos afilhados (as): 3 (três)
- Candidatos em processo atual de qualificação: 05 (cinco) iniciarão em fevereiro 2022.

Desafios avaliados durante a execução das atividades

Tendo em vista que o objetivo principal do Apadrinhamento Afetivo “Acordar” é proporcionar o maior número possível de apadrinhamento junto aos serviços de acolhimento, o fato de não termos nossas ações previstas para o ano em pleno funcionamento, especialmente no que se refere a inserção de novos voluntários, pode-se dizer que o maior desafio neste ano de 2021 foi atingir a meta de apadrinhamentos.

Além dessa perspectiva ao longo de 2021 deparou-se com outras situações desafiadoras como:

As adaptações necessárias diante do isolamento social, devido a Pandemia do Covid-19, inviabilizando totalmente as ações presenciais e conseqüente ruptura das atividades externas entre crianças e padrinhos. Para tanto exigiu uma rápida adaptação da equipe para o trabalho em home

office, e exercendo suas atribuições técnicas de forma sistemática remotamente, sem que perdesse a qualidade nos atendimentos e acompanhamentos.

Foi necessário um engajamento mais estreito com serviços de acolhimento e um contato efetivo com padrinhos a fim de garantir a manutenção de vínculos entre padrinhos e apadrinhados através de videoconferências e ligações telefônicas;

Desenvolver estratégias para divulgação do apadrinhamento afetivo, captar e formar candidatos ao apadrinhamento.

A falta de possibilidade de iniciar o processo de vinculação gradativa devido ao isolamento social.

A impossibilidade de promover os encontros periódicos presenciais com as crianças e adolescentes apadrinhados.

Perfil inadequado de candidatos que se apresentavam.

Para tanto a equipe se manteve atenta aos desdobramentos do avanço da vacinação, porém continuou exercendo suas atribuições técnicas de forma sistemática remotamente, por quase todo o ano de 2021, mas conforme foram sendo considerados os afrouxamentos das restrições algumas atividades foram sendo possíveis de serem realizadas de forma presencial. Percebemos que os padrinhos estavam inseguros, em sua maioria esperaram tomar as duas doses da vacina para terem contato presencial.

Em todo esse período foi necessário continuar com engajamento mais estreito com serviços de acolhimento e um contato efetivo com padrinhos a fim de garantir que as videoconferências e ligações telefônicas com os afilhados ocorressem frequentemente para não ocorrer fragilização nos vínculos, exigindo de todos os envolvidos lançar mão de estratégias criativas.

Embora tenham sido mantidas ações básicas para manter a rotina já estabelecida no serviço, foi inevitável protelar ações previstas de divulgação. Fator este, que se tornou prejudicial para o andamento do serviço quando o foco principal é mobilizar mais padrinhos para contemplar mais crianças e adolescentes acolhidos e sem referências afetivas.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Apesar das restrições sanitárias, houve procura por parte de pessoas interessadas no apadrinhamento; também houve desligamentos, entretanto, é necessário considerar que esses aconteceram em decorrência dos adolescentes alcançarem a maioridade civil ou terem sido colocados em família substituta, evidenciando que o trabalho de pareamento e acompanhamento dos apadrinhamentos afetivos continua sendo aprimorado a cada ano.

A equipe do serviço de apadrinhamento afetivo observou avanços com relação aos padrinhos no tocante ao compromisso e a presença relevante dos mesmos nas reuniões bimestrais de forma remota e a compreensão e parceria em se manterem assíduos, nas vídeos chamados com seus afilhados.

Acolhimento Institucional em Repúblicas para jovens

Desafios avaliados durante a execução das atividades

- Realizar ações que propiciassem maior autonomia para os jovens acolhidos nas Repúblicas, tais como: inserção no mercado de trabalho, no ensino formal e informal.
- Jovens com independência e autonomia, ampliação e capacidade protetiva das famílias e a superação de suas dificuldades;
- Constante orientação para acolhidos e trabalhadores, quanto às medidas de prevenção ao novo coronavírus;
- Apropriação dos espaços da cidade, acesso a direitos e cidadania e protagonismo juvenil;
- Conscientização quanto aos cuidados e ações preventivas contra o Covid - 19

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Nenhum jovem acolhido foi infectado pelo coronavírus, apesar das dificuldades que apresentaram para manter o isolamento social;
- Maior estreitamento nos laços de confiança e vínculo com os jovens, ressignificação de seus anseios, angústias, dúvidas, expectativas et.;
- Avanços nos objetivos de acordo com a proposta estabelecida no plano individual
- Maior superação dos jovens com as dificuldades como: abandono, negligência, na qual, reestabelece e estabelece laços fortalecidos intra e extrafamiliar;

- Maior ambientação do jovem com os moradores e trazer confiança ao jovem para adequação do jovem em sua nova etapa da vida;
- Protagonismo no acesso a informações sobre serviços de direitos e de como acessá-los
- Alcance do autocuidado e higienização da casa, respeito do espaço individual e coletivo, apropriação de um ambiente saudável;
- Empoderamento da consciência de suas escolhas como sujeito, tornando-se protagonista de sua própria vida. Fortalecimento que possibilita a sustentação econômica do jovem, ampliação da discussão de autonomia e independência do jovem e em seu repertório cultural e crítico.
- Maior capacidade de auto- gestão e educação financeira para emancipação Institucional.

Acolhimento Institucional de Mulheres Vítimas de Violência de Gênero

Desafios avaliados durante a execução das atividades

Assim como no ano anterior:

- Acolher mulheres vítimas de violência de gênero, com uso abusivo de substâncias psicoativas e/ou com agravos em saúde mental, implicando em novas demandas e manejos;
- Quadro de RH insuficiente para cobrir às 24 horas de atendimento do serviço;
- Ausência de Supervisão Institucional para os trabalhadores em especial a equipe técnica;
- Descontinuidade do fornecimento de produtos alimentícios;
- Assegurar a manutenção do espaço físico;
- Demanda por acolhimento de mulheres que não estavam em risco de morte, demonstrando desta forma, a necessidade de se considerar a implantação de uma casa de passagem para mulheres, onde através de um breve estudo psicossocial, seja avaliado a real necessidade ou não de acolhimento institucional e em qual modalidade de acolhimento;
- Manter a qualidade do atendimento durante a pandemia do COVID-19 e assegurar um ambiente higienizado e seguro para a saúde não apenas das usuárias e seus filhos, mas também dos trabalhadores;
- Lidar com as angústias e ansiedades manifestas por usuárias e trabalhadores do serviço, causados pela pandemia, que se constituiu numa ameaça a todos.

Resultados gerais, alcançados com as atividades realizadas pela gestão dos serviços de Alta Complexidade

- Maior conscientização dos serviços que compõem a rede de proteção, de que o acolhimento institucional ou familiar deve ser a última medida a ser aplicada;
- Manutenção de diálogo com os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos;
- Planejamento de ações a serem desenvolvidas em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de participações na Comissão da Alta Complexidade;
- Aprimoramento dos fluxos e a criação de instrumentais contendo indicadores para acolhimento institucional, reintegração familiar e plano de atendimento compartilhado, junto com a rede da proteção especial de média complexidade;
- Diminuição do número de acolhimentos de recém-nascidos separados de suas genitoras, encaminhados pelas maternidades; em 2021 ocorreram 07 acolhimentos de recém-nascidos;
- Padronização das informações constantes no SIGM- Sistema Informatizado de governança Municipal;
- Em relação ao serviço de apadrinhamento afetivo, houve um aprimoramento das relações entre padrinhos e apadrinhados, o que contribuiu para amenizar o impacto causado pela pandemia;
- O compromisso e presença relevante dos padrinhos nas reuniões bimestrais de forma remota;
- O estreitamento da relação entre o serviço de apadrinhamento afetivo e os serviços de acolhimento;
- Realização de formações virtuais para os trabalhadores dos serviços de acolhimento;
- Realização de curso de defesa pessoal, presencial para os trabalhadores (educadores e equipes técnicas) dos serviços de acolhimento;
- Realização de 02 lives sobre o Acolhimento Familiar em seu mês de aniversário (junho), em parceria com o CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Atendimento psicológico para mais de 20 crianças e adolescentes, através de parceria com um grupo de profissionais de psicologia que criaram o Projeto Respirar.

Metas para 2022

- Ampliação do Serviço de Acolhimento Familiar;
- Implantação do Programa Família guardiã Subsidiada;
- Dar continuidade ao grupo de trabalho intitulado GT Adolescentes, com objetivo de discutir e propor ações e estratégias para evitar o acolhimento de adolescentes e quando a medida for inevitável, discutir e propor metodologias;
- Possibilitar formação para pais/mães sociais das Casas Lares;
- Implantação do abrigo para jovens de 18 a 21 anos vindos dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes;
- Inserir 100% da demanda atendida no SIGM.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – ADULTO E IDOSO

A Coordenadoria de Proteção Especial de Alta Complexidade Adulto e Idoso é responsável pela gestão dos Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, na modalidade de ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos) e Residência Inclusiva para Pessoa com Deficiência.

Os serviços têm uma capacidade de atendimento de 160 metas, sendo 130 no SAI Idoso e 30 SAI pessoa com deficiência.

O SAI idoso é de execução exclusiva por termo de cooperação mútua com as Organizações da Sociedade Civil, sendo: Lar dos Velhinhos de Campinas (25 vagas); Lar Vicentino Frederico Ozanan (15); Lar da Amizade Ilce da Cunha Henry (20 vagas); Abrigo Masculino AFASCOM (20 vagas); Lar São Doutrina (15 vagas) e Lar Evangélico Alice de Oliveira (35 vagas).

De acordo com os dados do SIGM, em 2021 foram atendidos 153 pessoas idosas neste serviço, destas 77 do sexo masculino e 76 do sexo feminino.

Os motivos da inserção no serviço, por ordem de ocorrência foram: dificuldades da família na prestação de cuidados; pessoa idosa sem referência familiar; vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos; situações de violência e/ou negligência; e situação de rua.

O SAI Pessoa com Deficiência conta com um serviço público de execução direta, A Residência Inclusiva Renascer e duas unidades executadas por termo cooperação mútua com a Pestalozzi Sumaré. Em 2021 foram atendidos 34 pessoas nas 3 unidades.

A Coordenação conta com uma profissional, na função de apoio técnico que tem como atribuições: receber e validar os encaminhamentos dos serviços da rede socioassistencial, demais

políticas públicas e do sistema judiciário; fazer a gestão da demanda em espera para inclusões nos serviços, avaliando risco e definir critérios para priorização; ser referência para rede nas discussões das violações de direitos relacionados a pessoa com deficiência e a pessoa idosa e encaminhamentos para o caso, principalmente quando há evidências que se trata de demanda para inclusão nos serviços da coordenadoria; selecionar os casos para inclusão, na ocorrência de vagas; acompanhar os casos em acompanhamento; apresentar as demandas dos serviços para a Coordenadoria Geral de PSE, Procuradoria de Assessoria Descentralizada/Núcleo de Assistência Social, quando ultrapassam as competências do apoio técnico e a capacidade de articulação com os demais serviços.

Considerando as atribuições descritas acima, de abril a dezembro, quando houve mudança da profissional de referência da Coordenadoria foram realizadas as seguintes atividades:

1. Reuniões com as coordenadoras técnicas do SAI Idoso - 13
2. Reuniões de gestão coordenação e equipe técnica e com as unidades executoras – 31
3. Reunião com serviços da rede para discussão de casos para referenciamento ou atualização das informações da demanda em espera – 35
4. Reunião para discussão de casos em acompanhamento - 21
5. Grupo de trabalho, com representantes dos serviços e vigilância socioassistencial para mudanças no SIGM -6
6. Participação em intersetoriais ou GT interproteções – 5
7. Visitas domiciliares ou institucionais – 12
8. Diligência para cumprimento de liminar de acolhimento institucional – 9
9. Reuniões com a vigilância socioassistencial – 7
10. Fiscalização de ILPI com Vigilância Sanitária – 5
11. Visita a ILPI privada para atender requisição de judiciário - 2
12. Visitas aos serviços – 3
13. Participação no Assiste Campinas – 2
14. Reuniões com Secretaria – 3
15. Reuniões do DOAS – 5
16. Orientação jurídica, com a Procuradoria Descentralizada - Núcleo de Assistência Social – 17
17. Reuniões com Coordenadoria Geral de Proteção Social Especial – 7
18. Participação na reunião da Proteção Social Especial – 7
19. Rede PcD – 4
20. Conferência da Assistência Social – 1

21. Conferência da PCD – 1
22. Participação nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal do Idoso, GTs e Comissões – 9
23. Participação nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – 8
24. Participação na elaboração do Plano Pluri Anual/GT estudo socioterritorial - 12

Desafios durante a execução das atividades

1. Fragilidade na parceria institucional com a Saúde e Saúde mental para o atendimento das pessoas idosas e pessoas com deficiência inseridas nos serviços de acolhimento da Assistência Social;
2. Dificuldades dos serviços da rede socioassistencial, saúde e demais serviços do Sistema de Garantia de direitos em compreender os critérios de referenciamento para a proteção social de alta complexidades;
3. A falta de capacitação e supervisão para os profissionais, levando uma demanda por discussão das situações que envolvem os idosos e pessoas com deficiência inseridos nos serviços;
4. Impacto da pandemia nos serviços, distanciamento social (adoecimento mental, afecções e mortes por Covid das pessoas idosas atendidas, restrição de visitas de familiares, amigos e grupo de voluntários, atividades culturais, de lazer e recreativas fora da instituição)

Resultados Alcançados durante a execução das atividades

1. Ampliação para 2022 da capacidade de atendimento dos serviços, em 6 grupos/30 metas para o SAI Idoso e em implantação de 1 unidade da Residência Inclusiva;
2. Maior proximidade com as OSCs executoras dos serviços, facilitando os processos da gestão;
3. Maior proximidade da gestão com a rede socioassistencial e saúde, favorecendo os referenciamentos para os serviços vinculados à Coordenadoria.

Metas 2022

1. Socializar e pactuar o Protocolo e Fluxo de Referenciamento para Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas;
2. Apontar os dados de demanda referenciada, que justificam a ampliação de metas para os serviços de acolhimento institucionais para pessoas idosas e pessoas com deficiência;

3. Construir com a rede executora do SAI – Pessoa Idosa parâmetros metodológicos para a execução do serviço;
4. Construir com a rede executora dos serviços propostas de supervisão e formação profissional para as equipes;
5. Inserir os usuários 100% no SIGM.

RESIDÊNCIA INCLUSIVA RENASCER

A Residência Inclusiva Renascer é um Serviço de Acolhimento Institucional no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que tem por objetivo atender jovens e adultos com deficiência(s), em situação de dependência sem retaguarda familiar e que não tenham condições de autossustentabilidade. Tem por finalidade propiciar a construção progressiva da autonomia e do protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária, a participação social e comunitária e o fortalecimento dos vínculos familiares com vistas à integração e/ou convivência

No ano de 2021 atendemos 13 moradores, destes tivemos a transferência de uma de moradora de 61 para uma LPI a saída de uma moradora por desejo próprio. Entraram 3 novos moradores. Terminamos o ano de 2021 com 6 homens e 4 mulheres.

No ano de 2021 com a realidade de pandemia pela Covid-19 focamos nossas atividades na meta de promover a proteção de moradores e funcionários, assim como objetivo de garantir a inclusão social e comunitária, foram feitas as seguintes articulações:

Saúde: Metrocamp e UNIP (Clínica de Fisioterapia), São Leopoldo Mandic (Clínica de Odontologia), Centro de Convivência Espaço das Vilas, Centro de Atenção Psicossocial AD Reviver e Esperança, CS Centro (Clínica Geral e Ginecologia), Unicamp (Psiquiatria), Puc (Nefrologia), Policlínica 2 (Oftalmologia, Nutrição, Otorrinolaringologia, Homeopatia), Ambulatório Mário Gatti (Proctologia, Vascular).Unip (Clínica de Odonto);

Trabalho: Núcleo de Oficinas Terapêuticas do Serviço de Saúde Cândido Ferreira;

Educação: Escola Especializada Tikira, Instituto Educacional Evangélico para Deficientes Auditivos;

Assistência Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Centro de Referência da Pessoa com Deficiência, Centro Cultural Louis Braille, SORRI.

Recursos comunitários: Serviços de beleza, mercados, lojas de utilidades, roupas e calçados, costureiras, instituições religiosas.

Voluntários: O serviço conta com a participação de voluntários que colaboram com rodas de conversa, cortes de cabelo, doações em datas comemorativas com oferta de ovos de páscoa e panetones, além de roupas e calçados. Também contamos com o suporte dos curadores nas questões que se referem ao uso dos benefícios dos moradores.

Famílias e rede de apoio: são oportunizados contatos, visitas da família/pessoa de referência na Residência Inclusiva e também dos usuários à casa dos mesmos, com a pandemia priorizamos o uso de videochamada e telefonemas para manter e estreitar os contatos

Além das ações com os parceiros/serviços acima, no Renascer são desenvolvidas atividades que promovem o autocuidado, a autonomia e a independência nas rotinas de vida diária.

Através da organização de atividades coletivas em datas comemorativas, em especial nas festas de aniversário foi possível trabalhar as relações interpessoais, na socialização e convivência dos usuários entre si e funcionários. Também é importante destacar que além das questões coletivas existe o trabalho individual que respeita os desejos e as particularidades de cada um.

Segue abaixo a tabela de RH da Residência Inclusiva:

Tabela 64. Quadro de RH da Residência Inclusiva

Residência Inclusiva Renascer	
Quadro de Funcionários	
Agente de Ação Social (efetivos)	9
Agente de Ação Social (temporários)	3
Agente de Apoio Operacional (efetivos)	2
Agente de Apoio Operacional (temporários)	3
Assessora	1
Assistente Social	1
Chefia de Setor	1
Cozinheira (contratação temporária)	3
Motorista (terceirizado)	1
Psicóloga	1
Vigilante (terceirizado)	4

Desafios

- Reposição de funcionário administrativo e inserção de terapeuta ocupacional na equipe;
- Mudança para novo imóvel adequado às necessidades e exigências de acessibilidade;
- Fortalecimento da articulação entre os serviços;
- Garantia dos atendimentos e exames de saúde necessários na Rede Pública de Saúde, de acordo com as demandas apresentadas;
- Participação dos moradores em atividades inclusivas de lazer, cultura e esporte;
- Capacidade de resposta a demandas com elevado grau de complexidade diante da falta de serviços ou profissionais capacitados;
- Possibilitar o acesso a inclusão digital de moradores, através de meios e recursos tecnológicos adaptados visando principalmente manter os vínculos com família e rede de apoio.
- Fortalecimento da articulação entre os serviços;
- Garantia dos atendimentos e exames de saúde necessários na Rede Pública de Saúde, de acordo com às demandas apresentadas;
- Participação dos moradores em atividades inclusivas de lazer, cultura e esporte;
- Capacidade de resposta a demandas com elevado grau de complexidade diante da falta de serviços ou profissionais capacitados;
- Possibilitar o acesso à inclusão digital de moradores, através de meios e recursos tecnológicos adaptados visando principalmente manter os vínculos com família e rede de apoio.

Resultados alcançados

- Acesso a alguns encaminhamentos e exames de saúde que aguardavam atendimento desde 2018 Maior participação e aproximação de familiares e rede de apoio junto aos moradores e equipe do Renascer;
- Melhoria das relações interpessoais entre moradores e destes com a equipe;
- Maior compreensão e organização da rotina diária da Residência Inclusiva por moradores e funcionários;
- Ampliação de repertório e comunicação entre moradores e funcionários;
- Manutenção dos vínculos sociais e familiares através de vídeo chamadas e telefonemas.

Metas para 2022

- Fortalecer e ampliar a rede socioassistencial, educacional, cultural e de saúde para atender de maneira ampla e diversa as demandas dos moradores, propiciando a oferta de recursos para maior autonomia e convivência.
- Ampliar e capacitar a equipe para atender de maneira mais qualificada as demandas dos moradores.
- Aprofundar a análise e a construção do Plano de Desenvolvimento do Usuário com moradores e equipe.
- Mudança para um imóvel com estrutura acessível que atenda as exigências tipificadas e ofereça bem-estar aos moradores e funcionários;
- Supervisão institucional e de casos;
- Ampliar equipamentos e mobiliários;
- Identificar e parcerizar serviços que promovam convivência comunitária, diminuam as vulnerabilidades e aumentem a autonomia;
- Promover capacitações em parceria com Departamento de Nutrição, possibilitando o acesso, uso da cozinha e manipulação dos alimentos pelos moradores;
- Promover a participação da equipe técnica e demais funcionários em Encontros, Seminários, Congressos e outros eventos para a disseminação da proposta, divulgação da experiência e contribuição na construção da política de acolhimento em Residência Inclusiva;
- Realizar reuniões de equipe, com participação de todos os funcionários, para avaliação, planejamento, capacitação continuada, discussão de casos visando à qualificação profissional da oferta.
- Ampliar a participação dos moradores nas oficinas de artes manuais culturais, atividades físicas especializadas e orientadas atendendo demandas individualizadas
- Ampliar o quadro de voluntários do Renascer possibilitando a troca de experiências e a convivência.
- Inserir os usuários 100% no SIGM.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências é um serviço ofertado dentro da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que promove apoio e

proteção à população atingida por situações de alagamentos, deslizamentos, incêndios, etc., com a oferta de alojamentos provisórios, atendimento social e provisões materiais, tais como colchões, cobertores e Cartão Nutrir, sendo entregues conforme as necessidades detectadas. Assegura-se acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, sempre que identificado perdas e danos habitacionais, principalmente em decorrência das fortes chuvas e incêndios, realizando-se o cadastro da população atingida.

Havendo ocorrências a Defesa Civil aciona a equipe de plantonistas, que se desloca até o local, realiza atendimento emergencial e referenciamento aos serviços da Proteção Social Básica para dar continuidade no atendimento. Outra ação se refere à articulação de políticas públicas e redes sociais de apoio para provimento de parte das necessidades detectadas, e mesmo a inclusão na rede socioassistencial (SAMIM) para o acolhimento destas famílias.

Tabela 65. Atendimento realizado por região 2021

	NORTE	SUL	LESTE	SUDOESTE	NOROESTE	TOTAL
PESSOAS	11	88	6	26	27	158
FAMÍLIAS	3	48	4	7	10	72

Tabela 66. Provisões Materiais

	NORTE	SUL	LESTE	SUDOESTE	NOROESTE	TOTAL
CARTÃO NUTRIR	3	32	3	6	4	48
COLCHÕES	0	74	0	11	14	99
COBERTORES	5	17	2	6	20	50
TRAVESSEIRO	0	0	0	0	0	0
VESTUÁRIO	0	0	0	0	0	0
PASSE	0	0	0	0	0	0

Resultados alcançados

- atendimentos emergenciais às famílias devido à situação de chuvas intensas, incêndios e vulnerabilidade social, em grande parte residentes da região sul;
- Disponibilização de cartão-alimentação, colchões e cobertores;
- Reuniões com a Defesa Civil para melhoria de trabalhos em conjunto.

Desafios

- Adequação de trabalhos e reuniões frente a nova realidade (pandemia);
- Capacitação para a equipe de plantonistas, cursos e palestras para o desempenho de suas atividades profissionais;
- Disponibilização de motoristas para atendimento das ocorrências;
- Identificação de chamadas desnecessárias (quando a família já se organizou).

Metas para 2022

- Capacitações da equipe de plantonistas;
- Maior participação das demais políticas no atendimento às demandas dos usuários;
- Fortalecer a articulação com os serviços dos territórios (CRAS/DAS), visando o trabalho conjunto;
- Consolidar o Comitê de Proteção Integral às crianças, adolescentes, idosos e pessoa com deficiência em situação de riscos de desastres;
- Participação de formação, treinamento e simulados de situações emergenciais junto à Defesa Civil e saúde.

ABRIGO EMERGENCIAL ZILDA ARNS

Em função do prolongamento da pandemia do Corona Vírus, o espaço do abrigo emergencial continuou sendo utilizado para acolher pessoas em situação de rua com sintomas de Covid, que necessitavam de isolamento para cumprir a quarentena, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais (alimentação, vestuário e produtos de higiene). Segue tabelas com dados numéricos dos atendimentos desse período pandêmico:

Tabela 32. Faixa etária dos Acolhidos em 2021

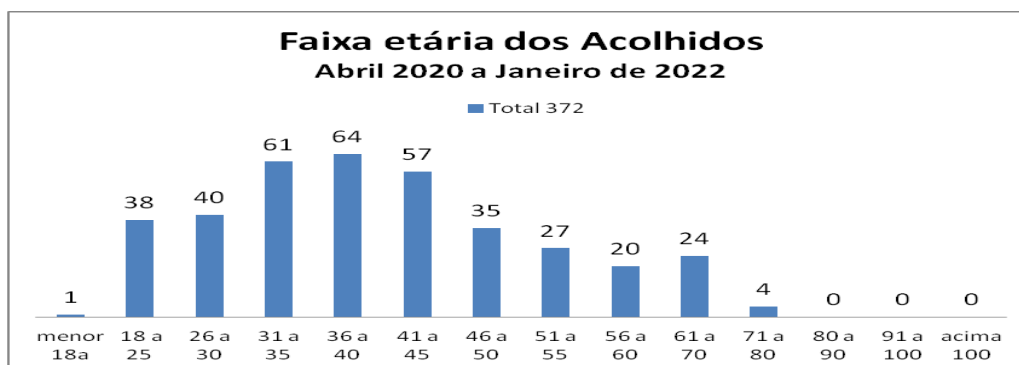


Tabela 33. Diagnosticados

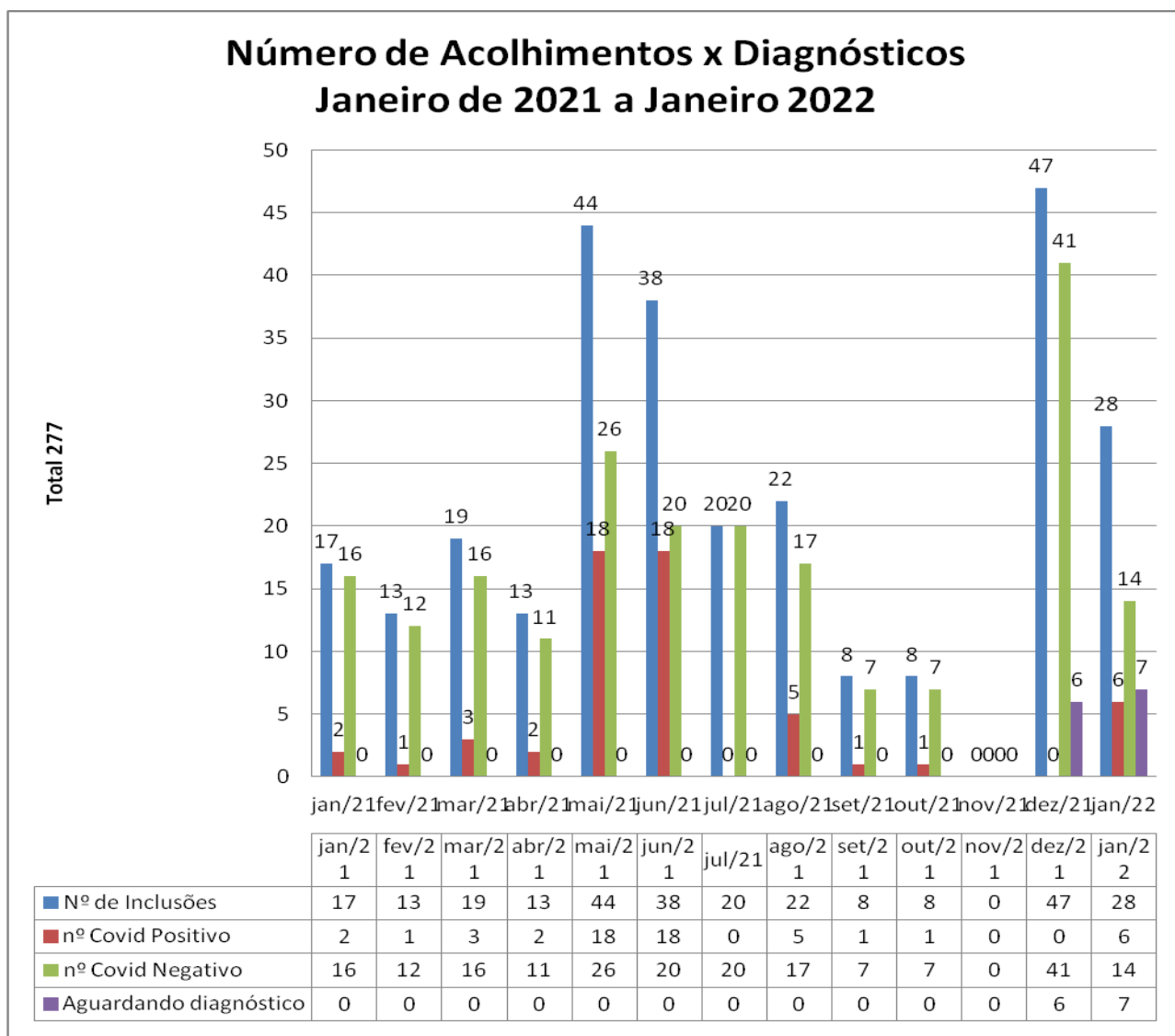


Tabela 34. Gênero dos Acolhidos em 2021

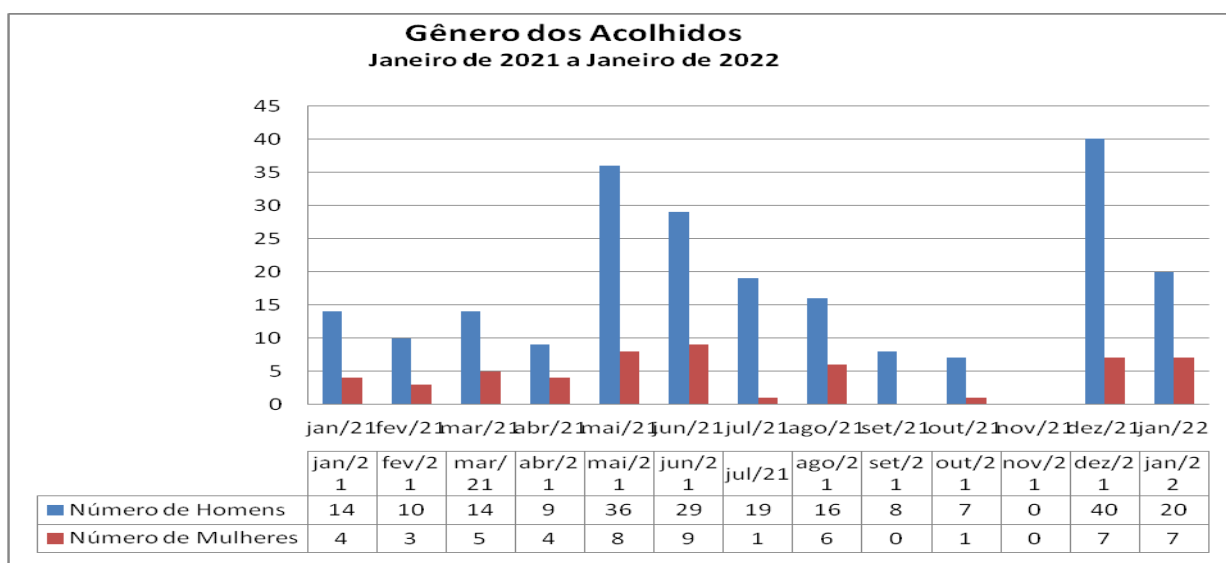


Tabela 35. Inclusões X Diagnósticos em 2021

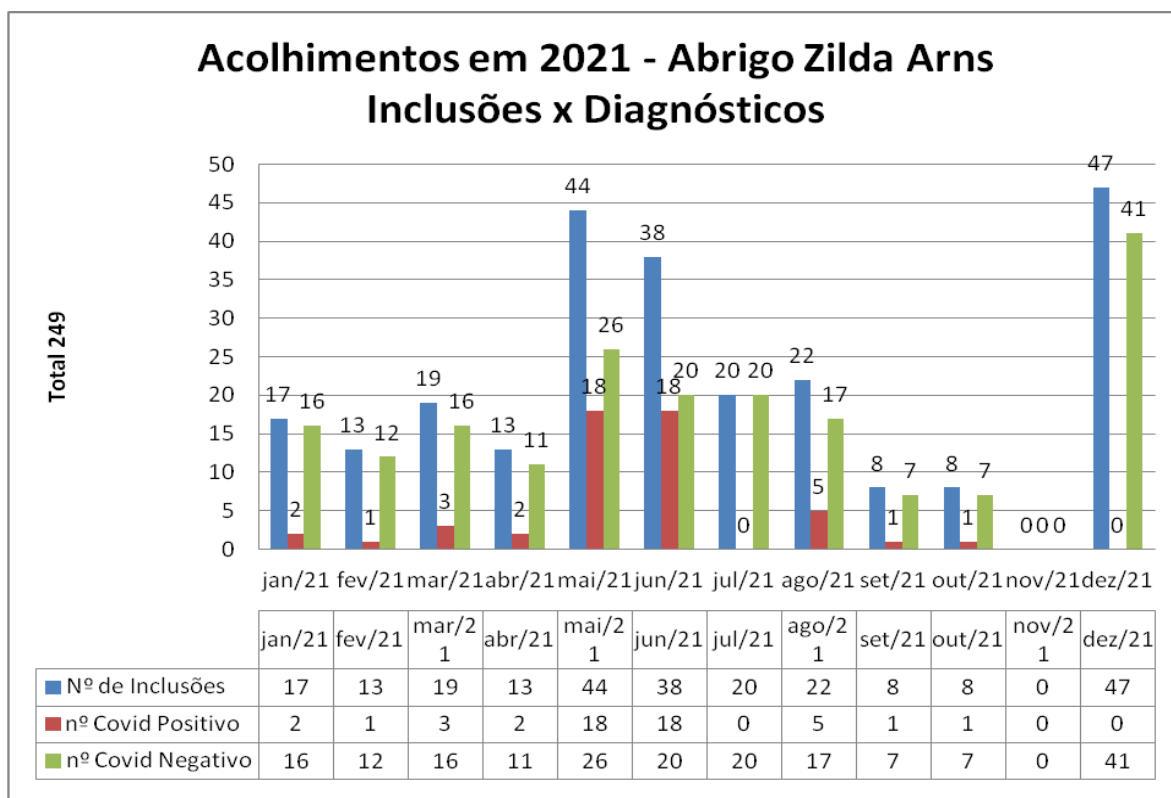
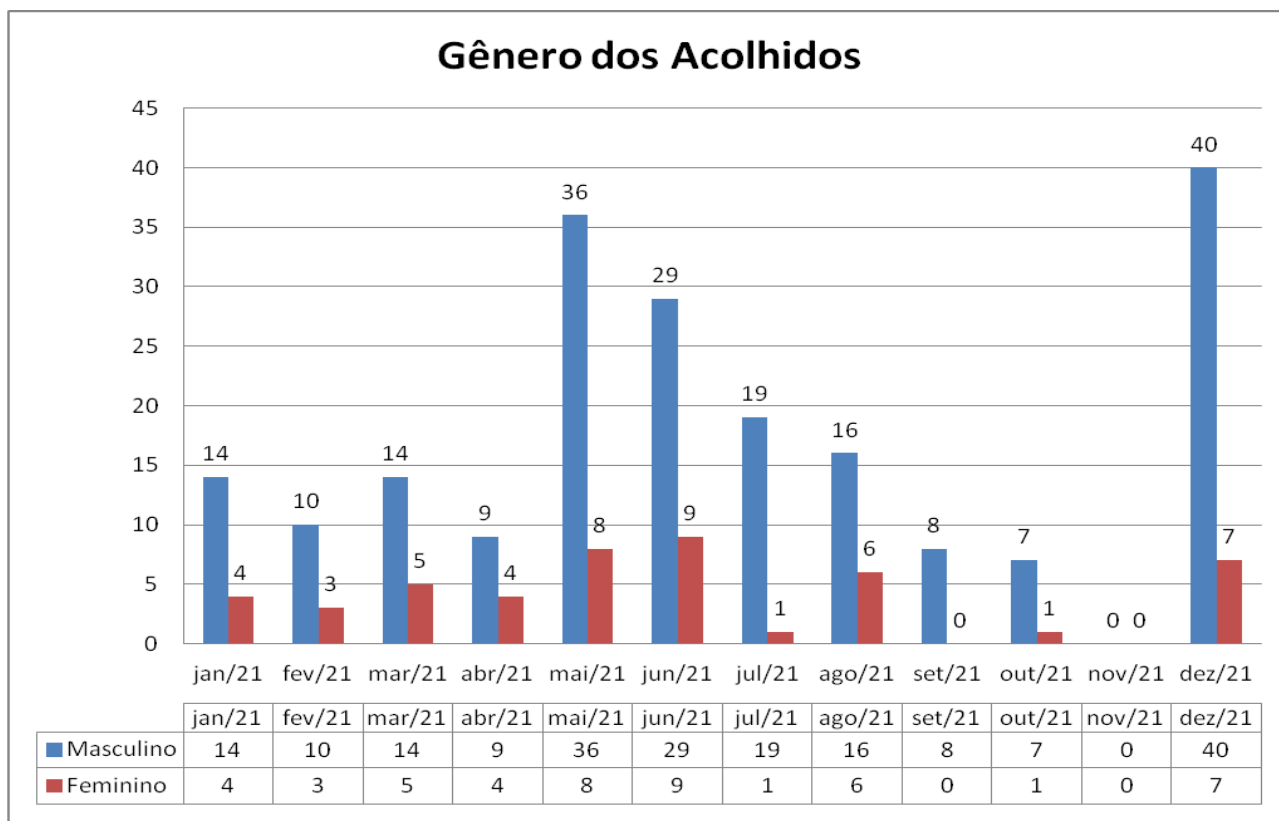


Tabela 36. Gênero dos Acolhidos em 2021



Ao longo do ano foram acolhidas 272 pessoas, em sua maioria homens adultos, sendo que algumas chegaram a passar até 4 vezes pelo abrigo, totalizando 324 acolhimentos, com maior fluxo entre os meses de maio/junho e novamente em dezembro. 141 usuários já se encontravam acolhidos em outros serviços, sobretudo no SAMIM. Apenas 21,3% deles testaram positivo para a doença e 72% dos acolhidos a partir de outubro declararam ter tomado pelo menos uma dose da vacina contra a Covid.

Resultados alcançados

- Proteção da população em situação de rua com a permanência do abrigo para sintomáticos durante a pandemia;
- Encaminhamento de usuários para outros serviços da rede socioassistencial.

Desafios

- Manter os usuários no abrigo durante o período de isolamento;
- Gerenciamento do serviço de acolhimento emergencial para sintomáticos apenas a cargo da Assistência Social;
- Trabalho em conjunto com a saúde através do Consultório na Rua;
- Permanência dos funcionários terceirizados no serviço (limpeza e segurança);
- Fornecimento das refeições com qualidade, na quantidade e horário estabelecido;
- Transporte dos usuários que necessitam de atendimento em unidades da saúde (retorno ao abrigo).

Metas para 2022

Encerrar o acolhimento de sintomáticos e retomar o acolhimento das famílias vítimas de desastres;

APOIO SOCIOJURÍDICO

A atuação sociojurídica está vinculada a Proteção Social Especial e tem por finalidade assegurar atendimento especializado para apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações jurídicas direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, fortalecendo a função protetiva das

famílias diante de um conjunto de condições que as vulnerabilizam. Esta oferta mantém relação direta com a equipe técnica dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que deverá operar a referência e a contrareferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

No ano de 2021, as orientações jurídicas ocorreram por meio de telefone, e-mail, whatsapp e/ou pessoalmente, com a coordenação e/ou equipe técnica dos CREAS, Centro Dia, Serviço de PSE no Domicílio, do Serviço de Acolhimento CMPCA, Serviço de Acolhimento – Sara-M, Centro de Referência de Pessoa com Deficiência- CRPD, CEAMO, e serviços da Proteção Social Básica.

O apoio sociojurídico é a referência para as articulações com a Defensoria Pública e Ministério Público da Infância e Juventude, referente a casos acompanhados pela proteção especial e tem participação nas discussões de fluxos, procedimentos e políticas públicas da Proteção Social Especial.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Garantia na efetivação dos direitos de famílias e indivíduos atendidos pela Proteção Social.

Metas para 2022

Ampliar o acesso à informação e a efetivação dos direitos de famílias e indivíduos, através de orientações jurídicas para os serviços da Proteção Social Especial e Proteção Social Especial.

Apoiar à Coordenação Geral de Proteção Social Especial.

AVANÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Maior aproximação e reconhecimento do trabalho e das ofertas das diferentes Coordenadorias/serviços da Proteção Social Especial, através dos espaços coletivos de gestão, discussão e construção;

- Mapeamento e conhecimento da demanda integral de violação de direitos atendida na PSE, a partir de análises quanti e qualitativa dos serviços para apontamentos de demandas para construção de políticas públicas e sociais;
- Pactuação, início e retomada de grupos de estudo e trabalho com vistas a discutir e ampliar novas e diversificadas estratégias e modalidades de atendimentos aos usuários/famílias;
- Construção e pactuação de planejamento coletivo da Proteção Social Especial;
- Ampliação de Recursos Humanos, na perspectiva de alcançar a recomposição das equipes, conforme NOB-RH;
- Maior qualificação dos fluxos de trabalho e critérios de inclusão nos serviços com o avanço das construções de indicadores e protocolos de atendimento;
- Início de discussão e análise da demanda de atendimento X Metas pactuadas;
- Discussões e apontamentos sobre a necessidade de desencadear planejamento estratégico com vistas a organizar processos e metodologias de trabalho.

DESAFIOS GERAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Tendo em vista as dificuldades que marcam a gestão pública na maioria dos municípios, e que estão sendo agravadas pela crise econômica e política que o país atravessa os municípios estão enfrentando desafios para operar com efetividade as políticas públicas de assistência social;
- Contudo, dado que toda crise tem sempre uma dimensão de oportunidade, este pode ser o momento adequado para uma avaliação mais profunda da situação das políticas socioassistenciais nos municípios, e das estratégias que devem ser priorizadas para que essas políticas possam de fato contribuir para a redução das desigualdades no Brasil;
- Os desafios de diferentes naturezas podem ser visualizados no decorrer do presente relatório, entre estes, alguns merecem destaques e precisam ser priorizados;
- A necessidade de implantação de novos equipamentos/serviços que atendam as demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho, visando aumentar as ofertas da Proteção Social Especial, preferencialmente de forma territorializada, sob a responsabilidade do poder público, se faz notória;

- Avaliar o tempo de permanência das famílias nos serviços, construir intersetorialmente e com a participação dos indivíduos e famílias, o plano de atendimento e diminuir o tempo de espera entre o apontamento da demanda e a inclusão no acompanhamento, são essenciais;
- A importância de ampliar a presença do poder público incide na redução da rotatividade e qualificação permanente dos profissionais, na possibilidade de garantir o atendimento de 100% da demanda identificada e no maior fortalecimento da parceria com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, na perspectiva, inclusive de alinhar atribuições e concepções;
- Desafios concernentes a qualificação profissional garantindo espaços para reflexão e estudo coletivo acerca das questões relacionadas aos processos de trabalho, práticas e intervenções profissionais, articulações com território institucional e intersetorial, bem como de metodologias diversificadas que propiciem respostas às demandas trazidas pelas famílias/usuários, cada vez mais complexas e que se colocam no cotidiano de trabalho como imprescindíveis;
- E, por fim, investir nas ações contínuas de diálogo entre as diversas políticas setoriais, constituem-se importantes objetos da gestão.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Vigilância Socioassistencial é uma área vinculada à gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos.

Está estruturada a partir de 03 Coordenadorias, sendo:

- Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social
- Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle
- Coordenadoria Setorial de Gestão de Convênios

Além das ações realizadas por meio das Coordenadorias contamos com a Área de Repasses, atuando no processo de organização, acompanhamento e formalização das parcerias e, também, com os profissionais que atuam na organização e gestão de informações, contando com assistente social, analista de processos, estatístico e especialista em relações sociais.

Em 2021 tivemos como desafio principal o processo de elaboração do PMAS 2022-2025, pautado nos seguintes princípios/valores:

- ✓ **Fortalecimento da Assistência Social** enquanto política pública de direito do cidadão e dever do Estado, com as funções de proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial.
- ✓ **Construção coletiva / participação social**, envolvendo Conselhos, usuários (as), trabalhadores (as), gestores (as) e demais interessados;
- ✓ **Elaboração de propostas a partir de elementos da realidade** social, econômica, política, cultural e das formas como estes se traduzem em demandas sociais próprias para a política pública de Assistência Social no atual contexto.

A SMASDH iniciou o processo de construção do PMAS 2022-2025, em março de 2021, constituindo a proposta de trabalho e, em maio, formando os grupos de trabalho interno, com representatividade dos departamentos, das equipes/proteções e gestores, estabelecendo reuniões sistemáticas por meio de Grupos de Trabalho, sendo: GT Gestor do Processo, Metodologia, Articulação e Mobilização, Estudo Socioterritorial, Mapeamento da Rede e Financiamento e Gestão.

O processo de construção do Plano se desenvolveu em 5 etapas:

- ✓ Construção/validação da estrutura do texto do PMAS e da proposta metodológica;
- ✓ Discussão ampliada de ideias/ propostas;
- ✓ Consulta Pública;
- ✓ Sistematização do texto final e encaminhamento para CMAS;
- ✓ Envio do PMAS 2022-2025 para deliberação do CMAS e posterior conhecimento aos demais Conselhos e sociedade.

Cada etapa contou com estratégias diferenciadas de planejamento, organização, sistematização e divulgação, indicando responsáveis por cada ação e prazos. Buscou-se o enfoque que articula o conhecimento de informações e dados obtidos pelos sistemas e fontes oficiais com os elementos qualitativos, obtidos a partir da participação das pessoas no processo.

O processo de reflexão dos grupos de trabalho foi norteado pela metodologia na perspectiva da construção coletiva do conhecimento, através da coleta, reflexão e sistematização dos dados de mapeamento da rede e estudo socioterritorial, os quais compõem o corpo do documento e a organização das ações/diálogos voltado para o município como um todo e nas cinco regiões/territórios com a perspectiva de ampliar a reflexão acerca da avaliação do período anterior (2018/2021), apresentação e as análises do diagnóstico e mapeamento da rede, buscando favorecer a escuta de propostas da população sobre as prioridades para o próximo período, bem como, socializar as avaliações e estudos realizados.

Considerando o contexto de pandemia e a necessidade de proteção dos sujeitos, priorizou-se o uso de recursos virtuais para realização da discussão ampliada (encontros regionais) e identificação das ações prioritárias e coleta de sugestões (consulta pública).

Destacamos aqui as principais ações realizadas pela equipe da Vigilância Socioassistencial, tanto no apoio às Coordenadorias e demais áreas da Secretaria, quanto na gestão das informações, sendo:

- Coleta, organização e lançamento de parte dos dados do sistema PMAS Web (Estado) e do Censo SUAS 2021;
- Extração, sistematização e elaboração de dados do SISNOV para apoio e divulgação nas ações de “Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” do Maio Laranja e “Mês da conscientização da violência contra a pessoa idosa” do Junho Violeta;

- Organização e inclusão de informações do SIGM na planilha da saúde para envio aos DAS/CRAS, como parte da ação conjunta intersetorial com a Secretaria Municipal de Saúde para dar apoio às famílias que perderam parentes vítimas da COVID-19 baseada no contato com as famílias por meio dos CRAS, Centros de Saúde e com colaboração da equipe de saúde mental;
- Elaboração dos fluxogramas dos seguintes processos: Convênios com o Governo Federal, SIGTV, SP SEM PAPEL e CAMPINAS PROTEGE;
- Elaboração de proposta de cálculo de indicadores dos serviços executados pela rede socioassistencial;
- Construção dos painéis de indicadores e discussão junto à rede de serviços socioassistenciais;
- Continuidade do processo de articulação da Vigilância Socioassistencial e Labeurb/Unicamp – sendo realizados dois encontros de seminários internos sobre Vulnerabilidade (Labeurb) e Assistência Social (Vigilância) e um para planejamento conjunto da proposta de parceria a ser firmada;
- Elaboração e apresentação de estudo sobre realidade dos bairros: San Martin (e adjacências), na intersetorial Nascentes (2 encontros); do Satélite Iris (e adjacências) na reunião da rede Novas Atitudes;
- Reunião sobre novo projeto no Jardim Miriam (região Leste) quando foi discutida a temática “estudo socioterritorial e possibilidades de articulação em rede”;
- Reuniões com a Coordenadoria Especial para Políticas Públicas da Pessoa Idosa, para pensar proposta de banco de dados com informações sobre violência;
- Revisão do Mapa de Serviços (diálogo com 4 CRAS para ajustes da área de abrangência);
- Participação no GT de Rotas Acessíveis;
- Participação da Equipe no Processo de Construção do PMAS 2022/2025:
 - Elaboração da proposta inicial do PMAS, participação nos GTs de Trabalho (Estudo Socioterritorial e de Mapeamento dos Serviços);
 - Articulação, facilitação, organização das atividades do Grupo de trabalho Estudo Socioterritorial base para PMAS 2022-2025. Foram inúmeras ações, desde

elaboração de documentos, planilhas, textos, atividades de estudos coletivos, individuais, gráficos, tabelas, reuniões, pesquisa de dados e informações, sistematização, comunicação, elaboração, aplicação e análise de pesquisa qualitativa, articulação interna e externa para acessar/compreender dados (ex: trabalho e renda, educação, saúde, depto. direitos humanos, segurança alimentar, desenvolvimento econômico e social, dentre outros);

- Organização de diversos bancos de dados (SISNOV, SIM, SINASC e outros) para composição do Estudo Socioterritorial do PMAS e, elaboração de Dashboard dos dados do SISNOV;
- Participação em cursos, seminários, conferência e eventos.

No que diz respeito às ações da Área de Repasses, atuamos na formalização das parcerias com organizações da sociedade civil para a execução de serviços socioassistenciais por meio de Termo de Colaboração, sendo formalizados 105 Termos Aditivos, para prorrogação da vigência das parcerias decorrentes de Editais de Chamamento Público e processos de Dispensa de Chamamento. Também foram formalizados 02 Termos de Colaboração referentes a emendas parlamentares do Governo Federal.

Com relação aos Termos de Fomento, celebrados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, formalizamos 43 termos referentes ao Edital de Chamamento CMDCA nº 01/2020, de acordo com os eixos temáticos especificados abaixo:

EIXO TEMÁTICO	PROCESSOS
ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
CULTURA	5
EDUCAÇÃO	1
ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER	7
FORTALECIMENTO DE AÇÕES PARA A CULTURA DE PAZ	2
FORTALECIMENTO DE AÇÕES PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA	2
SAÚDE	4
TRABALHO	5
Quantidade Total	43

E outros 57 Termos de Fomento referentes à Resolução CMDCA nº 21/2021, sendo:

POLÍTICA	PROCESSOS
Assistência Social	39
Educação	11
Saúde	7
Quantidade	57

Desafios durante a execução das atividades

- A pandemia de COVID-19 representou a interrupção de atividades que a princípio tinham sido planejadas para execução presencial e desafios quanto ao estabelecimento de prazos para possível retomada. Com isso, várias das atividades foram adiadas ou reorganizadas para acontecerem de forma remota. Diante disso, houve a necessidade de recursos diferenciados como dados de internet, celulares, computadores condizentes com as novas demandas, uso de aplicativos de comunicação, ferramentas acessíveis de compartilhamento de documentos, nem sempre adequados para as necessidades;
- Recursos humanos insuficientes para trabalhos de articulação com setores/serviços da própria secretaria e demais áreas de forma centralizada e descentralizada. Além disso, identificamos a necessidade de ampliação de profissionais para trabalhar grandes bases de dados, assim como para apoio administrativo;
- Necessidade de composição da equipe com profissionais de outras formações (ex.: áreas da: geografia, demografia) e com domínio de ferramentas que possibilitem o trabalho de georreferenciamento dos dados e geração de mapas que auxiliem a visualizar as informações territoriais;
- Dificuldade em obter informações atualizadas das bases de dados para realização do estudo socioterritorial referencia para a elaboração do PMAS;
- Dificuldade em obter informações a nível territorial, de acordo com abrangência de CRAS/DAS e outras organizações territoriais;
- A falta de licenças de software específicas, o que limita ou inviabiliza o alcance de trabalhos importantes como os Dashboards.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- A ação conjunta intersetorial com a Secretaria Municipal de Saúde fortaleceu a relação entre Vigilância em Saúde e Vigilância Socioassistencial, bem como a articulação entre as secretarias, dando suporte às famílias que perderam parentes vítimas da COVID-19;
- Manutenção das ações de articulação para formalização de parceria com Labeurb da Unicamp;
- Maior articulação com outros departamentos/secretarias como: Segurança Alimentar, Trabalho e Renda, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico e Social;
- Avanço na elaboração e atualização do estudo socioterritorial de forma coletiva, com participação de profissionais de diferentes serviços/coordenadorias do DOAS e da Vigilância. A atualização do Estudo Socioterritorial vem possibilitando maior aproximação e troca de informações com as demais coordenadorias e departamentos dentro da SMASDH;
- Devolutiva dos participantes dos 5 encontros regionais para elaboração do PMAS 2022-2025, sendo, em geral, muito positivas quanto às apresentações do estudo socioterritorial e trazendo contribuições importantes para qualificar as análises;
- As parcerias formalizadas permitiram a continuidade na execução dos serviços socioassistenciais, bem como o acompanhamento e qualificação das ações por meio do processo de monitoramento.

Metas para 2022

- Finalizar e publicar texto base do estudo socioterritorial para PMAS 2022-2025 no site da Secretaria/Vigilância Socioassistencial;
- Realizar roda de conversa sobre o estudo socioterritorial com usuários da política pública de Assistência Social;
- Finalizar análise e socializar resultados da pesquisa qualitativa base para estudo socioterritorial PMAS 2022-2025;
- Elaborar e publicar estudos sobre temáticas específicas relacionadas às demandas sociais do município, como por exemplo, sobre violências, dentre outras;
- Realizar encontros com as regiões para socializar o estudo socioterritorial, com apresentação de dados mais específicos das áreas de abrangência de CRAS/DAS e informações obtidas para além do estudo;

- Reorganizar informações mediante demanda e dar continuidade às discussões sobre o “Estudo Socioterritorial base para PMAS 2022-2025” com outros atores;
- Fortalecer relação do setor de gestão da informação da VS com as intersetoriais, equipes das regiões e outros;
- Formalizar parceria com o LABEURB da Unicamp a partir do interesse das organizações envolvidas, bem como dar continuidade às reuniões para realização do estudo conjunto com o tema da vulnerabilidade social;
- Reorganizar processos de coleta e lançamento dos dados do Censo SUAS 2022;
- Dar continuidade à ação conjunta intersetorial com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) no apoio as famílias que perderam e continuam perdendo parentes para a COVID-19;
- Realizar a atualização dos dados para compor a parte do PMAS Web/Estado que é de responsabilidade da Vigilância Socioassistencial no ano de 2022;
- Finalizar a atualização das áreas de abrangência dos CRAS no Mapa de Serviços;
- Retomar reuniões do Fórum de trabalhadores da Vigilância Socioassistencial da macro região, repensando identidade, formato das reuniões, local para reunir, ações, conteúdo dos encontros e possíveis parceiros/membros desse coletivo;
- Publicizar os painéis de indicadores dos serviços executados por meio de parcerias;
- Estabelecer fluxo de processos referentes aos editais de chamamento, resoluções de repasses e emendas parlamentares;
- Organizar as ações de planejamento a partir dos eixos de comunicação, fluxos, capacitação e monitoramento das ações;
- Estruturação da Área de Repasses;
- Estabelecer cronograma para acompanhamento dos prazos gerais referentes aos processos de parcerias.

COORDENADORIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CADASTRO SOCIAL - CTRCS

A Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social realiza a gestão do Cadastro Único Federal e dos Programas de Transferência de Renda, Federais, Estaduais e Municipais.

A gestão ocorre através do cadastro de beneficiários, atualização dos bancos de dados, sistematização das informações e ações de cumprimento das condicionalidades exigidas por cada programa.

Ademais, a Coordenadoria cadastra e gerencia, no âmbito municipal, o Sistema Integrado de Governança Municipal – SIGM, para integração das informações sociais as quais se materializam em ferramentas para execução e gestão dos serviços e programas da rede socioassistencial pública e privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A Coordenadoria conta atualmente com quatro servidores municipais e uma equipe de cinquenta e seis prestadores de serviço da empresa IMA – Informática dos Municípios Associados, realizando atendimento presencial e remoto.

COORDENADORIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CADASTRO SOCIAL	
LOCAL DE TRABALHO	EQUIPE
Prédio PMC -Gestão	4
Prédio PMC apoio à gestão	3
Geral - supervisão	2
Geral - apoio à supervisão	4
Unidades Móveis – Motoristas	2
Unidades móveis – atendentes	2
Prédio PMC- Whatsapp	5
Região Norte – Entrevistadores sociais	4
Região Sul - Entrevistadores sociais	10
Região Leste – Entrevistadores sociais	4
Região Noroeste – Entrevistadores sociais	10
Região Sudoeste – Entrevistadores sociais	8
Centro POP – Entrevistadores sociais	1
Espaço Cidadão – Entrevistadores sociais	1

Essa equipe além de realizar a inclusão e atualização do Cadastro Único, também orienta os cidadãos sobre os programas usuários que são aqueles que utilizam a base de dados do Cadastro Único para selecionar beneficiários sendo os principais programas:

Programas Federais

Auxílio Brasil – programa novo que substituiu o Programa Bolsa Família

Carteira do Idoso

Casa Verde Amarela

Tarifa Social de Energia Elétrica

Sistema de Isenção de Taxa de Concursos Públicos-SISTAC

Facultativo de Baixa Renda - antes Alíquota Reduzida INSS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

Id-Jovem –Programa Identidade Jovem

Isenção da Taxa de Inscrição da OAB / UNICAMP

Auxílio Emergencial

Programas Estaduais

Viva Leite

Ação Jovem

Renda Cidadã

SP-Acolhe

Vale Gás

Bolsa Trabalho

Bolsa do povo educação

Programas Municipais

Cartão Nutrir

Tarifa Social de Água

Campinas Protege

Desafios durante a execução das atividades

- As ações de gestão de benefícios do programa Bolsa Família foram suspensas durante o ano de 2021 pelo Ministério da Cidadania, em razão da pandemia de Covid-19;

- Devido a ampliação da equipe e de troca de alguns prestadores de serviço nesse ano sendo esses ainda sem conhecimento do serviço, foi necessária uma atenção especial a esses novos membros da equipe;

- Suspensão das Capacitações de entrevistador Social presenciais pelo Ministério da Cidadania, devido a pandemia do Covid 19, as capacitações ocorreram de forma remota, sendo realizadas pelo estado, porém avaliamos que houve um prejuízo de aprendizado em comparação com as capacitações anteriores realizadas de forma presencial;

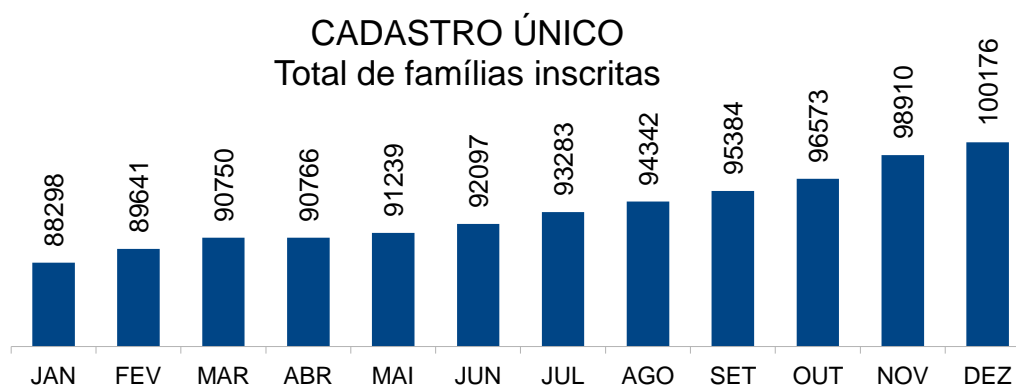
- Dificuldades relacionadas com a manutenção das unidades móveis;

- Atraso no recebimento de informações sobre os novos programas federais e estaduais, devido a pandemia do Covid 19, vários programas foram criados de forma emergencial, o que causou uma grande procura por parte da população antes mesmo do recebimento de listagem pelo município;

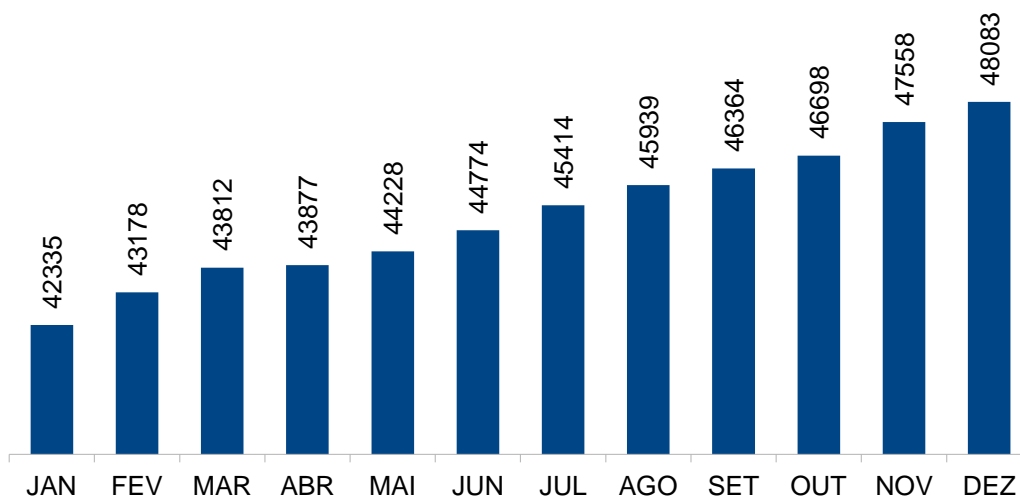
- Dificuldade de contato com as famílias via telefone, devido a pandemia do Covid 19 para evitar aglomerações foi priorizado o contato telefônico com as famílias, porém avaliamos que ocorrem muitas trocas de número de telefone sem que a família solicite a atualização no cadastro único.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

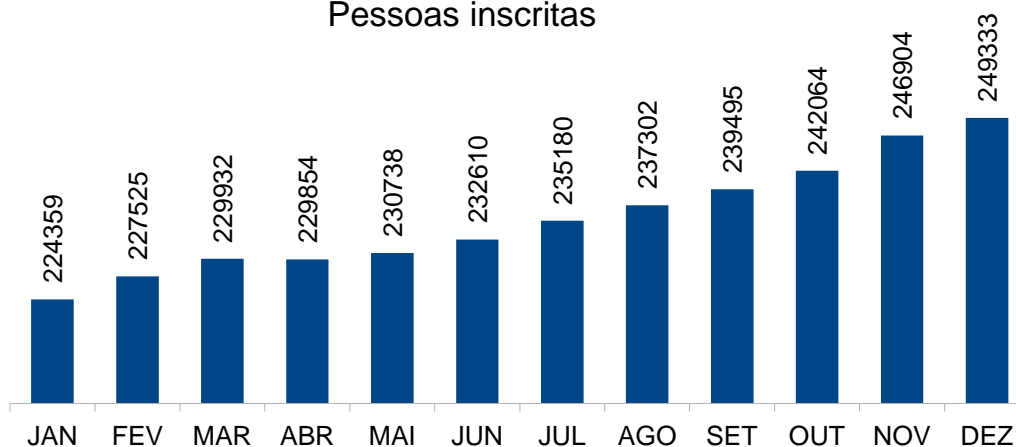
- Ampliação da equipe para atendimento a população via Whatsapp, com um número de telefone específico por região, o que contribuiu para os beneficiários terem suas dúvidas e solicitações sanadas sem necessidade de deslocamento;
- Criação de um posto de atendimento no Espaço Cidadão – Paço Municipal, consideramos esse novo posto estratégico para a população que faz o saque do seu benefício na região central e caso ocorra algum problema, precisa de uma orientação rápida, sem necessidade de agendamento sobre o motivo do não recebimento.
- Ampliação das famílias inscritas no Cadastro Único, conforme gráficos abaixo:



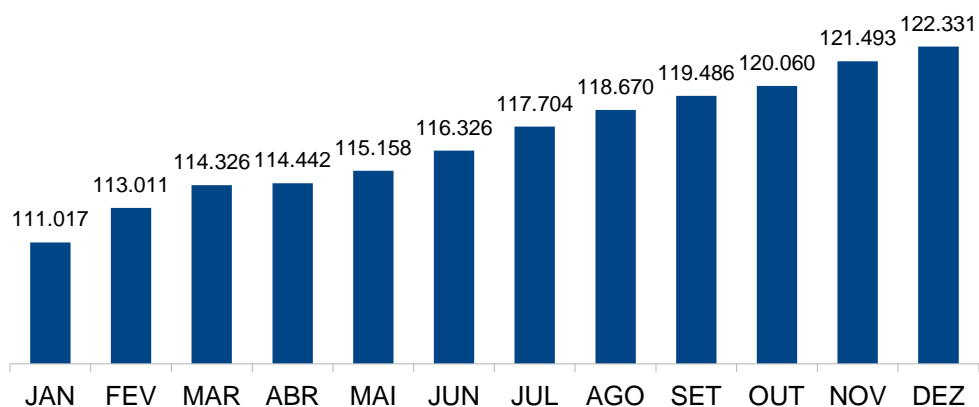
CADASTRO ÚNICO Famílias em situação de extrema pobreza



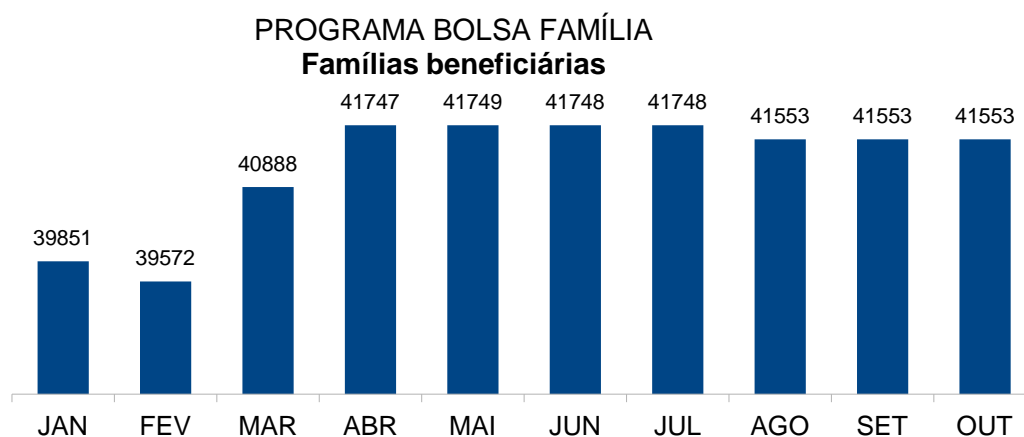
CADASTRO ÚNICO Pessoas inscritas



CADASTRO ÚNICO Pessoas em situação de extrema pobreza



- Criação do Auxílio Campinas Protege – auxílio financeiro em caráter emergencial e temporário, destinado às famílias que tenham crianças e adolescentes de até 17 anos e 11 meses e cujo detentor da guarda morreu em virtude do coronavírus;
- Ampliação das famílias no Programa Bolsa Família, conforme gráfico e tabelas abaixo:



PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Obs.: a redução do valor médio do benefício está relacionada ao processo de transição para o pagamento do Auxílio Brasil, com composição de valor específico.

Mês	Famílias	Valor Total Repassado	Valor Médio
JAN	39.851	R\$ 7.277.160,00	R\$ 182,61
FEV	39.572	R\$ 7.145.447,00	R\$ 180,57
MAR	40.888	R\$ 7.422.234,00	R\$ 181,53
ABR	41.747	R\$ 3.483.898,00	R\$ 83,45
MAI	41.749	R\$ 3.543.719,00	R\$ 84,88
JUN	41.748	R\$ 3.598.918,00	R\$ 86,21
JUL	41.748	R\$ 3.657.475,00	R\$ 87,61
AGO	41.553	R\$ 3.717.080,00	R\$ 89,45
SET	41.553	R\$ 3.804.561,00	R\$ 91,56
OUT	41.553	R\$ 3.885.646,00	R\$ 93,51

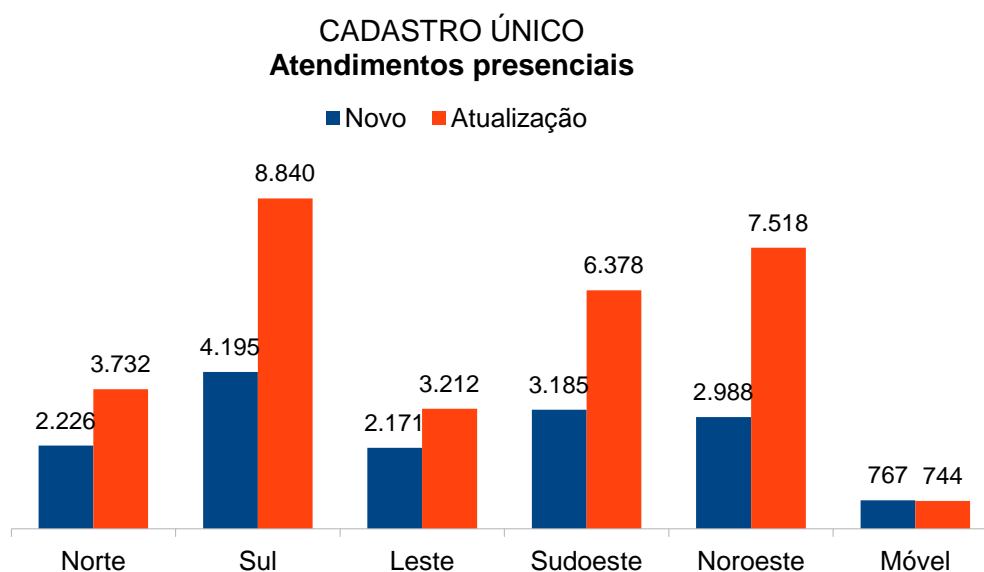
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – Por tipo de Benefício						
Mês	BÁSICO	BCA	BVJ	BVN	BVG	BSP
JAN	37.023	49.981	4.453	247	1.641	20.461
FEV	35.534	49.680	4.608	326	1.649	20.505
MAR	36.925	50.747	4.810	383	1.761	22.007
ABR	37.840	51.211	5.067	458	1.768	22.899
MAI	37.842	51.215	5.067	459	1.768	22.901
JUN	37.842	51.249	5.067	459	944	22.956
JUL	37.873	51.259	5.067	289	944	22.971
AGO	37.695	50.329	5.979	944	211	22.846
SET	37.695	50.123	6.198	944	76	22.849
OUT	37.695	49.928	6.405	0	394	22.890
Legenda:	Básico – para famílias em situação de extrema pobreza					
	BCA – benefício variável criança					
	BVJ - benefício variável jovem					
	BVN – benefício variável nutriz					
	BVG – benefício variável gestante					
	BSP – benefício de superação da extrema pobreza					

- Orientação à população quanto aos novos programas estaduais e federais, principalmente o Programa Auxílio Brasil e o Programa Gás Brasileiro, com informações de atendimento e repasses na tabela abaixo:

Programa Auxílio Brasil			
Mês	Famílias	Valor repassado	Valor médio
NOVEMBRO	40864	R\$ 8.902.106,00	R\$ 217,85
DEZEMBRO	40777	R\$ 8.878.806,00	R\$ 217,74
Auxílio Gás dos Brasileiros			
Mês	Famílias	Valor repassado	Valor médio
DEZEMBRO	19684	R\$ 1.033.410,00	R\$ 52,50

- Realização de atendimento de forma presencial e remota conforme tabela e gráfico a seguir:

Atendimentos remoto	
Canais	Atendimentos
Central de telefone Cadastro Único de março a agosto <i>(sendo encerrada após esse período para reorganização das atividades)</i>	7.892
Chat – total de atendimentos	1.548
Facebook- respostas dadas	431
Whatsapp respostas concluídas	58.784
E-mail Bolsa Família - respostas concluídas	2.324
E-mail Cadastro Agenda – respostas concluídas	3.114
Alcançadas por notícias no Facebook	33.759
Cadastros realizados de forma remota	965
SMS- enviados	219.842



- Realização de cerca de 200 visitas domiciliares em especial ao público do BPC acamados e com dificuldade de acesso à tecnologia, tanto para inclusão quanto para solicitação de benefício, atualização cadastral para manutenção do benefício, além de 965 cadastros remotos também para esse público quando possuem acesso à tecnologia;

BPC – PESSOA COM DEFICIÊNCIA		
Mês	Beneficiários	Repasse total
JAN	7511	R\$ 8.273.100,63
FEV	7505	R\$ 8.263.200,63
MAR	7542	R\$ 8.306.100,63
ABR	7565	R\$ 8.328.100,63
MAI	7573	R\$ 8.345.701,49
JUN	7570	R\$ 8.340.200,63
JUL	7597	R\$ 8.367.700,63
AGO	7608	R\$ 8.379.801,26
SET	7591	R\$ 8.361.101,84
OUT	7628	R\$ 8.405.101,88
NOV	7682	R\$ 8.466.905,52
BPC – IDOSO		
Mês	Beneficiários	Repasse total
JAN	8891	R\$ 9.797.700,00
FEV	8887	R\$ 9.788.900,00
MAR	8890	R\$ 9.805.400,00
ABR	8857	R\$ 9.759.200,59
MAI	8916	R\$ 9.816.400,00
JUN	8934	R\$ 9.845.000,45
JUL	9001	R\$ 9.916.500,00
AGO	9176	R\$ 10.110.100,18
SET	9194	R\$ 10.124.400,00
OUT	9200	R\$ 10.134.300,00
NOV	9243	R\$ 10.180.393,97

- Realização de 19 turmas de treinamento do SIGM de forma remota totalizando 214 pessoas capacitadas a operar o sistema;

- Realização de reunião do GT dos programas de Transferência de Renda;
- Participação na Comissão do Programa Bolsa Família no CMAS;
- Participação na Comissão do Benefício de Prestação Continuada no CMAS;
- Criação dos GTs - Grupos de trabalho com os trabalhadores do SUAS para melhorias e implementações periódicas no sistema. Que permitiu uma aproximação da realidade vivenciada, favorecendo a construção dos processos de implementação do sistema de forma conjunta e mais próxima das situações cotidianas.
 - GT – Grupo de Trabalho SIGM - Proteção Social Especial de Média Complexidade: SESF, Medida Socioeducativa (LA e PSC), Centro-Dia de Referência, Serviço Domiciliar, PAEFI, Abordagem Social Criança e Adolescente;
 - GT – Grupo de Trabalho SIGM - Proteção Social Especial de Alta Complexidade Criança e Adolescente: Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa Lar para Adolescentes Grávidas e/ou com Filhos, Casa de Passagem, República Feminina e Masculina, Família Acolhedora, Apadrinhamento Afetivo;
 - GT – Grupo de Trabalho SIGM - Proteção Social Especial de Alta Complexidade Adulto: Abrigo para Idoso, Residência Inclusiva, Abrigo de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica;
 - GT – Grupo de Trabalho SIGM - Proteção Social Especial População em Situação de Rua: Abrigo Feminino e Masculino, Casa de Passagem, Oficinas de Trabalho, Abordagem Social, SAMIM, CENTRO POP, Casa da Cidadania, Abrigo Emergencial Pandemia Covid-19;
- Reunião de capacitação com toda a equipe da coordenadoria, sendo pautado as melhorias implantadas pela Caixa por solicitação do Ministério da Cidadania no Cadastro Único, fluxo do Auxílio Campinas Protege, dúvidas sobre transferências de famílias;
- Participação em reuniões do Programa Bolsa Família e Cadastro Único com a SEDS - Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e as Metrôpoles do estado de São Paulo
- Participação em reuniões do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único com o Ministério da Cidadania as Metrôpoles do Brasil.

Metas para 2022

- Estruturação da Coordenadoria de Transferência de Renda em dois setores, Setor de processos de cadastramento e Setor de benefícios sociais;
- Ampliação da equipe administrativa da Coordenadoria;
- Realizar maior divulgação do Cadastro Único e seus programas usuários nas cinco regiões do município;
- Criação de GT do Programa Bolsa Família – em processo de alteração para Auxílio Brasil, envolvendo as Coordenadoras do programa na assistência social, saúde e educação;
- Criação de um GT de Programas Usuários envolvendo os responsáveis por cada programa dentro do município;
- Criação de um fluxo de diálogo com os serviços sobre os motivos de descumprimento de condicionalidades;
- Novo processo de desenvolvimento do SIGM;
- Ampliação do atendimento móvel com a aquisição de mais duas unidades;
- Aquisição de um veículo para realização de cadastro domiciliar;
- Aquisição de novos equipamentos de informática (computadores e notebooks);
- Realização de capacitações presenciais de Entrevistador Social;
- Cronograma de visitas sistemáticas da coordenação aos postos de cadastramento.

COORDENADORIA SETORIAL DE AVALIAÇÃO E CONTROLE - CSAC

Apresentação

No SUAS, a Vigilância Socioassistencial caracteriza-se como uma das funções da assistência social, ao lado da proteção social e da defesa de direitos, assumindo expressão de relevância na formulação e no aprimoramento da condução da Política de Assistência Social, nas esferas municipais, estaduais e federal.

No município de Campinas, a **Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC)** compõe, no organograma da SMASDH a área da Vigilância Socioassistencial e tem como missão o monitoramento e avaliação da rede de serviços socioassistenciais parcerizada a esta SMASDH.

O monitoramento consiste em um processo permanente e contínuo, de acompanhamento da execução dos serviços em relação a seus objetivos e metas, e à adequação à Política Nacional de Assistência Social e às diretrizes do município. Deve prover informações para a gestão pública, Conselhos Municipais e demais órgãos de controle.

A definição e coleta de indicadores compõe o processo de trabalho e são produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, permitindo a partir da gestão da informação aferir se objetivos e metas estão sendo alcançados.

O monitoramento se dá através de estratégias remotas e presenciais, utilizando-se das informações dos sistemas manuseados e alimentados pela rede socioassistencial, ao longo da vigência da parceria, como o SIGM – Sistema Integrado de Governança Municipal, CIPS – Coleta de Informações de Programas Sociais e PDC – Prestação de Contas, além de visitas *in loco* e reuniões para análise e avaliação das ações realizadas no âmbito das parcerias.

As informações coletadas nestes sistemas, além dos demais utilizados no processo de monitoramento e avaliação, alimentam os Relatórios de Monitoramento elaborados quadrimestralmente pelo técnico de monitoramento, que posteriormente são homologados pela comissão de monitoramento e avaliação.

Esta CSAC é responsável ainda pelo apoio técnico a algumas etapas do processo de formalização das parcerias, sendo eles, a participação na análise das propostas apresentadas na ocasião dos Editais de Chamamento dos Termos de Colaboração, bem como dos Termos de Fomento e Resoluções dos Conselhos de Direitos, análise dos planos de trabalho e planos de aplicação e emissão dos respectivos pareceres técnicos após a classificação da proposta e, posteriormente, todo processo de monitoramento e avaliação junto as OSCs com parcerias formalizadas.

O processo de monitoramento e avaliação se efetiva através das seguintes estratégias metodológicas:

- **Visitas in loco presenciais e virtuais:** visitas técnicas realizadas nos serviços com a presença do coordenador e dos profissionais, quando são refletidas e analisadas a infraestrutura física, material, recursos humanos e as atividades realizadas e sua consonância com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado, bem como a análise do cumprimento das metas, a gestão do serviço, as atividades desenvolvidas, os processos de

trabalho social, o alcance dos objetivos e os resultados obtidos, de acordo com a especificidade de cada serviço ofertado, e o Plano de Trabalho apresentado pela OSC – Organização da Sociedade Civil e o Termo de Colaboração/Fomento para a formalização da parceria;

- **Reuniões de Monitoramento:** reuniões com os mesmos objetivos acima apontados, porém realizadas fora do espaço físico do serviço e através de meios virtuais. Nestas reuniões também são obtidos dados do monitoramento de forma geral e discutidas as diretrizes do serviço, bem como esclarecimento de dúvidas, de denúncias e orientações necessárias, além daquelas para pactuação com objetivo de esclarecer, orientar e pactuar prazos e responsáveis de questões referentes ao processo de monitoramento junto à OSC, principalmente em relação ao não cumprimento de orientações realizadas no decorrer do processo;
- **Reuniões para Esclarecimentos da Nota Técnica:** realizadas através de reuniões virtuais junto às OSC, divididas por proteção social, momento quando são compartilhados o conteúdo geral, discutidas e esclarecidas as dúvidas, além das orientações necessárias. Estas reuniões são realizadas em conjunto com o DOAS – Departamento de Operações de Assistência Social, responsável pela gestão pública dos serviços.
- **Acompanhamento do Sistema de Informação on line (CIPS – Coleta de Informações de Programas Sociais):** através de instrumentais disponibilizados à OSC parcerizada que fornece informações mensalmente referentes à gestão do serviço a partir de instrumental construído pela CSAC, com a participação dos serviços e outros setores da SMASDH. Quando necessário, são enviados tutoriais ou comunicados às OSCs e/ou feito reuniões virtuais para orientação referente as atualizações;
- **Acompanhamento do Sistema de Informação online (SIGM – Sistema de Governança Municipal):** em que os serviços registram informações de cada usuário/família atendido(a). A CSAC em interface com a Coordenadoria Setorial de Transferência de Renda e Cadastro Social, DOAS – Departamento de Operações de Assistência Social e as equipes dos serviços acompanha tecnicamente o desenvolvimento e atualização do sistema para adequação à realidade dos serviços (GT SIGM). Os dados são extraídos mensalmente e compõe o banco de dados para análise da execução e produção de indicadores.

- **Acompanhamento do Sistema de Informação (PDC – Prestação de Contas):** em que a CSAC utiliza para consulta aos Planos de Trabalho, Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso, assim como as solicitações de despesas, analisando a natureza técnica das solicitações de alteração de despesa e seus impactos ao serviço, bem como o Monitoramento do RH, monitorando os recursos humanos contratados, transferidos e desligados das OSC;
- **Gestão das informações:** que constitui pelo monitoramento de inconsistências, extração, processamento e armazenamento de dados. Além da produção de indicadores e de fornecimento de informações para subsídios às áreas de gestão e controle social.
- **Contatos telefônicos, e-mails e WhatsApp:** para esclarecimentos de dúvidas em relação à coleta de dados, ao desenvolvimento do trabalho, às solicitações de alterações de despesas, às análises dos planos de trabalho, com orientações necessárias a qualificação dos processos de trabalho junto às OSC, bem como agendamento de reuniões e visitas.

É responsável ainda pelo apoio técnico ao Conselho de Assistência Social e Conselhos de Direitos, na análise dos Planos de Trabalhos apresentados para inscrição de registros nos referidos conselhos, bem como de questões pertinentes a rede de serviços socioassistenciais parceiras, tais como informação sobre dados sempre que necessário. Também realiza todos os procedimentos (Preenchimento e digitalização dos formulários enviados as OSC, visitas in loco e parecer técnico) para atualização do Cadastro do CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social para obtenção e renovação da certificação do CEBAS.

Ainda é responsável pelo suporte técnico e tecnológico para o gestor na inserção no sistema PDC, de editais de chamamento, bem como às Comissões para uso dos sistemas na análise e classificação de editais de chamamento e as OSCs para cadastro de senhas no sistema CIPS e orientações e suporte para utilização e manuseio dos sistemas. E ainda no suporte a gestão, aos profissionais desta CSAC e de outras áreas desta SMASDH com a extração de dados e informações dos sistemas, sempre que necessário.

Vale ressaltar que desde 2020, ano que a equipe de monitoramento e avaliação foi alterada em sua integralidade, estamos vivenciando um cenário de muitos desafios com a formação da equipe, bem como com a revisão de instrumentais e processos de trabalho, aliado ainda a todo processo de reorganização que tivemos a partir da pandemia pelo coronavírus, trazendo desafios diários tanto para a gestão da SMASDH como para as OSCs e também para os profissionais desta CSAC, dentre eles o trabalho em home office e a busca por novas estratégias ao processo de monitoramento.

Neste cenário tivemos ainda no início de 2021 o processo para a prorrogação das parcerias do Termo de Colaboração, um edital de chamamento e uma resolução do CMDCA, para seleção e todo processo de formalização além de um aumento no trabalho de apoio aos conselhos, que culminou em um acúmulo de trabalho aos profissionais, considerando todas as etapas de participação desta CSAC nos processos desencadeados.

Número de OSC's em processo de monitoramento e avaliação

A CSAC realizou o monitoramento sistemático das parcerias por meio de Termo de Colaboração composta por 178 serviços, executados por 96 organizações da Sociedade Civil de Assistência Social e de 39 Termos de Fomento, sendo 37 de OSCs parceiras e 02 de não parceiras da SMASDH.

Os serviços são monitorados a partir da divisão territorial utilizada pelo município:

– Regiões: Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste, distribuídas entre os técnicos de monitoramento.

Também realizamos o cadastro e visitas técnicas para o CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social a todas as OSC parceiras e de 17 OSCs inscritas no CMAS, que não possuem parceria com esta SMASDH.

Recursos Humanos da CSAC

Equipe composta por 13 profissionais, sendo:

- 01 Coordenação – Assistente Social
- 01 Assistente Administrativo
- 01 Analista de TI
- 10 Técnicos de Monitoramento e Avaliação, sendo todos Assistente Social

Vale destacar a contratação de mais três profissionais oriundos de concurso público para composição da equipe de monitoramento e avaliação, considerando toda demanda de trabalho desta CSAC.

Técnicos de Monitoramento Divididos por Territórios:

- Região Norte: 03 Profissionais
- Região Leste: 02 Profissionais
- Região Sul: 03 Profissionais
- Regiões Noroeste e Sudoeste: 02 Profissionais

Principais atividades desenvolvidas pela CSAC organizadas por tabelas e gráficos

Tabela 1 – Totais por Atividades da CSAC

Regiões: Norte + Sul + Leste+ Noroeste e Sudoeste	TOTAL
Visitas In Loco	37
Reuniões Com OSCs Presenciais e Virtuais	85
Verificação de Denúncias	11
Pactuações	03
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Colaboração	360
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Fomento	77
Análise Alteração de Despesas	534
Relatórios Quadrimestrais e de Visitas	459
Apoio a Comissão de Inscrição CMAS e CMDCA – Parecer Técnico	12
Contatos Telefônicos/E-mails/WhatsApp - Orientações	3514

Gráfico 1- Totais por Atividades da CSAC

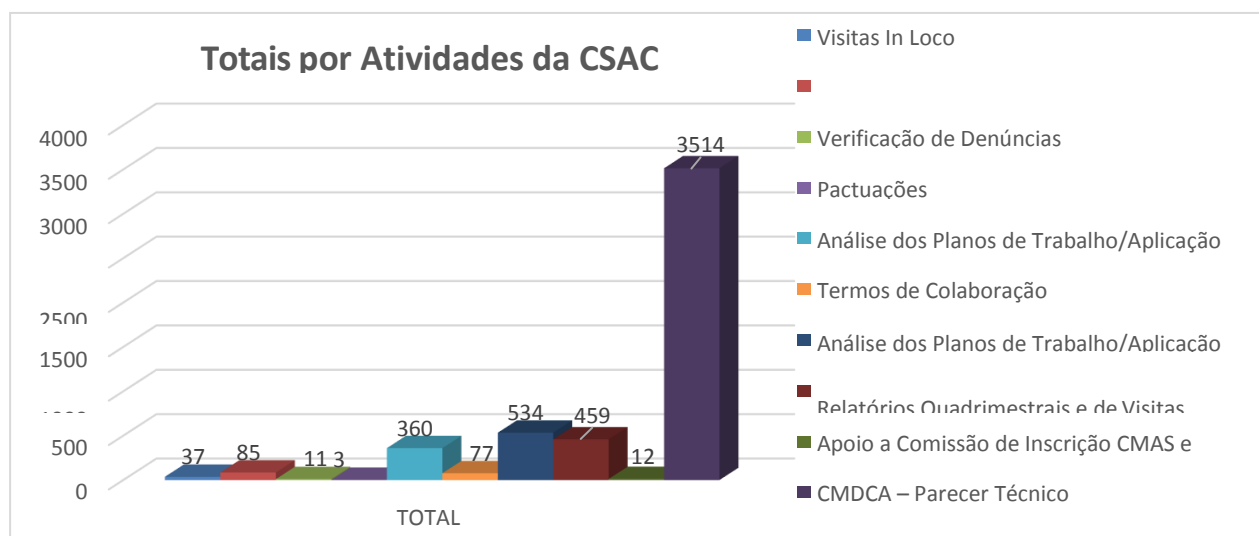


Tabela 2 – Atividades de Gestão

Atividades de Gestão	TOTAL
Reunião de Equipe CSAC	58
Reunião entre as profissionais CSAC	12
Reunião de Coordenação	48
Reunião de Gestão dos Serviços – DOAS	128
Reuniões Diversas (IMA, DOAS, Jurídico/Conselhos)	28
Reunião PMAS (GTS e Geral)	32
Monitoramento Coletivo – Orientações Notas Técnicas	09
Participação em Capacitações	11
Emissão de Declaração CEBAS	03
Contatos Telefônicos /Email para orientações	3452
Apoio a Comissão de Inscrição CMAS e CMDCA – Parecer Técnico	15

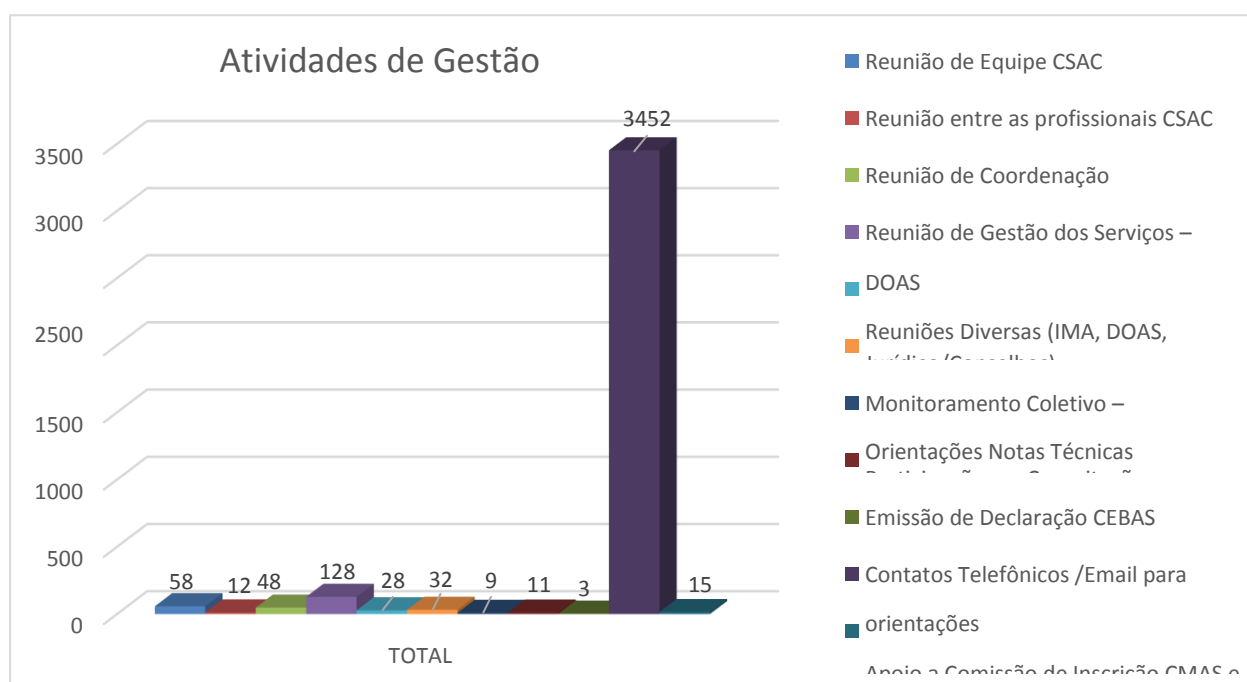


Gráfico 2 - Totais por Atividades de Gestão

Obs.: Vale ressaltar que os números acima podem ser ainda maiores, considerando o período de pandemia, primeiramente o trabalho totalmente em home office e depois de forma híbrida e novamente presencial. Neste período tivemos muitos contatos, orientações as OSC's foram realizadas pela Coordenação do Serviço, sem o apontamento no relatório de atividades. Também tivemos problemas com

a coleta de informações considerando a falta de preenchimento de dados no instrumental de coletas mensal, sendo esta feita somente em um instrumental de atividades em TTR.

O trabalho foi realizado de forma híbrida por alguns períodos, considerando a disposto no Compromisso PMC, uma vez que no momento não havia disponibilidade de organização do espaço físico com o distanciamento adequado dos profissionais, conforme orientações da vigilância sanitária.

Nesta tabela também não estão apontadas várias das atividades de Gestão do Serviço, entre elas: reuniões junto as OSC, contatos telefônicos e e-mail para orientações, reuniões junto aos conselhos, elaboração de pareceres, entre outras pertinentes a suas atribuições, que durante o período teve como foco principal a continuidade da reorganização do serviço em relação aos processos de trabalho, aos instrumentais e as diretrizes do MROSC, apoio aos profissionais na elaboração dos relatórios, pareceres, alteração de despesas e ao acolhimento dos três novos profissionais da equipe, bem como de análise das alterações de despesas referente as parcerias do Termo de Fomento do edital 01 do CMDCA.

Ainda não foram computadas as atividades da profissional de TI, que realiza o cadastro das OSCs no CNEAS, realiza orientações sistemáticas as OSCs e aos profissionais referente a problemas nos sistemas CIPS e PDC e emissão de senhas para acesso ao CIPS, bem como apoio na coleta de dados para a Vigilância e demais setores desta Secretaria quando necessário.

Avaliamos que com todos estes desafios esta CSAC conseguiu realizar de forma satisfatória as demandas colocadas ao serviço, ainda que com um desgaste das equipes tendo em vista a sobreposição de ações e todo este cenário advindo da pandemia.

Vale destacar que para a coordenação foi e tem sido um processo extremamente desafiador todo o desenvolvimento de reorganização desta coordenadoria tendo que buscar a qualificação do trabalho, com uma equipe praticamente nova e sem grande experiência na área de monitoramento e avaliação. Por outro lado, é importante destacar, o apoio próximo e constante da diretora da área durante todo este processo.

Neste contexto a ausência da supervisão técnica, demandada pela gestão do serviço e pelos profissionais e que não conseguiu ser efetivada ao longo do ano, merece ser destacada.

Conforme contexto apresentado, entre as principais atividades no decorrer de 2021, apontamos:

- Reuniões Semanais de Equipe da CSAC para planejamento, revisão dos instrumentais de monitoramento, alinhamento técnico, estudo e criação de estratégias no intuito de qualificação do processo de monitoramento e avaliação;
- Supervisão interna individual e grupal a equipe com vistas a reflexão e qualificação dos relatórios de monitoramento e avaliação e processos de trabalho da Coordenadoria;

- Apoio às ações da Vigilância Socioassistencial e do DOAS com o provimento de informações na construção das Notas Técnicas desta SMASDH, prorrogação das parcerias, termos de fomento, entre outras;
- Reuniões com a Diretoria da Vigilância Socioassistencial;
- Análise e parecer técnico dos planos de Trabalho/Aplicação dos Termos de Fomentos apresentados pelas OSCs, para obtenção de recursos do CMDCA e da readequação do Plano de Trabalho dos Termos de Colaboração;
- Acompanhamento dos Sistemas online (CIPS e SIGM) dos serviços, extração, processamento e divulgação dos dados para a rede de serviços;
- Reuniões com a IMA, responsável pelo sistema PDC;
- Reflexão sistemática sobre os sistemas de Monitoramento e Avaliação – SIGM e CIPS para readequações necessárias, principalmente nos campos de registros das atividades do trabalho social à realidade de cada serviço socioassistencial com foco nas informações dos usuários/famílias atendidas, bem como dados de gestão da OSC;
- Elaboração de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, Cumprimento do Objeto, entre outros;
- Elaboração de Manifestações e Pareceres Técnicos diversos de OSCs, solicitados a esta Secretaria, seja pelos Conselhos Municipais ou por outras solicitações;
- Monitoramento das OSCs executoras de serviços referente ao Termo de Colaboração e daquelas que receberam recurso do FMDCA através de Termos de Fomento;
- Respostas a denúncias referentes às OSCs que executam serviços por meio de parceria com a SMASDH, através do 156 e Órgãos de Controle/Defesa;
- Participação em reuniões de rede, gestão operacional, Grupos de Trabalho,
- Orientações sistemáticas as OSC parceiras em relação a dúvidas quanto ao Plano de Trabalho/Aplicação, Notas Técnicas, período de pandemia e a utilização dos sistemas PDC e SEI;
- Elaboração de relatórios técnicos e fornecimento de dados para esta SMASDH, Conselhos Municipais, órgãos de controle dentre outros;
- Apoio às ações da Vigilância Socioassistencial;
- Apoio na construção do PMAS 2022-2025 com a participação efetiva nos GTS de Metodologia, Articulação e Mobilização, Mapeamento da Rede e Estudo Socioterritorial;
- Atesto de gratuidade e emissão de declaração para fins de CEBAS.

Desafios durante a execução das atividades

- Reflexão sobre o processo de reorganização dos fluxos de trabalho da CSAC, principalmente no que se refere ao monitoramento e avaliação, bem como a construção de planejamento, aliado a execução de todas as demandas postas aos profissionais;
- Execução do total de atividades desta CSAC, considerando a sobreposição de ações com prazos;
- Aprimoramento e qualificação referente a análise técnica presente nos documentos advindos do Monitoramento e Avaliação;
- Sistematização de dados das informações referentes a rede socioassistencial, com vistas a subsidiar a gestão na tomada de decisão;
- Implementação de melhorias entre o fluxo de informações e documentos bem como na comunicação interna entre esta CSAC e demais setores da SMASDH;
- Sistematização das informações de forma a subsidiar o planejamento e avaliação dos serviços socioassistenciais;
- Elaboração dos relatórios de monitoramento e avaliação no prazo proposto pela Gestão da Vigilância Socioassistencial;
- Qualificação dos dados sistematizados, considerando que alguns ainda se mostram repetidos e inconsistentes, em razão de dificuldades dos serviços no preenchimento correto dos dados nos diversos sistemas;
- Devolução das informações de monitoramento e avaliação, tanto para as OSCs como para a gestão dos serviços;
- Solicitação de um grande número de alteração de despesas por parte de algumas OSCs, indicando a ausência de planejamento na elaboração do Plano de trabalho/Aplicação, ampliando assim as demandas do profissional e a necessidade de capacitação das OSCs;
- Grande número de orientações sistemáticas as OSCs, via e-mail e telefone, com vistas a qualificação na execução dos serviços;
- Execução do processo de análise das propostas, dos editais e resolução dos conselhos efetivados em 2021 com a sobreposição de outras ações desta CSAC;
- Processo de reorganização interno da Coordenadoria com a vinda de novos profissionais na composição da equipe de monitoramento aliado a todas as demandas postas a gestão da coordenadoria, bem como aos profissionais, principalmente num período de pandemia com o revezamento das equipes em trabalho presencial e em home office.

Resultados alcançados

- Contratação via concurso público de mais três profissionais, ampliando a equipe desta CSAC;
- Monitoramento de todos os serviços executados por meio de Termos de Colaboração e Termo de Fomento;
- Melhoria no processo de comunicação da Coordenadoria com os demais serviços da Vigilância Socioassistencial e da SMASDH, com a participação da equipe desta CSAC em reuniões e contatos frequentes com o setor de prestação de contas, com o setor de repasses, bem como do Cadastro Único;
- Melhoria na comunicação e nos processos de trabalho com maior interface com o DOAS – Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade através de reuniões periódicas entre as técnicas da CSAC e a gestão dos serviços, coordenações, chefias de setor e outros profissionais;
- Elaboração de relatório de monitoramento e avaliação quadrimestrais, com qualificação dos dados referentes à execução dos serviços da rede parceira;
- Reuniões com as OSC para esclarecimentos e orientações em relação as Notas Técnicas referente ao período da pandemia.
- Elaboração do Planejamento Estratégico junto as equipes;
- Revisão dos instrumentais de coletas de dados (SIGM e CIPS) com uniformização das atividades e consequentemente qualificação na coleta de dados;
- Entrosamento e comprometimento dos profissionais com o serviço.

Metas para 2022

- Contratação de Supervisão Técnica buscando qualificar as ações técnicas do monitoramento e avaliação com o olhar mais para a análise coletiva e para o subsídio às áreas de gestão e controle social, bem como qualificação das ações da Coordenadoria;
- Continuar com o Planejamento Estratégico e Monitoramento das demandas junto as equipes;
- Reorganização dos processos de trabalho da Coordenadoria de acordo com sua função no SUAS e a Lei do MROSC;
- Elaborar um estudo com cronograma de prazos referente a sobreposição das ações da CSAC, com a definição de algumas de suas atribuições;
- Formação continuada dos profissionais da Coordenadoria, em relação a todo o

processo/fluxo de trabalho, principalmente no que se refere a organização e planejamento das ações, fluxos internos e externos de comunicação, processo de monitoramento e avaliação e sistemas informatizados;

- Qualificação do sistema PDC, considerando os problemas identificados no sistema, afetando diretamente o processo de trabalho junto as OSC, bem como da equipe desta CSAC;
- Finalização da revisão dos dados do SIGM junto as OSC e a gestão do DOAS;
- Formação continuada das OSCs;
- Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação com foco nos indicadores e a produção e disseminação de painéis de indicadores por rede de serviços socioassistenciais;
- Elaboração da proposta, aplicação, sistematização e disseminação da Pesquisa de satisfação dos usuários, por amostragem, para com os serviços socioassistenciais;
- Aprimoramento e revisão das ferramentas técnicas (sistemas, instrumentais de monitoramento e relatórios), investindo em melhorias nos sistemas informatizados;
- Continuidade junto a Vigilância Socioassistencial e ao DOAS do processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Qualificação da análise técnica frente aos documentos produzidos por esta CSAC, realizando devolutivas e disseminando o uso das informações para a gestão dos serviços, bem como gestão para a SMASDH, contribuindo na tomada de decisão;
- Aprimoramento no fluxo de informações com a Coordenadoria Setorial de Prestação de Contas, demais setores da Vigilância Socioassistencial, gestão do DOAS e demais setores da SMASDH;
- Disponibilização de um transporte com períodos específicos para CSAC considerando a demanda de visitas em in loco, denúncias e demais demandas da Coordenadoria;
- Organização do espaço físico desta CSAC para cumprimento das exigências da vigilância sanitária e de acordo com as normativas da segurança do trabalho;
- Aquisição de equipamentos de informática com sistemas mais potentes e tablets para os profissionais de monitoramento e avaliação com acesso à internet;
- Estudo dos processos de trabalho para análise do número de profissionais adequados para os processos de trabalho desta CSAC, com a ampliação de mais profissionais caso necessário;
- Contratação de estagiários na área de serviço social e TI.

COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS – CSGC

Está organizada nos setores de Convênios e Prestação de Contas com as seguintes funções:

- Orientar e capacitar às organizações da sociedade civil do Município para a utilização dos recursos públicos recebidos, bem como na elaboração da prestação de contas;
- Receber, analisar e dar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados às organizações da sociedade civil, por meio do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas (FMPIC);
- Fazer a análise, gestão e arquivo dos processos administrativos referentes aos repasses de recursos públicos as organizações da sociedade civil;
- Elaborar, encaminhar e atender eventuais requisições referentes à prestação de contas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- Acompanhar e atuar diretamente na homologação da implantação de funcionalidades no sistema informatizado de prestação de contas junto a IMA, bem como na manutenção periódica do sistema;
- Instruir e acompanhar os processos de convênios, incluindo aqueles oriundos de destinação de emendas parlamentares, formalizados junto ao Governo Federal;
- Alimentar os sistemas, providenciar e enviar os documentos preparatórios e de prestação de contas, referentes aos recursos repassados Fundo a Fundo, pelo Governo Estadual e Federal;
- Acompanhar a execução financeira e elaborar a prestação de contas dos recursos provenientes de convênios;
- Prestar esclarecimentos aos Conselhos Municipais, quando solicitado.

Descrição das atividades realizadas em 2021

Prestação de Contas

A Coordenadoria desempenhou suas atividades durante o ano de 2021 com a equipe do setor de prestação de contas composta por 12 técnicos atuando diretamente na análise, além de 01 jovem aprendiz, 01 Coordenador e 01 Chefe de Setor.

Com o decreto de calamidade pública em função da pandemia da Covid-19, o trabalho foi realizado de forma remota no período de abril/2021 a junho/2021, devido ao agravamento da Pandemia e em conformidade com a publicação do Decreto nº 21.577, de 22 de julho de 2021, as equipes foram organizadas para o revezamento do trabalho presencial no período de julho a setembro/2021, de forma a utilizar a capacidade de ocupação de no mínimo 65%, mantendo o distanciamento mínimo de 1,5 m, iniciamos nosso retorno ao trabalho na forma de escala devido ao espaço físico e número de pessoas na equipe. A partir de outubro/2021 retomamos 100% da equipe ao trabalho presencial com distanciamento de 01 metro.

Durante todo o período da realização do trabalho remoto, foi realizado acompanhamento das atividades com envio de produtividade diária, sendo que os relatórios mensais consolidados constam de processo administrativo próprio.

A orientação e acompanhamento das prestações de contas foram realizados de forma sistemática e foram mantidas as reuniões de equipe no formato virtual, com esclarecimentos de dúvidas, discussões de casos e acompanhamento de prestação de contas. Também foram mantidas as Capacitações de Prestação de Contas Anuais com as OSC's virtualmente.

Foi realizada manutenção no sistema de prestação de contas – PDC durante o ano.

Segue abaixo relatório quantitativo (ref. quantidade de meses lançados no PDC), emitido em fevereiro/2022, das análises realizadas no período de janeiro/2021 a dezembro/2021 (termos de colaboração e fomento):

Número de Prestação de Contas por Status *(extraídos do Sistema PDC em 25/02/22)*

<u>Status</u>	<u>Quantidade</u>
Pendente	0
Em Análise	217
Para Correção da OSC	112
Finalizada	1610
<i>Total</i>	<i>1939</i>

No que se refere à fiscalização, foram selecionados os ajustes abaixo pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para acompanhamento da execução e fiscalização dos repasses.

TC - 009063.989.20-6

PROCOLO: 19/10/01940

OSC: Associação Benficiente Dos 13 (Treze) Pais (Lar Da Criança Feliz)

OBJETO: Ações no âmbito da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Convênio: Termo de Colaboração nº 043/2019

ASSINATURA: 28/03/2019

TC - 016873/989/20-6

PROCOLO: 2020.00005166-38

OSC: Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência

OBJETO: Execução de serviço especializado de proteção social

TERMO DE COLABORAÇÃO: 126/2020

ASSINATURA: 30/03/2020

TC - 022774/989/20-6

PROCOLO: 2020.00023922-19

OSC: Cáritas Arquidiocesana de Campinas

OBJETO: Execução de serviço especializado de proteção social especial de Alta Complexidade – SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA TRAZIDO PELA PANDEMIA DE CORONAVIRUS – COVID-19.

TERMO DE COLABORAÇÃO: 39/2020

ASSINATURA: 10/06/2020

Convênios

Realizamos todo o acompanhamento e instruções dos processos, desde o início do lançamento de propostas, dos prazos de vigência e finalização de prestações de contas junto ao Governo Federal, através do Sistema Plataforma Mais Brasil (Siconv), referente a verbas de Emendas Parlamentares (SIGTV) e Editais de Chamada Pública, conforme descrito abaixo:

1 – **Convênio 805129/2014:** Equipar o Centro de Referência e Apoio a Mulher – CEAMO (Recurso repassado: R\$ 404.081,43)

Prazo de Vigência foi encerrado em 21/11/2021 e dentro do prazo foi encaminhado a documentação de prestação de contas para análise através do sistema específico.

2 – **Convênio 852800/2017:** Equipar CEPiR (Recurso Repassado: R\$ 112.898,72)

Prazo de Vigência foi prorrogado por mais 12 meses, ou seja, até 31/12/2022.

O convênio está em fase de execução, em 2021 foram adquiridos alguns itens e o restante está na fase de licitação, faltando adquirir poucos itens para sua conclusão.

3 - **Convênio 895371/2019**: Emenda Parlamentar firmado entre o Município de Campinas e o Ministério da Cidadania que tem como objetivo apoiar a implantação, a qualificação e a reestruturação das unidades que ofertam serviços de proteção social do SUAS, possibilitando a melhoria das condições de atendimento, a ampliação do acesso dos serviços e o aprimoramento da gestão. (Recurso Repassado: R\$ 100.000,00)

Convênio teve seu Plano de Trabalho ajustado para a compra de mais 03 computadores devido a impossibilidade de adquirir o item “ar condicionado”, comprado com recurso próprio.

Após o aceite das licitações pelo Ministério o recurso foi transferido pelo Concedente, a contrapartida foi depositada e todos os itens de despesas pagos. Estamos no processo de envio da Prestação de contas. Convênio foi executado na sua totalidade.

4 - **SIGTV nº 202015270010 - Emenda Parlamentar** - Valor destinado à OSC Assistência Vicentina Frederico Ozanam no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para custeio.

Recurso foi transferido pelo Ministério da Cidadania - MC, foi formalizado o Termo de Colaboração e análise da Prestação de Contas é realizada através do sistema PDC.

5 - **SIGTV nº 55901350950202001 - Emenda Parlamentar** - Valor destinado à OSC Instituto Padre Haroldo Rahm no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para custeio.

Recurso foi transferido pelo MC, foi formalizado o Termo de Colaboração e análise da Prestação de Contas é realizada através do sistema PDC.

6- **SIGTV – Emenda de Relator** - Valores de R\$ 650.000,00 / R\$ 600.000,00 / R\$ 150.000,00 – CUSTEIO e R\$ 50.000,00 - INVESTIMENTO (Estruturação de rede de serviços do SUAS)

Valores empenhados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, aguardando liberação de recursos.

Encerrados:

1. **Convênio 805129/2014**: Equipar o Centro de Referência e Apoio a Mulher – CEAMO (Recurso repassado: R\$ 404.081,43)

Prazo de Vigência foi encerrado em 21/11/2021 e dentro do prazo foi encaminhado a documentação de prestação de contas para análise através do sistema específico.

Com relação as Transferências Fundo a Fundo foram repassados ao município os valores referentes aos Pisos, e referente à Gestão, conforme abaixo:

GOVERNO FEDERAL:

- Piso Básico Fixo;
- Piso Básico Variável – SCFV;
- Piso Fixo de Média Complexidade;
- Piso de Transição de Média Complexidade;
- Piso de Alta Complexidade I e II;
- IGD - Bolsa Família e IGD – SUAS.

Devido a Pandemia (COVID-19) o MC publicou uma Portaria Conjunta nº 1 de 22/11/2021, dispensando os municípios do preenchimento do Plano de Ação de 2021 no sistema do Ministério, onde as informações contidas no Plano de Ação de 2019 ficaram validadas para o exercício de 2021. O Demonstrativo Sintético referente ao exercício de 2020 foi disponibilizado em 23/11/2021, conforme publicação da Portaria nº 138, de 22 de novembro de 2021. Os gestores terão que lançar as informações até o dia 24/01/2022 e o Conselho de Assistência Social até dia 24/02/2022.

Em decorrência da Pandemia (COVID-19) foram reprogramados os valores emergenciais por parte do Governo Federal através da Portaria do Ministério da Cidadania nº 339/2020 para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN no valor total de R\$ 7.880.580,00 (sete milhões, oitocentos e oitenta mil, quinhentos e oitenta reais).

GOVERNO ESTADUAL:

- Proteção Social Básica (6 a 14 anos e SCFV);
- Proteção Social Especial Média (Abordagem Social, Liberdade Assistida e Centro Dia);
- Proteção Social Especial Alta (Casa de Passagem, Serviço Domiciliar e Abrigo)

Também foram celebrados convênios com o governo do Estado através da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDS, conforme detalhados abaixo:

1. **Convênio 2967/2017** - Potencialização do SUAS no município de Campinas (Valor R\$ 199.283,50) – Plano de Trabalho foi encaminhado a SEDS para análise e até o momento estamos aguardando a devolutiva.

2. **Convênio 2020.76.17197 - SP SEM PAPEL (Emenda Parlamentar)** - Equipar o CRAS Espaço Esperança (R\$ 100.000,00).

Foi repassado o valor no final de 2021 e será dado início no processo de aquisição dos itens.

3. **Termo de Adesão Resolução SEDS nº 33 de 04/12/2020** – Estabelece critérios para cofinanciamento emergencial para os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade no valor de R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais).

O valor destinado foi incluído no PMASWeb Estadual, utilizado na sua totalidade e será Prestado Contas em abril/2022.

Todas as ações listadas acima, do Governo Federal e Estadual, as quais sejam as Transferências Fundo a Fundo, as Adesões, envio de projetos, elaboração de planos e prestação de contas, foram realizadas com apreciação e emissão de parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de publicação de Resolução daquele órgão.

Pontos frágeis avaliados durante a execução das atividades

A situação de calamidade pública decretada pelo município em março/2020 se manteve em 2021 e continuou trazendo desafios na realização do teletrabalho que foram sendo sanados no dia a dia pelas chefias da área e com as orientações e diretrizes da Secretaria.

Destacamos também o aumento do volume de trabalho da Coordenadoria devido ao número maior de parcerias firmadas, implantação de novas funcionalidades no sistema PDC, maior controle na prestação de contas e o rigor com as normativas dos órgãos de controle, situações estas que tem trazido desafios na gestão e organização do trabalho da equipe de prestação de contas, com impactos de déficit de funcionários no setor, devido a licença para tratamento de saúde, além de demandas das organizações da sociedade civil, com relação a legislação que rege a utilização do recurso público e demais questionamentos acerca de prazos de análise por parte da Coordenadoria, orientações e capacitações.

A necessidade de consolidação dos procedimentos e normas, em elaboração através da revisão dos manuais, também tem sido um desafio a ser superado.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Os documentos referentes a prestação de contas do exercício de 2020 foram enviados no prazo (até 30/06/2021) de acordo com as exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e os demais prazos também atendidos.

Foi realizada Capacitação com todos os gestores da SMASDH em 28/09/2021 sobre o fluxo dos Convênios.

Desafios e Metas para 2022

Prestação de Contas:

- Continuidade e aprimoramento das novas funcionalidades do Sistema PDC junto à IMA;
- Definição e sistematização da Prestação de Contas, visando atender aos requisitos da Lei 13.019/14 (manuais e decreto municipal);
- Aprimorar as informações do Portal da Transparência;
- Implantação da Prestação de Contas Simplificada;
- Estudo para análise do possível redimensionamento da equipe de trabalho dos setores de prestação de contas e convênios;
- Continuidade e aprimoramento na Capacitação/Orientação sistemática e periódica às OSC's;
- Elaboração de Manuais de Procedimentos.

Convênios:

Aprimoramento dos fluxos com a Diretoria de Convênios da Secretaria de Gestão e Controle e demais áreas da Secretaria envolvidas nos processos, visando maior captação de recursos, pesquisa sistemática de editais das diversas áreas, elaboração de projetos e acompanhamento de todas as fases de execução dos convênios.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (DSAN)

O Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) tem a missão de “promover o direito humano a alimentação de qualidade de forma permanente e articulada às demais políticas públicas no município de Campinas”, através do gerenciamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricionais – SAN da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH, bem como articular as ações de SAN desenvolvidas pelas demais políticas, secretarias e autarquias da Prefeitura Municipal de Campinas – PMC, através da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

Metas para 2021:

- Ampliar a publicidade, bem como a divulgação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional executadas;
- Implantação das Hortas Urbanas – Cidade Apetitosa;
- Articulação e apoio administrativo para as instâncias da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN E COMSEA);
- Participação ativa no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSAN;
- Participação no Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – CRSANS;
- Reorganização estrutural do Departamento, recebendo novos servidores e estagiários;
- Retomar as ações de Educação Alimentar e Nutricional;
- Reformular o serviço de alimentação dos abrigos municipais.

Resultados alcançados:

- Durante o ano de 2021 houve maior divulgação na mídia e nas redes sociais da secretaria e prefeitura sobre o trabalho realizado pelo Departamento;
- O projeto Cidade Apetitosa teve alteração do nome para Campinas Cidade Solidária e Sustentável e foi instituído como lei municipal;

- O Departamento participou ativamente da CAISAN e COMSAN com os servidores realizando a secretaria executiva e participação como suplente da secretaria na CAISAN e conselheiros no COMSAN;
- Não ocorreu uma reorganização estrutural oficial no departamento e não houve a vinda de estagiários, porém o mesmo recebeu novos servidores, o que foi possível qualificar a administração de alguns programas como o Nutrir Campinas e o Viva leite;
- As ações de Educação Alimentar e Nutricional foram retomadas, em formatos mistos como presencial e virtual;
- A alimentação dos abrigos foi pautada como urgência na atenção dos processos no Programa Assiste, instituído em 2021;
- Participação em evento organizado pelo município de Bauru com apresentação da construção do Programa NutrirCampinas;
- Participação em evento organizado pela DRADS Campinas para apresentação do Programa NutrirCampinas;
- Participação de servidores do DSAN em Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional criada pela Câmara de vereadores de Campinas;
- Participação da nutricionista e coordenadora do DSAN como membro de projeto de pesquisa intitulado “Impacto de uma intervenção educativa para disseminação do Guia Alimentar para População brasileira para profissionais da Saúde, servidores do município de Campinas” em parceria com pesquisadora do NEPA/UNICAMP;
- Publicação do Diagnóstico Municipal e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O setor de Nutrição e Educação Alimentar e Nutricional (NEAN) é responsável pelo gerenciamento e operacionalização das áreas de produção de alimentos dos serviços socioassistenciais da alta complexidade de responsabilidade do município e articular, gerenciar, implantar ações de educação alimentar e nutricional (EAN) no município:

- Gerenciar a oferta de alimentação completa aos usuários dos abrigos permanentes Centro Municipal de proteção à Criança e ao Adolescente (CMPCA), Residência Inclusiva Renascer e Casa de proteção à Mulher SaraM;

- Gerenciar o contrato de fornecimento de refeições transportadas ao Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), CENTRO POP, REFEITÓRIO DA CIDADANIA e em situações de emergências e calamidade;
- Controlar as áreas de produção dos abrigos permanentes, no aspecto técnico, quanto à qualidade do atendimento (qualidade dos gêneros, condições sanitárias das cozinhas e acompanhamento da capacitação de pessoal operacional) e, no aspecto administrativo, manutenção da estrutura física e de equipamentos e utensílios das cozinhas;
- Gerenciar os processos licitatórios de alimentos, equipamentos e utensílios de cozinha;
- Avaliar e elaborar cardápios das diversas categorias atendidas;
- Realizar diagnóstico de estado nutricional dos usuários dos abrigos permanentes e demais públicos atendidos pela rede socioassistencial;
- Participar do Comitê de Aleitamento Materno;
- Participar de Grupo intersetorial de Nutrição das secretarias da PMC;
- Coordenar a rede de segurança alimentar e nutricional, através de seus parceiros, no Grupo de Trabalho de EAN do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Articular e realizar educação alimentar e nutricional junto ao público atendido pelos programas NutrirCampinas, Viva-Leite, rede socioassistencial e demais públicos do município;
- Supervisionar estágios extracurriculares e curriculares em nutrição, quando houver.

NUTRIÇÃO

GERENCIAMENTO DE PROCESSOS

Em 2021, o setor protocolou 34 processos relacionados à aquisição de alimentos, utensílios, equipamentos, manutenção de cozinhas, uniformes e educação alimentar e nutricional. A gestão dos processos protocolados foi realizada durante todo o ano.

Desafios durante a execução das atividades

Licitações desertas e fracassadas de alimentos, nesse ano o fornecimento de carnes e hortaliças ficou prejudicado.

Recebemos um servidor administrativo que realizou parte das questões administrativas dos processos como recebimento de notas fiscais, elaboração de planilhas, verificação de certidões,

entre outras. As questões técnicas dos processos como análise de amostras, elaboração de memoriais descritivos se manteve com a nutricionista e houve remanejamento da técnica de alimentos para auxiliar nessas questões.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Dos 34 processos protocolados, 09 obtiveram sucesso no fornecimento, houve 13 solicitações de utilização de Ata de Registro de Preços da Secretaria de Educação, sendo que 04 delas não houve sucesso, 2 solicitações de reforma e manutenção, 2 processos que tiveram deserto/fracasso nas licitações e 08 que ainda estão em andamento.

Metas para 2022

- Receber servidor nutricionista e estagiários;
- Melhorar o fluxo do andamento dos processos junto às outras secretarias e departamento envolvidos para agilizar o andamento e garantir o sucesso dos fornecimentos, não prejudicando assim a alimentação nos locais atendidos.

CARDÁPIOS

Foram enviados os cardápios para os serviços de acolhimento, os mesmos foram elaborados de forma que respeite a variedade e as faixas etárias, porém com o fornecimento de algum item do cardápio estando prejudicado, todo o cardápio também fica prejudicado. Na Residência Inclusiva Renascer foi elaborado um informativo com as especificidades das comorbidades dos acolhidos, para que as cozinheiras se atentem ao cardápio diferenciado, caso houvesse. As mesmas foram orientadas e nas sessões de orientação nutricional também foi discutido o cardápio.

Os cardápios da empresa que fornece as refeições transportadas são enviados pela mesma com 02 ou mais meses de antecedência para aprovação da nutricionista desse departamento, que faz sugestões de alteração caso haja necessidade. Os mesmos são disponibilizados aos locais através de processo no SEI.

Desafios durante a execução das atividades

A variação de preços, a crise econômica, as intempéries de clima e a sazonalidade são fatores que afetam a produção e os preços dos alimentos, podendo influenciar tanto no fornecimento dos mesmos e conseqüentemente nas licitações e seus sucessos, quanto à manutenção dos cardápios planejados.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Melhor controle dos alimentos ofertados aos usuários;
- Transparência quanto ao planejamento do cardápio de refeições transportadas;
- Planejamento de compras para os serviços.

Metas para 2022

- Receber servidor nutricionista e estagiários;
- Melhorar o fluxo do andamento dos processos junto às outras secretarias e departamento envolvidos para agilizar o andamento e garantir o sucesso dos fornecimentos, não prejudicando assim o planejamento dos cardápios;
- Avaliar preferências e sugestões de preparações junto aos usuários dos serviços;
- Reunir com equipe dos abrigos para sensibilizar ao seguimento do cardápio proposto, quando o abastecimento estiver conforme o planejado;
- Sensibilizar os envolvidos com a produção de alimentos para a qualidade nutricional que é proposta nos cardápios.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL

Para a avaliação nutricional foi realizada a avaliação antropométrica utilizando a balança (Líder até 200 Kg) e o estadiômetro portátil para mensurar o peso e a altura dos usuários, respectivamente. As crianças e adolescentes foram classificadas através dos gráficos referência da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007) e CDC (2000) para Índice de Massa Corporal (IMC)/IDADE, os adultos através da classificação do IMC da OMS (1998), e os idosos a classificação do LIPSCHITZ (1994).

Em meio à pandemia, em 2021 foram realizadas respeitando todos os protocolos de segurança.

Desafios durante a execução das atividades

As avaliações antropométricas foram realizadas no ano de 2021 abaixo do planejamento por consequência da pandemia do novo coronavírus e seus picos durante o ano. Não foram realizadas avaliações antropométricas nos outros espaços pela alta demanda de trabalho e falta de RH ou estagiários suficientes.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Apesar da pandemia, foi realizada avaliação antropométrico em todos os espaços, respeitando o protocolo de segurança, e verificado que houve aumento do sobrepeso nas crianças e adolescentes acolhidos, o que foi discutido com a equipe. Na Residência Inclusiva Renascer houve educação alimentar e nutricional com as cozinheiras, acolhidos e equipe multidisciplinar, inclusive com intérprete de libras, o que resultou em melhor no estado nutricional dos acolhidos. No Saram a nutricionista realizou atendimento individualizado quando se fez necessário com as mulheres e com aquelas que tinham filhos precisando de orientação.

Segue abaixo os gráficos com os resultados das avaliações antropométricas e classificação do estado nutricional dos usuários.

Gráfico 1. Avaliação antropométrica dos acolhidos no CMPCA em 2021.

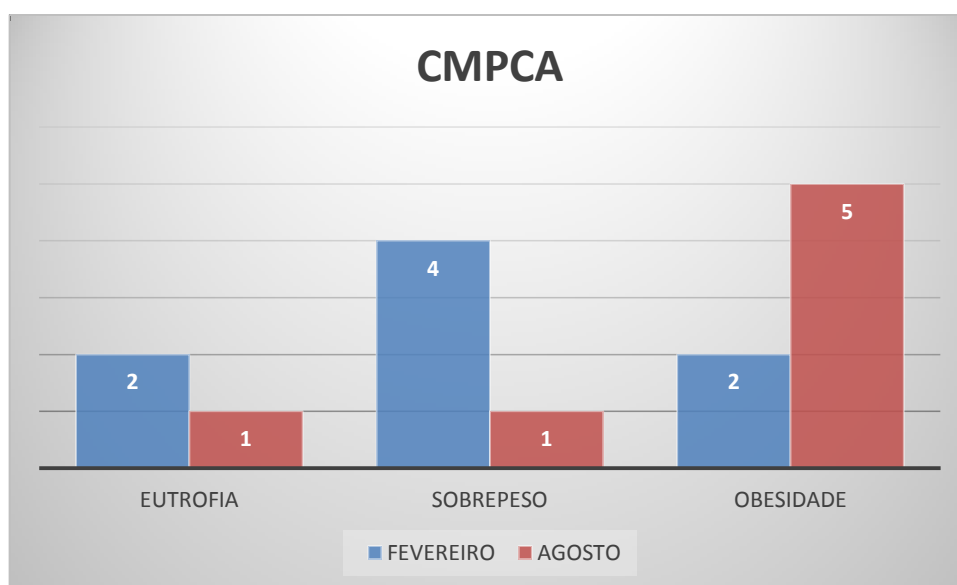


Gráfico 2. Avaliação antropométrica dos acolhidos no RENASCER em 2021.

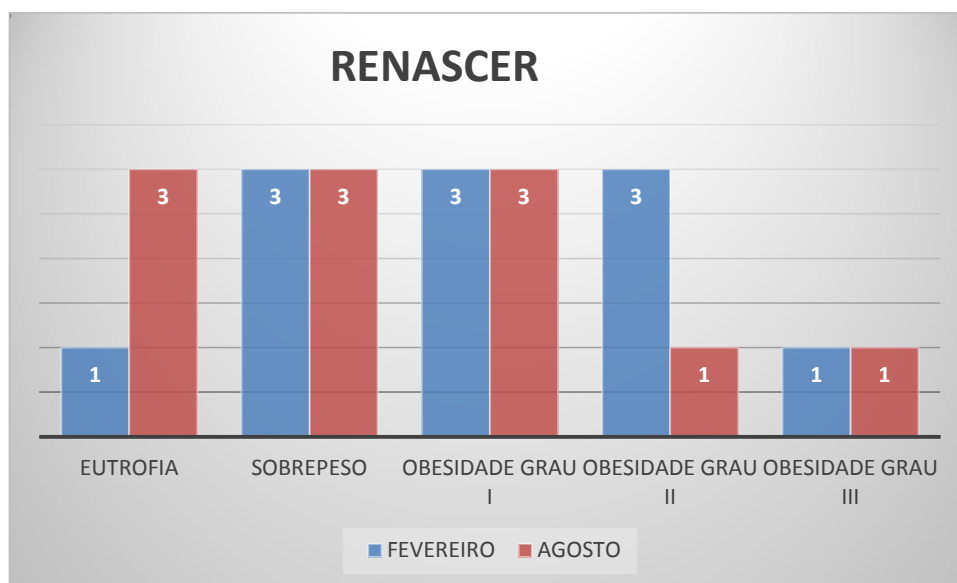
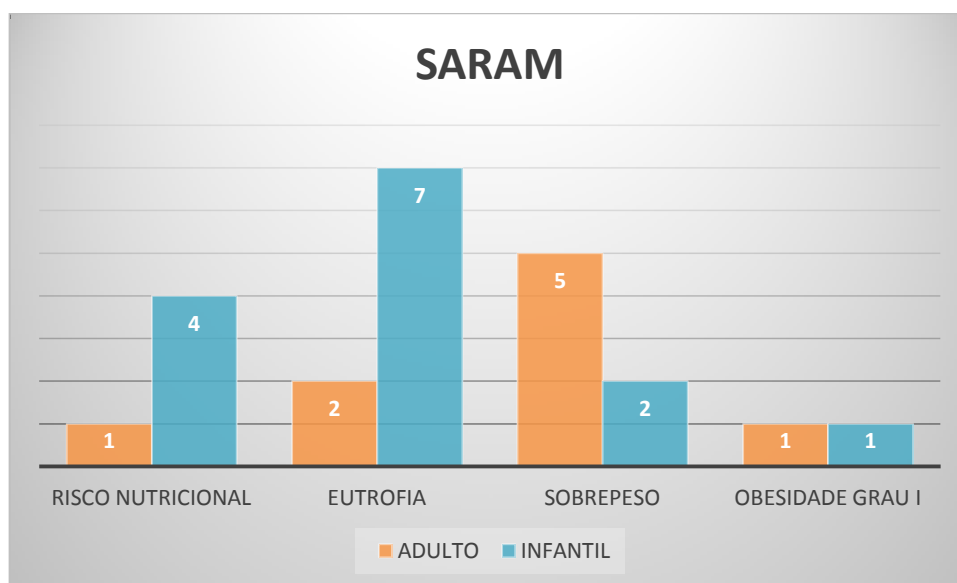


Gráfico 3. Avaliação antropométrica dos acolhidos no SARAM em 2021.



Metas para 2022

- Receber servidor nutricionista e estagiários;
- Realizar avaliação antropométrica conforme planejamento nos serviços de acolhimento;
- Realizar avaliação e orientação nutricional conforme demanda nos serviços de acolhimento;
- Realizar avaliação antropométrica por amostra nos serviços atendidos pela alimentação transportada.

ASPECTOS HIGIÊNICO SANITÁRIOS

O setor de Nutrição tem como a responsabilidade técnica na produção de alimentos em três abrigos da Prefeitura Municipal de Campinas. Para isso realiza treinamentos em boas práticas de manipulação, solicita reformas e manutenção das áreas relacionadas com a alimentação, visitas para verificar as condições higiênico sanitárias com a aplicação de Check List, solicitação de aquisição de materiais pertinentes, solicitação de dedetização, desratização e orientação quanto à limpeza de caixa d'água.

Os três abrigos sob responsabilidade do setor são: CMPCA – Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente; RENASCER – Residência Inclusiva RENASCER e Sara M – Casa Abrigo Sara M.

Desafios durante a execução das atividades

Dificuldade na sensibilização das cozinheiras do SaraM para manter os procedimentos padrões de boas práticas de manipulação como guarda de amostras e o preenchimento das planilhas de controle (higienização, temperatura do alimento e limpeza do estoque).

Correto preenchimento em planilhas de aferição de temperatura principalmente, nas cozinhas do CMPCA e do RENASCER.

Manter a sensibilização alta das cozinheiras para seguir os procedimentos e fazer o correto preenchimento.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Reformas e manutenção: foi realizado no ano de 2021, a reforma de estoque do CMPCA, mediante solicitação desse setor.

Check list: Nas visitas aos abrigos foram realizados 25 check-list (8 no CMPCA e Renascer; e 9 no Sara M) seguidos de orientação quanto à coleta de amostras das refeições e controle de temperatura dos equipamentos e dos alimentos.

Treinamentos: Foi ofertado reciclagem de para as cozinheiras do Saram, uma vez que as cozinheiras dos abrigos CMPCA e Renascer são de empresa terceirizada que tem como responsabilidade a manutenção dos treinamentos. Os assuntos abordados no treinamento foram referentes a CVS 05 de 19 de abril de 2013, dividido em 8 meses: sensibilização; dados de surtos;

responsabilidade técnica e capacitação de pessoal; controle e saúde / higiene e segurança dos funcionários, recepção; armazenamento; pré-preparo e preparo dos alimentos; guarda de amostras; distribuição; área de distribuição e consumo de alimentos; materiais recicláveis e resíduos sólidos; higienização; localização; instalação; manual de boas práticas e procedimentos operacionais padrão. Além destes assuntos elas tiveram uma abordagem sobre saúde e doenças crônicas; alimentação saudável; e preparação de alimentos infantis e mamadeiras.

Uniformes: foram solicitados para as cozinheiras do Sara M, que entraram no cronograma de compras da secretaria.

Metas para 2022

- Melhorar a coleta de amostra das cozinheiras do Sara M;
- Melhorar o preenchimento das planilhas de controle;
- Qualificar o Check list nos abrigos;
- Reciclar as capacitações das cozinheiras do Sara-M;
- Realizar um projeto de hortas no Sara-M;
- Solicitar dedetização/desratização semestral para abrigos.

CONTROLE DE ESTOQUE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Durante o ano foi realizada contagem de gêneros não perecíveis nos estoques e controle de validades dos abrigos, sendo que também foi solicitado aos coordenadores dos abrigos que enviassem as solicitações quando necessário ou em período de férias. Após essas, foram liberados os itens que estavam estocados no Almoxarifado Central para suprir a demanda mensal da alimentação.

O estoque de alimentos no Almoxarifado Central foi controlado mensalmente, organizado nesse espaço para respeito dos vencimentos.

Além disso, quando houve desabastecimento por parte de faltar atas e compras vigentes, a nutricionista e a técnica de alimentos ficaram em constante contato e vigilância junto ao Banco de Alimentos, solicitando doações de alimentos para que não houvesse total desabastecimento. O Banco de Alimentos realizou doação de um total de 2.425,24 Kg de alimentos aos 3 abrigos durante o ano.

Pela falta de fornecedor de carnes, foram solicitadas entregas de Atas vigentes da Secretaria de Educação, e esse produto ficou armazenado no container refrigerado do Departamento de Alimentação Escolar da Ceasa Campinas, emprestado para esse fim a esse setor, a separação e distribuição dessas carnes aos abrigos foi realizada pelo servidor do DSAN.

Foram adquiridos novos freezer e enviados aos abrigos e remanejados outros para que os abrigos tivessem mais local para armazenar ou estocar alimentos congelados.

Desafios durante a execução das atividades

Depender de doações para abastecer os abrigos e não faltar alimentos, modificar os cardápios e planejar estoque de alguns gêneros, para impossibilitar que faltassem, sendo necessária vigilância constante em relação ao uso e vencimentos;

Manter o controle de vencimentos de produtos, tanto no Almoxarifado quanto nos abrigos, para evitar o desperdício;

Orientar no Almoxarifado Central que os alimentos fossem guardados nos armários, dependendo do funcionário do DSAN ir até o local para além do controle de validade, fazer a organização e limpeza dos produtos dentro dos armários, inclusive realizar a higienização dos armários em si;

Solicitar empréstimos de espaços de refrigeração a outros setores;

Aumento do número de processos administrativos e solicitações de empréstimos de atas de outra secretaria.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Combate ao desperdício, evitando que alimentos vencessem nos estoques. Melhor conscientização nos espaços. Evitar o desabastecimento de alimentos nos abrigos.

Metas para 2022

- Manter o fluxo de visitas nos estoques para controle tanto no Almoxarifado Central quanto nos abrigos;

- Manter constante comunicação com os responsáveis pelos locais de armazenamento para organização e controle dos espaços;
- Realizar treinamento de controle de estoque;
- Realizar aquisição de equipamentos para estoque refrigerado;
- Solicitar manutenção de equipamentos de cozinha.

REFEIÇÕES TRANSPORTADAS

O setor é responsável pela fiscalização técnica do contrato das refeições transportadas, sendo que o mesmo contempla os serviços SAMIM, Centro Pop, Refeitório da Cidadania, Abrigos Emergencial Zilda Arns, Casa da Cidadania e situações eventuais e emergenciais. Nesse contrato há a possibilidade de oferta de desjejum, almoço, lanche da tarde, jantar, lanche especial para o Centro Pop, congelados e papinhas. Mensalmente o setor recebeu as notas fiscais, fez o fechamento e relatório financeiro. A empresa foi a mesma desde julho de 2018, tendo uma renovação de contrato no mês de julho de 2021. No ano de 2021 houve a assinatura de Ata de registro de preços para suprir o saldo do contrato que não foi suficiente para todos os locais. Foi solicitada nova licitação para adequar os quantitativos de contrato.

Desafios durante a execução das atividades

Fiscalizar tecnicamente o contrato com a empresa, solicitar que os locais enviassem fotos e relatos caso necessário por e-mail para posterior documentação e elaboração de relatórios.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Em 2021 a técnica de alimentos realizou 04 visitas à cozinha, fazendo relatório para solicitar melhorias e outros aspectos pertinentes à legislação.

Houve 30 coletas de amostras aleatórias das marmitas oferecidas no SAMIM (Serviço de Atendimento ao Migrante, itinerante e Mendicante), Refeitório e na própria empresa e constante comunicação com os espaços sobre a qualidade e quantidade dos alimentos. Sendo relatados à empresa sobre a qualidade e quantidade da mesma.

Esse departamento solicitou que fossem feitas dedetização e desratização nos serviços, semestralmente.

Também foi solicitado que os locais marcassem limpeza de caixa d'água semestralmente.

Itens para lanches extraordinários, como aqueles para os usuários que vão viajar, foram liberados pelo DSAN, além de equipamentos e utensílios necessários, quando solicitados.

Foi realizada reunião com o gestor e todos os fiscais do contrato para explicar o processo e o tipo do objeto e acordar quanto ao planejamento, envio de solicitação, regras de higiene, importância do objeto, entre outras informações.

Quadro 1. Quantidade de refeições ofertadas por locais de atendimento.

MESES/LOCAIS	SAMIM	CENTRO POP	EMERGENCIAL	REFEITÓRIO	CASA CID	TOTAL POR MÊS
JANEIRO	8940	1833	563	7223	1200	19759
FEVEREIRO	7685	1839	696	6565	840	17625
MARÇO	8137	2140	811	7220	1200	19508
ABRIL	7455	1799	759	7320	360	17693
MAIO	8810	1920	1235	7550	600	20115
JUNHO	7735	1879	1069	7580	960	19223
JULHO	7755	1910	693	7870	1240	19468
AGOSTO	8574	2288	782	7830	1520	20994
SETEMBRO	7855	2089	360	7620	840	18764
OUTUBRO	9905	2040	328	7770	840	20883
NOVEMBRO	9125	2040	404	8480	940	20989
DEZEMBRO	9740	2040	965	8595	720	22060
TOTAL POR LOCAL	101716	23817	8665	91623	11260	237081

Metas para 2022

- Manter as análises sensorial e quantitativa das refeições transportadas;
- Manter o planejamento de visitas ao local de produção;
- Realizar pesquisa de satisfação das refeições servidas;
- Elaborar relatórios de análise das refeições ofertadas;
- Iniciar novo contrato.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um dos pilares da Política de SAN, é estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais da atualidade. Com suas ações, é possível verificar a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, além de valorizar a cultura alimentar, os hábitos regionais, a soberania alimentar, promover a redução do desperdício de alimentos, a sustentabilidade e a alimentação saudável (Brasil, MDS 2012).

O DSAN realiza diversas ações de EAN tanto organizadas pelos mesmos como em parceria, e é responsável pelo monitoramento das ações desse tópica no I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Desafios durante a execução das atividades

- Elaborar materiais para abordagem dos temas, com pouco recurso;
- Realizar ações virtuais, por consequência ainda da pandemia;
- Falta de recurso para aquisição de alimentos e outros itens para realização de oficinas culinárias;
- Dificuldade na sensibilização quanto ao preenchimento das planilhas de controles de higiene, temperaturas, recebimento de gêneros, respeitando normas da legislação sanitária por parte dos manipuladores;
- Iniciar novos encontros presenciais, respeitando os protocolos de higiene por consequência da pandemia.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Foram realizadas 81 ações de EAN, dentre ações elaboradas pelo DSAN ou em parceria. Também foram realizados treinamentos com as cozinheiras do SaraM, já citados. Nos abrigos CMPCA e Renascer houve oficinas culinárias e treinamento quanto à elaboração de papinhas e a supervisora de contrato da empresa terceirizada realizou orientação às cozinheiras, conforme está em contrato.

A nutricionista do DSAN voltou a coordenar o grupo de EAN do Conselho Mun. de SAN de Campinas - REDESAN. Foi realizada a III Semana da Alimentação em outubro em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, em parceria com a REDESAN e com o grupo de trabalho das Hortas Comunitárias, com ações mistas virtuais e presenciais. Em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, foi elaborado um hotsite com orientações de alimentação, receitas, a programação da Semana da Alimentação que ficou disponível vinculado ao site da secretaria.

Figura 1. Material de divulgação da III Semana da Alimentação.



Metas para 2022

- Receber servidor nutricionista e estagiários;
- Realizar ações de educação nutricional com os moradores e todos os profissionais envolvidos nos abrigos;
- Realizar curso de capacitação para servidores da prefeitura que atuem diretamente com a população, principalmente da mesma secretaria;
- Retomar com projeto de oficinas culinárias com o tema “Aproveitamento Integral de Alimentos” com cozinheiro, para entidades socioassistenciais;

- Fomentar, através de projeto da Unicamp, curso de capacitação no Guia Alimentar Brasileiro para os servidores municipais;
- Realizar ações de acordo com propostas do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Ofertar curso de higiene de alimentos às entidades socioassistenciais;
- Elaborar projeto de oficina de beneficiamento de alimentos, em parceria com o Banco de Alimentos, ofertadas às entidades da rede socioassistencial;
- Retomar as ações sobre amamentação e introdução alimentar com as mães e crianças atendidas pelo abrigo Sara-M;
- Realizar projetos de EAN no SAMIM;
- Retomar projeto de EAN no Centro Pop;
- Realizar ações com tema “Compostagem” em parceria com o Programa Banco de Alimentos e Programa Cidade Solidária e Sustentável;
- Realizar ações de EAN em parceria com outras secretarias;
- Monitorar Termo de Cooperação com o NEPA/UNICAMP, apresentar relatório final, solicitar novo ou prorrogação.

PROGRAMA NUTRIRCAMPINAS

O Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional “NUTRIRCAMPINAS” é instituído pela Lei Municipal nº 15.017 de 26 de maio de 2015 e regulamentado pelo Decreto nº 18.973 de 11 de janeiro de 2016. Visa a garantia mínima de segurança alimentar e nutricional para as famílias e/ou munícipes, para assegurar o direito humano à alimentação adequada. É um benefício temporário da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

É um vale alimentação em forma de “cartão magnético” com benefício correspondente a 26 (vinte e seis) UFIC’s, a ser creditado mensalmente, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais credenciados, às famílias e/ou indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade nutricional, de acordo com a necessidade da família.

Existem duas modalidades de atendimento que denominamos de “Nutrir Temporário” e “Nutrir emergencial”, conforme prevê nos artigos 6º e 5º do Decreto regulamentador, respectivamente.

Para ter direito ao benefício temporário deverá ser:

- Residente no município de Campinas;
- Estar cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal);
- Estar em situação de extrema pobreza ou pobreza;
- Possuir no seio familiar: crianças ou adolescentes com até 15 (quinze) anos, idosos acima de 60 (sessenta) anos e/ou pessoa com deficiência, impossibilitada para o exercício de atividade profissional.

Além do benefício temporário, o Programa NutrirCampinas, prevê em sua regulamentação o benefício emergencial que pode é concedido por até 03 (três) meses, prorrogáveis por igual período para família e/ou indivíduo em situação de desastre ou vulnerabilidade temporária, após avaliação e solicitação do atendimento socioassistencial.

Considerando a situação de calamidade pública prevista no Decreto nº 20.782, de 21 de março de 2020, foram acrescentados os artigos 3º-A e 7º-A da Lei nº 15.017, de 2015 com a seguinte redação:

"Art. 3º-A Durante a vigência da situação de calamidade pública no Município de Campinas nos termos do Decreto nº 20.782, de 21 de março de 2020, o benefício concedido por meio do 'NUTRIRCAMPINAS' poderá ser utilizado para a aquisição de produtos de limpeza e de higiene pessoal."

Art. 2º Fica acrescentado o art. 7º-A à Lei nº 15.017, de 2015, com a seguinte redação: "Art. 7º-A Durante a vigência da situação de calamidade pública no Município de Campinas nos termos do Decreto nº 20.782, de 2020, poderão ser concedidos até 26.000 (vinte e seis mil) benefícios ao mês no Programa 'NUTRIRCAMPINAS'."

As regras e a distribuição deste do benefício emergencial são realizados pelo Departamento de Operações de Assistência Social. E o que cabe ao DSAN a solicitação, gerenciamento dos processos, aquisição, distribuição e o controle da prestação de contas.

Desafios durante a execução das atividades

- Meio de comunicação com a população elegível (SMS) pouco efetiva: quantidade considerável de elegíveis não recebem SMS e não ficam sabendo sobre o seu direito;
- Meio de comunicação com a população beneficiária (SMS) pouco efetiva: quantidade considerável de beneficiários que não recebem SMS e não ficam sabendo de orientações e informações pertinentes ao seu benefício;

- Com o início da pandemia, e a contratação do Nutrir Emergencial, grande carga de trabalho administrativa; readequação de Rh e remanejamento de outras áreas.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

A gestão administrativa constituiu a gestão e fiscalização dos contratos e ata de registro de preço; interlocução com as empresas, serviços e famílias; vinculação e organização da distribuição dos cartões; controle dos cartões utilizados ou não; substituição de cartões por motivo de perdas; alteração de senha; controle financeiro (empenhos, ordens de fornecimento e recepção das notas fiscais). Em outubro foi realizada a mudança de endereço da equipe que atua no programa e foi possível unificar as equipes atuantes.

Nutrir Temporário:

- Atendimento presencial para entrega do Cartão Nutrir Temporário, observando cuidados com higiene e distanciamento social, tanto para o usuário como para os servidores;
- Em junho iniciou-se novo contrato do prestador de serviço do cartão Nutrir Temporário e Emergencial;
- No ano de 2021 foram realizados 57.330 créditos nos cartões Nutrir Temporário, totalizando o valor de R\$ 5.401.314,57 no ano.

Nutrir Emergencial:

- Foram fornecidos para os Serviços de Assistência Social do Departamento de Operações da Assistência Social e para os serviços do Departamento de Cidadania 4.800 cartões, totalizando o valor de R\$ 443.227,50 no ano de 2021;
- Esse departamento é responsável por receber a prestação de contas dos outros serviços que recebem esse cartão, e foi realizada uma reunião com os mesmos para alinhar o fluxo de prestação de contas.

Nutrir Emergencial Pandemia:

- Os cartões dessa modalidade foram enviados para serem retirados pelos beneficiários em seu território, nos serviços de referência da Assistência Social;
- Foram gerenciados dois contratos emergenciais para prestação desse serviço e em agosto iniciada uma Ata de Registro de Preços;

- Em agosto, houve substituição dos cartões dos beneficiários com o apoio do Departamento de Operações de Assistência Social;
- No ano de 2021 foram realizados 192.249 créditos nos cartões Nutrir Pandemia, totalizando o valor de R\$ 18.654.414,52 no ano.

Tabela 1. Dados do Programa NutrirCampinas em 2021

MÊS	EMERGEN- CIAL SERVIÇOS	VALOR	TEMPORÁRIO	VALOR (R\$)	EMERGEN- CIAL PANDEMIA	VALOR	GERAL	VALOR GERAL R\$
JAN	400	R\$ 36.592,45	4046	R\$ 364.959,70	15584	R\$ 1.507.353,60	20030	R\$ 1.908.905,75
FEV	400	R\$ 36.592,45	4093	R\$ 506.304,16	14511	R\$ 1.571.199,91	19004	R\$ 2.114.096,52
MAR	400	R\$ 36.592,45	4850	R\$ 437.482,59	15803	R\$ 1.512.215,87	21053	R\$ 1.986.290,91
ABR	400	R\$ 38.340,14	4812	R\$ 454.785,73	16235	R\$ 1.518.363,22	21447	R\$ 2.011.489,09
MAI	400	R\$ 38.340,14	4572	R\$ 432.103,15	16586	R\$ 1.543.951,59	21558	R\$ 2.014.394,88
JUN	400	R\$ 36.681,41	4664	R\$ 427.705,12	17091	R\$ 1.666.593,90	22155	R\$ 2.130.980,43
JUL	400	R\$ 36.681,41	4655	R\$ 426.879,79	17609	R\$ 1.651.476,05	22664	R\$ 2.115.037,25
AGO	400	R\$ 36.681,41	5074	R\$ 465.303,56	13684	R\$ 1.339.206,00	19158	R\$ 1.841.190,97
SET	400	R\$ 36.681,41	5437	R\$ 498.591,93	15698	R\$ 1.987.404,52	21535	R\$ 2.522.677,86
OUT	400	R\$ 36.681,41	5338	R\$ 489.513,28	16308	R\$ 1.441.058,12	22046	R\$ 1.967.252,81
NOV	400	R\$ 36.681,41	5.200	R\$ 476.858,20	16570	R\$ 1.478.325,82	22170	R\$ 1.991.865,43
DEZ	400	R\$ 36.681,41	4.589	R\$ 420.827,36	16570	R\$ 1.437.265,92	21559	R\$ 1.894.774,69
TOTAL	4800	R\$ 443.227,50	57330	R\$ 5.401.314,57	192249	R\$ 18.654.414,52	254379	R\$ 24.498.956,59

Metas para 2022

- Readequação de RH;
- Capacitações para a equipe;
- Retomada de ações de SAN e intersetoriais na entrega dos cartões aos usuários;
- Em parceria com Departamento de Ações em Assistência Social, promover ações em segurança alimentar com o público beneficiário do Programa NutrirCampinas;
- Ampliação do número de beneficiários atendidos no programa Nutrir Temporário Campinas;

- Readequar a regulamentação do Nutrir;
- Estudar a criação de outro mecanismo de comunicação para as famílias cuja correspondência não chega ao destino;
- Elaborar/atualizar cartilha sobre programa.

PROJETO VIVA-LEITE

O Projeto Estadual do Leite – VIVA-LEITE, foi instituído pelo Decreto nº 44.569, de 22 de dezembro de 1999, com o objetivo principal de oferecer um complemento alimentar e seguro e de alto valor nutritivo às crianças de 06 meses a 05 anos e 11 meses de idade, pertencentes às famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, cadastradas no Cadastro Único Federal do Estado de São Paulo.

A distribuição é feita de forma gratuita, em embalagem plástica de 01 (um) litro padronizada com os logotipos do Governo do Estado de São Paulo e do Projeto Viva-Leite, e consiste em leite fluído, pasteurizado, com teor de gordura mínimo de 3%, enriquecido com ferro (aminoácido quelato) e Vitaminas A e D. É uma importante fonte de cálcio e proteínas, é enriquecido para melhorar as condições de saúde das crianças atendidas pelo Projeto, auxiliando na prevenção da anemia ferropriva e das hipovitaminoses A e D. Cada família cadastrada no projeto, recebe 15 (quinze) litros de leite por mês.

A Prefeitura de Campinas, através do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional mediante um convênio celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), realiza a gestão do Projeto do Leite no município de Campinas.

De acordo com a lei, as obrigações em comuns à SEDS e aos Municípios:

- Colaborar, acompanhar, supervisionar, prestar contas quadrimestralmente, avaliar e divulgar a implantação e o desenvolvimento das ações decorrentes do convênio assinado;
- Participar da Comissão Municipal responsável pela execução do Convênio;

Obrigações da Secretaria de Desenvolvimento Social por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional:

- Licitar a empresa beneficiadora que enriquece o leite com Vitaminas A e D e Ferro para o fornecimento do leite.
- A entrega do leite nos pontos de distribuição, determinados pelo município, respeitando a quantidade de litros destinados ao total de beneficiários atendidos em cada ponto (de acordo com as crianças cadastradas no sistema de informática do Projeto – Sistema PAN).
- Realizar o controle de qualidade do leite (supervisão e fiscalização).
- Proceder a avaliação periódica do convênio nos municípios.

Obrigações do DSAN:

- A partir do estabelecimento do convênio, cadastrar as crianças dentro dos critérios do programa (06 meses – 05 anos e 11 meses; RPCF < ¼ SM) no Sistema PAN, encaminhado pelos pontos de distribuição.
- Fazer parceria e capacitar os responsáveis pelos pontos de distribuição do leite.
- Alimentar o Sistema PAN com informações do estado nutricional e relatórios de compilação da distribuição do leite.
- Realizar a prestação de contas quadrimestralmente sob a olhar da Comissão gestora.
- Disponibilizar para os pontos de distribuição planilhas diárias e mensais para o controle de entrega do leite de acordo com as crianças cadastradas e ativas no programa.
- Encaminhar quando enviado pelo PONTO DE DISTRIBUIÇÃO para a SEDS a LISTA DE ESPERA das famílias que estão dentro dos critérios, indicadas pelos pontos de distribuição.

Obrigações dos Pontos de Distribuição:

- Distribuir duas vezes por semana o leite às mães das crianças cadastradas.
(na pandemia a entrega foi reduzida para 1xpor semana, sem prejuízo da cota mensal de 15 litros/mês).
- Sistematizar os dados da quantidade distribuída.
- Encaminhar às mães ao Centro de Saúde para a coleta de peso e altura.

- Encaminhar o peso e altura para o DSAN.
- Encaminhar, para o DSAN, a planilha de reserva de vagas das famílias com critérios que procuram pelo benefício no ponto de distribuição.

Desafios durante a execução das atividades

- Falta de regulamentação dos novos critérios apresentados pela SEDS no ano de 2017;
- A diminuição da inclusão de 02 crianças para 01 por família beneficiária do Projeto Viva Leite;
- Informalidade do Ponto de Distribuição do Projeto Viva Leite junto as Entidades co-financiadas, ocasionando vulnerabilidade no Projeto com possíveis fechamentos de pontos e, conseqüentemente, desatendimento às crianças.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Gestão administrativa do Projeto Viva-Leite, conforme as obrigações estabelecidas no convênio;
- A equipe administrativa do projeto Viva-Leite realizou a entrega do leite duas vezes por semana: quartas-feiras para as famílias do bairro Vida Nova, e nas terças para as famílias do Bairro Santa Mônica - E.t. durante a vigência da Pandemia, as entregas foram reduzidas à UMA VEZ POR SEMANA, sem prejuízo na quantidade de leite recebidos por mês, que se manteve 15 litros mensais;
- No ano de 2021 as entidades Associação Nazarena Assistencial (ANA NINA), CEI José Aristodemo Pinotti, Associação Evangélica Assistencial, Casa da criança de Sousas e CEDAP Campina grande solicitaram o fechamento do ponto de distribuição;
- No ano de 2021 foram realizadas duas reuniões com o Comitê Gestor do VIVA LEITE
Meses de agosto e dezembro/2021;
- No ano de 2021 foram realizadas visitas a 10 pontos de distribuição com o objetivo de fiscalizar, orientar e prestar assessoria no que se refere a dinâmica da entrega do leite, atendimento às famílias beneficiárias e documentação/planilhas; além da realização de

pesquisa sobre possíveis ações de educação alimentar em parceria entre o DSAN e as instituições parceiras;

Na tabela abaixo encontram-se os dados como quantidade de litros de leite entregues às crianças Projeto Viva-Leite por mês; quantidade de crianças beneficiadas pelo Projeto Viva-Leite por mês; valores da litragem do leite do Projeto Viva-Leite investido pelo Governo do Estado no município de Campinas do Projeto Viva Leite no ano de 2021.

Tabela 2. Dados quantitativos e financeiros da entrega de leite no município de Campinas em 2021.

MESES	Litros	Crianças atendidas	Preço / Litro	Valor Investido/Mês
JANEIRO	37.115	2.474	R\$ 2,75	R\$ 102.066,25
FEVEREIRO	37.815	2.521	R\$ 2,75	R\$ 103.991,25
MARÇO	38.928	2.595	R\$ 2,75	R\$ 107.052,00
ABRIL	39.705	2.647	R\$ 2,75	R\$ 109.188,75
MAIO	39.495	2.633	R\$ 2,75	R\$ 108.611,25
JUNHO	39.615	2.641	R\$ 2,75	R\$ 108.941,25
JULHO	40.140	2.676	R\$ 2,75	R\$ 110.385,00
AGOSTO	40.530	2.702	R\$ 2,75	R\$ 111.457,50
SETEMBRO	41.130	2.742	R\$ 2,75	R\$ 113.107,50
OUTUBRO	40.875	2.725	R\$ 2,75	R\$ 112.406,25
NOVEMBRO	40.110	2.674	R\$ 3,45	R\$ 138.379,50
DEZEMBRO	39.015	2.601	R\$ 3,45	R\$ 134.601,75
Total	474.473	31.632		R\$ 1.360.188,25

Metas para 2022

- Readequação de Rh;
- Abertura de novos pontos de distribuição;
- Com novos pontos, solicitar ampliação da cota de leite recebida pelo município de Campinas;
- Inclusão do atendimento das famílias atendidas pelo Projeto Viva Leite no SIGM – Sistema de Governança Municipal de Campinas/SP;
- Continuidade das visitas institucionais de monitoramento aos pontos de distribuição;
- Realização de treinamentos em relação às atividades administrativas e operacionais da entrega do leite com os pontos de distribuição do leite;
- Ampliação da antropometria para todos os beneficiários do Projeto Viva Leite e posterior envio dos dados para a Secretaria de Saúde do Município para avaliação nutricional das crianças atendidas no Projeto;
- Reorganizar, qualificar e regularizar pontos que se fazem necessário.

PROGRAMA MUNICIPAL BANCO DE ALIMENTOS

O Programa Municipal Banco de Alimentos de Campinas é um equipamento de SAN que tem como objetivo promover a Segurança Alimentar e Nutricional da população do município, através da destinação social de alimentos fora do padrão para comercialização, mas em boas condições para consumo e da conscientização para o combate ao desperdício e uso de boas práticas sanitárias e nutricionais.

A gestão do programa é de responsabilidade do DSAN, e a operacionalização da maioria das ações do Banco Municipal de Alimentos de Campinas é realizada através de um Termo de Cooperação entre a PMC/SMASDH e a Central de Abastecimento de Campinas S/A (Ceasa/Campinas), esse monitorado pela equipe do DSAN.

Em 2020 foi criada a Lei Nº 15.912, de 18 de junho de 2020 que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Campinas e a modernização do Banco Municipal de Alimentos de Campinas e institui o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Os objetivos do programa são:

- I - captar alimentos excedentes da comercialização ou industrialização, inadequados para finalidade comercial, mas próprios para o consumo humano, com a finalidade de combate ao desperdício;
- II - arrecadar alimentos *in natura*, prontos para o consumo ou através de meios eletrônicos, provenientes de doações;
- III - ser unidade recebedora de alimentos da agricultura familiar, originários de compras institucionais, como o atual PAA (Programa de Aquisição de Alimentos);
- IV - realizar campanhas de arrecadação de alimentos e outros itens de necessidade básica para pessoas ou famílias em vulnerabilidade temporária ou atingidas por situação de emergência ou calamidade pública;
- V - cadastrar como pontos de recebimento e/ou distribuição: entidades, associações, institutos, fundações, equipamentos de alimentação e nutrição sem fins lucrativos, que atendam pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar;
- VI – adquirir alimentos *in natura*, prontos para o consumo ou através de meios eletrônicos com recursos próprios do município ou do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para distribuir para pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar;

VII - distribuir os alimentos *in natura*, prontos para o consumo ou através de meios eletrônicos, arrecadados provenientes do combate ao desperdício e de doações ou aquisição, para entidades, associações, institutos, fundações, equipamentos de alimentação e nutrição e pelas demais ações de alimentação e nutrição que atendam pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar; VIII - realizar Educação Alimentar e Nutricional destinados a difundir técnicas de redução/eliminação de desperdícios e normas sanitárias na manipulação de alimentos;

IX - cadastrar empresas, instituições, pessoas físicas entre outros, para serem doadores ou pontos de arrecadação de alimentos de parceiros oficiais;

X – desenvolver projetos e tecnologias sociais de Segurança Alimentar e Nutricional para pessoas ou famílias em vulnerabilidade social e com insegurança alimentar.

CONVÊNIO COM CEASA CAMPINAS

- Ações realizadas:
- Campanha Campinas Sem Fome;
- Campanha Natal Sem Fome;
- Participação das reuniões da Rede de Segurança Alimentar e Comsan;
- Participação no evento do Dia Mundial da Alimentação;
- Participação das reuniões da central de atendimento para os atendimentos exclusões de entidades que não gostariam mais de ser ponto de distribuição;
- Participação das reuniões sobre o aplicativo Viva Vida e assim como devolutivas sobre as prestações de contas das entidades em relação ao aplicativo e formulário;
- Participação de toda a logística de recebimento, armazenamento, controle de data de validade, controle de qualidade, distribuição e logística das cestas básicas recebidas pelas empresas ou do próprio Governo do Estado;
- Participação na organização e realização das campanhas sistema Drive Thru promovidas tanto pela EPTV assim como pela própria Prefeitura Municipal de Campinas;
- Introdução de pontos de arrecadação de alimentos nos locais de vacinação contra a COVID 19 no município de Campinas;
- Participação do exército na Campanha Campinas Sem Fome ajudando no Banco de Alimentos nos meses de abril a julho 2021;
- Participação em eventos com o retorno do público e retomada de arrecadação de alimentos como entrada gratuita/opcional nestes eventos em locais abertos;

- Realização de palestras, atividades de educação nutricional, aulas de culinárias no canal do You tube, desenvolvimentos de folders entre outros;
- Encaminhamento das propostas de participação no PAA juntamente com as cooperativas para o edital 2021 da CONAB.

Desafios durante a execução das atividades

- Dificuldade com a logística da distribuição das cestas básicas as entidades, pois eram volumes muito grande e só temos 1 motorista e 2 operadores e com isso ficávamos entregando cestas básicas no período da manhã e tarde e desta forma deixávamos de coletar os pontos de arrecadados e potencias doações;
- Dificuldade com nossa frota de veículos uma vez que o peso da cesta básica danifica muito os caminhões e foi um ano que extrapolamos o orçamento de conserto/manutenção devido ao grande desgaste dos veículos e também porque a frota é muito velha;
- Realizar manutenção preventiva e corretiva na frota de veículos devido ao grande volume de demandas;
- Cancelamento de grandes campanhas de arrecadação de alimentos de março a outubro de 2021;
- Cancelamento de todos os jogos do vôlei Renata com público e sem arrecadação de alimentos até o mês de outubro causando um grande impacto nas doações de alimentos não perecíveis uma vez que eles são um dos nossos maiores doadores;
- Todos os eventos esportivos, culturais e de turismo com arrecadação de alimentos foram cancelados e retomados apenas no mês de novembro/dezembro;
- Dificuldade com o estágio de nutrição que devido à pandemia foram suspensos e foram retomados no mês de agosto de 2021 sendo possível o desenvolvimento de algumas atividades de educação alimentar e nutricional.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Finalizou-se o ano de 2021 com uma arrecadação total de 693.690,7 toneladas de alimentos perecíveis e não perecíveis.

Gráfico 4. Distribuição Comparativa do Quantitativo em Toneladas de Alimentos Arrecadados pelo Banco de Alimentos Campinas por Doações e PAA. Campinas, 2021.

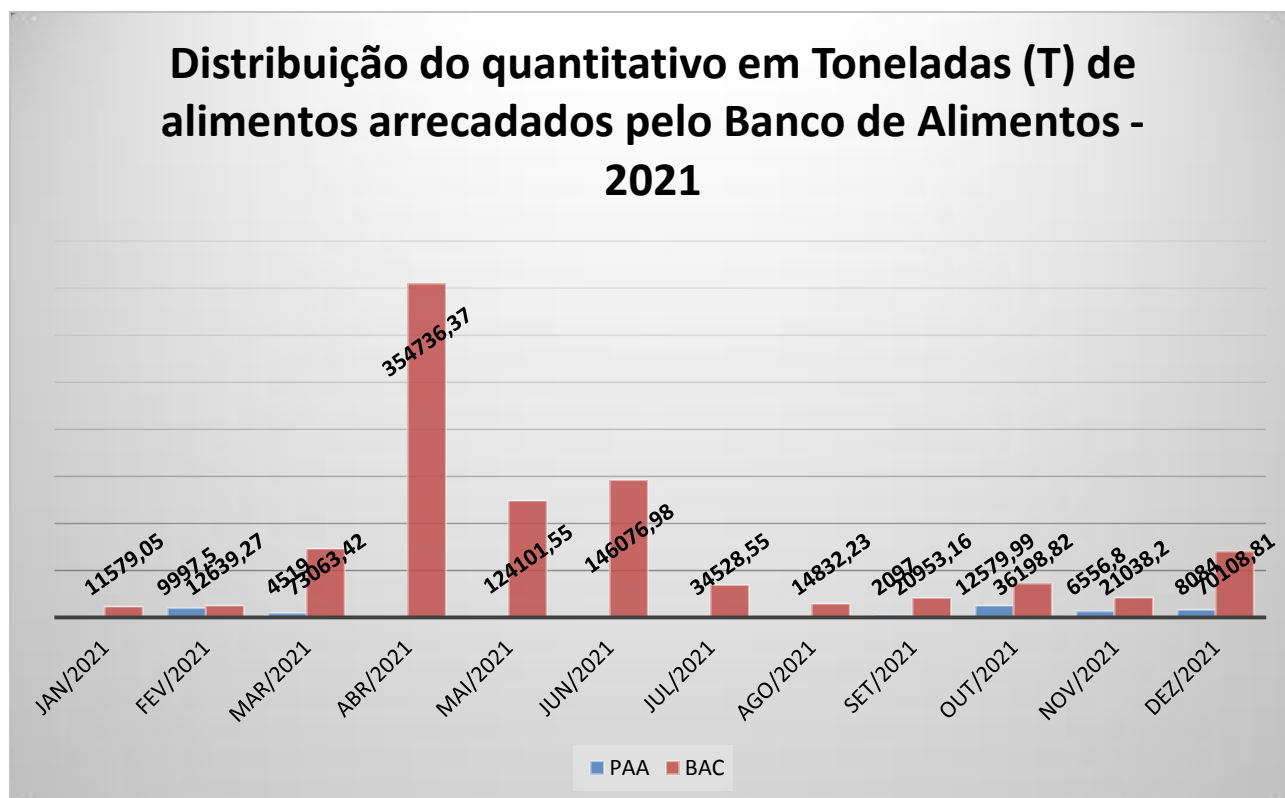


Gráfico 5. Distribuição Comparativa dos Valores em Reais (R\$) de alimentos arrecadados pelo Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2021.

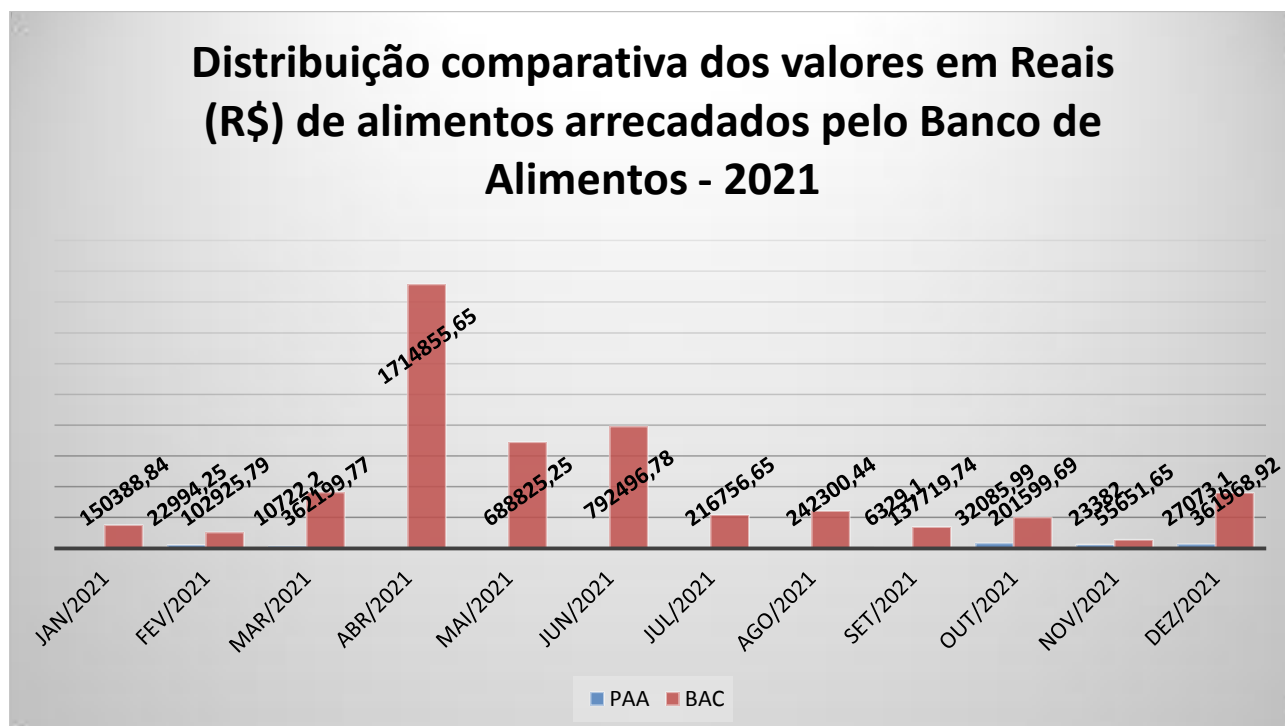


Gráfico 6. Distribuição Percentual da Movimentação do Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2021.

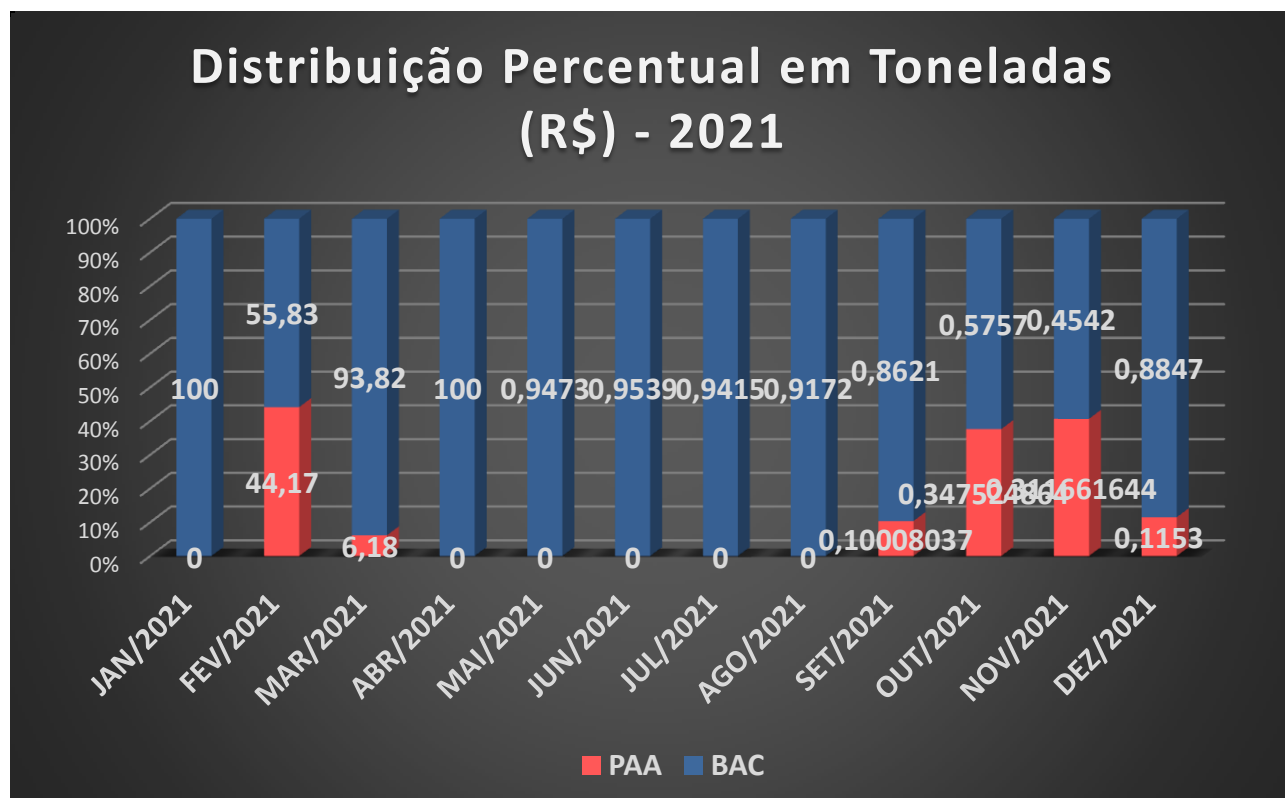


Tabela 3. Distribuição da Média, Máximo e Mínimo de Alimentos Arrecadados pelo Banco de Alimentos de Campinas, 2021.

	Média	Min.	Máx
BAC	7.305,72	11579,05	354.736,37
PAA	12.775,78	2097	12.579,99
TOTAL	20.081,49	13.676,05	367.316,36

- Realização da Campanha Campinas Sem Fome com a ajuda expressiva do exército dos meses de abril a julho de 2021.
- Realização das Campanhas do Dia D e da EPTV em sistema drive thru com a ajuda do exército e de pelo menos uns 80 voluntários e toda equipe do Banco de Alimentos.
- Realização da arrecadação de alimentos em todos os pontos de vacinação no município de Campinas sendo que para a realização de toda a logística de retirada destes pontos contamos com a ajuda do Exército e Sanasa.
- Aumento do número de parcerias, mediante a obtenção de novos parceiros sendo eles empresas, pessoas físicas, redes de supermercados e atacadistas, entre outros.

- Entrega das cestas básicas recebidas de doação para as famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no aplicativo viva vida.
- Aumento nos pontos de arrecadação.
- Retomada dos eventos com público e arrecadação de alimentos.
- Realização de 7 palestras e 17 atividades de educação nutricional.
- Desenvolvimento e realização das gravações de 20 receitas.
- Recebimento de produtos de higiene e limpeza pois com a pandemia foi verificado uma necessidade muito grande destes itens das famílias atendidas pelo aplicativo VivaVida.
- Toneladas de produtos de higiene e limpeza arrecadados até o dia 31/12/2021: 10.036,88 Kg /R\$ 160.426,15.

Metas para 2022

- Ampliação dos números de parceiros/doações;
- Organização de eventos temáticos, se possível;
- Realizar curso online ou presencial para as cozinheiras das entidades assim que o funcionamento estiver presencial novamente;
- Realizar a conscientização dos colaboradores da importância do uso dos EPI's (uso de máscara, álcool em gel, entre outros), durante e após pandemia;
- Realizar palestras sobre alimentação saudável e outros temas em fóruns, simpósios entre outros;
- Receber alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos através do Governo Estadual e Federal;
- Publicar nova versão da cartilha de Doação.

CENTRAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

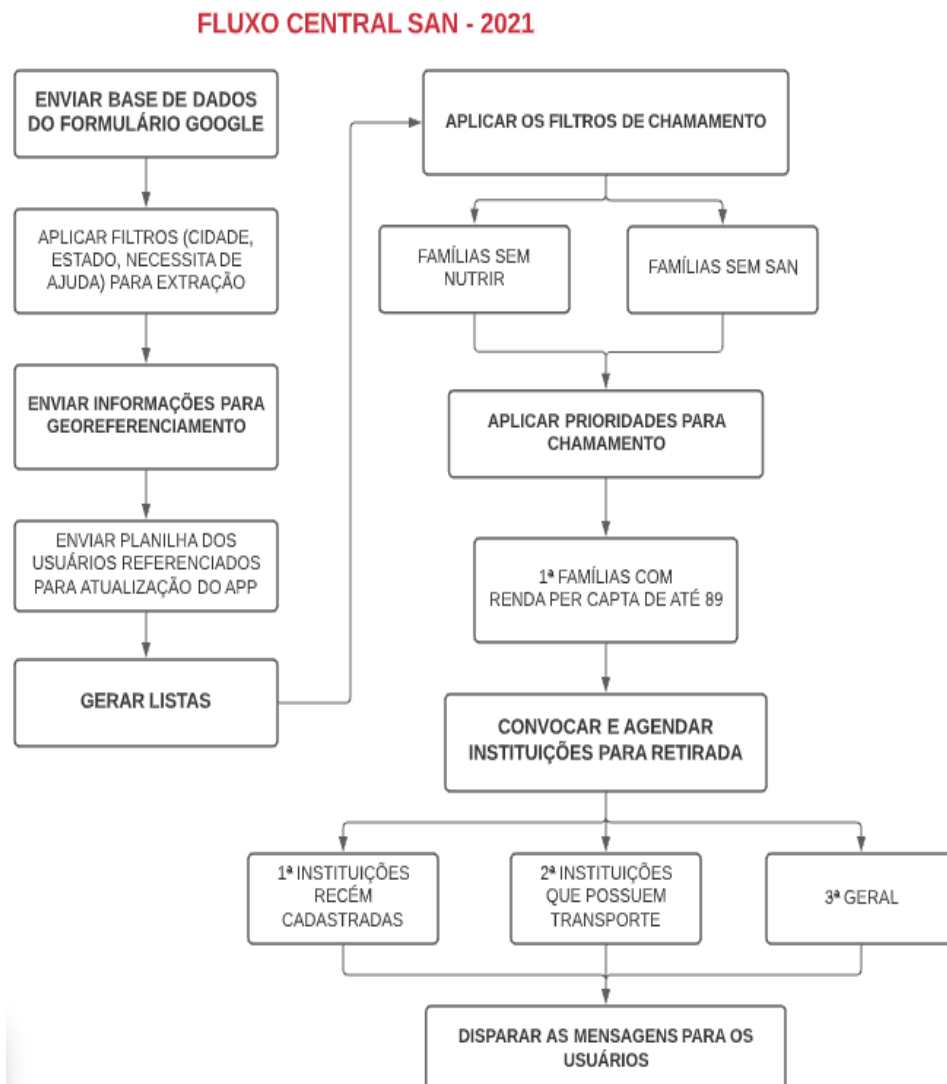
- A Central de SAN foi criada em 2020, em consequência da pandemia do Coronavírus, com o objetivo de melhorar a logística de distribuição das doações e arrecadações de alimentos e produtos de higiene do Banco de Alimentos e o Instituto de Solidariedade em Alimentação (ISA), cadastrar emergencialmente pontos de distribuição desses e referenciar a população cadastrada no Aplicativo Viva Vida nesses pontos. No ano de 2021 a Central se manteve ativa com o objetivo de melhorar o fluxo dessa distribuição e do georrefenciamento das famílias do aplicativo com os pontos.

- O Aplicativo Viva Vida viabilizou o cadastro de usuários em busca de benefícios de Segurança Alimentar e Nutricional, ação que antes era realizada pelas instituições distribuidoras de cestas nos territórios passou a ser auto preenchida por cada família, ampliando a capacidade do município de controlar os critérios de elegibilidade e triagem de famílias em vulnerabilidade.
- O aplicativo apresenta alta eficácia no número de pessoas que são acessadas em relação a outros programas. De fato, em ações em que o chamamento dos beneficiários se dá somente por contato telefônico e SMS, há uma alta porcentagem de pessoas que não conseguem ser contatadas, enquanto que, com o aplicativo, esse percentual diminuiu significativamente. Também contribuiu significativamente nos processos de cadastramento e garante que famílias acessem as instituições, sempre respeitando os critérios de elegibilidade determinados pelas áreas técnicas.
- Bem mais, contribuiu para organização da logística de distribuição de cestas básicas, a qual ficou qualificada com maior transparência, pelos recortes e direcionamentos que seguem exclusivamente os critérios tecnicamente determinados. Isso viabiliza uma boa relação com as instituições parceiras na distribuição das cestas demonstrando a eficácia das ações oriundas da parceria.
- Os recursos disponíveis no aplicativo atendem à necessidade e aos objetivos propostos pela cooperação técnica. Porém, ainda necessitam de aperfeiçoamentos próprios do aprofundamento dos trabalhos, o que não macula a viabilidade da prorrogação.
- Entende-se que o aplicativo alcançou as metas iniciais, tendo um número significativo de famílias cadastradas, mostra capilaridade e possibilidade de expansão da plataforma e das ações vinculadas.
- Pelo fato de os efeitos da pandemia serem duradouros, bem como pela necessidade de diversos procedimentos e tramitações administrativas para a efetivação de cada prorrogação, foi solicitado o prazo de 12 (doze) meses para essa nova etapa da parceria.

Quadro 2. Perfil de famílias cadastradas no aplicativo, até 31 de dezembro de 2021.

PERFIL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS NO APLICATIVO VIVA VIDA	
Famílias cadastradas	38.095
Residentes Campinas	35.180
Necessita Alimentos	34.471
Mãe Solteira	19.383
FAMÍLIAS SEM BENEFÍCIO NUTRIRCAMPINAS	
TOTAL	26.444
0 a 89	8.139
89,01 a 178,00	5.157
178,01 a 522,50	11.072
522,5 a 1045,00	1.738
Acima de 1045,00	236
FAMÍLIAS COM PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS SEM NUTRIR	
TOTAL	4.504
0 a 89	3.259
89,01 a 178,00	801
178,01 a 522,50	2.020
522,50 a 1045,00	370
Acima de 1045,00	58
FAMÍLIAS COM IDOSOS SEM NUTRIR	
TOTAL	5.392
0 a 89	1.621
89,01 a 178,00	1.002
178,01 a 522,50	2.282
522,50 a 1045,00	380
Acima de 1045,00	70
FAMÍLIAS COM CRIANÇAS SEM NUTRIR	
TOTAL	18.099
0 a 89	5.667
89,01 a 178,00	3.963
178,01 a 522,50	7.656
522,50 a 1045,00	788
Acima de 1045,00	60

Figura 2. Fluxograma com o processo adotado de convocação das instituições para atendimento.



Desafios durante a execução das atividades

- Criar fluxo com determinações por setor;
- Operar com baixa arrecadação e doação de alimentos;
- Transporte para os pontos de distribuição.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

A central SAN operou durante todo o ano, referenciando as pessoas cadastradas aos pontos de distribuição junto à Unicamp, se comunicando com a equipe do Banco de Alimentos para a disponibilização dos alimentos e cestas básicas arrecadados nas campanhas promovidas.

Houve duas campanhas de arrecadação durante o ano de 2021. A primeira foi a Campinas Sem Fome e garantiu maior fluxo de doações e atendimento às famílias. A segunda foi a Campinas Natal Sem Fome, que não teve grande impacto como a anterior, mas deu continuidade ao atendimento das famílias.

Em MARÇO começamos a atender a primeira e segunda prioridade, famílias com renda per capita de 0 a R\$171,00 que possuíam crianças no quadro familiar. Houve entrada de muitas doações devido a campanha Campinas Sem Fome.

Em ABRIL subimos para terceira prioridade, de 0 a R\$523,00 com crianças. No meio do mês começamos a atender famílias cadastradas no formulário e totalidade de prioridade das instituições, pois estávamos com muitas doações.

Em MAIO continuamos a atender famílias do formulário e totalidade de famílias georreferenciadas via aplicativo, inclusive listas de famílias que não haviam sido atendidas (georreferenciamento de famílias que ainda não haviam recebido).

Em JUNHO atendemos o restante de novos atendimentos do novo georreferenciamento de famílias que não haviam recebido cestas. As doações já tinham diminuído, e tínhamos um pequeno estoque para finalizar os atendimentos.

Em JULHO convocamos famílias do novo georreferenciamento com renda per capita da primeira prioridade, 0 a R\$89,00 que não constavam no formulário SAN e não possuíam o benefício NutrirCampinas. Houve poucas doações nesse mês.

Em AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO foi seguido o mesmo processo anterior. Recebemos doações de cartões do ENXUTO em SETEMBRO e o CIC VIDA NOVA entregou para uma listagem do aplicativo e o remanescente para famílias atendidas via formulário, também recebemos doações de cartões do APAS, a Casa da Criança Vovô Nestor foi contemplada em suas duas unidades e atenderam famílias do aplicativo e o remanescente foi entregue para atendidos da instituição via formulário.

Em NOVEMBRO continuamos com as pequenas doações que entraram a atender famílias da primeira prioridade, de 0 a R\$89,00, que não constavam no formulário SAN e não possuíam o benefício NutrirCampinas.

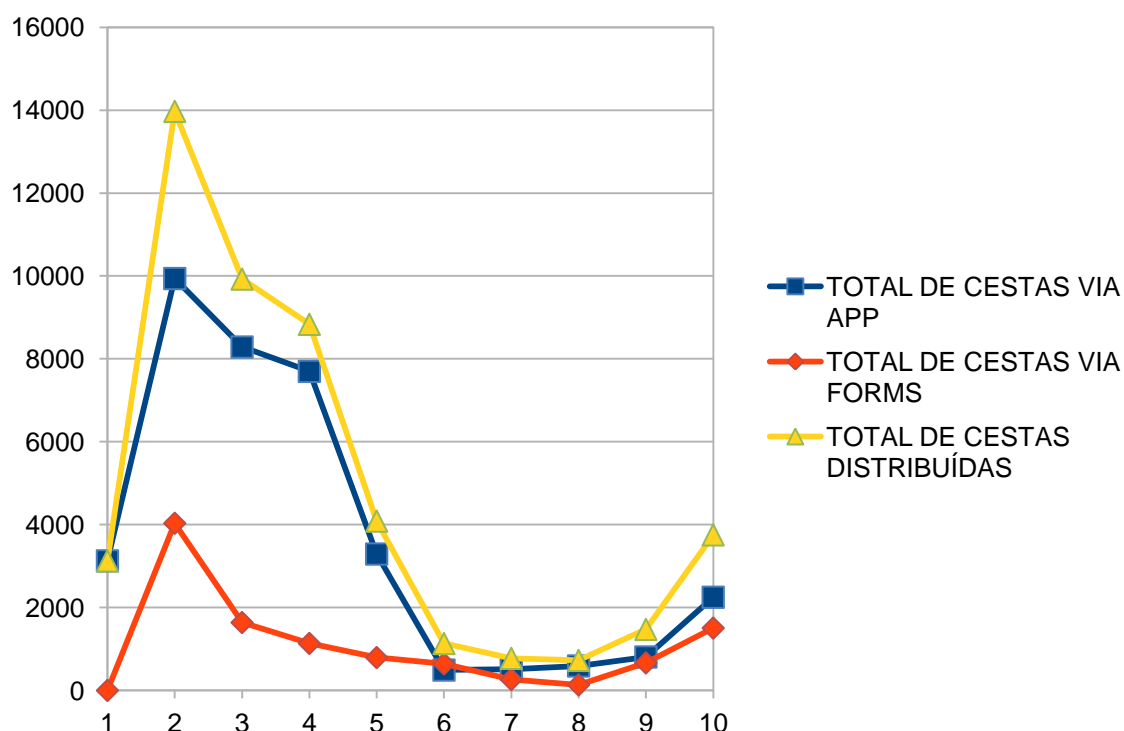
Em DEZEMBRO devido a entrada de doações pela campanha Natal Sem Fome, atendemos a primeira e segunda prioridade, 0 a R\$171,00, sem nutrir e sem estar no formulário SAN. Atendemos o formulário aplicando o mesmo filtro.

Tabela 4. Distribuição de Cestas Básicas, através da Central SAN, no ano de 2021.

MÊS	TOTAL DE INSTITUIÇÕES ATENDIDAS	TOTAL DE CESTAS VIA APP	TOTAL DE CESTAS VIA FORMS	TOTAL DE CESTAS DISTRIBUÍDAS
MARÇO	21	3127	0	3127
ABRIL	78	9939	4034	13973
MAIO	60	8287	1639	9926
JUNHO	53	7699	1135	8834
JULHO	25	3292	794	4086
AGOSTO	12	493	640	1133
SETEMBRO	5	510	265	775
OUTUBRO	3	591	135	726
NOVEMBRO	7	808	665	1473
DEZEMBRO	20	2249	1505	3754
TOTAL GERAL	284	36995	10812	47807

Obs.: 284 VEZES (TEM INSTITUIÇÕES REPETIDAS)

Gráfico 7. Distribuição de cestas básicas divididas por Aplicativo e Formulário.



O ano de 2021 iniciou com 130 instituições cadastradas como pontos de distribuição, porém ao longo do ano 25 delas pediram exclusão.

Para melhorar o fluxo, a logística e o tempo de distribuição foi criado um fluxo junto à Ceasa dos passos a serem seguidos nas campanhas para melhor organizar a distribuição.

Metas para 2022

- Atualizar a documentação dos pontos de distribuição para referenciamento em situações de emergência;
- Abrir edital de chamamento para cadastro de instituições para receberem do Programa Banco de Alimentos;
- Manter fluxo de atualização do referenciamento de famílias cadastradas no aplicativo VivaVida;
- Manter fluxo de organização de doação de cesta básicas recebidas pelo P. Banco de Alimentos para as famílias cadastradas via formulário e App Viva Vida.

APOIO A PROJETOS INTERSETORIAIS, PESQUISA E PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO - APIPA

PROGRAMA CAMPINAS CIDADE SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL

O programa tem como objetivo a regularização e fomento a implantação de espaços agrícolas agroecológicos no município de Campinas para reduzir a insegurança alimentar e nutricional, proporcionar espaços de convivência, melhorar a paisagem, e gerar trabalho e renda, com prioridade de implantação nos bairros de maior vulnerabilidade da cidade. Entre outras ações é necessário organizar a administração pública para regularizar e apoiar os espaços já existentes.

O projeto vem em substituição ao antes denominado Campinas Cidade Apetitosa, porém mantém a estruturação proposta desde o início com o fortalecimento de duas frentes: a atuação junto a sociedade civil e universidades, através do Grupo de Trabalho de Hortas Comunitárias, bem como a elaboração do projeto de lei do programa.

Ele se inicia com a elaboração de um projeto piloto na região do Campo Grande, com a busca por recursos em outras secretarias, assim como equipe técnica. O projeto piloto tem como principal mérito o início de um mapeamento de iniciativas na administração pública referente a ações de agricultura urbana, bem como a captação de recurso em fundos municipais de desenvolvimento

ambiental, abrindo um diálogo ampliado sobre o tema. Assim identifica parceiros e possibilidades para o desenvolvimento de projetos.

O projeto piloto prevê a criação de um grupo de trabalho em hortas comunitárias que tem como principal objetivo a criação da rede proposta no contexto do território do Campo Grande. A retomada do grupo no ano de 2021 se dá de forma ampliada com a entrada de diferentes representantes e na expansão dos objetivos em agricultura urbana no município e Região Metropolitana de Campinas, deixando de ser um grupo vinculada a atuação territorial.

Desafios durante a execução das atividades

- Falta de recursos humanos, administrativo e técnico, para a gestão do programa;
- Implantação do projeto piloto, principalmente nos quesitos de construção civil e de aquisição de insumos;
- Falta de recursos humanos para a zeladoria do espaço do projeto piloto;
- Dificuldade de articulação com algumas secretarias envolvidas em serviços essenciais para a implantação e manutenção do projeto;
- Dificuldade em estabelecer orçamento permanente para o programa.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

No dia 22/12/2021 o Grupo de Trabalho em Hortas Comunitárias foi instituído através da portaria n.96504/2021 com os seguintes objetivos:

1. Construção de uma ferramenta de mapeamento colaborativo de hortas comunitárias no município de Campinas;
2. Discussão coletiva sobre o projeto de lei Campinas Cidade Solidária e Sustentável;
3. Fortalecimento de uma rede de agricultores;
4. Criar ferramentas para efetiva implementação do referido projeto de lei;
5. Articular a implantação do projeto Piloto Campinas Cidade Solidária e Sustentável na região Noroeste do município de Campinas.

Como primeira ação proposta no Grupo de Trabalho de hortas comunitárias referente ao projeto de lei em agricultura urbana, foi iniciada as discussões e então construído de forma coletiva, com o objetivo de substituir as leis vigentes, foi aprovado na Câmara Municipal com o número

295/2021 no dia 13/12/2021 em segunda votação com emendas propostas por vereadores. Em 29/12/2021 o Programa Campinas Cidade Solidária e Sustentável foi instituído pela lei nº 16.183.

Concomitantemente o projeto de lei foi apresentado e ajustado junto à Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional, para que pudesse ser acordado entre as Secretarias Municipais os aspectos administrativos, bem como fomentos e iniciativas das secretarias a fim ao tema.

O grupo de trabalho, através do Departamento de Segurança alimentar e nutricional, a Secretaria de Planejamento e Urbanismo, a Embrapa Territorial e a Unicamp também elaboraram um material para o mapeamento de informações referente as hortas existentes no município ao qual este em processo de execução; este mapeamento deverá apoiar o planejamento da política de agricultura urbana do município.

Além desses objetivos e ações, em outubro, abrindo a III Semana Municipal da Alimentação, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, o GT com o apoio da CAISAN, organizou a Feira Solidária e Sustentável, Agroecologia e Educação Alimentar e Nutricional no arruamento do Paço Municipal com a venda de produtos in natura ou minimamente processados produzidos de forma sustentável em Campinas ou na Região Metropolitana. Acompanhado de ações em educação Alimentar e Nutricional e do lançamento do Projeto Campinas Solidária e Sustentável. O objetivo da feira e do Grupo de Trabalho em Hortas Comunitárias, foi expandir a comercialização dos alimentos produzidos nas hortas o município de Campinas, assim como dar visibilidade para esses produtores familiares.

Os representantes do GT articularam a presença dos produtores na feira em questão, bem como viabilizaram a ida desses produtores, inclusive com a locação de transporte para os produtores.

A feira foi positivamente avaliada por todos os participantes, os espaços de horta menores venderam toda sua produção, e o impacto social, coletivo e dignificante foi expressado por todos os produtores e integrantes do GT, sendo solicitado inclusive a continuidade da feira.

O Grupo de trabalho também promoveu um encontro com os representantes do projeto Ligue os Pontos do Prefeitura de São Paulo – SP e do Programa de Agricultura Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte – MG.

O Curso de Educação de Jovens e Adultos junto ao Instituto Federal de São Paulo – Campus Campinas (IFSP) foi elaborado este ano exigindo reuniões para fechamento do público alvo,

critérios de inclusão de alunos, ajustes da atuação na horta do Florence, bem como apoio na divulgação das inscrições do curso.

Além disso foram realizadas apresentações referentes a metodologia de atuação na implantação do Programa Campinas Cidade Solidária e Sustentável e do GT de Hortas comunitárias, entre elas na disciplina de Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, situação da fome e o impacto da pandemia de Covid 19, do Programa de Pós Graduação em Alimentos e Nutrição da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp.

Ao final do ano de 2021 houve o recebimento de duas emendas parlamentares para financiamento do Programa.

Metas para 2022

- Finalização na implantação do projeto piloto;
- Implantação de cursos de formação na horta comunitária do Jardim Florence;
- Apoio à implementação de Curso, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e Tecnológica, com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, junto ao Instituto Federal de São Paulo-IFSP e Secretaria Municipal de Educação;
- Elaboração do decreto regulamentador que direcionará a LEI Nº 16.183, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 Institui o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - Campinas Solidária e Sustentável no município de Campinas;
- Fortalecimento de uma rede de agricultores através do GT – sociedade civil;
- Criar ferramentas para efetiva implementação do referido projeto de lei;
- Implementar projeto de emenda parlamentar.

AÇÕES INTERSETORIAIS

Esse setor tem a função de fazer a incidência da área de Segurança Alimentar e Nutricional em diferentes políticas públicas setoriais.

Plano da Primeira Infância Campineira

O departamento é corresponsável pelo monitoramento do Eixo 12 do Plano da Primeira Infância Campineira ao qual foi o propositor da criação do eixo, elaboração do texto de apresentação e condutor das propostas realizadas pela sociedade civil e técnicos das políticas públicas sociais.

No ano de 2021 houve a construção de estratégias de divulgação e monitoramento das propostas levantadas pelo Plano da Primeira Infância juntos a rede de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram realizadas reuniões virtuais com o grupo que está à frente do monitoramento para o estabelecimento de metas para a execução das propostas do Plano. As ações de educação alimentar e nutricional referente ao eixo 12 também foram inseridas na Feira Solidária e Sustentável, Agroecologia e Educação Alimentar e Nutricional.

Metas para 2022

- Criar estratégias de divulgação e educação e metodologia de abordagem dos aspectos sociais e culturais relacionadas a primeira infância, em especial a amamentação e introdução alimentar saudável;
- Implementação das ações propostas no plano.

Conselho de Juventude e Intersecção da Política de San

A área acompanhou o conselho de juventude com o objetivo de realizar a intersecção das políticas, foram realizadas algumas reuniões para a busca de implementação de ações de agricultura urbana junto a juventude, bem como uma atuação integrada junto as Osc's do município, as quais não foram totalmente alcançadas em função da falta de recursos.

Ações junto a Secretaria do Verde

No ano de 2021 houve uma aproximação maior junto a Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com a contribuição na revisão dos Planos Ambientais, na elaboração do acompanhamento da elaboração dos Planos de Manejo dos Parques Natural Municipal do Campo Grande e dos Jatobás -Decreto Municipal nº 17.356/2011 e Decreto

Municipal nº 17.355/2011, respectivamente, e a contribuição para a elaboração de licitação para contratação de diagnóstico do meio antrópico.

Atualmente o setor também é representante da Secretaria no Programa Cidades Sustentáveis e responsável pela elaboração e fornecimento de dados para a Central de Inteligência: Campinas Sustentável – CICS.

EJA em debate

Neste ano o projeto Campinas Cidade Solidária e Sustentável foi apresentado no EJA em Debate realizado no dia 20 de outubro, junto a proposta de integração entre projetos e programas, e as ações e articulações da sociedade civil.

“O EJA EM DEBATE é realizado no território Noroeste, para dar visibilidade e perspectivas, presente e futura, à Educação de Jovens e Adultos que, historicamente, vivem um cenário de desconsideração política e pedagógica. É uma iniciativa do grupo de supervisores educacionais do NAED Noroeste e do GETEJA NORO (Grupo de Estudo e Trabalho em Educação de Jovens e Adultos) que congrega gestores e docentes das Unidades Escolares com EJA da região noroeste, que também são sensibilizados e responsáveis com o direito à educação de todas e todos, acolhendo na ação a proposta de um movimento 1 reflexivo e dialógico no território.” (Secretaria Municipal de Educação).

CAISAN

A Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional é um dos componentes do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, agrega as Secretarias afetas ao tema. A área é responsável pela suplência da Presidência da Câmara, uma vez que ela compete a Secretaria responsável pela política de SAN, bem como pela Secretaria Executiva. A Câmara possui reuniões mensais e deve elaborar as diretrizes para a política de SAN no governo municipal, bem como monitorar o estado de SAN e realizar ações integradas.

No ano de 2021 foram propostos os seguintes objetivos para a CAISAN, o quadro abaixo indica os objetivos e pontua os avanços, bem como as metas para 2022.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Quadro 3. Relatório Anual Analítico das ações da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

RELATÓRIO ANUAL ANALÍTICO DAS AÇÕES DA CÂMARA

AÇÕES PROPOSTAS NO INÍCIO DO ANO	META PROPOSTA	ESTRATÉGIA	CUMPRIU A META	INDICADOR DE RESULTADO	PENDÊNCIAS	PROPOSTA PARA 2022
Inclusão da Secretaria Verde na CAISAN	Integrar o fomento da agricultura sustentável nas discussões da CAISAN.	Convidar membros da secretaria para participar, e incluir no decreto e portaria de nomeação.	SIM	Participação dos servidores: Ana Beraldo e Amandi Buzon Rodelli	Não foi oficializado.	Oficializar a participação dos membros
Criar fluxo de adesão de instituições ao SISAN Municipal	A LEI Nº 15.912, DE 18 DE JUNHO DE 2020, Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Campinas, prevê § 2º, do artigo 9º., que os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional do Município, bem como as instituições privadas, deverão solicitar adesão ao Sisan do Município de Campinas, através dos trâmites normatizados pela Caisan.	Definir pré-requisitos para a adesão; criar o marco legal para adesão; definir as vantagens para a adesão ao SISAN Municipal, processo de adesão	NÃO	Marcos legais	Definir responsáveis e estipular prazos	Manter a proposta
Reunião entre CAISAN e COMSAN - Alinhar plano de trabalho com Conselho de SAN	Estabelecer reuniões periódicas entre os dois colegiados, com metas definidas	Não há	NÃO	Não houve	Incluir no planejamento de 2022 a meta	Incluir no planejamento nos colegiados CAISAN E COMSEA

AÇÕES PROPOSTAS NO INÍCIO DO ANO	META PROPOSTA	ESTRATÉGIA	CUMPRIU A META	INDICADOR DE RESULTADO	PENDÊNCIAS	PROPOSTA PARA 2022
Discussão Orçamento e implementação do PLAMSAN	Orçamento - definir um servidor (economista) para o levantamento e apontamento das metas orçamentárias para a realização das propostas do plano.	Definir e nomear o servidor para a finalidade	NÃO	Não houve	Aguardando definição do gabinete	Manter a proposta
	Implementação do PLAMSAN	Foram realizadas as indicações, com algumas pendências.	PARCIAL	Portaria de nomeação - não houve	Concluir as indicações e proceder na nomeação do grupo	Portaria de nomeação
		Houve a divisão das propostas do Plano por tema e por Secretaria ou órgão responsável pela execução e enviado via SEI para os responsáveis.	PARCIAL	Planilha e o SEI	Definir uma estratégia e protocolo de monitoramento E Reunião com Secretaria do Verde para troca de experiência.	Definir um coordenador / contratar uma consultoria
Implantação Programa Campinas Solidária e Sustentável – Agricultura Urbana para a promoção de Pessoas	Regulamentar e garantir a execução intersecretorial do projeto como política de governo, garantir orçamento fixo para o projeto e implantação do projeto piloto	Criar a lei	SIM	Minuta da lei já enviado para câmara municipal		Sancionar a Lei
		Instituir o GT	SIM	Portaria de nomeação	Publicar a portaria de nomeação	
		Reuniões com discussão do projeto	SIM	Foram realizadas várias reuniões intersecretoriais (Poder público e sociedade civil)		Criação do decreto regulamentador
		Inclusão de outras secretarias e inclusão de ações vinculadas	SIM	Foram vinculadas ações: Compra institucional da alimentação escolar (SME); centro de processamento de alimentos, apoio na criação de associações e cooperativas (SMTR), mapeamento (SEPLURB); apoio da Coordenadoria de Agronegócio (SMDE)		Definir o papel e fluxo de trabalho de cada secretaria no que compete a regularização e fomento das hortas comunitárias.

AÇÕES PROPOSTAS NO INÍCIO DO ANO	META PROPOSTA	ESTRATÉGIA	CUMPRIU A META	INDICADOR DE RESULTADO	PENDÊNCIAS	PROPOSTA PARA 2022
Apoio ao projeto intersetorial: Impacto de uma intervenção educativa para disseminação do Guia Alimentar para População brasileira para profissionais da Atenção Primária à Saúde Pesquisadora responsável: Larissa Galastri Baraldi PIC/Bloomberg Philanthropies/BASSOLI - OK	Garantir a execução intersetorial do projeto, capacitação da rede de atendimento das políticas sociais com a finalidade de Educação Alimentar e Nutricional	Apresentação do projeto para todos os membros; Oficialização através de um SEI (PMC.2020.00051422-13) para ciência e deliberações das Secretarias envolvidas (SMS, SME E SMASDH) e a execução do projeto.	PARCIAL	O SEI foi encaminhado para as secretarias envolvidas, houve a anuência e a indicação das SME e SMASDH. A saúde não realizou a indicação dos profissionais, foi realizado um termo cooperação separado. Não houve a participação da saúde no projeto piloto.		
Relatório anual analítico das ações da Câmara	Monitorar e avaliar as ações e objetivos da Câmara	Realizar um registro sistemático das propostas, ações e deliberações da Câmara	SIM	O relatório anual, SEI (registrar todas reuniões) e as atas		
AÇÕES QUE SURGIRAM AO LONGO DO ANO						
Feira Campinas Solidária e Sustentável, Agroecologia e Educação Alimentar e Nutricional	Participar da Semana em Comemoração do Dia Mundial da Alimentação, divulgando os agricultores urbanos e criando espaço de comercialização para os mesmos	Pactuação em reuniões da CAISAN	SIM	A realização da feira		

PESQUISA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Diagnóstico de Segurança Alimentar E Nutricional

O DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL foi construído de forma intersetorial, iniciado pela CAISAN e composto também pelo COMSAN uma equipe técnica de profissionais vinculados as secretarias compuseram a elaboração e levantamento de dados.

Foram discutidos os indicadores possíveis de serem levantados nas secretarias competentes, em seguida os dados solicitados foram levantados pelos representantes indicados. Para o período de 2016 a 2018.

Tal ação levantou uma articulação com a Planejamento e Desenvolvimento Urbano **para** uso do banco de dados e georreferenciamento das ações e equipamentos de segurança Alimentar e Nutricional, que está em processo de elaboração.

O Diagnóstico foi publicado no ano de 2021 no site da prefeitura.

Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

A área foi responsável pela elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, no qual preconiza a elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas esferas de governo, o município de Campinas, através do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) - da Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos iniciou a elaboração do Plano Municipal.

Integra a regulamentação base para a elaboração do Plano a lei Municipal Nº 15.912, DE 18 DE JUNHO DE 2020 que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Campinas e a modernização do Banco Municipal de Alimentos de Campinas e institui o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A equipe responsável pela elaboração do Plano foi composta por integrantes da CAISAN (Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional), COMSAM (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), convidados de outras secretarias e esferas e a equipe do DSAN.

No ano de 2021 foi publicado o Plano de SAN no site da prefeitura.

Metas para 2022

- Estruturação junto a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional CAISAN e Conselho de SAN o monitoramento do 1º Plano Municipal de SAN;
- Publicação do Plano em Diário Oficial.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(DGAOF)

Compete ao DGAOF a gestão administrativa, orçamentária, financeira e de pessoas da Secretaria, como também o suporte administrativo aos Conselhos ligados à Pasta, além de disponibilizar transporte e manutenção predial, objetivando estabelecer as condições para o pleno funcionamento das áreas e serviços que desenvolvem as Políticas Públicas na Secretaria.

“O DGAOF é o departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos que tem como atribuições realizar a gestão de apoio aos departamentos executores das ações finalísticas da Secretaria, bem como garantir o registro administrativo, contábil e controle orçamentário e financeiro dos Fundos ligados à Secretaria e dos recursos do Tesouro Municipal, Federal e Estadual.”

O Departamento é dividido em sete áreas de atuação, sendo cinco Coordenadorias e dois Setores, a seguir descritos.

Coordenadorias:

1. Administrativa
2. De Apoio aos Equipamentos Sociais
3. Financeira e Contábil
4. De Gestão de Pessoas
5. Orçamentária

Setores:

1. De Apoio à Casa dos Conselhos
2. De Apoio aos Conselhos Tutelares

Principais atividades do DGAOF:

Promover a interlocução deste com os demais Departamentos e o Gabinete da SMASDH;

Planejar, supervisionar e facilitar as ações das Coordenadorias e Setores do Departamento;

Suprir as necessidades de serviços e produtos de todas as unidades da Secretaria;

Manter alinhamento com as demais áreas administrativas, financeiras, orçamentárias e de Recursos Humanos da Administração Municipal, objetivando viabilizar as ações finalísticas desta Secretaria.

COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA (CSAD)

Compete à CSAD suprir as necessidades de materiais, equipamentos e serviços de forma a garantir o pleno funcionamento das Unidades da SMASDH.

A Coordenadoria Setorial Administrativa vem conduzindo um Grupo de Trabalho de Compras, desenvolvido em encontros regulares quinzenais, que tem como principal objetivo o planejamento das compras e contratações da SMASDH. O GT é realizado com um representante de cada Departamento da Secretaria juntamente com os gestores da Coordenadoria. No ano de 2021, foram retomados os objetivos principais de organização das compras coletivas, assim como a capacitação dos representantes para que atuem de forma mais efetiva junto aos próprios Departamentos.

Ainda em 2021 foram planejadas e executadas as principais compras que visavam a manutenção dos serviços no que diz respeito à prevenção da COVID-19, além de itens que possibilitaram as reuniões virtuais e teletrabalho.

A Coordenadoria possui dois Setores:

1. Setor de Gestão de Contratos; e
2. Setor de Suprimentos

Principais Atividades da CSAD

1. Assessorar as áreas da SMASDH para elaboração do planejamento de compras e contratações;
2. Assessorar as áreas da SMASDH para elaboração dos pedidos de compras e contratações de serviços;
3. Subsidiar e implantar projetos especiais da SMASDH (aquisições e contratações novas e extraordinárias);
4. Acompanhar a execução dos contratos da SMASDH;
5. Supervisionar os Setores de Gestão de Contratos e Suprimentos;
6. Monitorar a tramitação dos processos de compras e contratações;

Principais atividades do Setor de Gestão de Contratos

Gerenciar contratos administrativos de locação de imóveis, serviços contínuos, atas de móveis e equipamentos e fornecimentos parcelados, assim como atas de infraestrutura para eventos, realizando:

1. Controle da vigência dos contratos;
2. Instrução das prorrogações contratuais;
3. Auxiliar e orientar os fiscais dos contratos de prestação de serviço (se estão sendo executadas em conformidade com o contrato);
4. Planejamento e liberação dos itens adquiridos através das Atas de Registro de Preços junto ao Almoxarifado Central;
5. Instrução de novos processos de locação de imóveis;
6. Gestão de processos contínuos através de dispensas de licitação;
7. Gestão de materiais de higiene pessoal junto ao contrato de terceirizada de limpeza das unidades;

Principais atividades do Setor de Suprimentos

1. Instruir processos de dispensa de licitação;
2. Instruir processos licitatórios;
3. Instruir contratações diretas;
4. Encaminhar ordens de fornecimento e serviço para fornecedores;
5. Recepcionar notas fiscais;
6. Monitorar a instrução dos processos de compras e contratações;

7. Liberar materiais armazenados no Almoxarifado Central adquiridos através de Dispensa de Licitação;
8. Dar suporte às Unidades quanto aos processos contínuos de manutenção de equipamentos.

Desafios

- Iniciar a capacitação continuada tanto com a equipe do Setor de Suprimentos, quanto com a de Contratos;
- Aprimorar e sistematizar a interlocução com as demais áreas, através de ferramentas de gestão (p.e. planilha de monitoramento de processos), objetivando viabilizar o acompanhamento dos trâmites dos pedidos de compras e contratações;
- Implementar os formulários de pedidos já criados para todos os tipos de compras e contratações;
- Capacitação continuada no GT de Compras com os demais Departamentos;
- Melhorar a gestão de contratos executados em unidades externas, através do uso mais frequente de ferramentas de gestão (in loco); e
- Aprimorar as tratativas com as demais Secretarias envolvidas nos processos administrativos.

COORDENADORIA SETORIAL DE APOIO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS (CSAES)

Compete à CSAES fazer a gestão do Centro de Triagem, bem como acompanhar e dar suporte aos demais setores da Coordenadoria.

Principais atividades

Fiscalizar a execução dos serviços realizados, conferir as planilhas mensais dos motoristas, receber materiais de limpeza (terceirizada), fechar a frequência e apontamento de horas extras e sobreavisos.

Gerenciar o contrato de manutenção predial e realizar **vistoria a imóveis** para locação, analisando as condições de infraestrutura da habitação, viabilidade e funcionalidade das instalações prediais.

Realizar vistorias, com elaboração de propostas para adequação das unidades.

Além disso, a Coordenadoria, através do Centro de Triagem, faz a separação e a organização das doações recebidas pela Secretaria para distribuição aos serviços da Pasta e aos usuários (através da distribuição a Entidades Assistenciais).

Centro de Triagem

1. Recebe e confere doações (roupas e agasalhos) provenientes das campanhas de agasalho do município
2. Armazena e controla o estoque
3. Libera materiais conforme solicitação dos setores da SMASDH
4. Faz a separação das roupas e pesagem, estocagem e encaminhamento das roupas às demais unidades (abrigos e entidades).

A Coordenadoria possui dois setores, cujas atribuições estão a seguir descritas.

Setor de Transportes

Tem como finalidade atender as demandas de transportes dos serviços da pasta como: transporte de técnicos para visitas a entidades, atender plantões emergenciais, em cumprimento aos decretos nº 17.778 de 03/12/12 e 17.851 de 23/01/2013 (operação verão e operação inverno), dando suporte às ações de abrigamento das famílias atingidas.

O Setor também realiza viagens intermunicipais, bem como outros serviços realizados fora do expediente, feriados e finais de semanas, ou seja, mantém plantão 24 horas. Além disso, dá suporte às campanhas, como implantação dos postos da campanha do agasalho do município e realiza a coleta de roupas, em consonância com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Gerencia o contrato de manutenção de veículos, vistoria os carros e controla a frequência e a distribuição dos motoristas lotados na Secretaria.

Realiza interface com outras secretarias como: Saúde, Administração, Esportes etc., para as atividades intersetoriais, disponibilizando motoristas para trabalho em campanhas de vacinação, carnaval, eleição entre outras.

Setor de Manutenção

Realiza e organiza os serviços de manutenção predial dos imóveis onde funcionam os serviços da SMASDH, como: instalação interna de telefone, reparos em alvenaria, manutenção das instalações elétricas e hidráulicas, limpeza em caixa de gordura e água, auxiliar nas mudanças das unidades, retiradas de bens para o Departamento de Patrimônio, etc...

Desafios

- Realizar visitas às unidades, mediante agendamento preventivo, a fim de visualizar os problemas a serem sanados, preliminarmente aos chamados para consertos.
- Melhorar as condições de acessibilidade de pessoas com restrição, visto que até abril/2018 estávamos com 50,50%. Oportunidade em que salientamos não haver informações de 2020/2021, pois até o presente momento o IMAP que mede o índice de acessibilidade encontra-se desatualizado.
- Adaptar todas as unidades da SMASDH para obtenção de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

Metas para 2022

Dar continuidade às adequações de acessibilidade das Unidades;

Ampliação e reposição de vagas servidores aposentados, na equipe de manutenção;

Ampliação do quadro de veículos e motoristas.

COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA E CONTÁBIL (CSFC)

Compete à CSFC a Gestão Financeira e Contábil das contas correntes vinculadas às Unidades Gestoras dos fundos municipais desta SMASDH, realizando:

1. Gestão financeira e contábil das movimentações dos recursos alocados nas contas dos fundos municipais

- FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social;

- FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - FMPIC – Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas;
 - FMSAN – Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
2. Gestão compartilhada com a SMF da movimentação financeira e contábil de contas bancárias abertas no CNPJ do município más vinculada ao orçamento da SMASDH ou de um dos fundos desta.
3. Gestão das páginas web dos fundos:
- FMDCA - <http://fmdca.campinas.sp.gov.br/>
 - FMPIC - <http://fmpic.campinas.sp.gov.br/>
4. Gestão dos pagamentos a fornecedores e às Organizações da Sociedade Civil, de acordo com os prazos estipulados nos processos;
5. Elaboração de relatórios financeiros e contábeis da prestação de contas mensal e anual dos fundos municipais, visando o encaminhamento aos conselhos municipais respectivos, objetivando a apreciação, análise e posterior aprovação;
6. Zelar pela boa ordem do arquivo e de todos os documentos utilizados nesta coordenadoria.

Principais atividades do Coordenador

- 1) Acompanhar e apoiar as chefias dos setores, bem como todos os serviços realizados na coordenadoria;
- 2) Gerenciar as contas bancárias dos fundos mantendo seus recursos aplicados em fundos de aplicação financeira com baixo risco e boas rentabilidades:
 - a) FMDCA – 04 contas;
 - b) FMAS – 17 contas;
 - c) FMPIC - 01 conta
 - d) FMSAN - 01 conta.
- 3) Gerenciar e aprimorar as páginas de internet e sistemas informatizados dos fundos: FMDCA e FMPIC;
- 4) Manter uma boa interlocução com os conselhos municipais: CMDCA, CMAS, CMI e CMSAN;

- 5) Gerar e enviar a DBF-Declaração de Benefícios Fiscais à Receita Federal, referente às destinações do imposto de renda dos fundos FMDCA e FMPIC;
- 6) Gestão da prestação de contas do adiantamento da SMASDH;
- 7) Interlocução com as coordenadorias da SMASDH e outras secretarias, visando manter a agilidade dos processos.

Setores da CSFC

- 1) Setor de Pagamentos; e
- 2) Setor Contábil.

Principais atividades do Setor de Pagamentos

- 1) Realiza os lançamentos no sistema SIM, necessários para liquidação, agendamento e pagamento, realizados com recursos dos fundos ou pela SMF;
- 2) Despesas mais executadas na área:
 - a) Fornecedores;
 - b) Tarifas Públicas;
 - c) Locação de imóveis;
 - d) Termo de Fomento (*subvenção*);
 - e) Termo de Colaboração (*cofinanciamento*);
 - f) Bolsas Auxílio –Guardiã, Juventude Conectada, Mão Amiga, **Campinas PROTEGE** e Moradia;
 - g) Adiantamento de numerário da secretaria.
- 3) Gestor dos contratos das tarifas públicas (CPFL, SANASA e VIVO).

Principais atividades do Setor Contábil

- 1) Realiza todos os lançamentos no Sistema de Informações Municipais – SIM de toda a movimentação ocorrida nas contas bancárias dos fundos, tais como:
 - a) receitas;
 - b) aplicações e resgates financeiros;

- c) transferências entre contas;
- d) baixa de pagamentos, entre outros.

- 2) Geração mensal e anual dos relatórios contábeis auxiliares dos fundos para envio aos respectivos conselhos municipais e arquivo da Coordenadoria;
- 3) Conciliar os valores do Sistema com os efetivamente realizados (movimentações bancárias), com posterior envio de uma via do documento à coordenadoria contábil -DECOR/SMF.
- 4) Organizar, arquivar e zelar pela boa ordem dos documentos contábeis, tais como: processos de pagamentos, conciliação bancária, relatórios contábeis, entre outros;
- 5) Atender às demandas solicitadas interna e externamente de dados e ou documentos relacionados às contas dos fundos.

Principais Desafios

- 1) Equacionar os recursos humanos disponíveis ao volume de trabalho da área;
- 2) Atualizar o parque computacional;
- 3) Alcançar melhorias nas condições físicas do ambiente de trabalho.

COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE PESSOAS (CSGP)

Compete à CSGP a gestão, administração e capacitação de pessoas (Servidores, Estagiários, Cargos em Comissão e Terceirizados) da SMASDH, através da interface com a Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SMGDP) e Secretaria Municipal de Administração (SMA).

A CSGP possibilita ao servidor o exercício dos seus direitos e orienta o cumprimento dos seus deveres, dentro dos prazos e normas legalmente estabelecidos, a fim de que as ações, projetos e Políticas Públicas desta Pasta possam ser plenamente desenvolvidos com qualidade e eficácia.

As atividades da coordenadoria são divididas entre o Setor Administrativo de Recursos Humanos e a Área de Recursos Humanos.

Principais Atividades

- Planejar, orientar, monitorar e avaliar as atividades executadas pelas áreas de trabalho da Coordenadoria (Setor Administrativo de Recursos Humanos e Área de Recursos Humanos) buscando a solução efetiva de problemas com otimização dos resultados, bem como propostas de aprimoramento do trabalho;
- Potencializar as parcerias estratégicas para o desenvolvimento das atividades de Gestão de Pessoas;
- Emitir pareceres e realizar encaminhamentos a protocolos administrativos na área de Gestão de Pessoas;
- Apoiar os gestores na mediação das relações interpessoais e de conflitos;
- Propiciar o retorno ao trabalho dos servidores com restrições médicas após interlocução com o Departamento de Promoção à Saúde do Servidor – DPSS;
- Alocar os novos comissionados aos serviços conforme perfil, histórico profissional e necessidades da secretaria;
- Coordenar a Campanha do Agasalho, em conjunto com as demais áreas do Município; e
- Realizar a gestão de pessoas referente aos contratos de terceirizados (Vigilantes, Porteiros, Agentes de Higienização, Cozinheiras e Recepcionistas).

Principais atividades do Setor Administrativo de Recursos Humanos:

- Acompanhar, orientar e encaminhar as rotinas administrativas de RH, tais como atestados de frequência, horas extras, férias, licenças-prêmio e outros bem como realizar a interlocução com a SMGDP na resolução de problemas;
- Planejar, analisar, orientar e acompanhar a execução das horas suplementares planejadas e executadas pelos serviços (horas-extras, sobreaviso e hora escala);
- Controlar as licenças-prêmio de todos os servidores;

- Monitorar, orientar e acompanhar os processos de estágio probatório;
- Acompanhamento e execução das medições de contratos terceirizados (Porteiros, Auxiliares de Limpeza e Recepcionistas).
- Acompanhar e monitorar a escolha de vagas dos novos servidores até o efetivo exercício; e
- Apoiar os Conselhos Municipais em conferências e eventos, na organização das equipes de apoio, administrativos, limpeza e outros.

Principais atividades da Área de Recursos Humanos:

- Controlar o cadastro dos servidores e estagiários (inclusão, rescisões, transferências e alterações de centro de custo) subsidiando a Secretaria na gestão de Recursos Humanos;
- Acompanhar a coordenadoria nas discussões com o DPSS dos servidores com restrições médicas;
- Apoiar, subsidiar e acompanhar as capacitações e eventos da Secretaria; e
- Elaborar relatórios quantitativos para subsidiar as atividades de controle da SMASDH.

Desafios

Atender as demandas extraordinárias e/ou emergenciais dos serviços quando necessitam de servidores para execução das tarefas, principalmente no período noturno e final de semana;

Realização do processo de remanejamento interno de servidores da SMASDH; e

Implantação do Projeto Gestão Integrativa na SMASDH.

Resultados

- Realização do processo de remanejamento dos servidores dentro dos postos de trabalho da própria pasta, observando prioritariamente o interesse do servidor e a transparência do processo;
- Aprimoramento das ações com o Departamento de Promoção da Saúde do Servidor, principalmente com a Coordenadoria de Saúde Ocupacional tornando os resultados mais dinâmicos e assertivos tanto para o servidor quanto para a Secretaria;

- Organização da Capacitação dos Gestores da SMASDH do novo Decreto 21.019 de 25 de agosto de 2020 “Regulamenta o Programa de Avaliação Probatória no Município de Campinas”

- Realização da Campanha do Agasalho.

- Participação na implantação dos dois Abrigos Emergenciais, Zilda Arns e Ceprocamp em relação ao remanejamento de servidores para a composição do quadro de recursos humanos.

- Participação na comissão do processo seletivo emergencial do cargo de Agente de Ação Social.
- Implementação de oficina em parceria com a Coordenadoria Setorial de Qualidade de Vida no CMPCA.
- Retomada da Avaliação de Desempenho dos Servidores.
- Campanha do agasalho.
- Participação e acompanhamento da contratação de novos servidores para SMASDH.

Metas para 2022

- Promover articulação com as demais áreas da Secretaria para o efetivo cumprimento dos prazos das rotinas administrativas;

- Organizar e realizar todas as atividades da SMASDH ligadas à SMGDP em conformidade com as normativas e prazos vigentes;

- Potencializar a parceria com a Escola de Governo Municipal e desenvolver novas parcerias com OSCs, instituições e fundações de ensino aprendizagem e pesquisa pertinentes a política de assistência social e demais áreas da SMASDH;

- Atualizar e republicar a cartilha “Rotinas de RH”;

- Elaborar relatórios e instrumentos que permitam o registro e quantificação das ações da CSGP;
- Implementar a Frequência Eletrônica de Profissionais e a Programação de Férias Eletrônica;
- Implementar o Projeto Gestão Integrativa da SMASDH.
- Implementar o novo sistema de remanejamento interno da SMASDH.

Quadro Geral de Recursos Humanos da SMASDH (referente a dezembro de 2021).

A SMASDH, concluiu o ano de 2020 com o quadro de Recursos Humanos totalizando **676** trabalhadores da seguintes forma:

- **466** servidores efetivos
- **51** servidores comissionados
- **25** conselheiros tutelares
- **01** celetista (cedida pela CEASA)
- **133** terceirizados (limpeza, porteiros, vigilantes, cozinheiros e recepcionistas)

COORDENADORIA SETORIAL ORÇAMENTÁRIA (CSO)

Compete à CSO realizar a gestão orçamentária da Secretaria, organizando o planejamento para elaboração do PPA, LDO e da LOA, equacionando as despesas necessárias e os recursos disponíveis.

Principais Atividades

A Coordenadoria Orçamentária é responsável pelo planejamento e elaboração do PPA, LDO, LOA, bem como da execução e controle orçamentário da Secretaria;

PPA – Plano Plurianual: Um dos principais instrumentos de planejamento. O PPA define os programas, projetos e ações do Poder Executivo por um período de 04 anos.

O PPA é encaminhado ao Legislativo até 31 de agosto do primeiro ano de mandato do Prefeito.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias: Instrumento intermediário entre o PPA e a LOA. O conteúdo da LDO deverá se basear no PPA, nada poderá ser inserido na LDO se não estiver previsto no PPA.

A LDO é uma lei ordinária, válida apenas para um exercício, nela são indicadas as metas e prioridades com a finalidade de orientar a elaboração da LOA.

A LDO é encaminhada ao Legislativo até 15 de abril de cada ano.

LOA – Lei Orçamentária Anual: Instrumento onde se preveem os valores para ações de governo. É através da LOA que a administração realiza o que foi planejado, as ações necessárias para atingir os objetivos e metas dentro de um exercício, nela são disponibilizados recursos orçamentários com suas respectivas fontes, baseada nas receitas previstas.

A LOA é encaminhada ao Legislativo do município de Campinas até o último dia útil de Setembro.

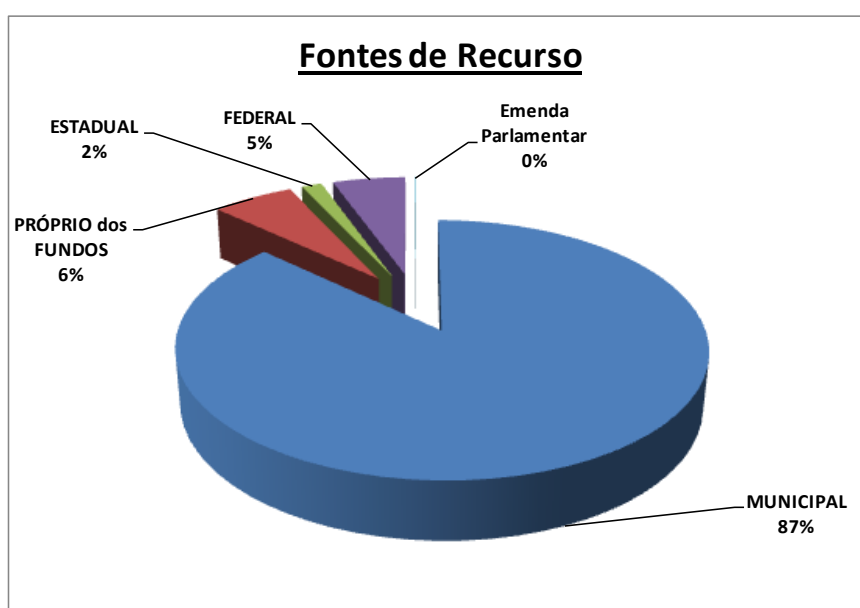
Principais Atividades

Indicação orçamentária, reserva orçamentária, confecção do Termo de Responsabilidade Financeira e do formulário para avaliação do Comitê Gestor dos processos de aquisição, locação, contratação de serviços e outras despesas desta Pasta.

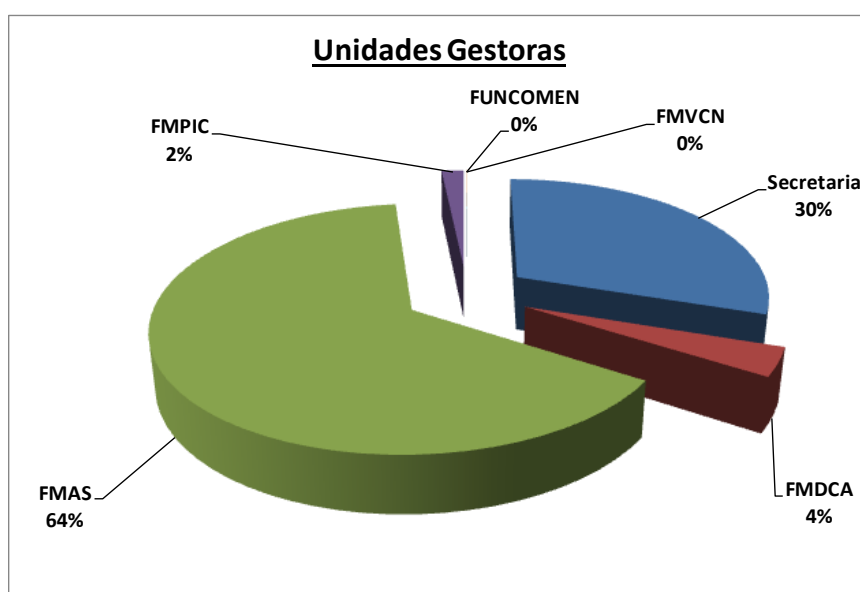
Acompanhamento dos saldos orçamentários, bem como providenciar suplementação orçamentária quando necessário.

Orçamento Inicial 2021 (R\$)

MUNICIPAL	PRÓPRIO dos FUNDOS	ESTADUAL	FEDERAL	Emenda Parlamentar	TOTAL
183.183.972,00	12.764.374,00	3.197.060,00	11.392.500,00	104.275,00	210.642.181,00



Unidade Gestora	Valor
SECRETARIA	R\$ 63.428.425,00
FMDCA	R\$ 8.000.000,00
FMAS	R\$ 135.692.182,00
FMPIC	R\$ 3.489.574,00
FUNCOMEN	R\$ 2.000,00
FMVCN	R\$ 30.000,00
TOTAL	R\$ 210.642.181,00



Desafios

Aprimorar a organização do planejamento das peças orçamentárias em conjunto com as demais áreas da SMASDH.

Criar o Setor de Apoio à Gestão Orçamentária para maior eficiência na organização, distribuição e realização dos trabalhos desta Coordenadoria.

SETOR DA CASA DOS CONSELHOS

Compete ao Setor disponibilizar infraestrutura geral para o funcionamento dos Conselhos referentes às Políticas Públicas ligadas a esta Secretaria.

Principais atividades

- Viabilizar as condições de funcionamento de cada Conselho e da Casa dos Conselhos no que diz respeito a Recursos Humanos, materiais de escritório, móveis, equipamentos de informática, telefonia, higiene e limpeza;
- Disponibilizar pessoal (RH) para a realização das demandas administrativas e demais atividades dos Conselhos no sentido de apoiar os trabalhos dos conselheiros, facilitando e fortalecendo a atuação de cada um; e
- Organizar o espaço físico.

Desafios

- Aprovação da Tabela de Temporalidade (já construída e encaminhada a Secretaria) para organização dos arquivos;
- Digitalização dos Livros Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Conselhos para arquivo e transparência na página da Secretaria;
- Unificar a metodologia de trabalho administrativo entre os Conselhos;
- Reforma geral do prédio onde está alocada a Casa dos Conselhos;
- Adequar o quadro de RH, de acordo com as necessidades de cada conselho.

Resultados

Todos os processos administrativos estão sendo elaborados através do sistema SEI.

SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO AO CONSELHO TUTELAR

Compete ao Município, através deste Setor, disponibilizar local, recursos humanos e material necessário para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, de acordo com a Lei nº 8069/90.

Campinas possui cinco Conselhos Tutelares que abrangem todas as regiões administrativas do município (leste, sul, sudoeste, leste e norte). Quatro destes Conselhos estão localizados na Av. Francisco Glicério na região central da cidade e outro descentralizado no bairro Guanabara (Conselho Tutelar Norte).

Para garantir o funcionamento destes órgãos, a SMASDH dispõe do Setor de Apoio aos Conselhos Tutelares, que é responsável por gerir suas demandas operacionais e administrativas.

Principais atividades

- Viabilizar as condições de funcionamento de cada Conselho no que diz respeito a RH, material de escritório, informática, telefonia, limpeza e logística.
- Recepcionar e encaminhar aos Conselheiros a população que diariamente procura atendimento na sede dos Conselhos Tutelares.
- Cadastrar, digitalizar e arquivar os prontuários da população atendida pelos Conselhos Tutelares.
- Encaminhar as notificações e ofícios expedidos pelos Conselhos Tutelares ao sistema de garantia de direitos e à população.
- Auxiliar na interlocução entre os Conselhos Tutelares e PMC.
- Auxiliar na interlocução entre os Conselhos Tutelares e o SGD.
- Administrar as instalações dos prédios onde estão alocados os Conselhos Tutelares
 - Gerenciar motoristas no atendimento dos plantões emergenciais 24 horas.
 - Monitoramento da manutenção e conservação predial e materiais permanentes

Desafios

- Equacionar a disponibilidade de recursos humanos à demanda de trabalho.
- Atualização e aprimoramento da legislação específica sobre os Conselhos Tutelares.
- Equacionar a quantidade de prontuários do arquivo ao limite de armazenamento.
- Viabilizar os atendimentos ao munícipe frente às restrições impostas pela Pandemia.

- Auxiliar o uso do novo Sopia CT nos Conselhos Tutelares.
- Unificar a metodologia de trabalho entre os Conselheiros Tutelares
- Viabilização do 6º Conselho

Resultados

- Aprimoramento do atendimento à população.
- Qualificação da interlocução com os Conselhos Tutelares.
- Início de atendimentos remotos ao munícipe.

Metas

- Término da digitalização dos prontuários do arquivo;
- Descentralização dos Conselhos Tutelares em suas respectivas regiões;
- Expansão do arquivo/troca de local.
- Formatar novas formas de atendimento ao munícipe frente à Pandemia Covid-19, de preferência utilizando ferramentas digitais (sites ou apps).
- Capacitar os funcionários administrativos para utilizarem a ferramenta do novo Sopia CT.

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS (DDH)

Apresentação

A Diretoria de Direitos Humanos atua de forma a articular, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar políticas, programas, projetos e ações no âmbito das coordenadorias de direitos humanos existentes na pasta, visando o seu fortalecimento institucional por meio de apoio e referência à população, na perspectiva da defesa dos direitos humanos em consonância com o plano de governo do município, assim como promover ações que estimulem a convivência e o diálogo entre diferentes, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a proteção e o reconhecimento da diversidade étnica, etária, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, bem como, a coordenação da gestão de programas vinculados ao Departamento de forma articulada com as demais políticas públicas da Pasta e demais Secretarias, fortalecendo a integração e a complementaridade de ações no âmbito do município para fomento e pactuações em prol da cidadania e cultura de paz.

O Departamento é composto pelas seguintes Coordenadorias, Setores e Serviços:

- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Juventude, incluindo:
 - Centro de Referência da Juventude;
 - Programa Juventude Conectada

- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, incluindo:
 - Centro de Referência na Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa;
 - Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida

- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Mulher, incluindo:
 - Centro de Referência e Apoio à Mulher;
 - SERAVI – Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor da Violência

- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Pessoa Idosa
- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Prevenção ao Uso de Drogas
- Centro de Referência para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Transgêneros
- Programa Parceiros da Cidade: Mão Amiga

COORDENADORIA DA JUVENTUDE

Apresentação

A Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para a Juventude – Coordenadoria da Juventude – foi criada em 29 de agosto de 2015 durante a “6ª Conferência Municipal de Juventude” através da promulgação da Lei Complementar nº 115/2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Juventude. No mesmo ato foi criado o Conselho Municipal da Juventude (CMJ) e instituídas no calendário oficial do município a Conferência Municipal de Juventude, que deve ser realizada a cada dois anos, e a Semana da Juventude, a ser comemorada anualmente no mês de agosto.

Considerando jovem a população de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade, a Coordenadoria da Juventude em consonância com o Estatuto da Juventude, Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, tem a competência de formular, coordenar e promover, de forma articulada com as demais Secretarias Municipais, políticas e diretrizes voltadas para a juventude, incentivando o protagonismo juvenil. Nesta esteira, embora a Coordenadoria da Juventude esteja estruturada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH), as políticas públicas para a juventude são promovidas em diversas Secretarias Municipais: na Cultura, Educação, Esportes, Saúde, Segurança Pública, entre outras. Assim, além das políticas de juventude (PPJs) diretamente executadas pela SMASDH, cabe à Coordenadoria da Juventude, aliada ao Conselho Municipal da Juventude (CMJ), a articulação intersecretarias e interinstitucional para discussão, aprimoramento e construção das PPJs.

1. Programa Juventude Conectada

Criado pela Lei nº 14.853 de julho de 2014 e regulamentado pelo Decreto nº 20.827 de 16 de abril de 2020, o Programa Juventude Conectada oferece bolsa pedagógica mensal para até 120 (cento e vinte) jovens de 15 a 29 anos, de baixa renda e moradores de Campinas. Esses jovens, que

ingressam no Programa através de Processo Seletivo, cumprem carga semanal de 20 (vinte) horas nos 27 (vinte e sete) telecentros comunitários difundidos pelo município, onde desenvolvem atividades de inclusão digital junto à população da cidade. Os jovens atuam como facilitadores na organização, orientação e apoio à população no acesso livre e gratuito, na realização de oficinas básicas de informática, serviços digitais (E-GOV), e outras atividades relacionadas à cultura digital. Para desempenhar estas funções, os bolsistas participam de formações continuadas quinzenais com a equipe pedagógica do Programa, divididas nos eixos: 1) Gestão e Desenvolvimento Pessoal; 2) Tecnologias de Informação e Comunicação; 3) Direitos Humanos e Cidadania.

O Juventude Conectada foi responsável por 88.494 (oitenta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro) acessos no ano de 2019. Em 2021 foram abertos dois novos telecentros: Espaço Cidadão e Porta Aberta, ambos no Paço Municipal. Até o final de 2022 será dobrada a quantidade de bolsistas no Programa através de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, em que todas as escolas da rede municipal de Ensino Fundamental 2 contarão com bolsistas do Programa no apoio aos laboratórios de informática e atendimento da comunidade escolar. Além disso, está prevista a abertura de mais dois telecentros: Agiliza Barão Geraldo e Agiliza Sousas.

Tabela 1. Histórico de Acessos nos Telecentros do Programa Juventude Conectada	
2014 (julho a dezembro)	11.643
2015	15.252
2016	52.805
2017	51.357
2018	77.753
2019	88.582
2020 (janeiro a março)	4.635
2021 (maio a dezembro)	2.471*

* O ano de 2021 foi marcado pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus o que ocasionou no aumento das medidas sanitárias de isolamento social.

2. Centro de Referência da Juventude (CRJ)

Unidade da Coordenadoria da Juventude responsável pela oferta de políticas públicas descentralizadas à população jovem, com ênfase em ações educativas, na profissionalização e geração de renda. Os cursos são disponibilizados semestral e trimestralmente conforme oferta de projetos e parcerias.

No ano de 2021 foram realizadas diversas iniciativas voltadas à população jovem, que resultaram em mais de 800 (oitocentos) atendimentos, somadas as ações: parceria com Hospital do Amor (rodas de conversa e atendimentos; Projeto “Geração + Conectada”/Oficina: “Aprenda a mexer no seu smartfone”; Acessos no Telecentro; Cursos profissionalizantes CEPROCAMP; Curso profissionalizante IMENE; Rodas de conversa em parceria com a Coordenadoria de Políticas para a Mulher (Agosto Lilás e 16 Dias de Ativismo).

Tabela 2. Iniciativas Centro de Referência da Juventude (CRJ) 2021		
Iniciativa	Parceiro	Participantes
Carreta do Hospital do Amor - rodas de conversa e atendimento	Hospital do Amor	608
Telecentro e Projeto “Geração + Conectada” - Oficina: “Aprenda a mexer no seu smartfone”	Programa Juventude Conectada e Coordenadoria do Idoso	73
Cursos profissionalizantes: Jardinagem; Inglês Básico; e Auxiliar Administrativo	CEPROCAMP	27
Curso de qualificação profissional: Auxiliar de Recursos Humanos	IMENE	26
Rodas de conversa Agosto Lilás e 16 Dias de Ativismo	Coordenadoria da Mulher	50
Semana da Juventude - Oficina Educativa: “Como trabalhar com projeto de vida?”	Consultoria Mandala Impacto Social e Fundação FEAC	20
Total 804 (oitocentos e quatro) participantes em iniciativas do CRJ em 2021		

3. Conselho Municipal da Juventude (CMJ)

Criado pela Lei Complementar nº 115/2015, o Conselho Municipal da Juventude, órgão colegiado, permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador das políticas públicas da Administração Municipal dirigidas à juventude, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Política Municipal da Juventude; em sua 3ª gestão (2020-2021), promoveu, em parceria com a Coordenadoria da Juventude, duas grandes iniciativas: a) Projeto Papo Reto; b) Semana da Juventude 2021.

3.1 Projeto Papo Reto

Diante da impossibilidade da realização da Conferência da Juventude por conta da pandemia da COVID-19, o (CMJ) planejou a realização de encontros formativos mensais em ambientes virtuais, para debater temas pertinentes e questões relacionadas à juventude, e mobilizar jovens de diversos territórios, de diferentes instituições e/ou movimentos sociais.

Sempre às segundas sextas-feiras de cada mês, o Papo Reto consistiu em encontros formativos virtuais que abordaram temas a serem debatidos na Conferência Municipal da Juventude e previstos no Estatuto da Juventude. Com duração de 2 (duas) horas, cada encontro virtual foi conduzido por facilitadores que provocaram o diálogo, formação e construção conjunta com os jovens participantes. Como estratégia de mobilização foi disponibilizado link de inscrição online por no mínimo 10 (dez) dias enviado às instituições, coletivos e movimentos sociais.

Além do encontro, no final de cada mês foi produzido um vídeo podcast sobre o tema debatido no encontro formativo com participação de jovens engajados e protagonistas nos assuntos correspondentes. Os vídeos estão disponíveis no canal do YouTube do Conselho Municipal da Juventude de Campinas:

Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCxZ2chRN2di4DQmULtwo9LA>

Tabela 3. Projeto Papo Reto - Encontros Formativos			
Tema	Participantes	Acessos Vídeo Podcast	Total
Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda	68	91	159
Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente".	32	86	118
DIVERSIDADES - Direito à Diversidade e à Igualdade".	47	74	121
Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil	36	Vídeo em edição	36
“Direito ao Território e à Mobilidade”	17	48	65
Total Participantes/Acessos	200	299	499

3.2 Semana da Juventude 2021

Instituído no calendário oficial de Campinas através da Lei Complementar nº 115/2015, a Semana da Juventude é um evento comemorado anualmente na semana do dia 12 de agosto, realizado pelo Poder Executivo em colaboração com o Conselho Municipal da Juventude.

Dia 12 de agosto é o Dia Internacional da Juventude, celebrado através da resolução da Assembleia Geral da ONU em 1999, como resposta às recomendações levantadas na Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude (Lisboa, 1998), onde ocorreram diversas reflexões sobre as práticas de responsabilidade social para com os jovens.

Neste ano, além da Prefeitura Municipal de Campinas e do Conselho da Juventude, o evento foi realizado em conjunto com a Fundação FEAC, através do Programa Juventudes, e contou com ampla e diversa programação proposta por instituições, coletivos ou jovens engajados nas demandas das juventudes. A Semana foi pautada nos 11 direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude, com a proposta de que as atividades inscritas dialogassem com o tema.

Ao todo foram realizadas 33 (trinta e três) atividades que contaram com 2 mil participantes, . A maior Semana da Juventude da história de Campinas!

Hotsite da Semana da Juventude 2021: <https://bit.ly/semanadajuventudecampinas>

4. Projeto Arte Urbana “Camp Crew”

Compreendendo o Grafite (ou Graffiti) como arte urbana de expressão cultural, sobretudo da juventude das periferias, o projeto “Cultura Urbana” visa favorecer uma cultura de participação política e social das juventudes, com a possibilidade de repensar os espaços e serviços públicos como educativos, de transmissão da história, cultura, identidade e interações sociais locais, trazendo um sentimento de pertencimento e construção ativa junto aos munícipes moradores da região. O projeto é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH) através de sua Coordenadoria de Políticas para as Juventudes, em parceria com o Programa Juventudes da Fundação FEAC.

Se inscreveram para o “Camp Crew” artistas de Campinas com interesse em atuar em iniciativas de revitalização de espaços públicos através da arte urbana (grafite, pinturas, entre outras linguagens). Foi lançado Edital simplificado (via *Google Forms*) visando credenciar artistas urbanos que, conforme lançamento de novas etapas do “Camp Crew”, serão convidados para participar das intervenções de arte urbana, que poderão ser realizadas em painéis, escolas, rodovias viadutos, projetos sociais, entre outros equipamentos público.

A primeira intervenção foi realizada no “Campinho do São Marcos”, no Núcleo Residencial Jardim Santa Mônica e contou com a parceria da Fundação FEAC, CRAS Espaço Esperança, COHAB e SEHAB. Os 10 (dez) artistas selecionados produziram suas artes no muro que fica na entrada do bairro que se tornou um painel de grafite de artes urbanas. Foram realizadas duas oficinas com adolescentes e jovens da comunidade para que compreendessem a linguagem do grafite e pudessem contribuir com os artistas selecionados para a arte a ser realizada no painel possa traduzir a história e anseios do bairro. Está prevista uma série de intervenções ao longo do próximo ano. Mais informações no link: <<https://novo.campinas.sp.gov.br/noticia/42457>>.

5. Quadro de Ações da Coordenadoria da Juventude em 2021

Programa, cursos profissionalizantes e ações outras da CSPPJ	Descrição	Participantes	Desafios Encontrados	Resultados	Metas para 2022
Programa Juventude Conectada	Programa Socioeducativo com bolsa pedagógica mensal, que visa promover a inclusão digital através da inclusão social.	<ul style="list-style-type: none"> • 84 jovens bolsistas; • 2471 acessos nos telecentros 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso do jovem à internet para atividades virtuais fora dos telecentros; • Avanço da COVID-19 principalmente na população mais jovem; • Encerramento do cadastro reserva de jovens habilitados ao Programa; • Aposentadoria da psicóloga do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos jovens no Programa; • Engajamento dos bolsistas em diversas ações no combate aos efeitos sociais da pandemia da COVID-19; • Oferta de Processos formativos virtuais; • Abertura de dois novos telecentros do Programa: 1) Espaço Cidadão; 2) Porta Aberta. Ambos no Paço Municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de processo seletivo ampliado para recomposição do quadro de bolsistas; • Abertura de dois novos telecentros: Agiliza Barão Geraldo e Agiliza Sousas; • Celebração de parceria com Secretaria Municipal de Educação para implantação do Programa em todas as escolas da rede municipal de ensino fundamental 2; • Duplicação da capacidade de bolsistas no Programa através da parceria com a SME.

Projeto “Geração + Conectada” - Oficina: Aprenda a mexer no seu smartfone	Ensina para população 60+ aplicações de smartfone básico, aplicações sem internet, configurações de acesso à internet, redes sociais e aplicativos de serviços públicos.	27	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de atividades presenciais com população idosa com agravamento da pandemia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas idosas concluintes com satisfação ao projeto; • Outros territórios interessados em receber o projeto no próximo ano; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação para outras regiões
Projeto Papo Reto	Encontros formativos virtuais preparatórios para a Conferência Municipal da Juventude, com base nos temas do Estatuto da Juventude.	200	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso do jovem à internet para atividades virtuais; • Indefinição da esfera federal quanto à realização da Conferência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens formados e preparados para debater propostas de políticas públicas; 	Continuidade do projeto com outros temas do Estatuto.
Cursos profissionalizantes: Jardinagem; Inglês Básico; e Auxiliar Administrativo	Cursos profissionalizantes	27	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do ensino presencial; 	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens formados e com ocupação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da oferta de cursos; • Alcançar mais jovens;
Curso de qualificação profissional: Auxiliar de Recursos Humanos	Curso de qualificação profissional	26	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do ensino presencial; • Ensino noturno; 	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens formados e com ocupação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da oferta de cursos; • Alcançar mais jovens;

Projeto Cultura Urbana “Camp Crew”	Credenciamento de artistas urbanos para intervenções em espaços públicos	10 (selecionados para primeira etapa)	Engajamento da comunidade nas intervenções;	Credenciamento realizado; • Intervenção realizada com sucesso.	• Realização de mais intervenções; • Conseguir mais materiais;
Semana da Juventude 2021	33 atividades virtuais e/ou presenciais ao longo de uma semana	2.000 participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso do jovem à internet para atividades virtuais; • Quantidade de atividades em espaço curto de tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de jovens, linguagens e tipos de atividades; Participação expressiva da juventude nas atividades propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da Semana da Juventude em período superior a 7 dias; • Continuidade da parceria com a Fundação FEAC.
Espetáculo “Irmãos Sabatino em: o maior artista da Terra”	Show de acrobacias e humor no CEU Vila Esperança	800 participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura do equipamento diante das possibilidades de chuva. 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte articulação com diversos serviços e parceiros do território; • Grande engajamento da comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as ações da juventude nos CEUs; • Realização de Sarau da Juventude e encontro de Hip Hop no local.

COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

1. Apresentação

A Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial (decreto 8 de março 2013) é um espaço institucional articulador e formulador de políticas pública de combate ao racismo, discriminação e toda forma de intolerância, promovendo a interlocução entre as entidades locais, municipais, autoridades dos segmentos civis, militar e religiosos e a administração pública visando contribuir com eficácia para correção das desigualdades sociais e raciais, neste sentido, promovendo ações de inclusão social, valorização dos negros, negras e outros grupos historicamente discriminados por motivo de raça, cor, etnia, procedência nacional ou religião, o que faz por meio da Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial e seus setores: o Centro Campineiro de Memória Afro-brasileira e o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção, Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa e Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida.

2. Principal atividade em 2021

Ações de Apoio a outros Departamentos	12
Reuniões Diversas	75
Reunião do Conselho da Comunidade Negra / Reunião Executiva do Conselho	32
Reuniões no Comitê Técnico de Saúde da População Negra	08
Reuniões com Secretarias Municipais referentes ao Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial	13
Reuniões Conselho Municipal de Cultura	06
Participação nas bancadas de Heteroidentificação - avaliação presencial para validar a autodeclaração feita pelo candidato.	Unicamp 3 CEASA 1 Prefeitura 2 IMA 1

Data	Atividade	Ação
21/ 01 / 2021	Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei Municipal nº 13.914/2010.	Roda de Conversar Virtual “Conversando a Gente se Entende” Live exposições de: – Maria Regina da Silva Barra Grande – Ajoie do Ilè Asé Obá Adákédájó Omí Aladò – Rogério Donizetti Bueno – Teólogo, Pastor e Ativista em Direitos Humanos

03/03/2021	Reunião com Comitê Intersetorial de Implantação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.	Início da implantação prazo e metas.
21/03/2021	No Dia Internacional da Luta Pela Eliminação da Discriminação Racial.	Posse ao Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas. e lançada a cartilha “Vidas Negras Importam.
11/ 05 / 2021	Reunião com Comitê de Implantação do Plano,	No Salão Vermelho com participação dos representantes indicados pelas secretarias, com Equipe da Coordenadoria, Diretora de DH e Secretária SMASDH.
27 / 05 / 2020	LEI Nº 10.196 / 1999 Semana de Solidariedade com Povos Africano	Serie de 4 lives com personalidade africana, desmistificando a imagem de África
	Semana de Solidariedade aos Povos Africanos	
25/ 05 / 2021	Live “Historia da África conforme a obra de Kizerbo”	
26 / 05 / 2021	Live “A educação na Matriz cultural africana”	
27 / 05 / 2021	Live “Literatura Africana abordando a filosofia africana”	
28 / 05 / 2021	Live “Culinária Africana no Brasil”	
17 / 06 / 2021	Live Dialogando entre nós “Políticas PIR no Município de Campinas”	Roda de Conversar Virtual realizada pelo Conselho da Comunidade, com palestra de Sérgio Max e Jacqueline Damazio
09 / 08 / 2021	O Dia Internacional dos Povos Indígena “Sangue Indígena Também Salva” O principal propósito desta data é conscientizar sobre a inclusão dos povos na sociedade.	Evento no Paço Municipal com participação a etnia Tupy Guarani, apresentação cultura e coleta de doação de sangue.
: 03 / 11 / 2021	Abertura Oficial do mês da Consciência Negra “Para Além das Falas” no Salão Vermelho Iniciou da Exposição 100 de Fotografia V8 Salão Vermelho	Ato oficial com Prefeito, lançamento da cartilha “Para Além das Falas” Palestra com Centro de Memória da Unicamp, abertura da Exposição não Paço Municipal.
04 / 11 / 2021	Dia da Favela	Parque Oziel / Monte Cristo, evento realizado pela CUFA, com participação de vários serviços da Prefeitura, CEP-IR participou com Palestra e entrega de Cartilhas.
12 / 11 / 2021	Cerimonia de Comemoração do 20 da CEP-IR	Entrega de Certificado de Honra para Ex-Coordenadores da CEP-IR e Ex-Presidente, que atuaram nestes 20 anos.

18 / 11 / 2021	Palestra“ Para Além das Falas” para aluno do E.E. Dona Veneranda Martins Siqueira.	Formação Étnica Racial para aluno do ensino fundamental.
20 / 11 / 2021	MARCHA ZUMBI DOS PALMARES Principal evento do Mês da Consciência Negra organizado pela Sociedade Civil.	Evento Inicia com Concentração na Estação Cultura e percorre as Ruas do Centro finalizando com uma Grande Roda no Largo do Rosário.
20 / 11 / 2021	DIPLOMA HONRA MÉRITO ZUMBI DOS PALMARES	Câmara Municipal Diplomação por proposição de vereadores as pessoas que se destacaram na Luta pela Igualdade Racial em diversos seguimentos.
21 / 11 / 2021	Orquestra Sinfônica de Campinas Homenagem Mês da Consciência Negra	Apresentação da Orquestra Sinfônica no Teatro Castro Mendes acompanhada por cantores Negros de Campinas.
25 / 11 / 2021	Live da Secretária da SMASDH sobre a temática e sobre os 20 anos do CEPİR	Secretária Vandecleya conversar com o Coordenador da CEPİR e com a Gestora Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa
26/11/2021	Exposição Bonecas Negras e Contação de Histórias:	Exposição de 100 bonecas Negras diversas estilos na CEPİR em Parceria com a entidade Crespinhos no Poder
30 / 11 / 2021	Conversando Agente se Entende Live Referente ao Dia da Umbanda	Roda de Conversa Virtual com Umbandista, falando da Carta da Umbanda
04/ 12 / 2021	Palestra Existir e Resistir	Encontro com teólogo Negros realizados pela Fraternidade Teológica Latino-americana na CEPİR

3. Desafios enfrentados durante a execução das atividades 2021

- Restrições em decorrência Pandemia COVID, as adversidades da pandemia de COVID 19, exigiram adaptações e mudanças em praticamente todas as atividades.
- Necessidade de mais ferramentas e recursos tecnológicos para as ações e atendimentos e acompanhamento dos processos de heteroidentificação.
- Necessidade de ampliação de equipe para atender todas as ações e adaptações necessárias.

Resultados alcançados 2021

Na realização dos objetivos a equipe foi afetada por fatores externos especialmente referentes a pandemia, que foram superados com criatividade e adaptações necessárias.

Desafios e metas 2022

1- Concluir a Implantação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial..

2 – Finalização de legislação que institui Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa, vinculado a Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial na estrutura da Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos.

COORDENADORIA SETORIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL 2022

Data	Ação, Atividade ou Evento	Recursos Necessários / Quantidade	Participantes/Meta de Atendimento
21/01/22	Dia Municipal de Combate a Intolerância Religiosa Lei 13.914	Salão Vermelho, projetor.	Lideranças de diversas religiões e ou filosofia
21/03/22	Dia Municipal de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial Lei 14.056 Tenda da Promoção da Igualdade Racial na Praça	Praça Rui Barbosa, 1 tenda , 2 mesas 6 cadeiras e material de divulgação do Serviço de Combate ao Racismo.	Equipe da CEPIR, informação ao publico.
16/04/22	Lavagem da Escadaria da Catedral Tenda da Promoção da Igualdade Racial na Praça	Praça Rui Barbosa, 1 tenda , 2 mesas 6 cadeiras e material de divulgação do Serviço de Combate ao Racismo	Equipe da CEPIR, informação ao publico.
07/05/22	Concurso Rainha Pérola Negra 2022 Lei Nº 14.284	Salão, som, iluminação, banda e premiação para 7 rainhas uma por categoria. SALÃO / SOM /	Mulheres Negras Campineiras.

23a27/05	Semana de Solidariedade aos povos africanos Lei Nº 10.196 Lives diárias sobre temas relacionados ao continente africano, história, vestimenta, culinária, música, literatura, linguagem.	Material de divulgação virtual	Atividade pública acesso virtual
20a26/06	Semana dos Imigrantes Leia N	Apresentação cultural Roda de conversar Tendas de serviços diversos Feira artesanato e comida	Imigrantes, refugiados e munícipes interessados.
18/07/22	Dia Municipal de Néelson Mandela Lei N 13.736 Cine Debate	Projeto	Movimentos Negros e munícipes interessados
23/07 /22	Dar visibilidade ao Roteiro Afro no Portal Nº 11.136 Passeio Turístico Roteiro Afro Campineiro	Ônibus	Sorteio de 50 pessoas inscritas
25/07/22	Mês de julho de homenagem virtual para 25 mulheres negras destaque em Campinas Dia da Mulher Negra Latina Caribenha, Dia Tereza de Benguela Lei N 14.054	Publicação diária no portal de personalidade negra no portal	Mês todo Atividade pública virtual
09/08/ 22	Dia Municipal dos Povos Indígenas 09 / 08 Roda de Conversar com indígena	Salão Vermelho projetor.	Atividade Com Indígenas e munícipes interessados
27/10/22	Seminário Saúde da População Negra – Dia de Mobilização em Pro da Saúde da População Negra Lei N 14.364	Auditório, projetor, som.	Atividade pública para profissionais da saúde e munícipes interessados
11/2022	1 – Solenidade de abertura do Mês da Consciência Negra. 2 - (escolher a temática) 3 – Palestras de Promoção da Igualdade Racial 4 - Avaliação do Plano Municipal 5 – Tendas da Promoção da Igualdade Racial na Praça 6 – Entregam das Láureas 2022.	Folhetos Cartilhas Banners Banners digitais Posts para redes sociais Produção de comercial de 27 segundos Spot para rádios Cartazes A3 e A4 Saia de mesa para solenidades certificado (premiação) para personalidades	

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA

O **Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa**, inaugurado em 21/03/2016, é um serviço multidisciplinar destinado ao acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de denúncias da prática de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, bem como à realização de ações voltadas para a promoção da igualdade e combate ao preconceito racial e religioso, junto a escolas, universidades, empresas e demais órgãos.

Diante das atribuições institucionais do serviço, apresentamos as atividades realizadas no ano de 2021, cuja **planilha demonstrativa completa** consta em arquivo anexo:

1. Registro e acompanhamento de casos de racismo e discriminação religiosa;
2. Atendimentos;
3. Atividades de formação;
4. Ministério Público – Acompanhamento de procedimentos e consultoria em relações étnico raciais;
5. Apoio em ações da Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial;
6. Participação e apoio a eventos e outras atividades de terceiros;
7. Elaboração de projetos e textos para materiais voltados para a conscientização e educação da população sobre relações étnico-raciais e liberdade religiosa e orientações para casos de discriminação racial e religiosa;
8. Redes Sociais Facebook e Instagram – Acolhimento de denúncias e questionamentos da população e divulgação de materiais e eventos relacionados à promoção da igualdade racial e liberdade religiosa, próprios e de terceiros, e de informativos da Prefeitura Municipal de Campinas.

ATIVIDADES REALIZADAS						
1	CASOS – REGISTRO E ACOMPANHAMENTO	Casos novos	Racismo		12	18
			Discriminação Religiosa		6	
		Casos em acompanhamento	Racismo		45	61
			Discriminação Religiosa		16	
2	ATENDIMENTOS				148	
3	ATIVIDADES DE FORMAÇÃO (rodas de conversa, cursos, palestras, seminários e oficinas)				85	
4	MINISTÉRIO PÚBLICO – ACOMPANHAMENTO E CONSULTORIA EM				25	
5	APOIO EM AÇÕES DA COORDENADORIA SETORIAL DE PROMOÇÃO DA				*	
6	PARTICIPAÇÃO E APOIO A EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES DE TERCEIROS				51	
7	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E TEXTOS				*	
8	REDES SOCIAIS – FACEBOOK E INSTAGRAM				*	

* não quantificável

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. CASOS REGISTRADOS

MOTIVO DA DISCRIMINAÇÃO	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL ANUAL
raça/cor/etnia	1	1	1	1	0	0	2	2	0	2	1	1	12
religião	1	1	1	0	0	2	0	0	0	1	0	0	6
procedência nacional / regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
identidade de gênero / orientação sexual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
motivos combinados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MENSAL	2	2	2	1	0	2	2	2	0	3	1	1	18

2. ATIVIDADES INTERNAS

TIPO DE ATIVIDADE	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL ANUAL
Atendimentos	17	11	16	22	2	15	10	20	7	11	14	3	148
Visitas recebidas	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	0	7
Reuniões com público externo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Reuniões da equipe / Formações internas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartas encaminhadas	1	2	0	3	0	0	0	2	0	2	2	0	12
Ofícios encaminhados	2	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Respostas ao Ministério Público	3	3	5	1	1	3	2	1	3	2	3	0	27
Protocolos recebidos	11	2	4	7	5	3	3	0	2	11	9	2	59
Protocolos respondidos	10	1	4	7	0	6	4	1	2	8	8	2	53
TOTAL MENSAL	45	21	31	41	8	27	20	25	15	36	37	7	313

3. ATIVIDADES EXTERNAS

TIPO DE ATIVIDADE	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL ANUAL
Eventos (CR ou CEPİR com ajuda do CR)	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	5
Ações (Cursos, palestras, Oficinas, Rodas de conversas)	0	0	2	9	11	13	2	7	6	11	23	1	85
Reuniões fora do CR	4	10	6	13	18	17	18	19	21	20	8	10	164
Participações (Presença em atividades / eventos / cursos)	4	2	9	7	2	0	5	4	5	3	8	2	51
Visitas/Diligências realizadas	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	3
Entrevistas	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	5
TOTAL MENSAL	9	14	18	30	32	30	25	30	32	38	42	13	313

Desafios durante a execução das atividades

Os maiores desafios enfrentados pelo Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa para a execução de suas atividades no ano de 2021 foram:

1. Falta de profissionais para a composição da equipe multidisciplinar, em especial das áreas de Psicologia e Administrativa, além de estagiários;
2. Falta de disponibilidade de meio de transporte com motorista para cumprimento dos compromissos necessários ao desenvolvimento das ações institucionais;
3. Falta de equipamentos e estrutura de tecnologia, tais como: internet Wi-fi; telefone celular institucional; multifuncional (impressora, copiadora e scanner); equipamentos multimídia (webcam, caixa de som, headfone); notebook; e projetor;
4. Dificuldade de obtenção de materiais impressos para divulgação do serviço.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Em detrimento de todos os desafios enfrentados, temos alcançado êxito no cumprimento das funções institucionais do Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa, de modo que o serviço, mesmo que ainda desconhecido por boa parte da população do município, goza de excelente reputação entre as pessoas atendidas e órgãos e entidades com os quais mantém relacionamento. Diante disso, podemos destacar como resultados alcançados no ano de 2021:

1. Implantação do relatório de atendimento assinado pelo denunciante na ocasião do registro do caso;

2. Aumento significativo no número de atividades educativas realizadas, passando de 58 (cinquenta e oito) em 2020 para 85 (oitenta e cinco em 2021);

Metas para 2022

São metas do serviço para o ano de 2022:

1. Manter e aprimorar os serviços prestados e demais atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência em Direito Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa no atendimento de denúncias de discriminação racial e religiosa;

2. Aprimorar o registro das estatísticas do serviço, que atualmente não refletem todo o trabalho desenvolvido;

3. Divulgar dados estatísticos do serviço em plataforma digital, com atualização periódica;

4. Dar continuidade às atividades formativas oferecidas;

5. Ampliar parceria com a Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor – EGDS, de modo a ampliar o oferecimento de formação aos servidores públicos sobre relações étnico-raciais e liberdade religiosa;

6. Ampliar articulação com órgãos da Segurança Pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal), buscando melhorar o atendimento de vítimas de racismo e discriminação religiosa e ampliar o combate ao racismo institucional e violência policial.

SERVIÇO DE REFERÊNCIA AO IMIGRANTE, REFUGIADO E APÁTRIDA

1. Apresentação

O serviço de referência ao imigrante, refugiado e apátrida constitui-se como uma unidade de atendimento especializado. Sua missão é a escuta qualificada e ativa ao migrante a fim de promover o acolhimento humanitário e minimizar as condições de vulnerabilidade extrema, decorrente da mobilidade forçada imposta a diversas nacionalidades.

Atua diretamente com o perfil de pessoas demandantes de políticas públicas e, nesse âmbito, estabelece mecanismos de articulação permanente com a rede de serviços socioassistenciais (SUAS), de saúde (SUS) e de educação do município e Região Metropolitana. O objetivo é consolidar a garantia de direitos dos imigrantes como cidadãos comuns, efetivando o previsto pela nova Lei da Migração nº13.445 de 2017.

É um serviço que oferta atendimento através de demanda espontânea e referenciamento, e tem como porta de entrada o acolhimento para os imigrantes que procuram atendimento. Outros instrumentos como o correio eletrônico, as ligações telefônicas e o Whatsapp também são disponibilizados para facilitar e ampliar a acessibilidade dos usuários e parceiros.

Ainda enfrentando um contexto de pandemia, especialmente em 2021, podemos destacar legislações que limitaram o acesso à regularização migratória para os imigrantes que atravessaram a fronteira terrestre. Somente venezuelanos foram autorizados a se regularizar o que resultou na proximidade do número de atendimentos entre haitianos e venezuelanos.

Muitos haitianos, alguns cubanos e demais nacionalidades fronteiriças tiveram que se manter em condição de irregularidade e somente em dezembro, as Portarias Interministeriais N°663 de 20 de dezembro/2021 e MLSP/MRE N° 27 de 30 de dezembro/2021, essa última específica para renovação do direito a acolhida humanitária dos haitianos, permitiu que eles se regularizassem.

Outras nacionalidades que ingressaram no país e não apresentavam perfil de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária (parágrafo 3° da Lei nº 13.684 de 21 de junho de 2018) ainda permanecem sem acesso à documentação. Vale ressaltar que a Portaria de 20 de dezembro/2021 condiciona o acesso aos documentos aqueles imigrantes com calendário vacinal de Covid 19 concluído.

O novo terremoto ocorrido no Haiti em 14 de agosto de 2021, com alto número de mortos, desaparecidos e desabrigados intensificou no serviço, a preocupação pela garantia do direito a

reunião familiar para os haitianos. O processo de parceria com a Defensoria Pública da União iniciado em março com 7 casos, teve um salto e a pressão por reunião familiar resultou em uma lista de espera de aproximadamente 130 chamantes. Uma força tarefa foi organizada pelo serviço em parceria com a DPU e Unicamp, com objetivo de solicitar a entrada dos familiares sem visto, por meio de decisão judicial, para superar a deficiência do sistema de agendamento realizado pela OIM em parceria com a Embaixada Brasileira no Haiti, com consequente oferta de serviços de despachantes cobrando taxas impraticáveis resultando na exploração financeira dos que buscavam o acesso ao visto.

Eixo Regularização Migratória e Acompanhamento de Casos

- a. Atendimento presencial para regularização migratória (Anexo: tabela 01 pg. 01);
- b. Suporte aos municípios capacitados para atendimento de regularização migratória com a criação de um grupo de Whatsapp a partir de 19 de março de 2021 composto por 39 profissionais da Região Metropolitana de Campinas;
- c. Interface com a Defensoria da União para assegurar direitos aos haitianos a Reunião Familiar, com 7 processos judiciais iniciados em fevereiro de 2021, sendo que deles tiveram a autorização de entrada no Brasil sem visto por decisão judicial;
- d. Força tarefa em parceria com a Defensoria Pública da União e Unicamp para assegurar o direito a Reunião Familiar de um grupo de 106 haitianos que desejam trazer seus familiares, dentre esses, 91 crianças. Ainda em processo de coleta de documentação;

Eixo Escolaridade

Em 2021 o eixo Escolaridade foi melhor estruturado, organizado e ampliado. Das principais ações podemos citar:

- a. Encaminhamentos para Diretoria de Ensino Leste e Diretoria de ensino Oeste com o objetivo da equivalência dos estudos do ensino fundamental e médio para valorizar as conquistas educacionais trazidas do país de origem e incentivar a continuidade do estudo no Brasil como forma de qualificação pessoal e profissional;
- b. Encaminhamentos para a aprendizagem da língua portuguesa dos imigrantes e refugiados alfabetizados nos países de origem para o Programa/FUMEC que atuando no reforço escolar para

aprendizagem e consolidação da língua portuguesa e matemática cotidiana têm atendido os imigrantes e refugiados.

c. Procura por novas ofertas de ensino da língua portuguesa para Imigrantes e Refugiados e Apátridas realizado em parceria com o Eixo do Trabalho e Empreendedorismo;

d. Sensibilização sobre a importância do retorno escolar no processo de inclusão social:

1. No caso da documentação escolar e migratória estarem corretas eram encaminhados para Diretorias de Ensino e orientados a darem continuidade dos estudos tanto por meio do ensino regular ou pelo EJA/supletivo. Concomitantemente, eles eram encaminhados para a aprendizagem do Português principalmente no Programa Consolidando escolaridade/FUMEC;

2. Início do processo de construção do fluxo para Revalidação dos diplomas de Ensino Superior;

4) Divulgação e orientação do acesso ao ensino superior/ENEM/Cursos Técnicos para aqueles com a equivalência do ensino médio regularizado;

5) Atenção, orientação e contatos com a rede de ensino nos casos de crianças e adolescentes que encontravam dificuldades na matrícula escolar no ensino fundamental/ médio/ educação infantil e creche devido às questões migratórias como documentação, dificuldade com a língua e com o entendimento do sistema educacional brasileiro;

e. Esclarecimentos referentes ao acesso do certificado de proficiência da Língua portuguesa para estrangeiros necessária para o processo de naturalização bem como propostas para o seu alcance;

f. Em virtude da falta de um agente administrativo no quadro de servidores do SRIRA, as atividades referentes ao cargo foram divididas entre a equipe. Dessa forma ficou sob a responsabilidade do eixo escolaridade:

- Solicitação de materiais de limpeza e de escritório;
- Requisição da manutenção do espaço físico e equipamentos;
- Monitorar o SEI e o e-mail institucional do SRIRA respondendo e/ou encaminhando as demandas para equipe;

Eixo Saúde

- a. A abordagem no Eixo Saúde visa orientar os imigrantes sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, a importância do cartão de identificação para que tenha a vinculação dos procedimentos no âmbito do SUS, e os seus níveis de atenção;
- b. Oferta de acompanhamento social do tratamento de saúde através de esclarecimentos e discussões com os serviços de saúde, além de orientações aos usuários acerca dos serviços que compõe a rede e encaminhamentos;
- c. Orientações sobre o COVID – 19, divulgação das formas de prevenção, contágio e a importância da vacinação, assim como o agendamento nos casos em que se fizeram necessários devido a barreira linguística.
- d. Oferta gratuita de máscaras confeccionadas pelos próprios imigrantes como forma de prevenção a COVID – 19 e demais cepas.

Eixo Assistência Social

- a. Realização de escuta qualificada e acolhimento inicial para identificação de demandas;
- b. Orientações e atendimento aos usuários, encaminhamentos, articulações e interlocuções com a rede intersetorial e com os equipamentos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos visando a redução de situações de vulnerabilidade social, risco e violação de direitos e desenvolvimento da autonomia;
- c. Avaliação e orientação sobre programas, serviços e benefícios, entre eles o Bolsa do Povo voltado para a população em vulnerabilidade social, Cadastro Único, Benefício de Prestação Continuada, Programas de Transferência de Renda, Auxílio Emergencial, dentre outros;
- d. Participação em reuniões da rede intersetorial para discussão de casos e acompanhamento;
- e. Análise do perfil sociofamiliar para inclusão em Programas de transferência de renda, assim como agendamento do Cadastro Único, considerando a importância para a articulação e consolidação da rede de proteção e promoção social com as demais políticas públicas, além de ser uma importante ferramenta para os programas sociais do Governo Federal.
- f. Orientações e reuniões com os equipamentos da Proteção Social Básica sobre a necessidade de garantir o atendimento aos imigrantes e inserção nos espaços ofertados no território.

Eixo Empregabilidade e Empreendedorismo

- a) Em razão da grande demanda de solicitações para regularização migratória, houve o auxílio deste eixo na confecção de documentação;
- b) Orientação permanente aos imigrantes para se cadastrarem no CPAT e em sites de emprego confiáveis e gratuitos, tendo em vista as fraudes a que foram submetidos por meio de vagas de emprego fantasmas em redes sociais mediante pagamento de taxa para participar de um “suposto processo seletivo”, além do auxílio no processo de inscrição;
- c) Envio de currículos via e-mail para as vagas de emprego divulgadas por voluntários e solicitadas por empresas;
- d) Encaminhamento de imigrantes ao NPJ – Núcleo de Prática Jurídica para resolução de questões e conflitos trabalhistas, desde que foi firmada a parceria da Prefeitura de Campinas com a USF – Universidade São Francisco;
- e) Envio de ofício, em 13/01/21, à Receita Federal, para regularização de dados de imigrantes colombianas devido a problemas no recebimento de BPC (Benefício de Prestação Continuada);
- f) Levantamento de imigrantes interessadas nos cursos de capacitação do SEBRAE/SMASDH
- g) Participação em reunião com o Observatório das Migrações da Unicamp (NEPO – Núcleo de Estudos Populacionais) no dia 23/03/2021 com o objetivo de discutir as alterações no questionário de cadastro dos imigrantes e refugiados;
- h) Reunião, no dia 01/04/2021, com a Enactus da FACAMP, uma organização da sociedade civil formada por estudantes, acadêmicos e líderes de negócios, baseada nos princípios da sustentabilidade, da replicabilidade e da autonomia, para desenvolvimento de projeto de capacitação para geração de renda junto à comunidade haitiana residente no Jardim Florence, região Nordeste de Campinas. Alguns dos projetos já realizados foram:
 - 3. EVA – capacitação em gestão e autonomia na área de sabonetes artesanais para mulheres presas em Campinas e Moji Guaçu;
 - 4. VIOLETA – capacitação para mulheres pós-cárcere;
 - 5. ABATAUÁ – Parque Oziel – fábrica de tijolos ecológicos produzidos a partir de pneus;

6. APODERAR – projeto com livros concebido para gerar visibilidade e autonomia às pessoas com transtorno de déficit de atenção;

Em relação à comunidade haitiana do Jardim Florence, foi feita uma reunião presencial in loco no dia 03/10/2021, na qual foi disponibilizado um questionário online bilíngue (português/francês) com o objetivo de levantar quais são as possibilidades comunitárias de geração de renda;

i) Participação no Workshop Fronteiras Cruzadas no dia 24/08/2021. Foram abordados diversos temas relacionados a imigrantes e refugiados, inclusive os de interesse para a área trabalhista e de geração de renda;

j) Reuniões na CEPPIR - “SOS Haiti” - nos dias 26/08/2021 e 14/09/2021 junto com a Associação dos haitianos para o desenvolvimento de Campinas e Região em resposta à solicitação de ajuda humanitária para os terremotos ocorridos no Haiti;

l) No dia 31/08/2021, contatos com a Força Aérea Brasileira e com o Ministério da Defesa Civil (Departamento de Ajuda Humanitária) em Brasília para obter informações em relação à remessa de doações para o Haiti por intermédio do Governo Federal brasileiro via avião, tendo em vista o altíssimo custo do contêiner via navio;

m) No dia 14/09/2021 reunião com CIC Vida Nova, para estabelecimento de parceria no sentido de ações presenciais futuras para processos seletivos de emprego. O CIC Vida Nova dispõe de salão com capacidade para 50 pessoas e há 43 salas disponíveis para serem utilizadas em cursos de capacitação e ações de empreendedorismo.

n) Tratativas de parceria com uma organização não-governamental sem fins lucrativos criada em 2015 com o objetivo de integrar refugiados e imigrantes social e economicamente, que atua em duas frentes principais:

- apoio a empreendedores culturais migrantes com o objetivo final de geração de renda, através da conexão com canais de venda no Brasil; e
- integração de migrantes ao mercado de trabalho brasileiro através de projetos de capacitação e inovação em parceria com o setor privado, organizações da sociedade civil e organizações internacionais.

Infelizmente não houve êxito na parceria porque a empresa desistiu de atuar no interior, mantendo a sua atuação somente em capitais brasileiras, mas mantemos contato.

Atividades comuns à equipe

- a. Regularização migratória que foi intensificada para o restante da equipe durante o 2º semestre de 2021 quando o eixo responsável focou suas ações na questão da reunião familiar dos haitianos ficando o restante da equipe responsável pelas demais atividades coletivas, conforme já descrito na introdução do relatório;
- b. Orientações aos municípios da RMC de Campinas em relação à regularização da documentação da população migrante atendida;
- c. Inserção de cadastros no novo sistema Nepo/Unicamp/SRIRA;
- d. Acolhimento dos imigrantes e refugiados;
- e. Organização e arquivamento de prontuários.

Desafios durante a execução das atividades

- Conciliação das atividades específicas de cada eixo e das atividades próprias do agente administrativo e da regularização migratória;
- Especificidades na legislação devido a pandemia e organização da rotina de trabalho respeitando as regras sanitárias;
- Local para atendimento no que se refere a maior espaço e isolamento acústico, bem como adequações restrições sanitárias inerentes a pandemia;
- Complexidade na revalidação dos diplomas de ensino superior;
- Barreira linguística, que por vezes dificulta a compreensão e o desenvolvimento do atendimento;
- Divulgação e compreensão da população atendida sobre os fluxos e atendimentos ofertados pelo SUAS, prevenindo situações de violação de direitos, além de violência;
- Definição de um fluxo junto a Proteção Social Básica, a fim de incluir cada vez mais os imigrantes nos atendimentos e ações desenvolvidas, propiciando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, inclusão na cultura do País, sem desconsiderar as tradições e culturas de cada nacionalidade, favorecendo a troca de experiência, saberes e conhecimentos, além da prevenção de situações de risco e violação de direitos.
- Convencimento de imigrantes a tomarem a vacina contra a Covid-19;
- Dificuldade de encaminhamentos para contratação das empresas de Campinas de imigrantes que residem em outras cidades da RMC devido à necessidade de transporte intermunicipal de valor mais alto;

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Avanços no asseguramento dos direitos ao migrante para reunião familiar;
- Avanço na interface com a Polícia Federal no suporte a regularização migratória de casos que trazem dúvidas quanto a procedimentos a serem adotados relativos à documentação;
- Fortalecimento de parceria com a Defensoria Pública da União;
- Fortalecimento da parceria com a Nepo -Unicamp;
- Incentivo a implementação de políticas públicas para a população migrante na Região Metropolitana de Campinas;
- Inclusão do Serviço de Referência ao imigrante, refugiado e apátrida na Coordenadoria Setorial de Promoção e Igualdade Racial do Departamento de Direitos Humanos;

- Maior fluxo de encaminhamentos para Diretoria de Ensino Leste e Diretoria de ensino Oeste para a equivalência dos estudos do ensino fundamental e médio. Dos 212 imigrantes e refugiados cadastrados no eixo Escolaridade em 2021, 52% apresentavam Ensino Médio completo (Anexo: Tabela 4 pg. 3). Desse total de 212 usuários em 2021, 111 (Anexo: Tabela 5 pg. 4) demonstraram interesse em solicitar a equivalência dos seus estudos no Brasil sendo que 38 conseguiram a equivalência; 47, estão providenciando a documentação escolar e/ou a regularização migratória e 26 serão encaminhados no início de 2022 (Anexo: Tabela 6 pg. 4);

- Fortalecimento da parceria com a FUMEC (Fundação Municipal para Educação Comunitária-Secretaria Municipal de Educação) principalmente com o Programa Consolidando Escolaridade que atuando no reforço escolar para aprendizagem e consolidação da língua portuguesa e matemática cotidiana têm atendido os imigrantes e refugiados. Em 2021 iniciamos com o EJA um fluxo de encaminhamentos dos imigrantes e refugiados para as unidades da FUMEC ofertavam o Programa Consolidando escolaridade a fim de garantirmos maior controle e qualidade nos atendimentos. Conforme Anexo: Tabela 8 pg.5, dos 212 atendimentos registrados no eixo Escolaridade, aproximadamente 61% apresentavam nível de compreensão oral da língua portuguesa mediana ou insatisfatória;

- Ampliação das ofertas de ensino da língua portuguesa para Imigrantes e Refugiados e Apátridas realizado em parceria com o Eixo do Trabalho e Empreendedorismo;

- A orientação e o apoio sobre a importância do retorno escolar no processo de inclusão social foi intensificada em 2021 pois do total atendido na área da escolaridade 72% (Anexo: Tabela 7 pg.5) não estavam estudando no momento do atendimento. Apresentavam como principal justificativa, o

Trabalho como o motivo mais importante da imigração; citando também a falta de tempo, de informação/oportunidade e de motivação:

- Realização de 176 acolhimentos pela equipe no ano de 2021. Destes, observamos que 22 imigrantes possuem cadastro no SIGM, porém apenas 3 já estavam referenciados nos equipamentos de Proteção Social Básica dos territórios em que residem, e os demais não possuem acompanhamento pela rede de serviços, onde foi possível identificar demandas e realizar o referenciamento de acordo com as necessidades apresentadas conforme gráfico 2 em anexo.
- Realização de reuniões presenciais com CRAS para discussão das demandas dos imigrantes apresentadas no território, e elaboração de estratégias para atendimento dessa população, onde foi possível o referenciamento de 31 imigrantes e suas famílias;
- Resultados satisfatórios no encaminhamento dos imigrantes para realização e efetivação do Cadastro Único, assim como o agendamento realizado pelo serviço nos casos em que há dificuldade relacionada a barreira linguística;
- Realização de visita técnica a instituição que oferta acolhimento a imigrantes no município, com o objetivo de conhecer a realidade local, bem como as ações desenvolvidas e definição de estratégias e fluxos para fortalecimento do atendimento, além de definir a contribuição do serviço frente as demandas apresentadas pela gestão e população atendida;
- Participação na construção e discussões no grupo ampliado para definições de ações e estratégias junto a população da etnia Warao, além de participação na capacitação ofertada pela ACNUR;
- Ao que se refere a Saúde, identificamos que 151 imigrantes já possuem o Cartão SUS, e os que ainda não estavam inscritos receberam a orientação para providenciá-lo;
- Parceria frutífera entre o Serviço e o Núcleo de Prática Jurídica da Universidade São Francisco nas questões trabalhistas.

Metas

- Redimensionamento da rotina de trabalho com um novo formato de atendimento motivado e pensado pela equipe, visando qualificar ainda mais os atendimentos;
- Iniciar a proposta de motivar o protagonismo dos imigrantes para produzir sua própria regularização migratória, para aqueles que já tem mais de 2 anos no Brasil;
- Continuar com força tarefa para assegurar a Reunião Familiar para os haitianos;

- Ampliar a atenção ao Eixo Saúde;
- Fomentar um fluxo do SRIRA para a validação dos diplomas do ensino superior com as instituições de ensino e/ou órgãos públicos e privados;
- Estimular os imigrantes/refugiados para o retorno escolar;
- Realização da Avaliação Social dos imigrantes que buscarem atendimento no Serviço através de demanda espontânea e/ou encaminhamentos;
- Realização do acolhimento coletivo para apresentação do serviço, e orientações sobre direitos relacionados a Assistência Social e Saúde, além de deveres enquanto cidadãos;
- Ampliação dos imigrantes cadastrados no CadÚnico e SIGM, através de orientações sobre a importância da efetivação dos cadastros;
- Definição de fluxo com os CRAS e DAS, para possibilitar a efetivação da inclusão na rede de proteção;
- Discussões com a Saúde para que o Serviço possa ser acionado conforme a necessidade;
- Atuar com o empoderamento das mulheres, principalmente as haitianas, em relação a trabalhar fora e em relação ao aprendizado da língua portuguesa também, uma vez que normalmente elas apresentam comportamento submisso e muito dependente de seus maridos;
- Planejar e implantar, efetivamente, o eixo de Empreendedorismo no Serviço, com o apoio continuado do SEBRAE;

Tabela 01. Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas para regularização migratória, com data do atendimento registrada em 2021, segundo nacionalidade.

Município de residência	Número de atendidos
Angola	2
Argentina	1
Bolívia	1
Butão	1
Cabo Verde	1
Colômbia	8
Cuba	16
Equador	1
EUA	1
Haiti	137
Honduras	3
Japão	1
Marrocos	1
Paraguai	1
Peru	4

Romênia	1
Síria	6
Uganda	1
Uruguai	2
Venezuela	132
Total	321

Tabela 2. Quantidades de dias no mês que foram realizadas orientações para Regularização Migratória no Grupo de Monitoramento da Região Metropolitana de Campinas.

Meses	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Dias de suporte (total)	4	7	12	13	10	7	8	3	7	2

Obs: 39 profissionais integrantes do grupo iniciado a partir de 19 de março de 2021.

Gráfico 1: Gráfico ilustrativo da tabela 2

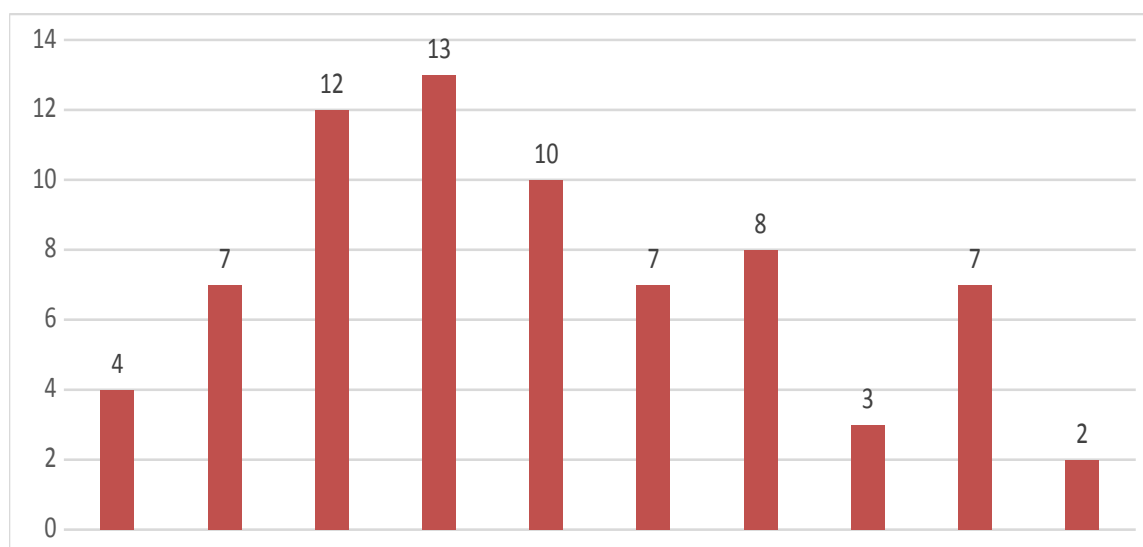


Tabela 3. Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com data do atendimento registrada em 2021 (até 19/11), segundo município de residência.

Município de residência	Número de atendidos
Campinas	247
Sumaré	12
Hortolândia	7
Indaiatuba	7
Paulínia	6
Jaguariúna	4
Amparo	1
Bragança Paulista	1
Mogi Guaçu	1
Santo Antônio de Posse	1
Várzea Paulista	1
Sem informação	47
Total	335

Fonte: Sistema de Cadastro e Registro (SISCAR- PMC/NEPO-UNICAMP). Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Panorama Geral dos aspectos escolares dos usuários (imigrantes e refugiados) registrados no eixo Escolaridade do Serviço de Referência ao imigrante, refugiado e apátrida em 2021

Tabela 04: Nível de escolaridade: Estimativas em 2021

Nível de escolaridade (*)	Quantidade de usuários
Cursando Educação Infantil no Brasil	02
Cursando Educação Fundamental no Brasil	04
Fundamental completo no país de origem	32 (15%)
Fundamental incompleto no país de origem	20 (9%)
Médio completo no país de origem	110 (52%)
Médio completado no Brasil	01
Superior completo no país de origem	25 (12%)
Superior completado no Brasil	01
Sem dados	17
Total	212

(*) Utilizado nomenclatura do ensino brasileiro com as devidas correspondências

Tabela 5: Equivalência dos estudos do ensino fundamental e/ou ensino médio: Estimativa 2021

Equivalência	Quantidade de usuários
Gostariam da equivalência	111 (52%)
Não gostariam da equivalência	73 (34%)
Sem dados	28
Total	212

Tabela 6: Equivalência dos estudos do ensino fundamental e/ou ensino médio: Estimativa 2021

Do total (111) que gostariam da equivalência	Quantidade de usuários
Conseguiram equivalência	38 (34%)
Sem equivalência(**)	47 (43%)
Encaminhar (***)	26 (23%)
Total	111

(**) Usuários que gostariam da equivalência porém o certificado e histórico escolar encontram-se no país de origem e estão sendo providenciados bem como usuários esperando a regularização migratória

(***) Usuários com documentação para serem encaminhados na diretoria de ensino

Tabela 7: Continuidade dos estudos no Brasil: Estimativa 2021

Estão estudando	Quantidade de usuários
Sim	38 (18%)
Não	151 (72%)
Sem dados	21
Total	212

Tabela 8: Compreensão do Português básico (**). Estimativa 2021**

Compreensão do Português	Quantidade Imigrantes/ refugiados
Sim	60 (28%)
Regular	84 (40%)
Não	46 (22%)
Sem dados	22 (10%)
Total	212

(****) Classificado segundo avaliação do técnico durante o acolhimento

Panorama Geral dos encaminhamentos realizados para a rede socioassistencial e aos serviços que compõe o Sistema de Garantia de Direitos, registrados nos eixos de Assistência Social e Saúde pelo Serviço de Referência ao imigrante, refugiado e apátrida em 2021

Gráfico 2

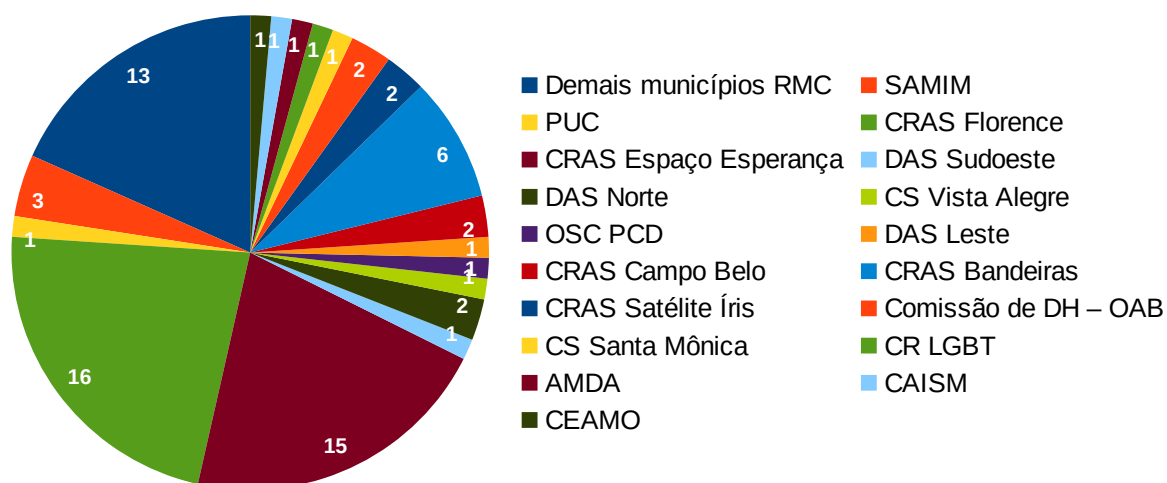


Tabela 9 – Currículos impressos entregues pelos imigrantes no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas segundo cidade de moradia

Município de residência	Quantidade de currículos
Campinas	61
Sumaré	20
Paulínia	18
Hortolândia	11
Nova Odessa	1
Valinhos	1
TOTAL	112

Tabela 10 – Quantitativo de experiências profissionais segundo cargos/funções exercidos(as) que constam nos currículos impressos entregues pelos imigrantes no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas

Cargo/função	Quantidade de vezes mencionadas
Ajudante Geral	31
Ajudante de Cozinha/Cozinheiro	22
Auxiliar de Limpeza/Faxineiro	20
Auxiliar de Produção	19
Serviços Gerais	15
Não especificado (a) e/ou primeiro emprego	12
Atendente	9
Professor	9
Carregador	6
Servente de Pedreiro	6
Costureiro	5
Cabeleireira	4
Pedreiro	4
Pintor	4
Operador de Máquina Pesada	3
Supervisor	3
Repositor	3
Soldador	2
Vigia	2
Segurança	2
Agente/Auxiliar Administrativo	2
Ajudante de Obra	2
Comerciante	2
Copeiro	2
Armador	2
Arrumadeira/Camareira	2
Doméstica	2
Agente de Saúde	2
Cuidadora	2
Motorista	2
Limpador de Vidro	1
Fiscal de Loja	1
Almoxarifado	1
Controlador de Acesso	1
Operador de Empilhadeira	1
Operador de Loja	1
Operador de Caixa	1
Auxiliar de Farmácia	1

Professor de Dança	1
Preparador Físico	1
Assessor de Gerente	1
Marceneiro	1
Eletricista	1
Instrumentista	1
Barman	1
Desenhista	1
Auxiliar de Logística	1
Agente de Asseio	1
Ajudante de Açougueiro	1
Estoquista	1
Cobrador	1
Coordenador de Transporte Público	1
Assistente Financeiro	1
Mãe Social	1
Advogada	1
Recepcionista	1
Demonstradora	1
Lavadeira	1
Balconista	1
Auxiliar de Enfermagem	1
Consultora Comercial	1
Organizadora de Eventos	1
Militar	1
Técnico em Telefonia	1
Cientista/Pesquisador	1
Médica	1
Secretária	1

COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Apresentação

Atribuições da Coordenadoria da Mulher: formula, coordena e promove políticas e diretrizes voltadas às mulheres, articulando todas as esferas de governo e sociedade civil, na perspectiva dos direitos humanos e de sua plena integração social, política e econômica. De acordo com o organograma da SMASDH–Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, está subordinada ao Departamento de Direitos Humanos e é

responsável pelo **CEAMO**– Centro de Referência e Apoio à Mulher, que tem como objetivo assegurar o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência de gênero no âmbito doméstico, na perspectiva dos direitos humanos e compromisso ético-político, acolhendo e prestando atendimento psicológico, social e orientação jurídica à mulher, visando romper o ciclo de violência e o **SERAVI**– Serviço de Responsabilização e Reeducação ao autor de Violência, que tem como objetivo promover atividades pedagógicas e educativas, assim como *o acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange aos autores de violência*, conforme previsto na Lei 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal.

CEAMO – CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À MULHER

Fundado em 2002, o CEAMO trouxe às mulheres de Campinas, que se encontram em situação de violência doméstica, um espaço de acolhimento, escuta, troca de experiências, de conhecimento e informação sobre o direito das mulheres no exercício de sua cidadania. É oferecido atendimento psicológico, social e orientação jurídica, de acordo com a norma técnica do governo federal, visando oferecer apoio à mulher para que ela consiga romper como ciclo de violência no âmbito familiar.

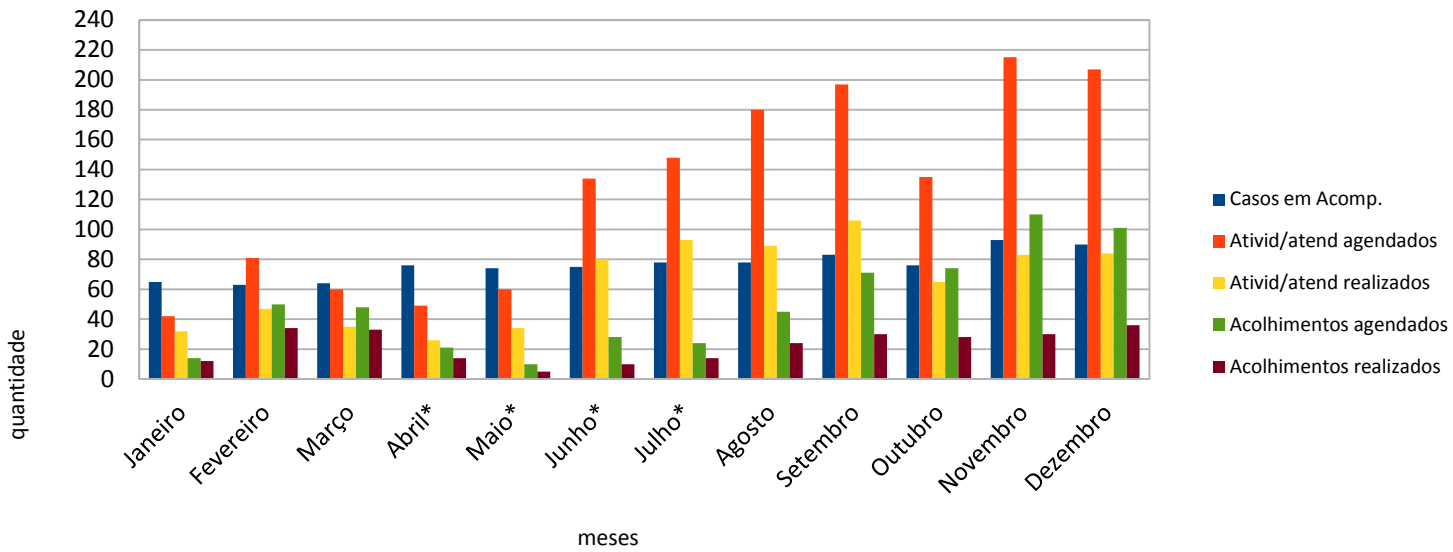
Ações Realizadas

Descrição das Atividades – 2021

Atividades Regulares:

- * Acolhimento
- * Atendimento psicológico, social e orientação jurídica - (monitoramento ou sistemático)
- * Grupo de Mulheres (fortalecimento de vínculo, troca de vivências, conhecimento, informações sobre os direitos da mulher no exercício de sua cidadania). Todas as terças-feiras, às 13:30h e às quintas - feiras – às 09:00h – frequência média de 15 mulheres e 5 crianças
- * Acompanhar usuárias (quando necessário) – DDM, Audiências, Ministério Público, CEJUSC, Defensoria Pública, dentre outros
- * Oficinas diversas e rodas de conversas no território

2021



DATA	LOCAL	ATIVIDADE
8-jan	Unicamp	Roda de Conversa – online.
15-jan	CAPs Davi Capistrano	Discussão de Caso
20-jan	CMDM	Reunião - online
22-jan	EGDS	Reunião on-line
22-jan	Instituto Avon	Reunião online
28-jan	Conselho de Direito	Reunião on-line
20-jan	CMDM	Reunião Ordinária
09-fev	CMDM	Conferência
10-fev	CMDM	Discussão de Caso
11-fev	Comissão da Mulher	Reunião on-line
12-fev	Comissão da Mulher	Reunião on-line
16-fev	Gabinete SMASDH	reunião
17-fev	Casa dos Conselhos	reunião
03-mar	Visita Presídio Feminino	Visita Institucional
08-mar	Casa dos Conselhos	Evento
10-mar	CMDM	Reunião Região Metropolitana
10-mar	TV Câmara	Entrevista
11-mar	Instituto Nelson Willians	Palestra

11-mar	TSA	Palestra
18-mar	Prefeitura de Vinhedo	Reunião
26-mar	CPTI	Discussão de caso - on-line
31-mar	Rede da Mulher	Reunião on-line
01-abr	Creche Nazaré Maria	Doação
01-abr	Rede Socio assistencial	Discussão de Caso
14-abr	Inter proteções	Roda de Conversa - on-line
16-abr	Centro de Saúde	Discussão de caso
24-abr	Rede da Mulher	Reunião
12-mai	Rede da Mulher	reunião
17-mai	SESF-CRAMI	Discussão de caso
21-mai	AFASCON	Discussão de caso
21-mai	Centro de Saúde	Discussão de Caso
01-jun	Defensoria Pública e SARA-M	Discussão de caso
02-jun	SESF-CRAMI	Discussão de caso
02-jun	Rede da Mulher	Reunião
09-jun	CREAS	Discussão de Caso
15-jun	CREAS	Discussão de Caso
22-mar	UNICAMP	Capacitação
23-jun	SESF-CRAMI	Discussão de caso
24-jun	Núcleo Jurídico USF	Visita Técnica
25-jun	Intersetorial Rede Ouro Verde	Reunião
25-jun	Ministério Público SP	Capacitação
28-jun	EGDS	Palestra
28-jun	UNICAMP	Capacitação
30-jun	EGDS	Palestra
02-jul	Ministério Público SP	Capacitação
06-jul	Intersetorial Rede Girassol	Reunião
06-jul	Intersetorial Rede Vida Nova	Reunião
14-jul	CS Esmeraldina	Reunião
15-jult	Defesa Pessoal - SSP-SP	Oficina
22-jul	Guardinha	Discussão de Caso

30-jul	Intersetorial Rede Ouro Verde	Reunião
06-ago	Salão Vermelho	Abertura da campanha Agosto Lilás
16-ago	Progen	Discussão de caso on-line
17-ago	CRAS Espaço Esperança	Roda de Conversa – Agosto Lilás
18-ago	CEPROCAMP	Roda de Conversa com a DDM
18-ago	Live	Botão do Pânico
19-ago	Centro de Referência da Juventude	Roda de Conversa Reg Sudoeste – Agosto Lilás
23-ago	Instituto Padre Haroldo	Roda de Conversa – Agosto Lilás
24-ago	AFASCOM	Roda de Conversa Reg. Sul – Agosto Lilás
25-ago	CRAS Laudelina	Roda de Conversa Reg. Noroeste– Agosto Lilás
26-ago	CRAS Recanto Anhumas	Roda de Conversa Reg. Leste – Agosto Lilás
30-ago	Sala Lilás	Reunião com equipe Guarda Amigo da Mulher
31-ago	Intersetorial Rede Ouro Verde	Reunião Organização Setembro Amarelo
01-set	CREAS Sul	Discussão de caso
02-set	CAPS AD Antônio Orlando	Discussão de caso
14-set	Paço Municipal	Reunião
15-set	CAPS Novo Tempo	Discussão de Caso
23-set	EGDS	Ministração do Módulo Políticas Para Mulheres no Curso Noções de Direitos Humanos e Cultura da Paz.
24-set	Rede Intersetorial Ouro Verde	Reunião Organização Setembro Amarelo
24-set	CRAS Espaço Esperança	Reunião
27-set	CAPS Novo Tempo	Discussão de Caso
27-set	CT NO, CS Ipaussurama, CEI Milton Santos e CREAS NO	Discussão de Caso
28-set	CEAMO	Aniversario CEAMO
28-set	EGDS	Ministração do Módulo Políticas Para Mulheres no Curso Noções de Direitos Humanos e Cultura da Paz.
29-set	Reunião SMASDH	Auxílio Aluguel
29-set	Rede Intersetorial Ouro Verde	Live Setembro Amarelo
30-set	Rede Intersetorial Ouro Verde	Live Setembro Amarelo

05-out	Rede Intersetorial Vida Nova	Reunião
14-out	Comissão da Mulher	Reunião
20-out	Rede da Mulher	Reunião
26-out	Pedreira do Chapadão	ATIVIDADE externa Grupo de Mulheres
03-nov	Rede da Mulher	Reunião 21 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra Mulher
03-nov	CREAS Noroeste	Discussão de caso
12-nov	APASCAMP	Discussão de Caso
12-nov	Embeleze	Reunião
12-nov	Salão Vermelho	Palestra
16-nov	CEAMO	Planejamos 21 dias de Ativismos pelo fim da Violência contra Mulher
17-nov	Rede da Mulher	Reunião
19-nov	Casa dos Conselhos	Abertura do Hot-site 16 dias de Ativismo.
25-nov	Transmissão de Live	Roda de Conversa: Gênero e Religião – 21 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra mulher.
30-nov	Convívio Aparecida	Discussão de caso
30-nov	Auditório - IMA	
01-dez	Praça 13 de Maio	Mobilização e panfletagem pelo Fim da Violência Contra Mulher.
02-dez	CIC-Vida Nova	Roda de Conversa – 21 dias de Ativismos pelo fim da Violência contra Mulher
03-dez	CREAS-Leste	Roda de conversa
04-dez	Praça da Concórdia	Assiste Campinas
05-dez	Parque ecológico	Mobilização e panfletagem pelo Fim da Violência Contra Mulher.
10-dez	Academia Campinense de Letras	Encerramento das ações da Mobilização Mundial 21 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra mulher
16-dez	Hotel Park Tower	Fechamento anual das atividades do Grupo de Fortalecimento de Mulheres

Desafios Durante a Execução das Atividades

O ano de 2021 apresentou inúmeras mudanças para o serviço. Por se tratar do início de uma nova gestão municipal, houve uma reestruturação na unidade, a qual resultou na alteração da equipe. A assistente social Eliane Machado participou do processo de remanejamento interno da secretaria e foi transferida para outro setor. Para preencher sua vaga, a assistente social Soraia Oliveira assumiu a função. Outras reformulações também foram realizadas como a substituição da coordenadora Elza Montali, pela socióloga Fabíola Rodrigues e posteriormente pela pedagoga Grazielle Coutinho. Cabe ressaltar que a maior perda, em termos de equipe de trabalho, foi da servidora Daniele Magalhães, em decorrência de seu falecimento repentino, no final de dezembro do referido ano. Tais mudanças impactaram o serviço, contudo foram devidamente administradas.

Vale destacar que no segundo semestre de 2021, houve a retomada das atividades presenciais como o Grupo de Fortalecimento e os atendimentos, fato que contribuiu com o aumento expressivo dos atendimentos, se comparado com o primeiro ano da pandemia. Outros fatores que se mostraram bastante recorrentes foram a demanda de participação da equipe técnica em ações descentralizadas, nos territórios e a dificuldade das mulheres, público-alvo do atendimento da unidade, em comparecer para o atendimento individual ou grupal, em horário comercial, indicando assim, a importância de ampliação da carga horária de atendimento do serviço, bem como a necessidade de contratação de mais profissionais para tal oferta.

Resultados alcançados

- 774 atendimentos individuais em 2021, mesmo com toda as restrições da pândemia;
- Retomada da participações de mulheres em grupos de fortalecimento, presencial;
- Articulações com a Rede;
- Capacitação de profissionais da rede socioassistencial, educação e saúde;

Desafios e metas para 2022

- Ampliação do horário de funcionamento do CEAMO;
- Ampliação da equipe técnica
- Projetos de encaminhamento ao mercado de trabalho e autonomia econômica

SERAVI– SERVIÇO DE RESPONSABILIZAÇÃO E REEDUCAÇÃO AO AUTOR DE VIOLÊNCIA

O Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor de Violência é o equipamento responsável pelo acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange aos agressores, conforme previsto na Lei 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal. Esses deverão, portanto, ser necessariamente vinculados ao sistema de justiça, entendido em sentido amplo (Poder Judiciário, Secretarias de Justiça Estadual/ou Municipal).

Por meio da realização de atividades educativas e pedagógicas que tenha por base uma perspectiva feminista de gênero, o Serviço de Responsabilização e Reeducação deverá contribuir para a conscientização dos autores de violência sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização desses pela violência cometida. Juntamente com demais atividades preventivas tais como realização de campanhas nacionais e locais, formação de professores e inclusão das questões de gênero e raça nos currículos escolares - o serviço poderá contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades.

O Serviço de Responsabilização e Reeducação ao Autor de Violência deverá realizar as seguintes atividades:

1. Condução e facilitação de atividades educativas e pedagógicas em grupo que favoreçam uma conscientização por parte dos agressores quanto à violência cometida, a partir de uma perspectiva de gênero feminista e uma abordagem responsabilizante;
2. Fornecimento de informações permanentes sobre o acompanhamento dos autores de violência ao juízo competente, por meio de relatórios e documentos técnicos pertinentes;
3. Encaminhamento para programas de recuperação, para atendimento psicológico e para serviços de saúde mental, quando necessário;
4. Articulação como serviços da Rede de Atendimento;

5. Organização e atualização permanente de banco de dados das atividades realizadas, com vistas à prestação de contas, periódicas, a quem couber;
6. Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos serviços prestados;
7. Formação contínua dada equipe técnica multidisciplinar, garantindo a qualidade do atendimento prestado;
8. Atualização permanente das informações sobre direitos humanos, relações de gênero, masculinidades e violência contra as mulheres, a partir de uma abordagem feminista.

Desafios Durante a execução das atividades

- Ampliação e capacitação da equipe técnica e início dos atendimentos aos autores de violência

Resultados Alcançados

- Monitoramento do número de feminicídios e ações de prevenção no município de Campinas;
- Retomada de atividades presenciais;
- Criação de meios de comunicação através de redes sociais e Whatsapp para facilitar o acesso aos serviços.

Metas para 2022

- Estabelecimento do fluxo do encaminhamento e atendimento aos homens, autores de violência;
- Ampliação da equipe técnica;
- Retomada dos grupos de fortalecimento e reflexivos.

Considerações Finais– Coordenadoria da Mulher

Diante do panorama mundial vivido durante o período de pandemia, muitas atividades e cumprimento de agendas foram prejudicadas. Foram necessárias muitas adequações e reformulações para garantir a continuidade dos serviços prestados à população. Porém, foi possível avaliar a qualidade do atendimento oferecido e comprometimento da equipe técnica designada para atendimento às mulheres em situação de violência.

COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA

Atendimentos feitos pela Coordenadoria:

No ano de 2021, a Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, passou por alteração de gestão, alterando o seu endereço e trabalhando mais na articulação das políticas públicas junto as demais Secretárias, deixando de ter atendimento presencial.

Conselho Municipal do Idoso: No último ano, a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, passou a participar ativamente do Conselho Municipal do Idoso, articulando conjuntamente: campanhas, “lives” informativas e eventos.

Centro Dia do Idoso: No último ano, após o início da Obras do Centro Dia do Idoso no final de 2020, a Coordenadoria conjuntamente com o Conselho Municipal acompanhou a construção da primeira unidade do Centro Dia do Idoso do Município que foi financiada com recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas (FMPIC).

Campanha de Conscientização de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa: A Coordenadoria coordenou os trabalhos de elaboração do Site, da Cartilha e da Campanha em Redes Sociais. Além disso, articulou com a Rede da Assistência a divulgação da Campanha, bem como Ações para mobilizar a população da cidade.

Ações que contaram com o apoio da Coordenadoria durante o mês “Junho Violeta: Live Intersetorial Girassol, Arraial Virtual dos Idosos (Responsabilidade Social – Unimed Campinas), Live sobre Golpe na Terceira Idade (Responsabilidade Social – Unimed Campinas), Podcast dos Idosos Lar Alice de Oliveira, Mesa de Debate Organizada pelo Núcleo Vitalitá Campinas, Live com o Tema Violência contra os Idosos – Intersetorial Girassol.

Ação em Comemoração ao Dia dos Avós e Dia de Ação de Graças da Terceira Idade: A Coordenadoria articulou em conjunto com o Centro Educacional Integrado "Padre Santi Capriotti" e o Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação, a entrega de cestas de legumes e verduras, conjuntamente com folder sobre alimentação saudável.

Dia dos Avós e Dia de Ação de Graças da Terceira - Ações propostas para as ILPIs – Regaste das Memórias: A proposta foi um sarau com o objetivo de resgatar as memórias, que envolve música, poesia, contos estórias e brincadeiras. Salientando que apesar de alguns idosos não serem avós eles já foram netos, ou seja, para que haja o resgate dessas memórias.

Projeto “Geração + Conectada” – Oficina Básica Smartfone: O projeto “Geração + Conectada” ensina aplicações de smartfone básico, aplicações sem internet, configurações de acesso à internet, e redes sociais e aplicativos de serviços públicos.

Dia Mundial do Idoso: A Coordenadoria de Políticas Públicas para a pessoa idosa, em comemoração ao Dia do Idoso, elaborou a Cartilha de Bolso: Idoso: Conheça os seus Direitos.

Desafios durante a execução das atividades

O ano de 2021 impôs inúmeros desafios oriundos das regras impostas pelas autoridades sanitárias, tendo em vista, a pandemia da Covid-19, o que dificultou muitas vezes a realização de atividades. Além disso, a Coordenadoria de Política Pública para Pessoa Idosa, acaba limitando muitas vezes a sua participação em ações, atividade e cursos, pela falta de um quadro de funcionário mais ampliado.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

- Atendimento: 20 atendimentos.
- Campanha de Conscientização de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa:
 - Hotsite: Acessos durante o mês de junho: +1.023
 - Facebook: Frame de apoio a campanha: +1.700
 - Cartilha: Sobre os tipos de Violência Contra a Pessoa Idosa: distribuição de 1.000 cartilhas entre os serviços.
 - Roda de Conversa: organizada pela Coordenadoria em parceria com Universidades da Cidades (Unicamp e PUC-Campinas), Unimed Campinas e Conselho Municipal do Idoso, com mais de 400 visualizações.
 - **Ação em Comemoração ao Dia dos Avós e Dia de Ação de Graças da Terceira Idade:** + 100 idosos.
 - **Dia dos Avós e Dia de Ação de Graças da Terceira - Ação propostas para as ILPIs – Regaste das Memórias:** realizada em 4 ILPIs.
 - **Projeto “Geração + Conectada” – Oficina Básica Smartphone:** 30 idosos.
 - **Dia Mundial do Idoso:** distribuição de 1.000 manuais: Sabia seus direitos.

Metas para 2022

Para o Ano de 2022 a Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, já está no planejamento das seguintes Ações:

- Articulação para a Construção da segunda unidade Centro Dia do Idoso no Município, com área reservada na Região Sudeste;
- Formulação do Site da Coordenadoria do Idoso
- Criação da página da Coordenadoria no Facebook;
- Ampliar o Programa “Geração + Conectada para todas as Regiões do Município”.
- Realização das Ações para aquisição do Selo Pleno do Programa “São Paulo Amigo do Idoso”;

Formação do Grupo de Trabalho para discutir a política pública do idoso em conjunto com Departamento de Assistência Social, Secretaria de Justiça, Secretaria de Transporte, Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Educação, Secretaria de Trabalho e Renda, Secretaria de Habitação, Conselho Municipal do Idoso e Sociedade Civil.

COORDENADORIA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Apresentação

A Coordenadoria de Prevenção ao Uso de Drogas tem por objetivo desenvolver atividades de prevenção primária, secundária e terciária em relação ao uso problemático de substâncias psicoativas, além da busca na promoção e prevenção com humanização, dignidade, respeito, compromisso às pessoas usuárias, dependentes e codependentes de drogas, visando a defesa da vida e diminuição dos fatores de risco, aumentando os fatores de proteção aos dependentes químicos, procurando definir o ambiente de onde vão partir as ações de prevenção ao consumo de drogas e as estratégias a serem adotadas, levando informações e orientações com o objetivo de evitar, impedir, retardar, reduzir ou minimizar o uso, o abuso ou a dependência e os prejuízos relacionados ao padrão de consumo de substâncias psicoativas.

As ações de prevenção desta Coordenadoria podem ocorrer em diferentes ambientes, tais como: Comunidades, Escolas, Igrejas, Empresas, etc.

A CPUD tem como missão proporcionar ao munícipe a oportunidade de receber informações e orientações sobre os malefícios das drogas lícitas e ilícitas.

É também responsável por intermediar o “Programa Recomeço”, um programa do Governo do Estado que tem parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas através da Coordenadoria de Prevenção ao Uso de Drogas e que oferece possibilidade de tratamento em entidades cadastradas.

Esse Programa foi trazido pelo prefeito Jonas Donizette em 2013 para o Município.

A CPUD está funcionalmente subordinada ao Departamento de Direitos Humanos (DDH) da Secretaria Municipal de Assistência Social Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH) do Município de Campinas.

Ações realizadas pela CPUD

Nome da ação: Atendimento ao Usuário: 1417 pessoas atendidas.

Efetividade: execução total

Nome da ação: Acolhimento pelo Programa Recomeço: 392 pessoas acolhidas

Efetividade: execução total

Obs.: Estando o dependente químico em condições de saúde físicas necessárias para internação e tendo a vaga no Programa Recomeço, o mesmo é acolhido na Comunidade Terapêutica pelo período de até 6 (seis) meses.

Nome da ação: Participação em eventos e palestras ministradas

Efetividade: execução total

Obs.: A CPUD participou, on line em razão da pandemia, de 05 palestras em, e para alguns locais, como: Comunidades, Escolas, Igrejas, Empresas e Família, com temas relacionados à prevenção às drogas lícitas e ilícitas.

Nome da ação: Diligência em Comunidade Terapêutica, acompanhando MP Efetividade: execução total

Obs.: A CPUD acompanhou, junto ao Ministério Público as diligências às Comunidades Terapêuticas para averiguações referentes às denúncias, para que se necessário, fizesse o deslocamento de algum interno para a Comunidade Terapêutica ligada o Programa Recomeço de acordo com a necessidade apresentada.

Desafios durante a execução das atividades

- As adversidades da chegada de um período inédito, pautado pelo isolamento social e cuidados extremos com a contaminação da COVID-19, exigiu adaptações e mudanças em praticamente todas as esferas da sociedade. Os serviços oferecidos pela Coordenadoria de Prevenção ao uso Drogas, tiveram que se adaptar e se reinventar num movimento contínuo e constante para atender às demandas desse novo momento. Foram muitos desafios e apesar das adversidades, foi possível readequar os serviços de atendimentos, com as normas de higiene e proteção assegurada tanto a população a ser atendida quanto aos nossos servidores.
- Criar um fluxo permanente de informações e divulgação sobre as ações de prevenção oferecida à população;
- Desenvolver, em parceria com as secretarias municipais competentes, programas voltados à prevenção ao uso de drogas, estabelecendo parcerias e desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos;
- Manter o interesse do Dependente Químico no tratamento enquanto aguarda o acolhimento na Comunidade Terapêutica;
- Despertar na comunidade a necessidade de buscar informação e orientação sobre a prevenção às drogas lícitas e ilícitas;
- Despertar o interesse da família do Dependente Químico em buscar ajuda para fortalecimento do vínculo familiar, para auxílio na recuperação do mesmo.

Resultados alcançados

Apesar das grandes dificuldades trazidas pela pandemia no ano de 2021:

- Cumprimos a meta de atendimento da população usuária;
- Cumprimos a meta de execução do programa Recomeço;
- A CPUD ainda, agrega conhecimentos e informações para compartilhar e orientar a população sobre a prevenção e tratamento ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

Desafios e metas para 2022

- Dar continuidade no envolvimento da sociedade, objetivando ações de prevenção ao consumo de drogas (lícitas e ilícitas), priorizando crianças e adolescentes;
- Promover ações de engajamento com os pais, como processos informativos e de prevenção;
- Continuidade na articulação de ações ampliando o vínculo entre as escolas e os pais na prevenção às drogas;
- Promover articulação de ações ampliando vínculo entre as escolas e o esporte na prevenção às drogas;
- Promover Oficinas/Grupos de familiares de dependentes químicos em busca de ajuda para fortalecimento do vínculo familiar, para auxílio na recuperação do usuário;
- Fomentar grupos e atendimento psicológico aos dependentes químicos antes e após ao acolhimento em Comunidade Terapeuta, auxiliando na recuperação do usuário e na sua readaptação e reintegração à família e sociedade;
- Dar continuidade nas ações informativas de prevenção e tratamento nas escolas, empresas e Fundações CASA SP.

CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT DE CAMPINAS

Apresentação

O Centro de Referência LGBT – CR LGBT constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos LGBTs e suas famílias¹² com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de técnicas e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

Nesta perspectiva, o CR LGBT deve articular com a rede de serviços socioassistenciais, assim como com as demais políticas públicas e movimentos sociais. Para tanto, é importante estabelecer mecanismos de articulação permanente, como reuniões, encontros ou outras instâncias para discussão, acompanhamento e avaliação e monitoramento das ações, inclusive as intersetoriais.

Missão:

Desenvolver ações diretas e indiretas com a população LGBT e famílias, contribuindo com seu protagonismo enquanto sujeito de direitos, na perspectiva da ruptura com o predomínio da heterossexualidade sobre as demais orientações sexuais e identidades de gênero, combatendo a heteronormatividade.

Atividade	Quantidade Pessoas
Atendimentos Presenciais	2.743
Atendimentos Remotos	960
Novos Usuários	259
Total Geral de Atendimentos	3.703

12 - O conceito de família refere-se não apenas ao grupo formado pelos pais ou qualquer um deles e seus dependentes, mas, aos diferentes arranjos familiares resultantes de agregados sociais por relações consangüíneas ou afetivas, ou de subsistência e que assumem a função de cuidar dos membros.

Atividades Realizadas pelo CR LGBT	
Palestras e oficinas externas para a rede municipal	18
Palestras e oficinas para empresas	36
Palestras e oficinas para Universidades	10
Palestras e Oficinas para outras redes	22
Atividades em que Participamos	
Encontros Nacional e Estadual dos Organizadores de Paradas do Orgulho LGBT - Remoto	02
Reuniões da Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional LGBT - Remoto	03
Reuniões do Comitê Interfederativo de Gestores da Política Pública LGBT, na sede do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos em Brasília - Remoto	06
Reuniões Fórum Nacional de Gestoras e Gestores da Política LGBT – Fonges LGBT - Remoto	14
Seminário Advocacy e Políticas Públicas para LGBTI+ - Presencial em Brasília	01
Palestras e oficinas para outros Estados - Tema: Políticas públicas para LGBT	05

Eventos 2020

Atividade	Data	Ação	Status
Visibilidade Trans	29/01	Atividade em comemoração ao dia da Visibilidade Trans	Realizado Remoto
Dia de Combate à LGBTFOBIA	17/05	Atividade em alusão ao dia de Combate à LGBTfobia	Realizado Remoto
Fonges	07/06	Encontro Regional Sudeste	Realizado Remoto
Fonges	22/06	Encontro Diretoria Fonges	Realizado Remoto
Parada	27/06	Parada do Orgulho LGBT de Campinas	Realizado Remoto
Aniversário do CR	31/07	Comemoração aos 17 anos de CR	Realizado Remoto
Dia da Visibilidade Lésbica	29/08	Atividades em comemoração ao dia da Visibilidade Lésbica	Realizado Remoto

Atividades Cr LGBT – PERMANENTES

Data	Atividade	Local	Situação Atual
Todo último domingo do Mês	Grupo de Pessoas Travestis e Transexuais	CR	Realizado Remoto
Todas as segundas-feiras	Capoeira Das 19:00 as 21:00 hs	CR	Suspenso devido a pandemia
Todas as segundas-feiras	Oficina de Libras Das 17:00 as 18:30 hs	CR	Realizado Remoto
Todas as Segundas-Feiras	Plantão de Reiki Das 13:00 as 16:00 hs	CR	Suspenso devido a pandemia
Todas as Quartas-Feiras	Plantão de Reiki Das 09:00 as 11:00 hs	CR	Suspenso devido a pandemia
Todas as Quartas-Feiras	Aulas de Dança Das 18:30 as 19:30 hs	CR	Suspenso devido a pandemia
Todas as Sextas Feiras	Plantão Psicológico	CR	Realizado Remoto
De segunda a sexta feira	Cursinho pré vestibular	CR	Realizado Remoto

Desafios durante a execução das atividades

Falta de Recursos Humanos

Necessidades: ampliação da equipe em mais duas psicólogas.

Necessidades Urgentes:

- Contratação de uma psicóloga
- Criação da Coordenadoria LGBT
- Criação do cargo de Coordenação do CR LGBT

Resultados alcançados com as atividades realizadas

No ano de 2021 intensificamos os atendimentos em grupo, mesmo por via remota, o que além de beneficiar o usuário, nos ajudou a diminuir consideravelmente a fila de espera.

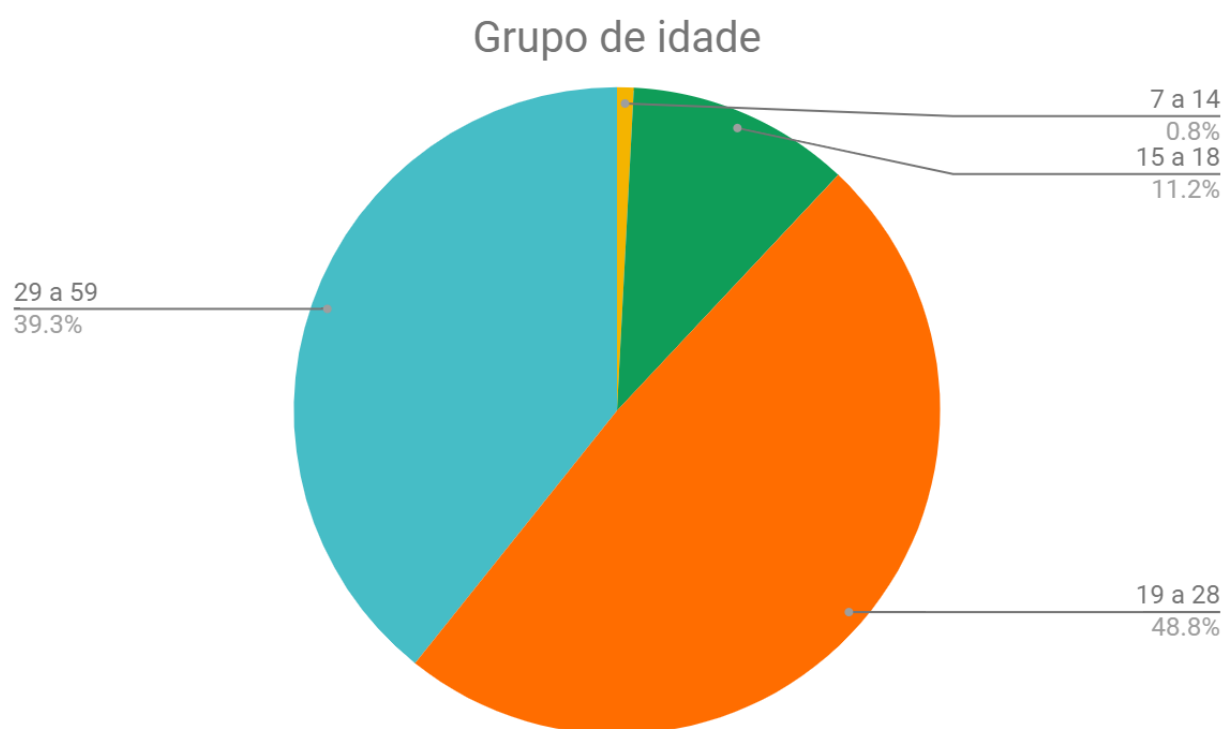
Metas para 2022

Eliminar a fila de espera para atendimentos especializados.

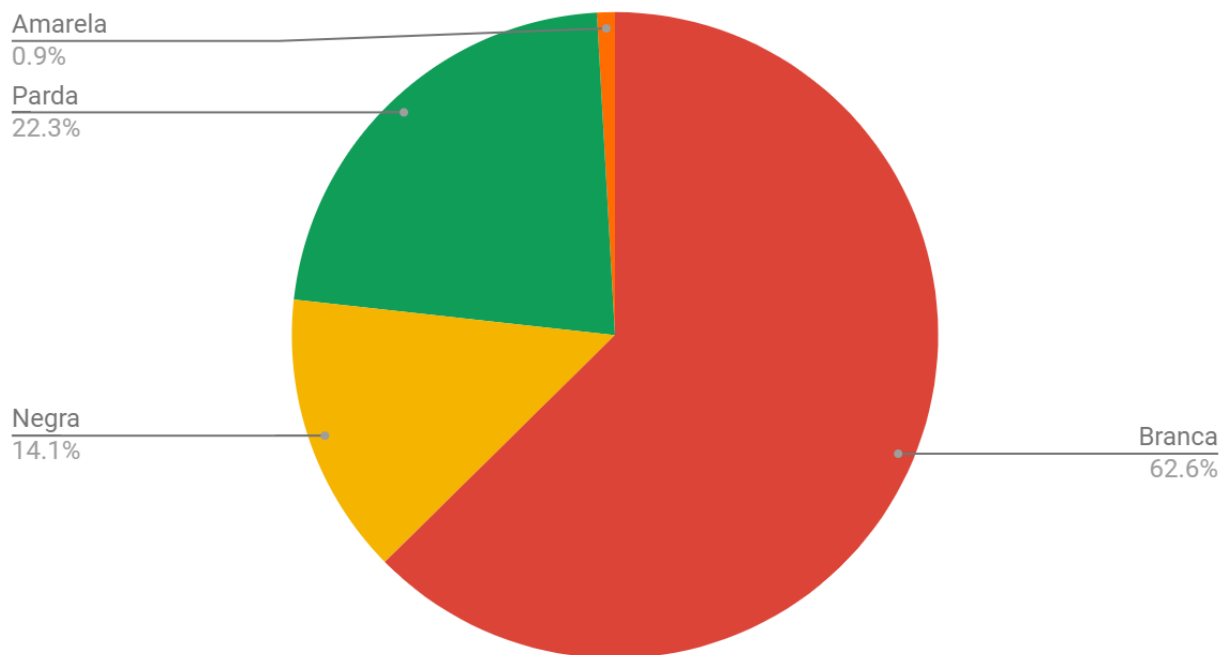
Aumento da equipe técnica.

Adequação do espaço físico, mobiliário e equipamentos.

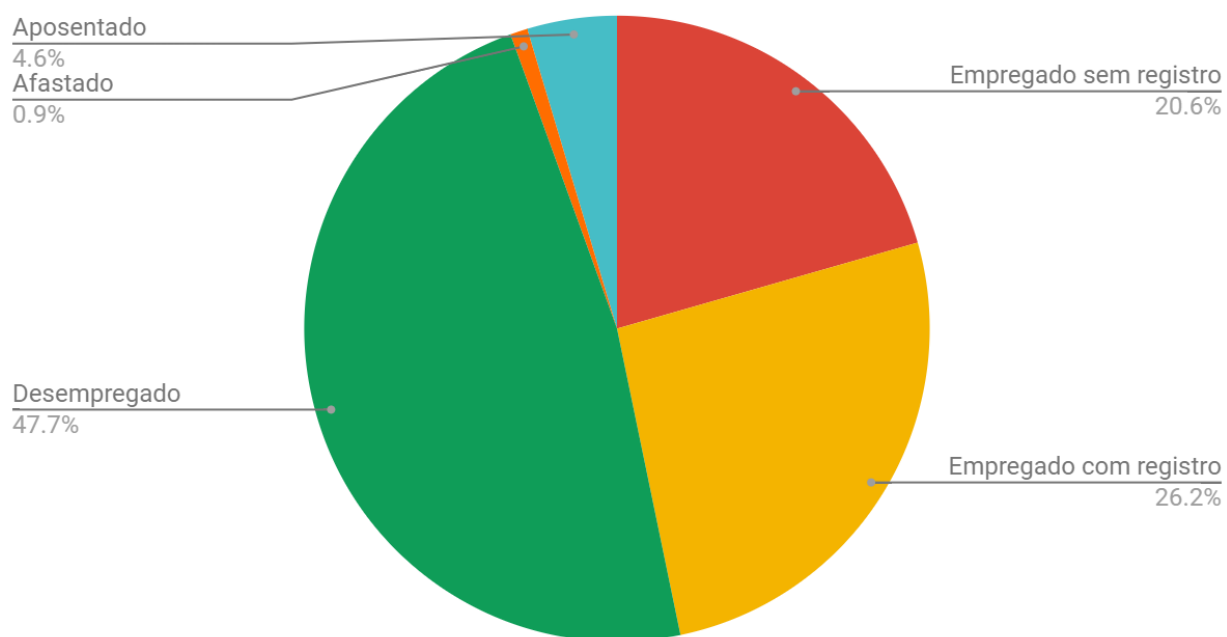
Abaixo os gráficos com dados de identificação e atendimento.



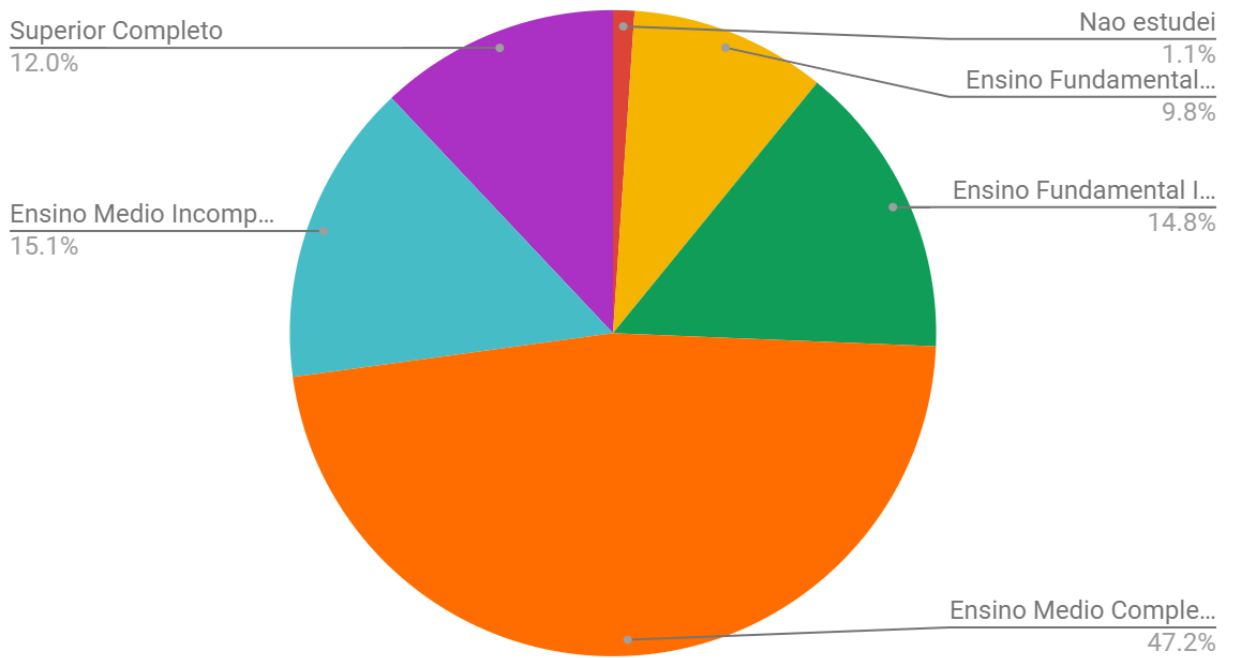
Etnia



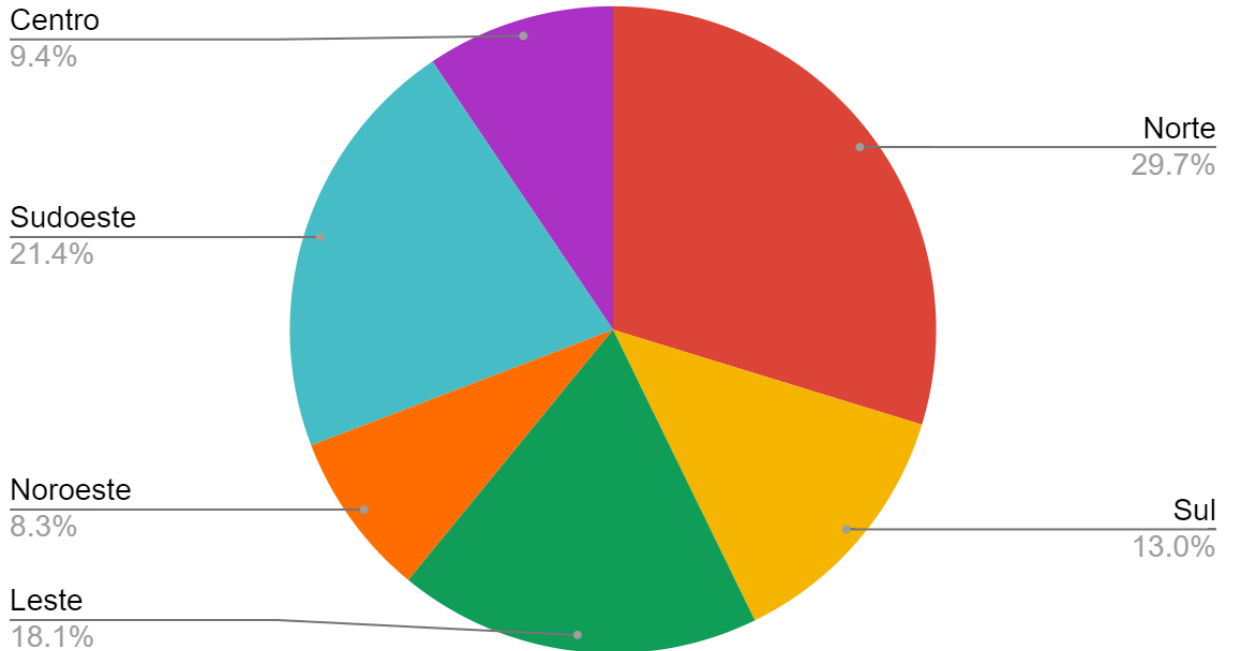
Situação Profissional



Escolaridade



Atendimento por região



PROGRAMA PARCEIROS DA CIDADE: MÃO AMIGA

Apresentação

O Programa “Parceiros da Cidade: Mão Amiga”, instituído pela Lei 15.137 sancionada pelo Prefeito municipal em 05 de janeiro de 2016, com foco na atenção à população em situação de rua, tem o objetivo de promover a cidadania e a reinserção social desse segmento da população, visando a integração no mundo do trabalho com formação profissional.

Ações realizadas:

Iniciamos o ano de 2021, conforme calendário de planejamento do programa, realizando processo seletivo para inclusão de 30 novos bolsistas. Após análise dos relatórios sintéticos recebidos pelo programa, tivemos que montar uma estratégia diferente da utilizada comumente pelo programa. Os abrigos foram divididas por equipes e fizemos troca de equipes e abrigos envolvidos para aplicação da seleção. Tivemos o cuidado de na troca dos técnicos, preservar a condição de abrigos femininos avaliar o público entre si, tecnicamente. As técnicas utilizadas permaneceram as mesmas, ferramentas do campo da Psicologia e do Teatro do Oprimido, Psicodrama e algumas questões escritas.

O processo foi monitorado pelo Comitê de Acompanhamento e Avaliação - CTAA, composto pelos abrigos, a gestora do DOAS para estes serviços e a equipe do programa. Selecionados os 30 novos bolsistas, publicizamos no dia posterior e orientamos com a documentação a ser recebida pelo programa e a ser enviada para o CEPROCAMP.

Em fevereiro, obedecendo o calendário da Secretaria de Educação, iniciaram as aulas.

Iniciamos com encontro virtual de recepção e palestras aos novos bolsistas. Os temas das palestras são “*Comunicação não violenta*”; “*Substâncias psicoativas e álcool*” e fechamos o terceiro dia realizando em conjunto com os bolsistas: “*Contrato e Regras*”. Na sequência iniciaram as aulas teóricas na plataforma do Ceprocamp.

Mantivemos o mesmo procedimento do ano de 2020, quando foi realizada a transposição para EAD, por conta da pandemia.

A gestão do programa, meses antes do início da pandemia, já vinha realizando reuniões com o Departamento de Proteção e Bem Estar Animal – DPBEA, da Secretaria do Verde a fim de estudar a proposta de realização de curso ministrado pelo DPBEA para os bolsistas do programa. Estávamos em conjunto, buscando soluções para a realização do Curso Auxiliar de Veterinária. Mas, com a chegada da pandemia as tratativas não evoluíram.

No início de 2021 com a alteração da Proposta de abrangência da Escola de Servidores, da Secretaria de Recursos Humanos, ampliando suas capacitações para além do público foco de servidores municipais, abrindo formações também para públicos atendidos por programas sociais, em situação de vulnerabilidade, o programa foi contemplado, no plano de 100 dias do governo Dário Saadi, da proposta de tornar exequível tal curso, fazendo ela as intermediações necessárias e executando-o. Como de fato ocorreu ao longo de 2021.

Os cursos iniciaram em tempos distintos, Jardinagem e Paisagismo, em fevereiro, acompanhando o calendário do MEC.

Para o curso de Jardinagem, ministrado pelo CEPROCAMP, como ocorre desde a primeira turma, fizemos uma proposta de ampliação, o que foi prontamente aceita pela gestão. Os professores mostraram-se muito envolvidos, montando grade com matérias complementares, como por exemplo, endemias e tratamento de água, o término foi em 16 de dezembro.

Auxiliar de Veterinária, oferecido pela EGDS, executado pelo DPBEA, teve início em 16 de abril e término em 12 de novembro. Em ambas formações as aulas teóricas usaram como ferramenta virtual a plataforma do CEPROCAMP. Já as aulas práticas foram administradas de maneira presencial no segundo semestre, obedecendo as medidas de segurança preconizadas no município. E como as creches estavam funcionando em rodízio, dispensamos as bolsistas que são mães a fim de poderem cuidar de seus filhos.

Solicitamos, acordando anteriormente com nossa Secretaria, alterar os combinados com os abrigos, podendo fazer o plano de autonomia dos bolsistas, com saída dos abrigos, após 6 meses de participação no programa, objetivando ter mais tempo de trabalhar com eles a fim de promover a proteção de todos, a vacina também já era uma realidade e eles aceitaram bem a proposta.

Desafios enfrentados durante a execução das tarefas

A sexta turma do programa teve o processo de inclusão já na pandemia, as pessoas souberam de antemão como seria conduzido o programa e foi tudo mais tranquilo nas tratativas com todos. As plataformas estavam funcionando bem e os resultados apresentando-se positivos. O que continuou sendo um desafio é a realização dos atendimentos de forma remota. A proximidade física diária que tínhamos, antes da pandemia, oportunizava as orientações e correções comportamentais e isso se perdeu em razão das restrições sanitárias. Trabalhar o conceito de cooperação, de espírito de equipe, de coletivização, que são abstrações importantes a serem introjetadas para a reinserção no mercado de trabalho formal, ficam extremamente deficitárias nessa realidade.

A análise comportamental também fica empobrecida, difícil de fazer leituras do comportamento não verbal, por exemplo de forma remota. Os vínculos se estabelecem de forma lentificada e as vezes não efetiva. As vagas para saída qualificada, a empregabilidade, também sofreram escassez, aliado a isso, alguns bolsistas, tem características de desenvolver trabalhos como autônomos e não como empregados formais.

Resultados:

Foram promovidos e certificados 25 bolsistas no curso Auxiliar de Veterinária, deste total, 22 também em Jardinagem e Paisagismo.

Os cursos foram avaliados positivamente pelos gestores do programa e pelos bolsistas.

A forma híbrida com aulas e atividades remotas e presenciais também mostrou-se eficaz.

O fato do programa ter resistido em plena pandemia, de ter procurado por soluções e adequações, sempre aliado aos parceiros executores das formações, sugere sua eficácia.

A parceria com o EGDS foi construída e a atuação da Secretaria do verde foi excelente.

O CEPROCAMP aceitou de imediato a solicitação do programa para ampliação e as matérias introduzidas complementares foram adequadas contribuindo para o aperfeiçoamento da formação.

O estabelecimento de parceria, através da Diretoria de Direitos Humanos com o jurídico da Universidade São Francisco, para atendimento aos usuários dos serviços do Depto de Direitos Humanos, mostrou-se ágil, cuidadosa e eficiente.

Desafios e Metas para 2022

Os desafios continuam, aliás se fazem presentes quando se trata do público que o programa atende devido a sua complexidade.

Propomos a manutenção das duas formações de forma concomitante, pois os resultados foram avaliados positivamente.

A interação entre os serviços envolvidos é primordial na execução e bons resultados do programa. Mesmo na pandemia conseguimos mantê-la e isso é bastante positivo. Avaliamos que os desafios continuarão a nos surpreender, pois em panorama de pandemia isso mostrou-se rotineiro, mas o programa sempre busca estratégias para a superação e no ano de 2021 foi atingido a contento.

O plano de aumentar as vagas para os atendidos no programa permanece para o futuro, pois, em nossa avaliação de contexto, não seria o momento mais favorável para efetivar tal proposta.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – DGPPCD

O Departamento de Gestão das Políticas para as Pessoas com Deficiência – DGPPCD, tem por objetivo organizar e acompanhar as matérias de competência da pasta, promover a interação com as instituições da sociedade civil organizada e demais esferas do setor público, apoiar e participar do desenvolvimento, estruturação e ações voltadas à temática, fomentando o desenvolvimento de novos projetos e parcerias e, desenvolver e aplicar métodos de avaliação destinados a monitorar a execução das políticas públicas para as pessoas com deficiência.

Ainda compõem o Departamento, a Coordenadoria de Acessibilidade Arquitetônica, a Coordenadoria de Políticas Públicas para as pessoas com deficiência, o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência – CRPD e a Central de Interpretação de Libras – CIL, que proporcionam o atendimento a população de forma presencial ou remota, agendada ou espontânea, dando informações sobre direitos e demais demandas sobre as deficiências, além dos encaminhamentos necessários dentro da rede para os atendimentos das necessidades levantadas.

Matérias relacionadas:

Vereadores são apresentados às políticas para pessoas com deficiência 19/07/2021 – 16:38

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41218>

Promover a articulação com a Câmara de Vereadores é de suma importância para a criação de Leis que venham ao encontro das necessidades do público atendido pelo Departamento e para que essa construção seja efetiva é necessário que os vereadores, principalmente os mais envolvidos com a causa, conheçam o trabalho desenvolvido e os serviços que são ofertados a população.

Parceria entre governo e sociedade civil busca empregabilidade inclusiva 30/07/2021 – 13:47

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41353>

O estabelecimento de parcerias com outras esferas de governo e com a sociedade civil também fortalecem as ações que beneficiam e buscam a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Nesse caso a parceria para ofertar ações que visam a qualificação profissional e busca de oportunidades de trabalho para esse público é um fator importante para a (re)inserção no mercado de trabalho.

Pirelli assina adesão ao Polo de Empregabilidade Inclusiva de Campinas Empresa foi primeira a assinar o Termo de Adesão e vai proporcionar vagas para capacitação e inclusão no mercado de trabalho.03/08/2021 – 15:11

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41389>

A participação efetiva das empresas privadas no processo de contratação é fundamental para a concretização dos resultados esperados na parceria, por isso é importante que elas estejam engajadas com o processo de inclusão através da oferta e preenchimento das vagas com qualidade para as pessoas com deficiência.

Caminhada une poder público e entidades no dia da pessoa com deficiência 06/12/2021 – 08:02

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42802>

A promoção de ações afirmativas que falem e mostrem o protagonismo da pessoa com deficiência são importantes para trazer a tona a sua participação na sociedade e dar mais visibilidade à causa estimulando a inclusão de forma respeitosa.

Inclusão e mobilidade são temas de curso para motoristas do PAI-Serviço Capacitação termina neste sábado, dia 18. Noventa profissionais participaram da iniciativa, promovida pela Setransp e Emdec 17/12/2021 – 12:00

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42951>

O conhecimento sobre as limitações e características das deficiências assim como saber um pouco sobre a legislação é importante para um melhor entendimento das necessidades do público atendido por esse serviço ofertado pela Emdec e Setransp, que a partir dessa capacitação, também se tornam agentes promotores de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Atua principalmente com vistorias e orientações técnicas sobre acessibilidade arquitetônica em imóveis públicos ou de uso público, bem como dá esclarecimentos para a iniciativa privada sobre acessibilidade arquitetônica de maneira geral.

Também realiza as análises dos projetos de construção ou reforma dos equipamentos públicos fazendo os apontamentos necessários quanto as normas de acessibilidade vigentes que devem ser seguidas na execução das obras.

Desafios durante a execução das atividades

O IMAP, Índice Municipal de Acessibilidade dos Próprios, foi criado em 2014 para medir o percentual de acessibilidade que os prédios públicos possuem e, para essa apuração, foi utilizada uma metodologia que hoje já se encontrava desatualizada pois as normas de acessibilidade sofreram alterações em 2020. Diante disso, foi necessário desenvolver uma nova metodologia que estivesse de acordo com a nova norma de acessibilidade para que os índices possam ser novamente atualizados.

Outro grande desafio vencido pela Coordenadoria foi ter assumido a coordenação técnica do Comitê Municipal criado para elaboração do Plano Municipal de Rotas Acessíveis. Tal Plano foi inserido pela LBI – Lei Brasileira de Inclusão e que tem por objetivo elaborar as diretrizes necessárias para tornar os deslocamentos pelas calçadas mais acessíveis e seguros.

Além dos desafios apresentados e vencidos, o fato da equipe ser bem reduzida dificultou a realização das atividades.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

A Coordenadoria realizou durante o ano 696 atendimentos distribuídos entre análises de projetos, vistorias, auto de vistoria para eventos, emissão de certidões de acessibilidade e demais atividades pertinentes.

A definição da metodologia e criação do instrumental para vistoria dos imóveis e atualização do IMAP – Índice Municipal de Acessibilidade dos Próprios também foi um resultado alcançado durante o ano.

Motivado pelo Comitê Intersetorial de Desburocratização, a coordenadoria realizou o mapeamento dos processos necessários para a emissão do Alvará de Acessibilidade para os eventos e fez sua reformulação simplificando os processos para sua obtenção.

Destaca-se também os avanços significativos na elaboração do Plano Municipal de Rotas Acessíveis e o desenvolvimento do projeto para a construção da nova Residência Inclusiva, moradia destinada ao uso de pessoas com deficiência que não possuem responsáveis legais para seu cuidado.

Matérias relacionadas

Palestra sobre acessibilidade marca encerramento do Setembro Verde 28/09/2021 - 15:01

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42048>

Com base na análise das principais consultas solicitadas para orientação arquitetônica, verificou-se a necessidade da realização de uma palestra que abordasse a questão da acessibilidade arquitetônica em edifícios residenciais pois muitos condomínios em nossa cidade não atendem as normas vigentes e muitas pessoas ainda tem dúvidas de como realizar as adequações necessárias para tornar acessíveis os ambientes comuns dos prédios.

Plano de Rotas Acessíveis visa atender demandas de pessoas com deficiência Audiência pública apresenta documento para conhecimento e recebimento de propostas por parte da sociedade 09/09/2021 - 16:01

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41804>

A frente da coordenação técnica do Plano Municipal de Rotas Acessíveis, foi realizada a audiência pública para dar conhecimento e pedir a contribuição da população com sugestões de espaços públicos que devessem ser incluídos no referido Plano. Na audiência foram apresentados os trabalhos realizados pelo Comitê Intersetorial que foi criado para a elaboração do Plano e os locais que já foram mapeados para compor os estudos. O Plano será submetido a aprovação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência antes de sua publicação.

Mobilidade inclusiva é tema de encontro virtual da Semutran no dia 30/09 Com o tema "Mobilidade x Acessibilidade", o evento será realizado nesta quinta-feira, 30/09, de forma virtual. 28/09/2021 - 17:49

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42058>

Reforçando a importância da transversalidade entre as políticas públicas, esse evento esclarece que as ações para a pessoa com deficiência também beneficiam outros públicos. O destaque abordado nesse evento foi a mobilidade urbana que apresentou as ações que já são executadas pelo município e que promovem a inclusão através de uma mobilidade inclusiva.

Metas para 2022

- Instalação de 5 parques infantis inclusivos com brinquedos híbridos, ou seja, que podem ser utilizados por crianças com e sem deficiência, permitindo que elas brinquem juntas promovendo a inclusão;
- Finalização do Plano Municipal de Rotas Acessíveis e apresentação ao município para que passe a ser seguido na execução das obras viárias urbanas;
- Vistoriar e aplicar a nova metodologia do IMAP – Índice Municipal de Acessibilidade dos Próprios em todos os imóveis que estão sob a gestão desta Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, com o objetivo de traçar um planejamento para as obras necessárias para a melhoria da acessibilidade nos mesmos;
- Realizar palestras, cursos e demais formas de orientações coletivas sobre a temática da acessibilidade arquitetônica.

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Esta Coordenadoria possui atualmente dois serviços que atuam diretamente com a população e demais órgãos que prestam serviços às pessoas com deficiência que são:

- CRPD – Centro de Referência da Pessoa com Deficiência
- CIL – Central de Interpretação de Libras

Além de prover os atendimentos prestados pelos serviços citados como instrumento de garantia de direitos, a coordenadoria desenvolve ações e articulações para a construção de políticas públicas de forma transversal com as demais políticas e para isso está em constante contato com as demais secretarias, órgãos da administração indireta, legislativo e demais organizações da sociedade civil.

Desafios durante a execução das atividades

As articulações realizadas já são um grande desafio, principalmente em um ano que todos os esforços foram voltados para as questões da saúde e a prevenção da Covid-19, porém mesmo assim a Coordenadoria enfrentou o desafio de realizar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e várias ações afirmativas que promovem a visibilidade e o protagonismo da pessoa com deficiência durante o ano.

Outra situação bastante desafiadora foi a busca por alternativas para realização dos serviços ofertados durante a pandemia de forma que não colocasse em risco a saúde dos servidores e dos munícipes, equacionando de forma a não prejudicar a prestação do serviço ofertado.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Mesmo diante das dificuldades apresentadas, a Coordenadoria realizou a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência onde foram eleitos os conselheiros representantes da sociedade civil para o biênio 2022/2023. Realizou também ações afirmativas durante o ano para ressaltar a importância da temática da pessoa com deficiência.

A construção de políticas públicas de maneira transversal com as demais políticas é fundamental para as pessoas com deficiência que permeiam todos os espaços e usam os diversos serviços públicos. Para isso são necessárias parcerias que permitam a realização de projetos de forma transversal e que podemos destacar durante esse ano as seguintes ações:

- **Semáforo Sonoro:** Ação desenvolvida pela Emdec e que contou com a nossa parceria para validação, divulgação e acompanhamento para expansão. Consiste na instalação de dispositivo sonoro nos semáforos da Rua Francisco Glicério que informa ao deficiente visual quando o sinal está aberto para travessia dos pedestres. O semáforo é acionado por um dispositivo *BlueTooth* que detecta quando o deficiente visual se aproxima e então apita enquanto o sinal está verde para a travessia dos pedestres.

Campinas implanta nova tecnologia para travessia de cegos no Centro Novo sistema garantirá mais autonomia e segurança nos deslocamentos 22/04/2021 - 17:57

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/40261>

- **Projeto Cão Guia:** Ação desenvolvida pela Emdec para conscientização da inclusão de pessoas com deficiência visual que utilizam cão guia para locomoção. Participamos da elaboração do projeto com os conceitos que envolvem a questão da deficiência e suas necessidades e também no auxílio com a divulgação e conscientização para as pessoas sobre a inserção do cão guia como instrumento de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência visual.

Projeto em parceria com o Instituto Magnus vai estimular uso de cão-guia Lançada nesta quinta-feira, 25, iniciativa da Prefeitura e do Instituto promoverá inclusão das pessoas com deficiência visual 25/11/2021 – 17:34

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42702>

- **Acessibilidade do Novo Portal da PMC:** Através de interlocução com o Departamento de Informatização da Prefeitura, apontamos a necessidade de acessibilidade no portal da Prefeitura para permitir acesso a informação para as pessoas com deficiência auditiva e visual. Por nossa sugestão foi incluído o avatar gratuito Vlibras que dá acessibilidade aos deficientes auditivos no acesso a essas informações.
- **Acessibilidade no Diário Oficial do Município:** através de tratativas com a IMA – Informática dos Municípios Associados, finalizamos os testes de acessibilidade do Diário Oficial que permite a partir dessa conclusão, que as pessoas com deficiência visual possam utilizar os softwares leitores de tela para fazer a leitura do Diário Oficial do Município, que antes não permitia o acesso a esse tipo de tecnologias aos deficientes visuais.

Matérias relacionadas da Coordenadoria e de seus serviços CRPD e CIL

Visitas e reuniões visam qualificar serviços da Secretaria de Assistência Secretária está indo conhecer a estrutura dos serviços e se reunindo com entidades para ampliar o diálogo com o setor.08/02/2021 - 15:08

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/39575>

Na ocasião a visita recebida foi da Assucamp – Associação dos Surdos de Campinas que apresentou para a Secretaria algumas demandas específicas que visam beneficiar as pessoas com deficiência auditiva.

Abril Azul - campanha conscientiza sociedade sobre o autismo 01/04/2021 - 17:21

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/40061>

Como abril é o mês de conscientização do autismo, foram realizadas algumas ações

afirmativas que pudessem marcar as atividades do mês, que mesmo com as restrições sanitárias, ocorreu de forma virtual para buscar a mobilização do maior número possível de pessoas.

Abril Azul Cartão Bem Acessível facilita acesso a benefícios 06/04/2021 - 18:19

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/40092>

O Cartão Bem Acessível é o documento municipal que identifica as pessoas com deficiência para facilitar seu acesso aos direitos já previstos em outras legislações. Sua utilização torna-se mais efetiva para as deficiências não aparentes, como é o caso do autismo. Durante o mês de abril foram intensificadas as divulgações a respeito de sua utilização para atendimento dos autistas de nosso município.

Campanha Abril Azul promove encontro virtual para falar sobre autismo 20/04/2021 - 14:49

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/40240>

O evento propôs uma palestra para a disseminação de informações pertinentes ao TEA – Transtorno do Espectro Autista em um momento em que ainda há muitas dúvidas sobre o assunto e existe a dificuldade de que as informações cheguem até as famílias que tem mais fragilidade social.

Ação no Museu da Água marca Semana Municipal do Brincar 26/05/2021 - 11:25

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/40630>

A semana do brincar foi marcada também com a participação da Turminha Inclusão na Diversão que são bonecos que representam crianças com deficiência e que são utilizados para levar a temática da inclusão e do respeito de forma lúdica para as crianças.

Atividades da Semana do Brincar encantam crianças no Museu da Água O prefeito Dário Saadi e a secretária Vandecleya Moro participaram da atividade de encerramento 31/05/2021 - 09:25

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/40679>

Assistência busca emendas parlamentares para implantar Jardim do Sentidos 16/06/2021 - 15:42

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/40858>

A busca por parcerias para o desenvolvimento de espaços que possam promover a inclusão é uma das ações que caracterizam a transversalidade da política das pessoas com deficiência.

Curso gratuito de auxiliar administrativo é para pessoas com deficiência 07/07/2021 - 15:32

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41087>

Mais uma ação realizada através de parceria com outra esfera de governo para proporcionar a capacitação para o mercado de trabalho para as pessoas com deficiência, buscando além de sua qualificação também a recuperação de sua autonomia.

Iluminação do Paço Municipal homenageia o Setembro Verde 01/09/2021 - 19:27

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41736>

Campinas abre celebrações do Setembro Verde, dedicado à inclusão social Evento contou com a presença do prefeito Dário Saadi, secretários municipais e sociedade civil 02/09/2021 – 12:25

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41741>

Ações afirmativas como esta promovem o protagonismo e dá visibilidade a causa da pessoa com deficiência em nossa cidade.

Solenidade no Paço marca Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência 21/09/2021 – 14:47

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41947>

O mês de setembro é lembrado como tema para a pessoa com deficiência e é marcado com várias ações afirmativas nesse período, em especial no dia 21 de setembro que é o dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Ações nesse dia são muito significativos para a causa.

Setembro Verde: live vai debater inclusão nas relações de trabalho Evento, promovido pela EGDS, será transmitido a partir das 10h. Na Prefeitura, 116 servidores declararam ter deficiência 22/09/2021 - 09:02

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/41960>

As ações para pessoas com deficiência devem ser transversais e abranger todas as áreas. Essa live trouxe à luz a reflexão sobre o protagonismo do servidor público com deficiência e sua atuação na municipalidade.

Conferência discute Implementação dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encontro também definiu a composição dos conselheiros representantes da sociedade civil para o biênio 2022/2023 07/10/2021 – 09:38

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42176>

A realização da conferência municipal da pessoa com deficiência é uma ação obrigatória a cada 2 anos em nossa cidade para atender a Lei Municipal que rege as atividades do Conselho. Nessa oportunidade, além de serem discutidas as propostas que irão nortear os trabalhos do Conselho no próximo biênio também é realizada a eleição dos conselheiros da sociedade civil.

Campeões mundiais de futsal down fazem clínica em Campinas Com palestra e jogos amistosos, atividade integra preparação para a disputa do Mundial de 2022, no Peru.12/11/2021 – 13:18

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42570>

Este evento mostra que o esporte também é uma ferramenta promotora da inclusão para pessoas com deficiência e que a capacidade e habilidade das pessoas não devem ser menosprezadas pela condição da deficiência.

Prefeito dá pontapé inicial em amistoso de futsal no Rogê Ferreira A partida realizada às 9h deste sábado,13, terminou empatada entre Seleção Brasileira de Futsal Down e Pulo Futsal13/11/2021 - 14:40

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42584>

Caminhada domingo na Arautos da Paz marca dia da pessoa com deficiência 'Tempos Diferentes' visa conscientizar sobre o respeito à pessoa com deficiência e sua participação na comunidade 30/11/2021 – 16:19

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42752>

O dia Internacional da Pessoa com Deficiência também é um marco a ser comemorado para dar visibilidade a causa. Nesse ano foi realizada a caminhada para mobilização e participação consciente da população sobre a temática promovendo a inclusão social.

Mascotes vão à Prefeitura convidar para caminhada do Dia de Luta da PCD Caminhada "Tempos Diferentes" está marcada para a manhã de domingo, às 9h, na Praça Arautos da Paz.01/12/2021 – 17:08

<https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/42769>

Metas para 2022

- Propor de forma conjunta com o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência o levantamento e estudo das demandas municipais e sua regulamentação em consonância com a LBI – Lei Brasileira de Inclusão;
- Desenvolver projetos com atuação transversal com as demais políticas públicas para fortalecer a inclusão e participação das pessoas com deficiência na sociedade.

CRPD - CENTRO DE REFERÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Este setor faz o atendimento ao público com deficiência e seus familiares dando orientações sobre seus direitos, acolhendo, entendendo e direcionando as demandas de forma articulada com os demais serviços públicos dos territórios, atuando inclusive como suporte a esse atendimento para a rede própria e cofinanciada.

Desafios durante a execução das atividades

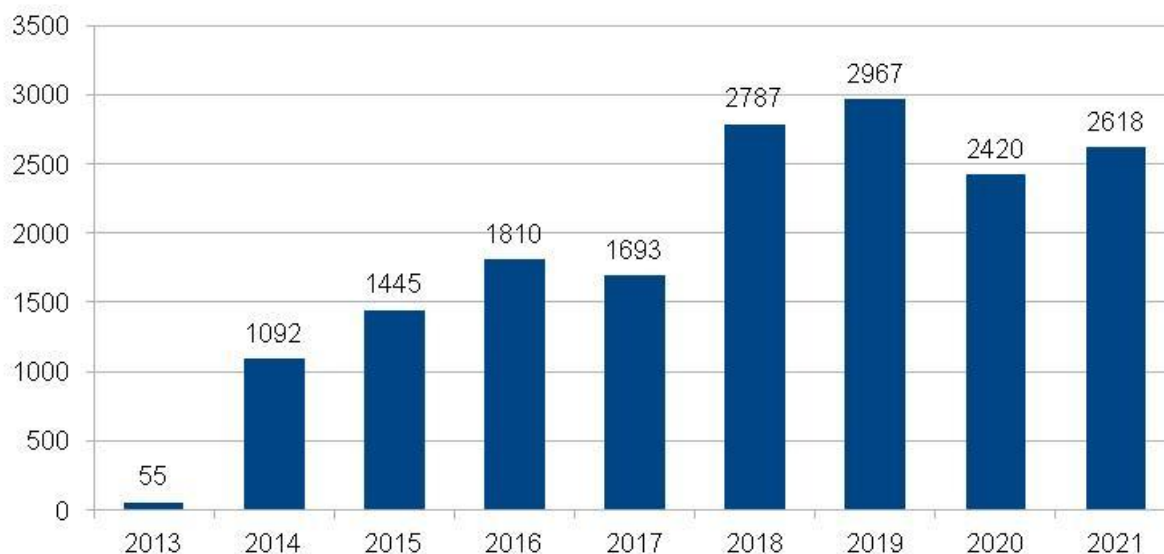
Ainda baseado nas restrições impostas pela pandemia de Covid-19, os principais desafios neste ano foram as realizações das visitas domiciliares, que são necessárias para um melhor entendimento da situação das pessoas com deficiência em seu contexto familiar para a busca da melhor estratégia de atendimento e também as dificuldades em estabelecer uma articulação adequada para o encaminhamento dos casos com os demais serviços públicos devido às mesmas restrições pandêmicas que acabaram impactando o funcionamento dos mesmos.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Mesmo diante das dificuldades encontradas, a equipe do Centro de Referência realizou 2.618 atendimentos além das ações afirmativas em conjunto com a Coordenadoria a que faz parte, bem como também iniciou o mapeamento dos processos de trabalho com o intuito de propor melhorias nos fluxos existentes reforçando portanto sua integração com os demais serviços próprios e cofinanciados.

O histórico dos atendimentos podem ser analisados com base no gráfico abaixo:

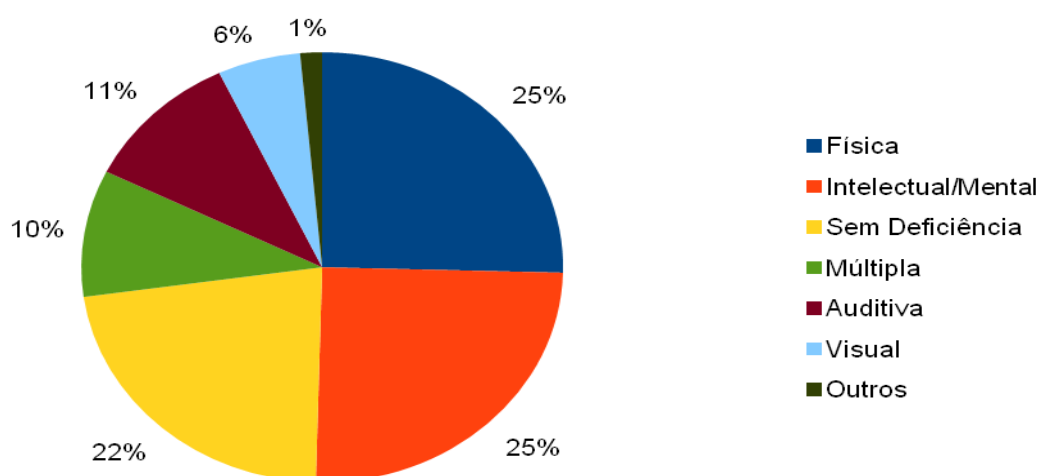
Atendimentos CRPD 2013 - 2021



Analisando o número de atendimentos realizados em 2021, observamos um aumento de aproximadamente 8% em comparação com o ano anterior mesmo dentro de um período de pandemia. Entendemos que esse aumento sinaliza que as pessoas buscaram mais pelos serviços ofertados por estarem mais seguras em suas ações, seja devido ao avanço na vacinação ou a outros fatores que levaram a esse comportamento.

Quanto aos tipos de deficiências que mais procuraram pelos serviços do CRPD, em um estudo que foi realizado baseado no perfil do público atendido nos últimos 5 anos, temos uma média das deficiências conforme a distribuição apresentada a seguir:

Atendimentos por Tipos de Deficiência (2017 - 2021)



Analisando os tipos de deficiências de acordo com o gráfico, concluímos que 50% das demandas são originadas por pessoas com deficiência física e intelectual/mental e que a soma das outras deficiências representam apenas 28% de toda a procura.

Por ser o CRPD um serviço que tem atuação na garantia de direitos para esse público, concluímos que os esforços para construção de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas, devem ser mais intensificados nas políticas que atingem de forma mais direta as pessoas com deficiência física e intelectual/mental.

Vemos como necessário também a realização de orientações através de palestras, rodas de conversas ou outros recursos, para que haja um melhor entendimento sobre as deficiências, uma vez que 22% dos atendimentos referem-se a pessoas que não tem nenhuma deficiência e mesmo assim buscam por esse serviço especializado do CRPD.

Metas para 2022

- Fortalecer sua atuação com referência no município para as questões de direitos das pessoas com deficiência, principalmente como agente articulador, interlocutor e provedor do suporte necessário para os territórios, equipamentos de rede própria e cofinanciada do município;
- Aprimorar os fluxos de trabalhos internos buscando simplificar as tarefas cotidianas inclusive com a possibilidade de implantar novas metodologias de trabalho que permitirão um melhor monitoramento dos atendimentos através de novos indicadores que poderão subsidiar com mais propriedade a elaboração de políticas públicas para o segmento;
- Consolidar a utilização de ferramentas administrativas para melhoria no atendimento e integração com a rede existente.

CIL – CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS

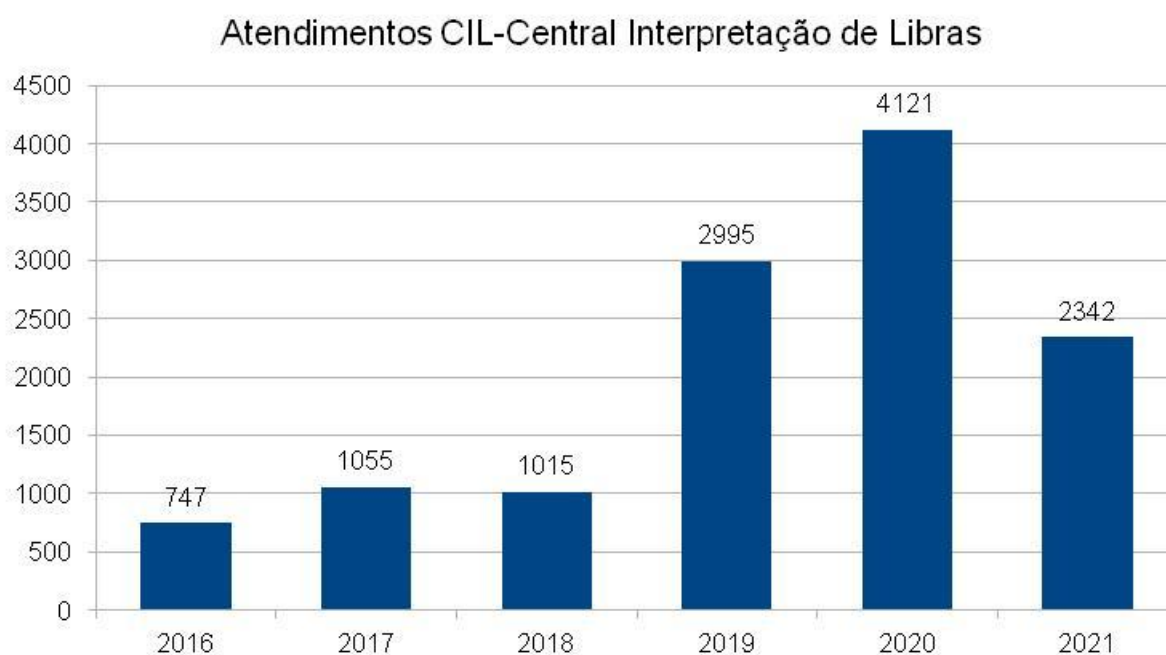
Essa Central tem por objetivo intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes prestando atendimento nos órgãos públicos. Os atendimentos são realizados de forma presencial na própria Central ou no local do serviço público e também de forma remota através de videochamadas entre os surdos ou deficientes auditivos (DA) e as intérpretes.

Desafios durante a execução das atividades

O isolamento social evidenciou ainda mais a necessidade do uso de tecnologias que permitam a comunicação de maneira remota entre as pessoas, principalmente para a população com deficiência auditiva que se utiliza principalmente dos recursos de videochamadas para realizar a sua comunicação através do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Tal necessidade impôs para que os serviços públicos implementassem esse recurso tecnológico a sua rotina para proporcionar e facilitar a comunicação entre as pessoas, porém essa não foi a realidade vista em todos os serviços e justamente a falta desse recurso dificultou bastante o trabalho das intérpretes.

Mesmo diante de todas as dificuldades encontradas, a equipe de intérpretes realizou 2.342 atendimentos, permitindo assim que as pessoas com deficiência auditiva pudessem ter acesso a vários serviços públicos nas mais diversas áreas.

A evolução dos atendimentos da CIL – Central de Interpretação de Libras desde a sua criação pode ser observada no gráfico abaixo:



Analisando o gráfico, observa-se uma grande alteração na quantidade de atendimentos ocorridos nos anos de 2019 e 2020 devido aos seguintes fatores:

- De 2016 a 2018 a CIL tinha apenas uma intérprete em seu quadro funcional;
- Durante o segundo semestre de 2019 foram sendo chamadas mais intérpretes do concurso e no final de 2019 a CIL contava com 5 intérpretes;
- Em 2020 a pandemia demandou a produção de muitos vídeos explicativos e orientativos

sobre a Covid-19, falando sobre a doença, formas de contágio e prevenção, além de orientar sobre os grupos de vacinação com suas datas, horários e locais de vacinação, sendo que muitas vezes as intérpretes que fizeram os agendamentos para que as pessoas com deficiência auditiva pudessem se vacinar.

Contudo, ainda durante o ano de 2020, 2 intérpretes pediram exoneração deixando o efetivo da CIL com 3 intérpretes, que é o quadro funcional até o momento.

Em 2021 o número de atendimentos ainda está balizado pelas restrições sanitárias e isolamento social, deixando os deficientes auditivos ainda mais isolados pelos fatores comunicacionais.

As modalidades de atendimentos realizados pelas intérpretes da CIL são de 4 formas:

Presencial: quando o surdo ou deficiente auditivo (DA) comparece na CIL e solicita atendimento para qualquer demanda. Nesse caso o surdo/DA está no ambiente de trabalho do intérprete.

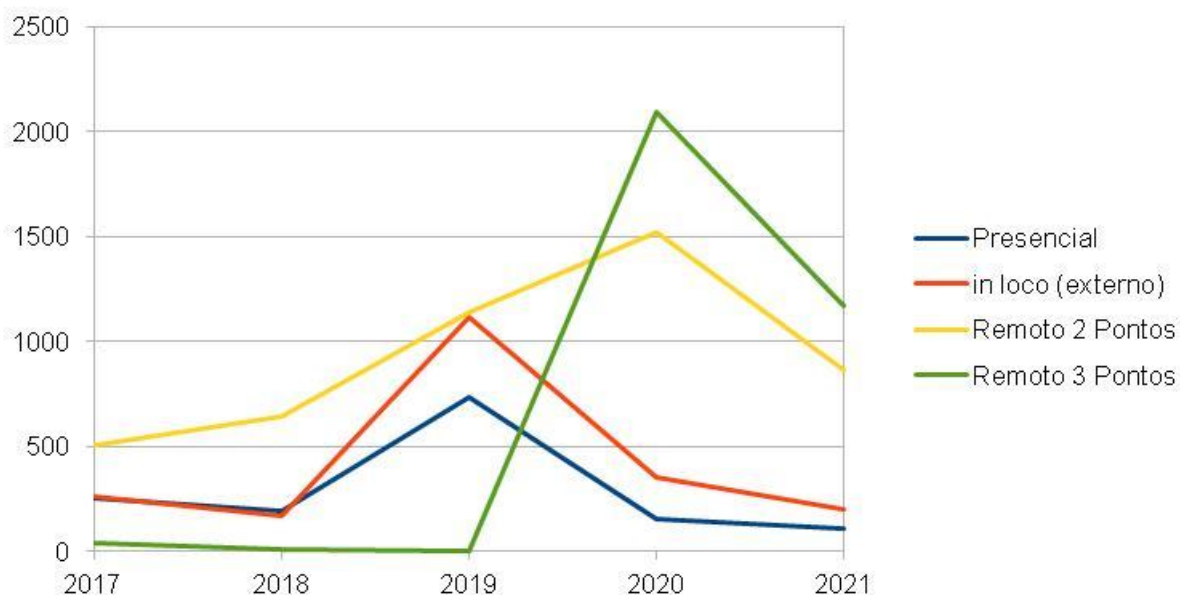
In loco (externo): nessa modalidade o surdo/DA e o intérprete vão até o local do atendimento que o surdo/DA deseja ser atendido, como por exemplo, INSS, Defensoria Pública, ou qualquer outro local público em que o surdo/DA precise de um interlocutor pra explicar sua demanda.

Remoto 2 pontos: nesse caso, o surdo/DA vai até o serviço público, como por exemplo a Unidade de Saúde, e de lá ele ou uma pessoa do serviço médico faz uma vídeochamada para a CIL onde a intérprete dará o suporte, tanto para o surdo/DA em Libras quando para o atendente de saúde em português, intermediando assim a conversa de forma remota, sem estar presente no local juntamente com o surdo/DA.

Remoto 3 pontos: acontece quando os 3 agentes estão em locais diferentes, tendo como exemplo a seguinte situação: o surdo/DA está em sua casa ou trabalho e aciona a CIL por uma videochamada para que seja feita a marcação de uma consulta médica por exemplo. Nesse caso a intérprete da CIL faz uma ligação e conversa com a unidade de saúde como se fosse o surdo/DA e intermedia essa comunicação do atendente da unidade de saúde (em português) com o surdo/DA (em Libras) ao mesmo tempo.

Em relação a essas modalidades de atendimento, apresentamos no gráfico abaixo o comportamento entre os anos de 2017 a 2021, sendo que em 2016 esse indicador não fazia parte da metodologia de monitoramento dos atendimentos da CIL.

CIL - Comparativo Anual por Tipos de Atendimento



Analisando esse gráfico, podemos observar uma mudança bastante significativa no perfil dos atendimentos em 2020 e que foi mantido de forma proporcional para 2021. Tal mudança foi pressionada pela pandemia que, ao impor um distanciamento social e trabalhos remotos, pressionou os serviços públicos a adotarem esses mesmos sistemas de atendimento.

Metas para 2022

- Aprimorar os fluxos de trabalhos internos buscando simplificar as tarefas cotidianas e criar nova metodologia para registro dos atendimentos visando gerar novos indicadores que possam apontar com maior eficiência as demandas dos surdos/DA;
- Implementar, com o uso de tecnologias assistivas e de pessoal, uma maior cobertura para os atendimentos realizados alcançando mais espaços e serviços ainda não atendidos;
- Reforçar com os serviços a importância na manutenção dos atendimentos remotos para otimizar o tempo e os recursos necessários, evitando os deslocamentos para realizar os atendimentos.